

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente

Património Industrial e Valorização do Território
A Mina de São Domingos

Volume I

Por
Rui Emanuel Galvão Carvalho

Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da
Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de mestre em
Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental

Orientador: Professor Doutor Arq. João de Azevedo Reis Machado

Lisboa
2009

À minha esposa Ana Paula e ao meu filho Vítor,
pelo amor e pelo humor persistentes.

Ao meu orientador científico pela paciência que
teve para comigo e pela estima e interesse
demonstrado pelo tema.

Às gentes da Mina e do Pomarão e aos colegas
que me deram apoio.

Ao Município de Mértola pelos meios e
condições disponibilizados.

A todos os que estimam a história e a herança cultural da Mina de S. Domingos e que fazem por um futuro melhor que o passado que receberam.

Resumo

O núcleo urbano da Mina de São Domingos é um conjunto edificado, situado no concelho de Mértola, construído para apoio à indústria mineira que aí laborou até 1965.

O início da exploração e a fundação do povoado ocorre por volta de 1858, pela concessionária *Mason & Barry, Lda.*, que em poucos anos, desenvolveu um extenso complexo, com bairros habitacionais operários, bairro habitacional para quadros, palácio da administração e equipamento escolar, religioso e recreativo.

Actualmente o que resta da zona industrial é uma extensa área de escombreiras, com uma enorme cratera de águas ácidas e diversas edificações em ruína, reveladoras da importância e dimensão do empreendimento.

O núcleo urbano, mantendo ainda a sua estrutura original, com o encerramento da mina, foi primeiro sujeito ao abandono e depois à pressão da sua reutilização, traduzida na construção desordenada e desqualificada de anexos ilegais que ameaçam as características únicas da arquitectura e do espaço urbano da povoação.

O presente trabalho caracteriza a arquitectura e o urbanismo do povoado e desenvolve algumas propostas de intervenção para um processo de reabilitação sustentado. Propõe a classificação do núcleo urbano, como centro histórico mineiro, e a salvaguarda e valorização do património paisagístico, urbanístico e arquitectónico, referente à memória industrial, como forma de projectar o desenvolvimento através do turismo cultural.

São tratados um conjunto de elementos gráficos e fotográficos que poderão informar os instrumentos de planeamento e gestão que vierem a estruturar a reabilitação do tecido urbano e a valorização dos espaços públicos existentes.

Palavras-chave: Mina de São Domingos, Património Industrial, Arqueologia Industrial, Reabilitação Urbana, Parque Turístico Mineiro, Aldeias Mineiras, Áreas Mineiras Abandonadas.

Abstract

The urban centre of S. Domingo's Mine is a group of constructions, located in the heart of Mertola's district, built to support the mining industry that worked there until 1965.

The beginning of the industry and the establishment of the village occurred around 1858, by the grantee "Mason & Barry, Limited", that in a short time developed a wide complex, with housing for its workers and directors, administration's palace, schools, churches and playgrounds.

Nowadays what remains in that industrial area is a vast amount of waste materials, with a ample crater of acid waters, and several buildings in ruins, that show the importance and dimension of the enterprise.

Even though the urban centre keeps its original structure, with the closing of the mine it was the first place to be subjected to abandon and then to the pressure of its reuse, which lead to the disarranged and unqualified constructions of illegal outbuildings that threaten its unique architectural features and then to the village's urban space.

This work characterises the architecture and the place's urbanism and develops some proposals for the intervention for a balanced rehabilitation process. It proposes the classification of the landscape, the urbanistic and architectural heritage that refers to the industrial memory, as a way of promoting the development through cultural tourism.

A set of graphic and photographic elements are dealt with that will be able to inform you about the planning and managing instruments that will structure the rehabilitation of urban tissue and the valuing of the existing public places.

Key words: S. Domingo's Mine, Industrial Heritage, Industrial Archaeology, Urban Rehabilitation, Mining Touristic Park, Mining Villages, Abandoned Mining Areas.

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.I	Características da Estação Meteorológica da Mina de S. Domingos	13
Quadro 2.II	Valores Médios Mensais e Anuais de Variáveis Climáticas	14
Quadro 2.III	Número de Dias de Nebulosidade	15
Quadro 2.IV	Relação Precipitação / Evapotranspiração Mensal (P/ETP)	15
Quadro 2.V	Frequência e Velocidade dos Ventos para cada Rumo	16
Quadro 2.VI	Climograma	17
Quadro 2.VII	Balanço Hidrológico do Solo. Valores Médios Anuais (mm)	18
Quadro 2.VIII	Índices	18
Quadro 2.IX	Classes de sensação climática	18
Quadro 2.X	Entalpia Média do Ar (kcal kg ⁻¹), por estações do ano	18
Quadro 2.XI	Classes de sensação climática	18
Quadro 2.XII	Evolução da população residente por localidade	32
Quadro 2.XIII	Evolução da população residente e do n.º de famílias por freguesia	32
Quadro 2.XIV	Evolução do n.º de fogos por freguesia	33
Quadro 2.XV	População existente face ao estatuto de residência por localidade	34
Quadro 2.XV	Estrutura etária da população residente por localidades	36
Quadro 3.I	Organograma directivo da M&B, Ltd. na Mina de S. Domingos, em 1923	63
Quadro 3.II	Evolução da produção de minério nos primeiros 12 anos de laboração da Mina de S. Domingos	81
Quadro 3.III	Evolução da produção de cobre em Portugal entre 1910 e 1915	82
Quadro 3.IV	As últimas produções de pirites da Mina de S. Domingos	83
Quadro 4.I	Equipamentos e estabelecimentos de comércio e serviços actualmente existentes na Mina de S. Domingos	132
Quadro 4.II	Equipamentos e estabelecimentos de comércio e serviços actualmente existentes no Pomarão	151

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1.1	Faixa Piritosa Ibérica e suas principais minas	3
Fig. 1.2	A Mina de S. Domingos e Pomarão e o traçado da sua antiga linha de caminho de ferro	3
Fig. 1.3	Fotografia aérea da Mina de S. Domingos	4
Fig. 1.4	Fotografia aérea do Pomarão	4
Fig. 2.1	Inserção do concelho de Mértola no distrito de Beja e no País	12
Fig. 2.2	Mapa do concelho de Mértola com as suas nove freguesias	12
Fig. 2.3	Mapa do concelho de Mértola com principais as ligações rodoviárias e com indicação da antiga ligação ferroviária entre a Mina de S. Domingos e o Pomarão	12
Fig. 2.4	Área do Parque Natural do Vale do Guadiana	25
Fig. 2.5	Paisagem natural no PNVG: Estepe, Montado e Esteva	25
Fig. 2.6	Paisagem na área de impacto da Mina de S. Domingos: Vegetação degradada, Erica andevalensis junto às águas ácidas e Eucaliptal nas imediações da Mina	25
Fig. 2.7	Geologia da Zona Sul Portuguesa. (In: Mineração no Baixo Alentejo. CMCV, 1996, p.10)	26
Fig. 2.8	Geologia da Zona Sul Portuguesa e Cartografia do nível 240m e corte geológico pela massa de sulfuretos maciços do jazigo de S. Domingos	26
Fig. 2.9	Carta Geológica com MSD em destaque	27
Fig. 2.10	Paramento ou vertente da área da exploração a céu aberto (Corta)	27
Fig. 2.11	Evolução da população residente, nas freguesias de Corte do Pinto, Santana de Cambas e Mértola, 1864-1991	29
Fig. 2.12	Evolução da população residente no concelho de Mértola, 1864-1991	29
Fig. 2.13	Evolução da população residente na povoação da Mina de S. Domingos, 1940-1991	31
Fig. 2.14	Gráfico da População Residente / Não Residente, MSD e POM	35
Fig. 2.15	Gráfico da População Residente por Grupos Etários, MSD e POM	35
Fig. 2.16	Gráfico da Escolaridade da População Residente por Grupos Etários, MSD	36
Fig. 2.17	Gráfico da População Empregada por Sectores de Actividade, MSD	37
Fig. 2.18	Gráfico da Escolaridade da População Residente Segundo a Situação Profissional, MSD	38

Fig. 3.1	Achados arqueológicos relacionados com actividades de mineração pré romana	44
Fig. 3.2	Achados arqueológicos relacionados com actividades de mineração pré romana e romana	44
Fig. 3.3	Achados arqueológicos encontrados na Mina de S. Domingos	44
Fig. 3.4	Mapa da Hispânia Romana com as suas províncias	45
Fig. 3.5	Mapa das vias romanas no sul de Portugal	46
Fig. 3.6	Via Romana da Mina de S. Domingos	46
Fig. 3.7	Galerias romanas descobertas pelos trabalhos de mineração do séc. XIX	47
Fig. 3.8	Rodas hidráulicas de desagúe, encontradas em minas romanas	49
Fig. 3.9	Outros sistemas de desagúe, encontradas em minas romanas	49
Fig. 3.10	Achados arqueológicos romanos, encontrados nas minas de Aljustrel	50
Fig. 3.11	Rodas hidráulicas de desagúe, encontradas em minas romanas	51
Fig. 3.12	Acção da Sociedade Especial Mineira La Sabina, emitida a 31.01.1860	56
Fig. 3.13	Retratos da elite dirigente da Mina de S. Domingos	58
Fig. 3.14	Retratos de Jonh Laurence Danino e Henry Joseph Danino, directores (?) da Mason & Barry em 1864-1885 e 1868-1879	58
Fig. 3.15	Cemitério Inglês da Mina de S. Domingos e lápide funerária de um dos seus túmulos, datada de 1867	61
Fig. 3.16	Diploma da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses	62
Fig. 3.17	Retratos do grupo dirigente e quadros administrativos	63
Fig. 3.18	Planta com a demarcação da área de concessão da Mina de S. Domingos, de 12.08.1857	65
Fig. 3.19	Primeiro palácio de Mason	67
Fig. 3.20	Vista do primeiro aldeamento mineiro, 1867-68	68
Fig. 3.21	Planta do estabelecimento mineiro de S. Domingos, em 1883	71
Fig. 3.22	Planta do estabelecimento mineiro de S. Domingos, meados séc. XX	72
Fig. 3.23	O novo palácio de Mason	73
Fig. 3.24	Réplicas dos pilares do portão do palácio aplicadas nas restantes casas do bairro Inglês.	73
Fig. 3.25	Planta do bairro operário do lado do "Romana"	74
Fig. 3.26	Vistas dos bairros operários construídos do lado Norte de S. Domingos	74
Fig. 3.27	Planta do bairro inglês, com o palácio da administração e as casas dos empregados em torno do jardim do coreto	75

Fig. 3.28	Vista do antigo Hospital e placa da farmácia de S. Domingos, após o encerramento da Mina	76
Fig. 3.29	Lápide assinalando o início da construção da escada de acesso à mina	76
Fig. 3.30	Oficinas e linhas do caminho-de-ferro, com os primeiros comboios que levavam o minério da Mina ao Pomarão	77
Fig. 3.31	Planta do Pomarão, posterior a 1876, com as habitações operárias (quartéis)	78
Fig. 3.32	Cais de descarga e separação do minério	86
Fig. 3.33	Corte longitudinal pelo jazigo com a zona do chapéu de ferro escavada entre 1868 e 1876	87
Fig. 3.34	Vista da corta resultante da lavra a céu aberto em S. Domingos	88
Fig. 3.35	Escavadoras a vapor "Ruston", de 8 toneladas e "Bucyrus", ambas em trabalhos na Corta Dehesa da mina de Rio Tinto, cerca de 1900	89
Fig. 3.36	Trabalhos de exploração mineira em S. Domingos	89
Fig. 3.37	Mineiros abrindo "barrenos" com prefuradoras e à mão, para colocação de explosivos, na mina El Perrunal, em finais do séc. XIX	89
Fig. 3.38	Malacate do poço n.º 3 (?) e ruínas da central de trituração, com a chaminé para produção de energia a vapor e a povoação da Moitinha	91
Fig. 3.39	Planta geral do estabelecimento mineiro de S. Domingos com a sua rede de 7 açudes	92
Fig. 3.40	Panorâmica do Valle del Infierno, na mina de Rio Tinto	92
Fig. 3.41	Panorâmica das ruínas da fábrica de enxofre da Achada do Gamo II	93
Fig. 3.42	Panorâmica dos barcos à vela fundeados no Guadiana	96
Fig. 3.43	Grandes navios acostados ao embarcadouro do Pomarão	97
Fig. 3.44	Casa da administração (palácio da Mason & Barry	97
Fig. 3.45	Locomotiva "José Danino", construída em 1932	
Fig. 3.46	Exterior e interior do túnel e ponte da linha de caminho de ferro, à chegada ao Pomarão.	98
Fig. 3.47	Retrato de um grupo de operários da Mina de S. Domingos	107
Fig. 4.1	Planta do Pomarão com o traçado da linha-férrea até ao cais, 1908.	117
Fig. 4.2	Planta com sectores de formação da estrutura urbana da Mina de S. Domingos	122
Fig. 4.3	Tipologias dos quarteirões da Mina de S. Domingos	123
Fig. 4.4	Tipologias dos espaços livres da Mina de S. Domingos	124

Fig. 4.5	Tipologias dos espaços “Rua-Pátio” da Mina de S. Domingos	125
Fig. 4.6	Estrutura viária principal	126
Fig. 4.7	Tipologias dos Pontos Nodais dos eixos viários fundamentais da Mina de S. Domingos	127
Fig. 4.8	Tipologias planimétricas da arquitectura de tradição clássica da Mina de S. Domingos	128
Fig. 4.9	Processo tipológico de formação da casa rural no território de Mértola	129
Fig. 4.10	Processo tipológico de formação da habitação operária da Mina de S. Domingos	130
Fig. 4.11	Tipologia arquitectónica do edificado operário em banda da Mina de S. Domingos e processo tipológico de formação do edificado subsidiário	131
Fig. 4.12	Arquitectura de tradição clássica da Mina de S. Domingos. Moradias do bairro inglês	139
Fig. 4.13	Arquitectura de tradição clássica da Mina de S. Domingos. Palácio do director da Mina	139
Fig. 4.14	Arquitectura de tradição clássica da Mina de S. Domingos. Relógio de sol no jardim do palácio do director da Mina	139
Fig. 4.15	Arquitectura de tradição clássica da Mina de S. Domingos. Fogões de sala e chaminé da Cozinha no interior do palácio do director da Mina	140
Fig. 4.16	Arquitectura de tradição clássica da Mina de S. Domingos. Tectos das salas e do salão de festas no interior do palácio do director da Mina	140
Fig. 4.17	Arquitectura de tradição clássica da Mina de S. Domingos. Igreja, Escolas e estação dos correios	140
Fig. 4.18	Arquitectura de tradição clássica da Mina de S. Domingos. Mercado e Cine Teatro	140
Fig. 4.19	Arquitectura de tradição popular standarizada da Mina de S. Domingos. Habitação operária em banda	140
Fig. 4.20	Arquitectura de tradição popular standarizada da Mina de S. Domingos. Evolução do quintal ao anexo standard	141
Fig. 4.21	Arquitectura de tradição popular standarizada da Mina de S. Domingos. Tipologias de anexo standard	141
Fig. 4.22	Arquitectura de tradição popular da Mina de S. Domingos. Anexos de génese popular	141
Fig. 4.23	Arquitectura de tradição popular da Mina de S. Domingos. Fornos colectivos e forno particular	141

Fig. 4.24	Arquitectura de tradição popular da Mina de S. Domingos. Sede do centro republicano e arquitectura de tradição popular standarizada. Moradia qualificada em banda	141
Fig. 4.25	Arquitectura industrial da Mina de S. Domingos. Oficinas e armazéns em ruínas	142
Fig. 4.26	Tipologias dos quarteirões do Pomarão	144
Fig. 4.27	Tipologias dos espaços "Rua-Pátio" do Pomarão	145
Fig. 4.28	Estrutura viária principal. CM 514	147
Fig. 4.29	Arquitectura de tradição clássica do Pomarão. Palácio da administração	154
Fig. 4.30	Arquitectura de tradição clássica do Pomarão. Edificações de influência urbana que alojavam o antigo comércio local	154
Fig. 4.31	Arquitectura de tradição popular standarizada do Pomarão. Habitação operária em banda	155
Fig. 4.32	Arquitectura de tradição popular do Pomarão. Tipologias de anexos destinados a cozinhas e sanitários	155
Fig. 4.33	Arquitectura de tradição popular do Pomarão. Edificações isoladas de feição rural	155
Fig. 4.34	Arquitectura industrial do Pomarão. Armazéns em ruínas	155
Fig. 5.1	Ruínas do edifício dos estábulos após o abandono do complexo mineiro	159
Fig. 5.2	Aspecto geral das construções após o encerramento e desmantelamento do complexo mineiro	160
Fig. 5.3	Interior das oficinas, esvaziadas durante o desmantelamento do complexo mineiro	160
Fig. 5.4	Plataforma do caminho-de-ferro, levantado em 1968 e fábrica de enxofre, após o encerramento em 1962	160
Fig. 5.5	Impacto da proliferação de construções anexas dissonantes	
Fig. 5.6	Tipologia de anexo mineiro e construções ilegais dissonantes que invertem a relação face à banda	162
Fig. 5.7	Anexo mineiro preservado e anexos com novos materiais de embelezamento	163
Fig. 5.8	Intervenções de individualização e embelezamento da habitação em banda	163
Fig. 5.9	Algumas formas de apropriação do espaço público nas ruas entre a habitação em banda	163
Fig. 5.10	Delimitação da Área Mineira Abandonada de S. Domingos	166
Fig. 5.11	Corta com águas ácidas e vista aérea da zona abandonada da fábrica de enxofre, na Achada do Gamo	166

Fig. 5.12	Alguns dos cursos de águas ácidas existentes na área mineira abandonada	166
Fig. 5.13	Aspecto das águas paradas com elevados teores de contaminação	167
Fig. 5.14	Depósitos de escórias e rejeitados de minério, espalhados ao longo da área mineira abandonada	167
Fig. 5.15	Galerias subterrâneas de acesso a mina e à direita túnel do caminho-de-ferro, entulhado devido a derrocada	167
Fig. 5.16	Delimitação da propriedade da La Sabina	170
Fig. 5.17	Plantas Síntese do Plano Geral de Urbanização da Mina de São Domingos e Pomarão	171
Fig. 5.18	Plantas Anexas ao Acordo para a Reorganização	171
Fig. 5.19	Habitações mineiras em banda. Edifício pré existente designado como "arquitetura mineira standartizada", pelo PGU e PP	174
Fig. 5.20	Loteamento integrando as habitações mineiras em banda e o novo edifício subsidiário proposto	175
Fig. 5.21	Proposta para novo edifício em banda, com edificações subsidiárias acopladas ou isoladas	175
Fig. 5.22	Cartaz da exposição realizada na Mina de S. Domingos pelo GTL	175
Fig. 5.23	Localização e planta da área de lazer fluvial da Tapada Grande da MSD	176
Fig. 5.24	Aspecto actual da área de lazer fluvial da Tapada Grande da MSD	176
Fig. 5.25	Palácio da Mina na actualidade e projecto da La Sabina para a sua reabilitação e utilização como hotel de 5 estrelas	176
Fig. 5.26	Demolição da antiga povoação de Rio Tinto e a Corta Atalaya que lhe sucedeu	180
Fig. 5.27	O bairro inglês em 1897, o bairro operário, que já não existe e os trabalhos na Corta do Filão Norte de Rio Tinto, em finais do séc. XIX	181
Fig. 5.28	Impacto ambiental. Um produto turístico do Parque Mineiro de Rio Tinto	181
Fig. 5.29	Arquitetura mineira de Rio Tinto. Casas vitorianas do bairro inglês da Bella Vista	181
Fig. 5.30	Museu Mineiro de Rio Tinto e vistas do seu interior com a sala da época romana e o Vagón del Maharajah, construído para uma viagem da rainha de Inglaterra à Índia	181
Fig. 5.31	Aventura Minaparque de Rio Tinto. O comboio turístico cujo percurso acompanha o rio Tinto e as suas paisagens únicas	182
Fig. 5.32	Planta do projecto reconversão e aproveitamento turístico da Mina do Lousal	184

Fig. 5.33	Impacto ambiental: contaminação aquífera e escombrelras	184
Fig. 5.34	Bairro operário e Igreja e Centro de artesanato	184
Fig. 5.35	Museu Mineiro do Lousal	185

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	ii
Dedicatória	iii
Resumo	iv
<i>Abstract</i>	v
I. Introdução	
1.1 Apresentação	2
1.2 Âmbito e objectivos	5
1.3 Pesquisa	6
1.4 Composição	8
II. Enquadramento Geográfico e Socioeconómico	
2.1. Enquadramento Territorial	11
2.2 Caracterização Biofísica	13
2.2.1 Clima	13
2.2.1.1. Temperatura do Ar	13
2.2.1.2. Insolação, Nebulosidade e Humidade	14
2.2.1.3. Precipitação, Evapotranspiração e Balanço Hídrico	15
2.2.1.4. Vento	16
2.2.1.5. Geada e Nevoeiro	16
2.2.1.6. Radiação Solar e Balanço da Radiação	17
2.2.1.7. Classificação Climática	17
2.2.2 Morfologia do Território	19
2.2.3 Solos	20
2.2.4 Biogeografia	21
2.2.5 Síntese Geológica e Metalogenética	22
2.3 Caracterização Socioeconómica	28
2.3.1 Evolução e dinâmica demográficas	28
2.3.2 Distribuição espacial da população	33
2.3.3 Caracterização da população da Mina de S. Domingos e do Pomarão	33
2.3.3.1. População existente e estatuto de residência	34
2.3.3.2. Estrutura etária da população residente	35
2.3.3.3. Grau de instrução da população residente	36
2.3.3.4. Situação da população face aos sectores de actividade económica	36
2.3.3.5. Situação da população face à profissão por sexo	37

III. Evolução Histórica

3.1	Actividades de mineração no Período Pré-Romano	40
3.2	Mineração no Período Romano	44
3.3	Mineração no Período Industrial	52
3.3.1	A redescoberta da Mina de S. Domingos e a construção do seu complexo mineiro e industrial	54
3.3.1.1.	O sistema empresarial e a elite dirigente inglesa	55
3.3.1.2.	A fundação do complexo e os seus principais empreendimentos e características	64
3.3.2	A exploração industrial da Mina de S. Domingos	79
3.3.2.1.	Sistemas de mineração e metalurgia	83
3.3.2.2.	Os transportes e o escoamento do minério	93
3.3.3	O operariado e os movimentos reivindicativos na Mina de S. Domingos	99

IV. Caracterização Urbana e Arquitectónica

4.1	Génese e formação do complexo mineiro industrial	108
4.1.1	Evolução do núcleo urbano da Mina de S. Domingos	110
4.1.2	Evolução do núcleo urbano do Pomarão	115
4.1.3	Evolução da área mineira e industrial	118
4.2	Morfologia e estrutura do espaço urbano existente	119
4.2.1	Núcleo histórico urbano da Mina de S. Domingos	120
4.2.1.1.	Estrutura e malha urbana	120
4.2.1.2.	Estrutura viária	125
4.2.1.3.	Tipologias arquitectónicas	127
4.2.1.4.	Usos do edificado	132
4.2.1.5.	Número de pisos do edificado	133
4.2.1.6.	Estado de conservação do edificado	133
4.2.1.7.	Estrutura verde	134
4.2.1.8.	Infra-estruturas	136
4.2.1.9.	Toponímia	138
4.2.2	Núcleo histórico urbano do Pomarão	142
4.2.2.1.	Estrutura e malha urbana	142
4.2.2.2.	Estrutura viária	146
4.2.2.3.	Tipologias arquitectónicas	147

4.2.2.4. Usos do edificado	150
4.2.2.5. Número de pisos do edificado	151
4.2.2.6. Estado de conservação do edificado	151
4.2.2.7. Estrutura verde	152
4.2.2.8. Infra-estruturas	153
4.2.2.9. Toponímia	154
V. O Contexto Actual	
5.1 Antecedentes	157
5.2 Passivo social, estrutural e ambiental	160
5.2.1 Impactos do repovoamento	161
5.2.2 Passivo estrutural	163
5.2.3 Passivo ambiental	164
5.3 Processo de reabilitação e desenvolvimento	167
5.3.1 Instrumentos de ordenamento e reorganização	168
5.3.1.1. Plano Geral de Urbanização	169
5.3.1.2. Acordo para a reorganização da propriedade	170
5.3.2 Implementação dos instrumentos de ordenamento e gestão	171
5.4 Casos de referência	176
5.4.1 Minas de Rio Tinto - um projecto turístico mineiro	178
5.4.2 Mina do Lousal - um projecto integrado de desenvolvimento	182
VI. Património, Oportunidades e Perspectivas de Desenvolvimento	
6.1 Introdução	186
6.1.1 Valores estratégicos	187
6.1.2 O valor património cultural	189
6.1.3 Delimitação e natureza do bem cultural	189
6.1.4 O património a preservar e a valorizar	191
6.2 Potencial e tendências de desenvolvimento	192
6.2.1 A vertente do turismo cultural	193
6.2.2 A vertente ambiental e científica	194
6.2.3 A vertente aventura e natureza	194
VII. Discussão e Conclusão	
7.1 Considerações finais	197
7.2 Conclusões	198
Bibliografia	202

Capítulo I

Introdução

1.1 Apresentação

A área em abordagem, actualmente designada por “Conjunto da Mina de S. Domingos e Pomarão”, ou simplesmente por Mina de S. Domingos, foi um estabelecimento mineiro fundado no séc. XIX por uma companhia inglesa, a Mason & Barry, Ltd., que em 1857 se instalou na então Serra de S. Domingos, no interior baixo alentejano, construindo o maior complexo mineiro-industrial da sua época, em território português.

Situado na margem esquerda do rio Guadiana, no concelho de Mértola, esse complexo desenvolveu-se ao longo dos cerca de 17 km da sua linha-férrea, entre a Mina e o Pomarão, porto fluvial de embarque do minério situado na confluência com o rio Chança.

Depois de ter sido a mais importante mina de cobre da Europa, alcançando produções superiores a 400.000 toneladas de minério por ano (1911-1912), com cerca de 3.000 trabalhadores e perto de 6.000 habitantes na Mina de S. Domingos e no Pomarão, os povoados edificados para alojamento dos operários e apoio logístico do empreendimento, chega aos nossos dias num acentuado estado de decadência e degradação, mercê do seu abandono e posterior desmantelamento em consequência do esgotamento do filão e da falência da arrendatária da concessão de exploração, a Mason & Barry, Ltd., que explorou a mina até ao ano de 1965.

Passados 37 anos após o seu abandono, subsistem na Mina de S. Domingos e no Pomarão perto de 950 habitantes permanentes, uma população maioritariamente constituída por idosos e desempregados, essencialmente antigos mineiros e seus descendentes, que vive socialmente desintegrada, com graves carências económicas e sem as principais infra-estruturas básicas e equipamentos sociais.

Envoltas num marasmo económico e social e condicionadas à tutela legal da antiga concessionária da exploração e actual proprietária, a La Sabina S.A., que manteve a posse das construções e de toda a área do complexo mineiro, estas localidades não conseguiram aderir ao desenvolvimento estrutural do país e da região, mergulhando num vazio de referências de poder, que vem corrompendo progressivamente os valores sociais e patrimoniais, considerados como estratégicos para a requalificação sustentada de todo o conjunto onde se integram.

A par desta realidade, a Mina de São Domingos enquanto conjunto histórico industrial perfila-se como legado demonstrativo e paradigmático dos grandes empreendimentos mineiros do período da industrialização no contexto Ibérico.

Inserida na Faixa Piritosa Ibérica, vasta área geológica que se desenvolve desde Alcácer do Sal até Sevilha, onde se localizam diversas minas também exploradas desde a Antiguidade, forma conjuntamente com a grande mina de Rio Tinto, na província espanhola de Huelva, e com as minas portuguesas de Aljustrel e do Lousal uma potencial rede de futuros parques museológicos geomineiros, a dinamizar na vertente do turismo cultural.

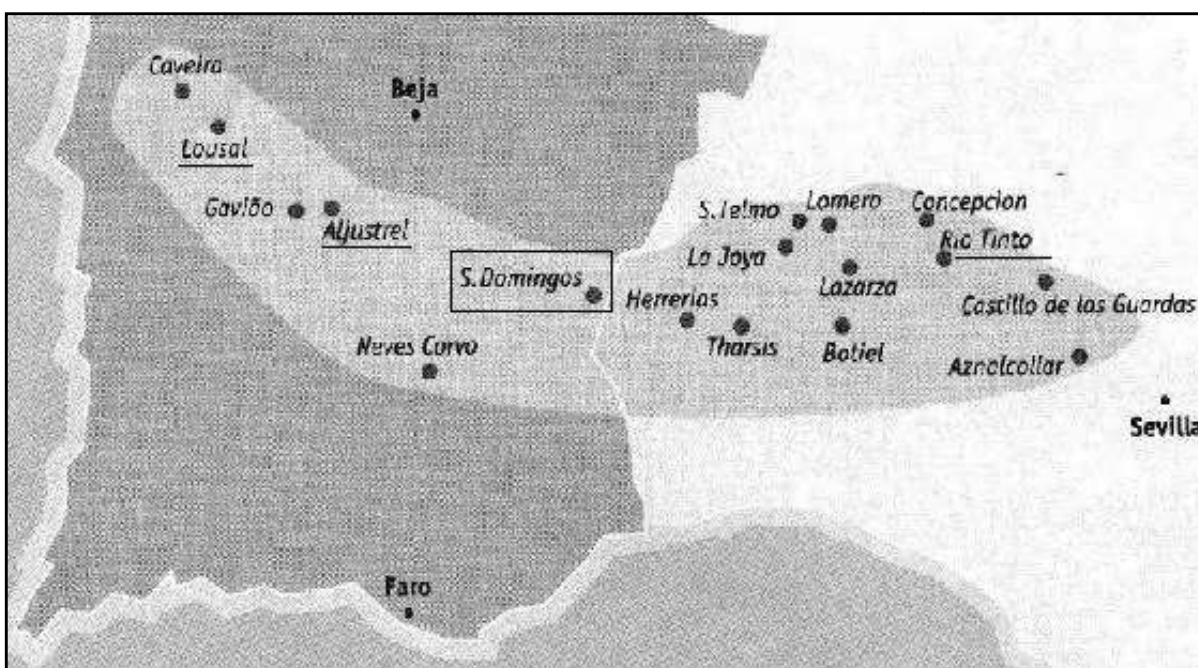


Fig. 1.1 – Faixa Piritosa Ibérica e suas principais minas.

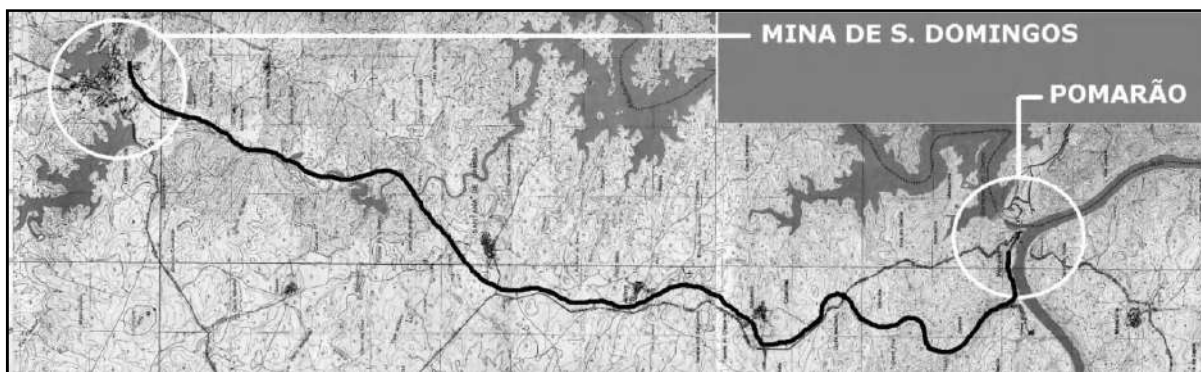


Fig. 1.2 – A Mina de S. Domingos e Pomarão e o traçado da sua antiga linha de caminho de ferro.

Tem ainda em comum com esses sítios, para além dos paralelismos históricos e tipológicos, uma característica área de extracção a céu aberto (corta), edificações e

infra-estruturas industriais em ruínas, extensas áreas de escombreiras e represas contaminadas com águas ácidas, o que ao nível do seu impacto sobre o meio envolvente constitui actualmente uma preocupação governamental em matéria de recuperação ambiental.



Fig. 1.3 – Fotografia aérea da Mina de S. Domingos.
(Ortofoto, Artop 1999. CMM)



Fig. 1.4 – Fotografia aérea do Pomarão.
(Ortofoto, Artop 1999. CMM)

1.2 Âmbito e objectivos

O presente estudo, enquadra-se genericamente na temática da Reabilitação Urbana e da Salvaguarda e Valorização do Património Cultural e circunscreve-se ao conjunto constituído pelos dois núcleos urbanos (Mina e Pomarão) e pela área mineira e industrial abandonada do antigo complexo da Mina de São Domingos.

Objectivamente são tratadas matérias subjacentes ao planeamento e ordenamento do território; à reabilitação urbana e arquitectónica; à recuperação ambiental; e à classificação do património construído e sua musealização.

Mercê da condição privilegiada decorrente da coordenação da equipa multidisciplinar do Gabinete Técnico Local, procurou-se potenciar a experiência profissional, a vivência no local e o acesso a fontes diversas para a consumação deste estudo que, também, pretende constituir uma base teórica de reflexão e de informação útil para a elaboração dos planos de pormenor de salvaguarda e valorização dos núcleos históricos da Mina de São Domingos e do Pomarão, a desenvolver proximamente pela Câmara Municipal de Mértola.

Como objectivo geral é proposto estudar-se o património arquitectónico, urbanístico e industrial do antigo complexo mineiro da Mina de São Domingos, com vista à consolidação de um conhecimento que melhor contribua para a sua salvaguarda e valorização, entendendo o seu património específico como uma mais valia para o desenvolvimento social, cultural e económico da população e do concelho a que pertence.

Como objectivos específicos são tomadas as seguintes premissas:

- a) Enquadrar a fundação e o desenvolvimento urbano e industrial do complexo mineiro de São Domingos, relativamente aos factores naturais, humanos e históricos;
- b) Caracterizar o urbanismo e a arquitectura mineira dos núcleos urbanos da Mina de São Domingos e do Pomarão;
- c) Identificar e caracterizar o património construído do antigo complexo mineiro da Mina de São Domingos;
- d) Evidenciar os aspectos da tradição, do modo de vida e da memória colectiva, referentes aos povoados, à sua população e à identidade mineira;

e) Contribuir, através de propostas, para a salvaguarda e valorização do património cultural, específico do tempo e da realidade económica e social, inerente ao período de laboração do complexo;

f) Delimitar e descrever o conjunto “Mina de S. Domingos e Pomarão”, para efeitos de proposta de classificação como Imóvel de Interesse Público;

g) Contribuir, através de propostas, para a musealização do conjunto, indicando estratégias, acções e conteúdos para a sua dinamização turística e cultural, prevendo-se uma futura integração numa rede regional e internacional de parques museológicos geomineiros da Faixa Piritosa Ibérica.

1.3 Pesquisa

A natureza multidisciplinar deste estudo implicou o manuseamento e a utilização de materiais e recursos diversos, que só através de um posicionamento participante face aos temas abordados, foi possível conseguir.

A informação “disponível” sobre o objecto de estudo encontra-se em grande parte publicada nos principais trabalhos referenciados na bibliografia, com particular destaque para a obra de Helena Alves, *Minas de São Domingos, Formação Social e Identidade Mineira* e para o *Plano Geral de Urbanização da Mina de S. Domingos e Pomarão*, da CMM. A restante informação, antiga e recente, surge dispersa e pontualmente integrada em publicações sob a forma de artigos temáticos, actas de congressos e estudos técnicos e científicos.

No que concerne ao escasso espólio histórico-documental e material sobre a Mina de S. Domingos, salienta-se a grande dificuldade em aceder à sua consulta, pois regra geral as entidades públicas, através dos seus elementos, e os investigadores e particulares que possuem elementos sobre o tema, tendem a restringir a sua consulta, impedindo com isso um maior desenvolvimento do conhecimento sobre este património de interesse público. Parte desse espólio disperso e reservado, tem sido por vezes vagamente referenciado de modo informal, estando por fazer a sua recolha para sede própria, no local a que diz respeito.

O grande vazio de elementos referentes ao planeamento e organização do complexo mineiro, levado a efeito pela M&B é justificado pela ocorrência de um incêndio, registado na sala de desenho existente no palácio da Mina, nos anos pós revolução de Abril de 74, que terá destruído toda a documentação aí reunida pelo último engenheiro

superintendente que residiu no edifício. Uma importante perda que em conjunto com a apropriação dos inúmeros documentos, fotografias, artefactos que existiram nas instalações da empresa e com à alienação e desmantelamento de todas as máquinas e equipamentos existentes, por altura do encerramento, reduziu drasticamente um espólio que hoje constituiria um importante manancial para a história e para o estudo e divulgação deste património.

No quadro das dificuldades referidas, o acesso à documentação, para efeitos do presente estudo, processou-se com lentidão e persistência, resultando da colaboração das poucas entidades e particulares dispostas a contribuir para a valorização do património cultural da MSD.

Esse contributo, quanto ao espólio fotográfico, foi generosamente facultado pela empresa La Sabina SA; António Cunha e Germano Vaz, ambos fotógrafos com participação em trabalhos sobre a Mina, e pontualmente por alguns habitantes da Mina e do Pomarão.

Quanto à cartografia apresentada, é na sua maior parte, proveniente dos arquivos da CMM, onde também foi recolhida muita da informação técnica referente ao planeamento e ordenamento do território.

Os registos e as notícias de época recolhidas na imprensa e em periódicos consultados nas bibliotecas municipais da região e em alguns organismos, foram de significativa importância para a verificação de datas e factos e para um maior conhecimento da história do objecto de estudo.

Alguma bibliografia espanhola sobre os temas da história da mineração na FPI e sobre as técnicas de mineração romana foi também preciosa para a consolidação da abordagem histórica apresentada, assim como as visitas realizadas ao Museu mineiro de Rio Tinto e ao Museu da mina do Lousal, que permitiram estabelecer contacto pessoal com essas realidades comparáveis.

Por último, a maior parte dos registos fotográfico actuais apresentados, resultam do trabalho de levantamento realizado desde o final de 1998, momento em que iniciei funções de arquitecto coordenador do GTL da Mina de S. Domingos. Alguns dos elementos gráficos intercalados no corpo do trabalho e em apêndice, foram desenvolvidos desde então com a participação da respectiva equipa coordenada que nessa condição contribuiu para a sua elaboração. Noutra dimensão, a Câmara Municipal de Mértola enquanto entidade particularmente interessada nos contributos deste estudo,

participou directa e indirectamente através das oportunidades concedidas e do acesso facilitado a materiais e recursos.

1.4 Composição

O trabalho realizado apresenta-se estruturado de modo a proporcionar uma consulta prática e directa dos temas abordados. Primeiramente, neste capítulo, dá-se a conhecer resumidamente a natureza e a fenomenologia inerente ao objecto de estudo, os objectivos da abordagem e os contributos recolhidos para a elaboração da mesma.

Para uma correcta leitura e utilização deste estudo, é importante conhecer as metodologias de trabalho adoptadas, tanto mais que da futura utilização dos dados integrantes, se poderá requerer o conhecimento da sua proveniência ou processamento, sejam sob a forma de resultados apresentados ou de propostas de intervenção prescritas, informação que é prestada no ponto seguinte do presente capítulo.

O enquadramento geográfico e o sócio-económico são desenvolvidos em capítulo próprio (Cap. II), e reflectem de modo representativo apenas o que se entendeu necessário e fundamental para a consecução dos objectivos do trabalho, dado que os temas facilmente se prestam a grandes desenvolvimentos, poderia incorrer-se numa proporção desequilibrada no contexto total.

A evolução histórica (Cap. III), revela-se matéria apaixonante e uma das que se pretendeu abordar em maior profundidade, embora com a devida ponderação e síntese, por ser de delicada abordagem e de disciplina específica. Não obstante, a necessidade de dimensionar o objecto de estudo no quadro do valor histórico é indispensável para a justificação das propostas de salvaguarda do património, pelo que a abordagem desenvolve alguns temas inerentes à vida e função do local e apresenta uma cronologia de acontecimentos que melhor ilustram a sua importância histórica e cultural.

Demonstrativa da especificidade do local e da sua identidade, a caracterização do espaço urbano e da estrutura edificada desenvolvida no Cap. IV, abrange a génese e a evolução da malha urbana do povoado e o seu paralelismo face a outros povoados mineiros seus contemporâneos. A análise urbanística e arquitectónica produzida permite alinhar um diagnóstico da situação existente e referenciar os aspectos críticos considerados subsequentemente.

No capítulo seguinte (Cap. V), a informação apresentada visa sobretudo dar a conhecer a história recente do processo pós-encerramento do complexo mineiro, sendo que é neste

período recente (de 1965 à actualidade) que se desencadeia todo o fenómeno social e urbanístico e ambiental que motiva, por via dos seus impactos directos e indirectos, a necessidade inadiável de intervir neste espaço. Ainda que tímido e disperso na acção, o processo de requalificação desta área já se encontra em curso, entendendo-se fundamental conhecê-lo e avaliá-lo para uma posterior leitura e análise das propostas apresentadas. No universo temático e geográfico onde se insere, ocorrem paralelamente, acções similares e convergentes no fim e por vezes na forma da presente abordagem, sendo o caso em estudo o mais paradigmático quanto à estrutura e aos fenómenos em causa.

O património cultural e as oportunidades e perspectivas de desenvolvimento, entendidos como premissas nucleares deste estudo, são abordados no Cap. VI, numa perspectiva que considera o “conjunto da Mina de S. Domingos e Pomarão” como imóvel a classificar pelo IPAAR. O enquadramento desta temática recente do património industrial, tem aqui pertinência, até no quadro internacional, por ser uma tendência mundialmente emergente e indissociável da questão da requalificação dos espaços e sítios industriais desactivados.

Conclusivamente apresenta-se, no último capítulo (Cap. VIII), uma síntese dos constrangimentos e das potencialidades intrínsecas da área em estudo; uma proposta estratégica de intervenção para a reabilitação da Mina de S. Domingos e Pomarão; uma proposta de salvaguarda e valorização do núcleo urbano mineiro da MSD, que enquanto projecto de intervenção assenta na requalificação do espaço urbano e na reabilitação da estrutura edificada a par da musealização e dinamização turística do património edificado e natural existente; e uma proposta de delimitação do “conjunto da Mina de S. Domingos e Pomarão”, a classificar como Imóvel de Interesse Público.

Em apêndice ao corpo deste trabalho, apresenta-se uma compilação de elementos gráficos, constituída essencialmente pelas plantas de caracterização urbanística e arquitectónica e pelas plantas síntese da intervenção, bem como material fotográfico e documental que reunido durante a elaboração deste trabalho se considera importante para os conteúdos dos núcleos museológicos e do centro de interpretação a implementar no local.

Capítulo II

Enquadramento Geográfico e Socioeconómico

2.1 Enquadramento Territorial

O antigo complexo mineiro da Mina de S. Domingos, actualmente desactivado, situa-se nas freguesias de Corte do Pinto e de Santana de Cambas, na margem esquerda do rio Guadiana, concelho de Mértola¹, abrangendo as povoações da Mina de S. Domingos e do Pomarão, cada uma em sua freguesia respectivamente, e ainda as suas instalações industriais em ruínas e a plataforma do antigo caminho-de-ferro de ligação entre ambas.

O aglomerado urbano da Mina de S. Domingos (antigo núcleo habitacional de apoio a laboração), dista cerca de 17Km da vila de Mértola e é atravessado pela ligação rodoviária Mértola - Serpa (EN 265).

O aglomerado urbano do Pomarão, antigo terminal ferroviário e porto fluvial de embarque do minério, dista cerca de 17Km do aglomerado urbano da Mina e de igual distância de Mértola, é acessível por estrada municipal a partir da EN 265 e encontra-se caprichosamente implantado numa íngreme encosta na confluência do rio Chança com o rio Guadiana.

Localizados no extremo Sudeste da sub-região administrativa Baixo Alentejo, inserem-se no concelho de Mértola, um dos maiores de Portugal (1279 km²), que tem como limites os concelhos de Beja (capital do distrito) e de Serpa a Norte, Castro Verde e Almodôvar a Oeste, Alcoutim a Sul e a província espanhola andaluza de Huelva a Este.

Mértola, a sede do concelho, dista de Lisboa cerca de 240 Km, de Beja 50 Km, de Vila Real de St.º António 68Km e das sedes dos concelhos limítrofes entre 38 e 55Km (Castro Verde e Serpa, respectivamente). É um concelho rural muito interiorizado, com um território de características mediterrânico-continentais, subdividido pelo rio Guadiana em duas realidades social e culturalmente diferenciadas, a "margem direita" servida de melhores acessibilidades, tradicionalmente mais rica (latifúndios) e detentora do poder económico e administrativo e a "margem esquerda" mais isolada, inserida num contexto cultural raiano e tradicionalmente mais pobre e segregada.

¹ Administrativamente, o concelho divide-se em nove freguesias (Fig. 4.2). Inicialmente a povoação da MSD pertenceu à freguesia de Santana de Cambas mas após 1864 passou a pertencer à freguesia de Corte do Pinto. Os Censos de 1864 e 1878 reflectem essa alteração administrativa, através da análise da evolução comparativa da população entre as duas freguesias. Alves, Helena – *Minas de S. Domingos, Génesis Formação e Identidade Mineira*. Mértola, Ed CAM, 1997. p.119.

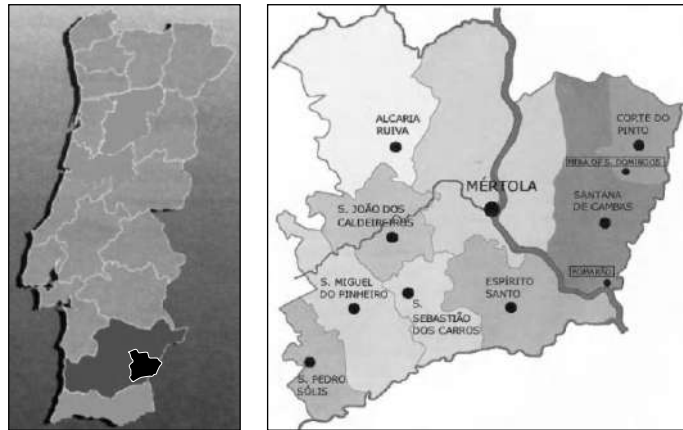


Fig. 2.1- Inserção do concelho de Mértola no distrito de Beja e no País.

Fig. 2.2 - Mapa do concelho de Mértola com as suas nove freguesias. (CMM)

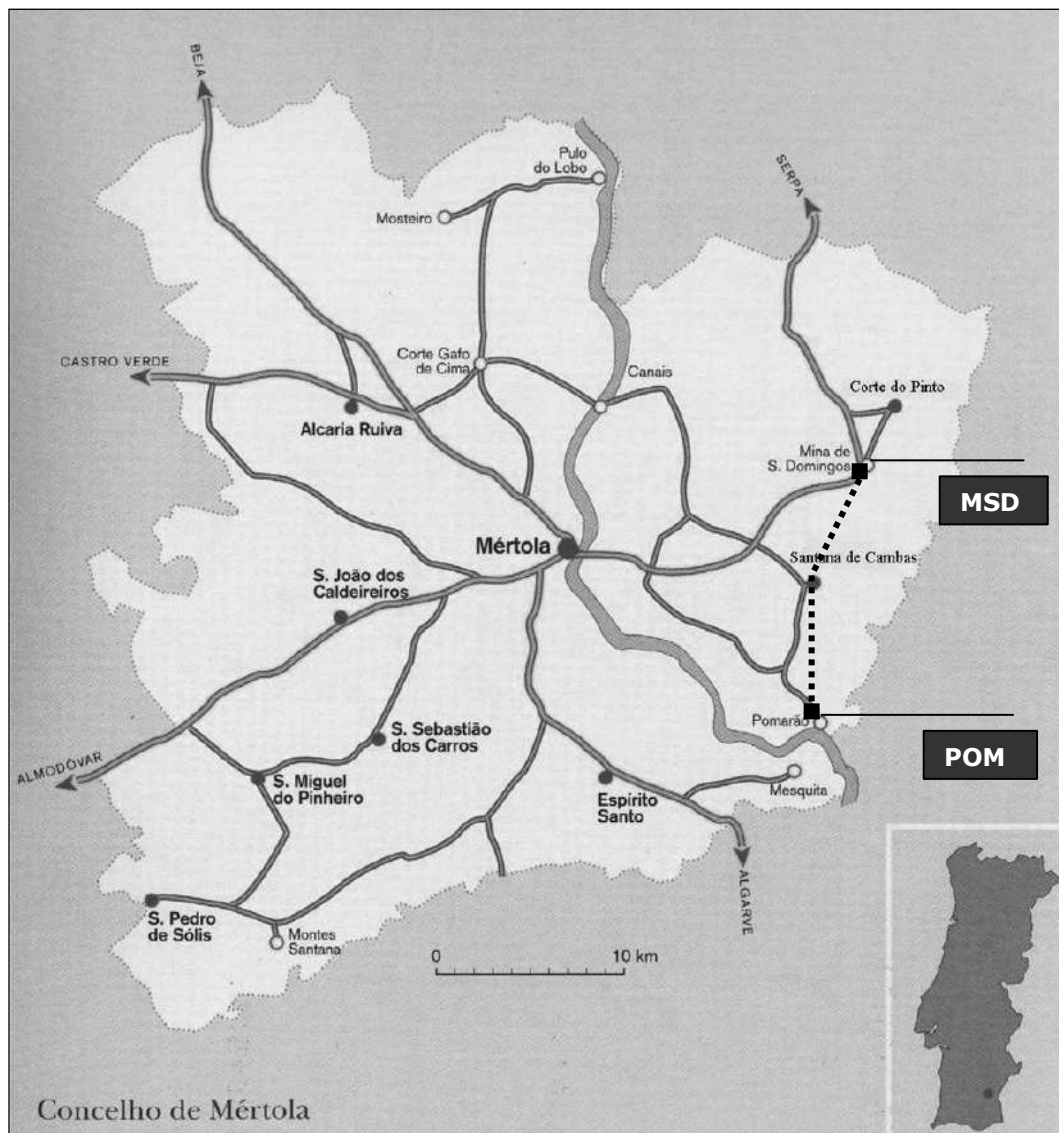


Fig. 2.3 - Mapa do Concelho de Mértola com principais as ligações rodoviárias e com indicação da antiga ligação ferroviária entre a Mina de S. Domingos e o Pomarão. (Brochura CAM/CMM)

2.2 Caracterização Biofísica

Pretendendo dar uma caracterização global, actualizada, da área geográfica onde se insere a Mina de S. Domingos, são seguidamente desenvolvidos os factores biofísicos considerados mais relevantes, embora, tendo em conta a especificidade disciplinar dos temas em foco, não seja objectivo deste trabalho fazê-lo de forma exaustiva.

2.2.1 Clima

Numa abordagem sumária que incide sobre os registos referentes ao período 1941-1991, caracteriza-se genericamente a margem esquerda do rio Guadiana e particularmente a área da Mina de S. Domingos onde se situa a estação seleccionada e utilizada como base de análise (Quadro 2.I), e que se encontra actualmente extinta.

A área em estudo insere-se numa região considerada de clima temperado, característico do Mediterrânico Continental e das regiões climáticas de Semideserto.²

Quadro 2.I – Características da Estação Meteorológica da Mina de S. Domingos
(Fontes: POPNVG, 2001, p36 e ECAAMASD, 2001, p64)

N.º	Tipo	Lat. N	Long. W	Alt (m)	Registos disponíveis
27M/02	Udométrico	37º 40'	07 30'	168	1941/1964 (observações) 1965/1991 (extrapolações)

2.2.1.1. Temperatura do Ar

Considerando apenas a estação de S. Domingos, as temperaturas médias anuais do ar situam-se nos 17,6°C (considerada a média com a estação de Mértola/Vale Formoso, situada cerca de 15Km mais a Norte, o valor desce para 17,1°C,). O Verão é habitualmente seco e tórrido atingindo a média máxima de 25.7°C (média anual mais elevada na região Alentejo) e a maior temperatura absoluta do ano, 43,5°C, ocorre durante o mês de Julho. O Inverno é moderadamente frio atingindo a média mínima de 10.4°C, no mês de Janeiro. (Quadro 2.II)

A variação anual da temperatura regista, nos meses de Verão, amplitudes anuais na ordem de 19°C, sendo a amplitude térmica média durante os meses de Verão a mais elevada (14,9°C a 18,2°C).

² Segundo Budyco, quando o índice de "escoamento climático" de uma região se situa no intervalo $0,03 < C < 0,10$, esta classifica-se como Região Climática de Semideserto, ver valores Quadro 4.IV. COBA – Estudo de Controlo Ambiental na Área Mineira Abandonada de S. Domingos. Relatório Final, Vol. I, p.67.

A variação térmica é acentuada, com Invernos moderados-frios e Verões muito quentes. Durante o ano, registam-se 3 dias com temperaturas abaixo de 0°C (nos meses de Janeiro, Fevereiro e Dezembro); 151 dias com temperaturas superiores a 25°C (entre Março e Novembro, com frequência média em Maio e Outubro e frequência quase diária entre Junho e Setembro). Durante os meses de Julho e Agosto ocorrem algumas noites de "clima tropical" em que as temperaturas mínimas se aproximam dos 20°C.

Quadro 2.II – Valores Médios Mensais e Anuais de Variáveis Climáticas.

Fonte: Estação Meteorológica de Mina de S. Domingos (1941 e 1991).

Variáveis Climáticas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mal	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
Temperatura do Ar (°C)													
Max	15,1	16,3	19,0	21,5	25,2	30,0	33,7	33,8	30,6	24,1	18,8	15,7	23,7
Min	5,6	6,4	8,1	9,9	12,1	15,1	17,6	17,4	16,4	13,0	9,1	6,4	11,4
Média Mensal	10,4	11,4	13,6	15,7	18,7	22,6	25,7	25,6	23,5	18,6	14,0	11,1	17,6
Precipitação (mm)	69,6	65,2	68,0	53,0	30,3	16,9	2,7	2,9	22,4	68,6	80,4	78,5	558,5
Humidade do Ar (%) às 9 horas	88	85	81	74	68	65	63	64	69	77	83	87	75,3
Insolação (h)	150,2	155,1	195,4	229,6	285,7	314,9	366,4	341,3	251,6	203,9	159,7	146,4	2800,2
(n/N)	0,49	0,51	0,53	0,58	0,65	0,71	0,82	0,81	0,67	0,58	0,52	0,49	0,61
Velocidade do Vento (km/h)	9,2	9,2	10,3	10,6	11,0	10,0	10,7	10,1	9,7	8,9	8,1	8,4	9,7
Ha = 6,0 m													
Número médio de dias com:													
Temperatura do ar													
Min < 0,0°C	0,6	0,5	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	1,7
Max > 25,0°C	0,0	0,0	1,3	6,0	15,2	25,4	31,0	30,4	27,3	12,8	1,3	0,0	150,7
Nebulosidade													
N ≥ 8	5,9	5,7	4,6	2,5	1,7	0,8	0,1	0,3	0,8	2,4	4,4	6,0	35,2
N ≤ 2	10,1	8,9	6,6	9,4	11,6	15,8	24,7	23,6	15,1	10,8	8,2	9,0	153,8
Velocidade do vento ≥ 36 km/h	1,2	0,5	0,4	0,3	0,3	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,1	0,4	3,4
Precipitação ≥ 1,0 mm	10,0	10,9	8,8	6,9	6,2	2,4	0,6	0,6	2,7	6,9	7,5	7,5	71,0
Geadas	7,5	3,1	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,8	4,1	16,0
Nevoeiro	3,4	1,7	1,4	0,7	0,5	0,0	0,0	0,0	0,2	1,2	1,7	2,7	13,5
Outras Variáveis Calculadas:													
BALANÇO HÍDRICO (mm)													
Precipitação (P)	69,6	65,2	68,0	53,0	30,3	16,9	2,7	2,9	22,4	68,6	80,4	78,5	558,5
Evapotranspiração Potencial (ETP)*	34,2	44,1	77,7	108,2	149,4	174,8	206,9	187,9	133,1	80,4	42,7	31,1	1270,5
P-ETP	35,4	21,1	-9,7	-55,2	-119,1	-157,9	-204,2	-185,0	-110,7	-11,8	37,7	47,4	-712,0
Armazenamento de Água (A)	100,0	100,0	90,3	35,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	37,7	85,1	448,2
Variação (dA)	14,9	0,0	-9,7	-55,2	-35,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	37,7	47,4	0,0
Evapotranspiração Real (ETR)	34,2	44,1	77,7	108,2	65,4	16,9	2,7	2,9	22,4	68,6	42,7	31,1	516,9
Défice de Água (D)	0,0	0,0	0,0	0,0	84,0	157,9	204,2	185,0	110,7	11,8	0,0	0,0	753,6
Excesso de Água (E)	20,5	21,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	41,6
BALANÇO DA RADIAÇÃO (Wm ⁻²)													
Radiação Extra-Terrestre (Ra)	192,6	252,4	327,8	401,9	456,5	476,7	465,7	423,5	354,9	277,3	208,6	173,6	334,3
Radiação Solar (Rs)	93,2	125,2	166,7	216,9	266,1	295,6	320,6	288,9	211,3	149,6	104,8	84,0	193,6
Radiação Reflectida 0,20 Rs	18,6	25,0	33,3	43,4	53,2	59,1	64,1	57,8	42,3	29,9	21,0	16,8	38,7
Radiação Efectiva 0,80Rs	74,6	100,2	133,4	173,5	212,9	236,5	256,5	231,1	169,0	119,7	83,8	67,2	154,9
Radiação Terrestre (Rt)	58,8	60,6	61,6	66,6	72,2	71,8	74,5	72,9	62,9	60,5	59,4	58,3	65,0
Balanço de Radiação (0,80 Rs - Rt)	15,8	39,6	71,8	106,9	140,7	164,7	182,0	158,2	106,1	59,2	24,4	8,9	89,9
Entalpia do Ar Húmido (H) Kcal/Kg	6,6	7,0	8,0	8,7	10,0	12,2	14,0	14,1	13,2	10,7	8,3	7,0	10,0

* Valores avaliados pelo método de Penman - Monteith

2.2.1.2. Insolação, Nebulosidade e Humidade

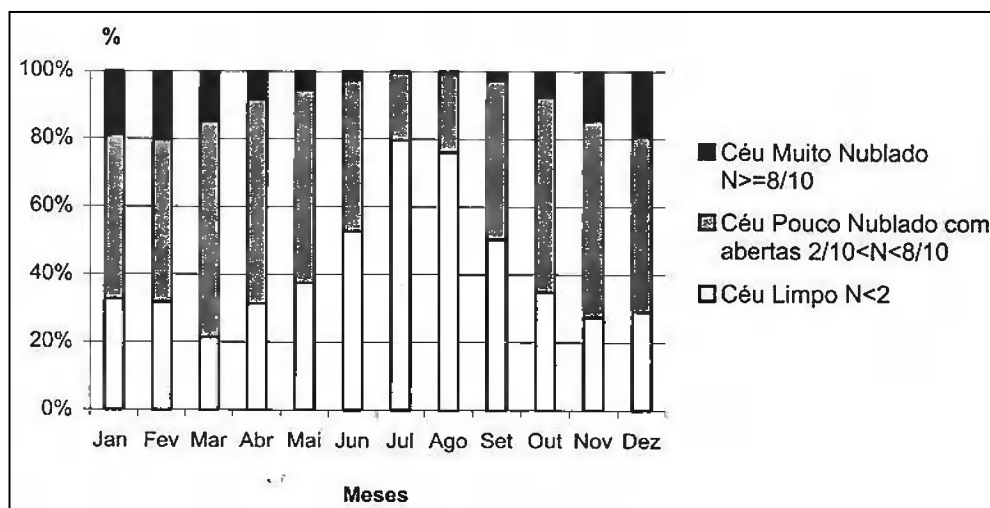
A insolação nesta região é extremamente elevada, alcançando um total de 2.800 horas/ano, com os valores mais elevados a ocorrerem nos meses de Verão e a atingirem o máximo de 366,4h no mês de Julho, (Quadro 2.II).

A variação anual da nebulosidade é inversa, ocorrendo os períodos de maior nebulosidade entre Dezembro e Fevereiro, com o maior número de dias de céu encoberto, e os períodos de céu mais limpo coincidem com os meses de Verão, com uma frequência de céu limpo sempre superior a 15 dias/mês, (Quadro 2.III).

Quanto à humidade relativa, o Inverno apresenta-se bastante húmido e o Verão moderadamente seco, a humidade média relativa oscila entre os 63% e os 88%, nos meses de Julho e Janeiro respectivamente, (Quadro 2.II).

Quadro 2.III – Número de Dias de Nebulosidade (%)

Fonte: Estação Meteorológica de Mina de S. Domingos.
(In: ECAAMASD, 2001, p68)



2.2.1.3. Precipitação, Evapotranspiração e Balanço Hídrico

A precipitação anual é muito baixa (558mm/ano) e a chuva ocorre concentrada principalmente no Inverno (71 dias de chuvas) não favorecendo a infiltração de água no solo, que é reduzida devido também ao forte escoamento superficial proporcionado pelo relevo acidentado. Nos meses de Julho e Agosto, praticamente não chove, (Quadro 2.II).

Quadro 2.IV – Relação Precipitação / Evapotranspiração Mensal (P/ETP)

Fonte: Estação Meteorológica de Mina de S. Domingos.

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
2,0	1,5	0,9	0,5	0,2	0,1	0,0	0,0	0,2	0,9	1,9	2,5	0,4

A variação pluviométrica regista precipitações máximas no início do Inverno e mínimas no Verão, existindo 4 a 5 meses de seca (a Mina de S. Domingos é particularmente quente e seca relativamente a Mértola).

A Evapotranspiração potencial regista uma média anual elevada (1270,5mm), com o valor mensal máximo a ocorrer em Julho (206,9mm) e o mínimo em Dezembro (31,1mm), contribuindo negativamente para a carência de água face às necessidades da vegetação, (Quadro 2.II).

O Balanço hídrico indica-nos que no período seco (de Maio a Setembro) se verifica um deficit hídrico de 741,8mm e no período húmido (de Outubro a Abril) verifica-se um excesso de 41,6mm sendo o saldo claramente negativo, (Quadro 2.II).

2.2.1.4. Vento

A Variação anual dos ventos reparte-se por ventos de Norte e Noroeste que são predominantes e em geral fracos (com velocidades inferiores a 12Km/h) e por ventos de Sul e Oeste, que tem menor importância. A acalmia é pouco significativa e os ventos fortes superiores a 36Km/h ocorrem apenas 3,4 dias/ano, (Quadro 2.II).

Quadro 2.V – Frequência e Velocidade dos Ventos para cada Rumo

Fonte: Estação Meteorológica de Mina de S. Domingos (1947 e 1964).

	N	NE	E	SE	S	SW	W	NW	C	ANO
Frequência (%)	23,7	4,7	6,2	6,9	14,9	4,4	13,7	19,1	6,4	100,0
Velocidade (Km/h)	10,8	8,3	8,5	9,7	10,5	9,9	10,1	11,3	0,5	9,7

2.2.1.5. Geadas e Nevoeiro

A Geadas, ocorre sobretudo nos meses de Inverno ao longo de 16,0 dias, com incidência maior em Dezembro, Janeiro e Fevereiro. O Orvalho, verifica-se durante os meses de Dezembro e Maio, com o máximo a verificar-se em Março e o Nevoeiro em 13,5 dias, principalmente nos dias frios de Inverno, embora pontualmente também ocorra no Outono e Primavera, (Quadro 2.II). Estes fenómenos decorrem da condensação do vapor de água do ar em contacto com o solo, devido ao arrefecimento deste e estão por isso relacionados directamente com as temperaturas mínimas do ar e da superfície do solo, durante o final da noite e o início da manhã.

2.2.1.6. Radiação Solar e Balanço da Radiação

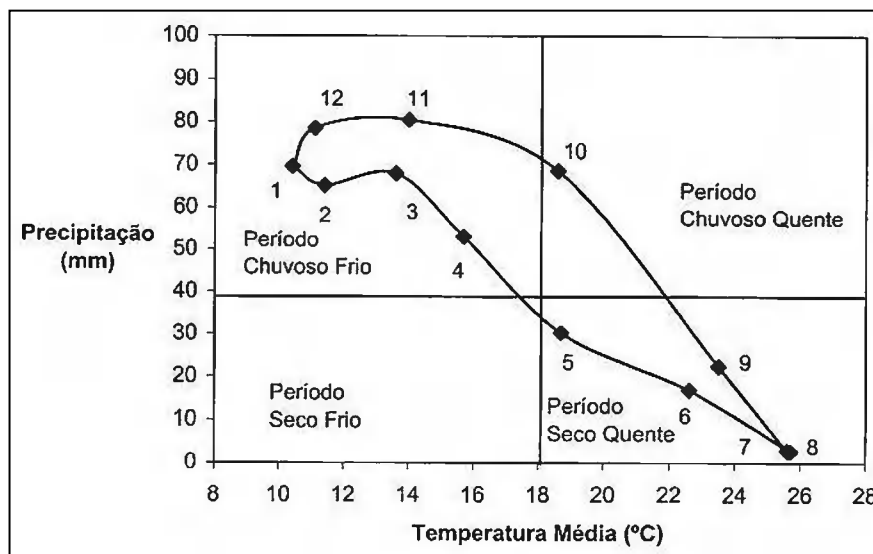
A radiação solar média anual é de $193,6\text{Wm}^{-2}$, atingindo o máximo de $320,6\text{Wm}^{-2}$ em Julho e o mínimo de $84,0\text{Wm}^{-2}$ em Dezembro. O balanço energético mensal varia entre o mínimo de $8,9\text{Wm}^{-2}$ em Dezembro e o máximo de $182,0\text{Wm}^{-2}$ em Julho, sendo a média anual de $89,9\text{Wm}^{-2}$, (Quadro 2.II).

2.2.1.7. Classificação Climática

Em síntese, da relação temperatura – precipitação³ decorre que estamos perante um clima temperado, na medida em que o Verão é seco e o Inverno chuvoso (a temperatura média mais quente é superior a 22° e o mês mais pluvioso supera em três vezes o valor de precipitação do mês mais seco).

Quadro 2.VI – Climograma

Fonte: Estação Meteorológica de Mina de S. Domingos.
(In: ECAAMASD, 2001, p71)



No decurso do ciclo anual completo, verificam-se um período seco-quente de Maio a Setembro; um período chuvoso-quente no mês de Outubro e um período chuvoso-frio de Novembro a Abril⁴ (Quadro 2.VI).

³ Em função da classificação climática de Köppen. COBA – *Estudo de Controlo Ambiental na Área Mineira Abandonada de S. Domingos*. Relatório Final, Vol. I, p.71.

⁴ Em função dos limites fixados por Köppen, "40 mm para a precipitação e 18°C para a temperatura do ar". COBA – *Estudo de Controlo Ambiental na Área Mineira Abandonada de S. Domingos*. Relatório Final, Vol. I, p.71.

Da precipitação e da evapotranspiração potencial⁵, considerando uma absorção do solo de 100mm para consumo da vegetação, obtidos os índices abaixo indicado, considera-se que o clima da região é sub-húmido seco, com excesso moderado de água no Inverno e concentração térmica no Verão.

Quadro 2.VII – Balanço Hidrológico do Solo. Valores Médios Anuais (mm)

Fonte: Estação Meteorológica de Mina de S. Domingos.

Precipitação (P)	Evap. Potencial (ETP)	Evap. Real (ETR)	Défice de água (D)	Excesso de água
558,5	894,5	436,8	457,7	121,7

Quadro 2.VIII – Índices

Índice de aridez (Ia)	51,2%
Índice de Humidade (Iha)	13,6%
Índice hídrico (Ih)	-17,1%
Concentração térmica estival	48,1%

Da comparação dos valores médios mensais da entalpia do ar húmido, em função da temperatura e humidade do ar, com os valores de sensação climática⁶, considera-se as seguintes classes de sensação climática:

Quadro 2.IX – Classes de sensação climática

Tipo de Tempo	Tipo de Clima	Período de ocorrência
Desconfortável pelo frio (H<7,5)	Hipo térmico	Dez. a Fev.
Confortável (7,5<H<11,0)	Homo térmico	Mar. a Mai. e Out. a Nov.
Desconfortável pelo calor (H>12,0)	Hiper térmico	Jun. a Set.

Quadro 2.X – Entalpia Média do Ar (kcal kg⁻¹), por estações do ano.

Fonte: Estação Meteorológica de Mina de S. Domingos (1941 e 1991).

Primavera (Mar/Mai)	Verão (Jun/Ago)	Outono (Set/Nov)	Inverno (Dez/Fev)
8,9	13,4	10,7	6,9

Quadro 2.XI – Classes de sensação climática

Primavera	Tempo de óptimo conforto (8,5<H10,0)
Verão	Tempo muito quente desconfortável (12,0<H<19,0)
Outono	Tempo moderadamente quente (H10,0<H<11,0)
Inverno	Tempo muito fresco (6,0<H<7,5)

⁵ Em função da formula empírica de Thornthwaite. Ibidem, p.72.

⁶ Em função da classificação Antropoclimática de Brazol. Ibidem, p.72.

Em termos de conforto bio climático, os períodos considerados ótimos decorrem entre Março e Novembro durante vários períodos diários, verificando-se entre Julho e Agosto um interregno abrasador no período entre as 14 e as 16 horas. O período propício ao lazer, às actividades de ar livre turísticas e desportivas e ao trabalho físico e intelectual situa-se durante todo o dia na Primavera e Outono, precisamente onde não se verificam as situações de desconforto extremas, e durante as manhãs e os finais de tarde, no Verão. O período com condições bio climáticas mais desfavoráveis é por consequência o Inverno, devido às suas baixas temperaturas.

2.2.2 Morfologia do Território

Morfologicamente, o concelho de Mértola é maioritariamente caracterizado pela Peneplanície, embora com algumas serras (elevações quartzíticas) a atingirem altitudes na ordem dos 350m. O relevo é pontuado por suaves morros e barrancos, sendo muito dada a alterações decorrentes de fracturas e esfoliações da rocha que é predominantemente composta por xistos argilosos.

A existência de rios e ribeiras importantes bem como das numerosas linhas de água que a eles acorrem, imprimem no relevo das suas margens e imediações um intenso enrugamento com declives acentuados, por vezes superiores a 14-15°. ⁷

Na margem esquerda, onde se insere a área em estudo, a orientação predominante é a Este, (rio Chança), por contraponto a um declive quase plano localizado a Oeste da Mina de S. Domingos.

A Mina de S. Domingos situa-se sobre uma zona quase plana, favorável ao assentamento urbano, onde os declives não ultrapassam os 5% de inclinação. No sector W e SW (junto à Tapada Grande) verifica-se um acentuar do relevo com ocorrência de colinas com vertentes superiores a 20% de inclinação. O acidente mais expressivo é no entanto a Corta resultante da extracção do minério, que tem vertentes superiores a 41°. ⁸

No Pomarão a topografia envolvente é drasticamente acidentada, composta de frequente interflúvios e declives acentuados, quase sempre superiores a 16° de inclinação e por vezes com vertentes na ordem dos 41°. As zonas planas correspondem somente a alguns topos e a pequenas plataformas encaixadas nas vertentes ou em fundos de vales. Este relevo agressivo, condicionou e circunscreveu

⁷ "Declives Dominantes na Margem Esquerda do Guadiana", GAT Castro Verde, citado no *PGU*, p.4.2.13.

⁸ "Geomorfologia da Mina de S. Domingos e Pomarão", *PGU*, p.4.2.14.

o assentamento urbano e as acessibilidades e infra-estruturas aí instaladas, obrigando os seus construtores a um enorme esforço humano e ao uso de meios e recursos significativos. A localização da povoação, encaixada em vertente acentuada na margem do Guadiana, encerra alguns riscos inerentes à ocorrência de cheias e à derrocada de pedras.

2.2.3 Solos

Nas áreas envolventes da Mina de S. Domingos e do Pomarão, à semelhança do resto do concelho, predominam os solos de origem xistosa, denominados Litossolos⁹. A capacidade de uso destes solos é regra geral fraca e corresponde sobretudo às classes D e E. São solos de baixa capacidade sujeitos a forte erosão e limitados para o uso agrícola em geral, embora susceptíveis de utilização para pastagens ou explorações florestais.

As limitações da capacidade dos solos para o rendimento agrícola resultam sobretudo da erosão provocada pelo escoamento superficial, podendo encontrar-se melhores condições nas depressões e fundos de vale onde precisamente se acumulam os solos transportados pelas águas.

Nas imediações da Mina de S. Domingos, junto às Tapadas, a abundância de água e a topografia quase plana contribuíram para uma melhoria das capacidades do solo, reflectidas na utilização dos mesmos pelas explorações hortícolas de regadio, pomares e florestas de eucaliptal, existentes.

Na envolvente do Pomarão as capacidades do solo são quase nulas, pelas mesmas razões já referidas, agravadas pelo maior acidentado do relevo, embora nas margens do rio também existam pequenas explorações hortícolas de regadio e pomares (provavelmente a razão do nome Pomarão) que aí correm maiores riscos devido ao regime do rio.

A área ocupada pelo aglomerado urbano da Mina de S. Domingos e pelo antigo complexo mineiro, encontra-se sob formações xistosas e em zona de vale, mas devido às grandes transformações morfológicas a que foi sujeita pelos aterros sucessivos com materiais rejeitados, resultantes da exploração mineira e provenientes das encostas dos morros (desmonte da serra de S. Domingos), apresenta solos instáveis, incipientes e muito delgados e igualmente sujeitos a forte erosão.

⁹ Litossolos ou solos esqueléticos: solos mediterrânicos em fase delgadas com acentuados problemas de erosão. POPNVG. Relatório, 2001, p.49.

2.2.4 Biogeografia

O ecossistema dominante na região é do tipo Estepe Mediterrânica, por consequência dos factores ambientais que condicionam o conjunto fauna e flora. No coberto vegetal pré-existente, predominam as árvores azinheira e oliveira e os arbustos zambujeiro e esteva, que melhor resistem à secura da terra e do clima. Na fauna predominam os répteis, vários tipos de aves (o milhafre-real, o grifo, o abutre, corvo, cegonha, etc.), e mamíferos (javalis, raposas, coelhos, lebres, etc.) naturalmente adaptados ao emaranhado arbustivo da região. De referir que quase toda a área da "margem esquerda" do rio Guadiana, no concelho de Mértola, se encontra inserida no Parque Natural do vale do Guadiana (Mina e Pomarão incluídos. Fig. 2.4), factor que, por consequência das suas condições de protecção, vem contribuindo para aumentar os valores globais de conservação das espécies.

Particularmente, numa zona envolvente à Mina de S. Domingos e que se estende até Santana de Cambas, existe uma grande área de eucaliptal¹⁰. Também uma pequena área da mesma espécie se encontra próxima do Pomarão. A razão da sua existência prendeu-se com necessidades várias como a de fixar e sustentar os solos, diminuindo a sua erosão e risco de aluimento; a alimentação de combustível para a laboração da mina e a minimização de impactos visuais, atmosféricos e faunísticos decorrentes da actividade da mina e da dizimação do montado autóctone existente. O elevado consumo de água e a desadequação ao tipo de condições locais fazem do eucalipto uma péssima espécie, que não contribui para a melhoria do solo, muito pelo contrário, esgota-o e torna-o mais pobre.

As espécies autóctones que ainda existem em abundância nas imediações da área de impacto da mina, são a azinheira (que suporta bem a secura e as amplitudes térmicas elevadas e reduz a erosão, aumentando a humidade e fertilidade no solo); o zambujeiro; a alfarrobeira; a amendoeira e a figueira. No tipo de montados existentes, é frequente coexistirem a prática de culturas de sequeiro e de pastagem de gado, com predominância para o pastoreio de ovelhas.

A vegetação existente, Subxerofítica ou vulgarmente designada de Mato, que corresponde genericamente a uma degradação da floresta, é uma formação de arbustos adaptada à secura, que em situações de maior degradação, é composta sobretudo de esteva e rosellas, (incluindo focos de carrascos, sarguaços e aroeiras) cuja polinização atrai vários insectos que por sua vez atraem vários predadores (aracnídeos, répteis, aves e pequenos mamíferos). Este tipo de vegetação

¹⁰ 260.000 indivíduos numa área de 234,9750ha, segundo relatório da M&B em 1959. *PGU*, p.4.2.18.

acompanha com frequência os vales dos cursos de água, instalando-se nas vertentes das colinas e fundos de vales tal como se observa nas imediações do Pomarão.

Como consequência da profunda e sistemática intervenção humana que incidiu sobre a área do antigo complexo mineiro, o coberto vegetal desta zona foi muito alterado. Tal como já referido, é o eucalipto a espécie arbórea que predomina e a esteva o mato que prevalece, o que é típico do estágio de degradação em que se encontra a vegetação.

Em função das características ácidas da área mineira abandonada, verifica-se a existência de uma espécie de flora que é inédita em Portugal. Trata-se de uma espécie endémica designada cientificamente por *Erica andevalensis* Cabezudo & Rivera, que se encontra igualmente no vale do rio Odiel, em Huelva, Espanha, onde se revelou de extrema importância como contributo para a recuperação ambiental de áreas com solos degradados e afectados por águas de pH baixo.¹¹

Quanto à formação vegetal do tipo Estepe Mediterrânica, característica pela ausência de árvores e arbustos e pela presença de herbáceas anuais ou perenes, encontra-se muito alterada pelo homem por força da cultura cerealífera que bastante desgastou o solo. Nestas áreas, subsistem ainda algumas espécies herbáceas perenes e são frequentes as actividades de pastoreio de ovinos e a presença de algumas espécies de aves, como a abetarda e o sisão.

Nas áreas sociais dos aglomerados urbanos da Mina de S. Domingos e Pomarão, ao nível da fauna, encontram-se frequentemente o pardal, a andorinha dos beirais, as cegonhas brancas, e a coruja das torres, estas duas últimas com preferência pelas áreas desabitadas das ruínas da mina. As tapadas constituem ainda habitat de variadas espécies piscícolas (barbo, boga, carpa, achigã, etc.) e de aves que acorrem a estas paragens durante o Inverno.

2.2.5 Síntese Geológica e Metalogenética

O enquadramento geológico da região da Mina de S. Domingos é dado em termos gerais pela estrutura mineralizada designada por Faixa Piritosa Ibérica, que se estende desde as proximidades de Sevilha, em Espanha, até à Marateca, no concelho de Alcácer do Sal em Portugal. É um vasto sector do Sul da Península Ibérica,¹² com

¹¹ Espécie de flora que constitui exclusivamente um habitat existente nas linhas de água com pH extremamente ácido (2,88), da área mineira abandonada de S. Domingos. (Fig. 4.6). COBA – *Estudo de Controlo Ambiental na Área Mineira Abandonada de S. Domingos*. Relatório Final, Vol. I, pp.164,176.

¹² “A FPI constitui o maior distrito europeu de metais básicos e, certamente dentro do seu tipo, um dos maiores do mundo. Terá gerado mais de 1300 milhões de toneladas de sulfuretos maciços dos quais metade foi

dimensões médias de cerca de 250Km de comprimento (E-W) por 30 a 50 Km de largura (N-S), que tem como mineralização principal a pirite e onde são conhecidas várias dezenas de depósitos, uns em exploração e outros já abandonados. Em território nacional, a metade ocidental da FPI integra-se na Zona Sul Portuguesa, que constitui uma unidade geológica principal, onde coexistem outros sectores geologicamente característicos, embora de menor importância e dimensão (Fig. 2.8).

A Mina de S. Domingos foi, por conseguinte, um desses depósitos de sulfuretos maciços de origem vulcânica, que se considerou esgotado aquando do seu abandono em 1965. A sua sequência vulcânica aflorante possui uma estrutura complexa composta por uma delgada cobertura filito-quartzífera que se sobrepõe às formações vulcano-sedimentares. Uma única e grande massa mineralizada de pirite cuprífera, associada a sulfuretos de zinco e chumbo, que se estruturava no alinhamento E-W e continha teores médios na ordem de 1,3% de Cu , 2 a 3% de Zn e Pb e 45 a 48% de enxofre na pirite maciça.

Superficialmente, por via das alterações meteóricas, emergia o "gossan"¹³ ou chapéu de ferro, característico pela sua coloração avermelhada devido à presença de limonites e hematites.

Internamente, as diferentes colorações observáveis nos paramentos das áreas escavadas na antiga exploração a céu aberto, mostram-nos entre outras, os xistos negros, que indicam a ocorrência de alterações que levaram à disseminação da mineralização existente, os afloramentos de rochas básicas esverdeadas e os veios de sulfuretos anastomosados ou "stockworks".

A principal unidade estratigráfica que atravessa a zona da Mina de S. Domingos é o Grupo Filito-Quartzítico (Fig. 2.9), predominantemente constituído por xistos e quartzitos, com quartzovaques subordinados, e lentículas e nódulos carbonatados no topo. (no concelho de Mértola existem várias serras compostas por afloramentos de rochas desta unidade). A idade desta formação remonta ao Devónico Superior como indicam os vários fósseis de cefalópodes e de palinomorfos existentes em xistos e quartzitos das zonas da Mina e do Pomarão.

As deformações responsáveis pela orientação estrutural (NW) que os afloramentos da formação Filito- Quartzítica apresentam devem-se aos deslocamentos tectónicos

já explorada ou erodida. As reservas conhecidas na parte portuguesa superam as 500 milhões de toneladas, em grande parte associadas às minas de Neves Corvo e Aljustrel". *Síntese da Geologia e Metalogenia da FPI*. Congresso Internacional Sobre Património Mineiro, Beja, IGM, 2001, p.1.

¹³ Camada superficial de cor avermelhada, devido à presença de óxidos e hidróxidos de Fe (limonite e hematite), que resulta da oxidação dos sulfuretos e é característica dos depósitos de pirite. *Ibidem*, p.7.

que colocaram as rochas mais antigas sobre as rochas mais recentes e a transformações metamórficas ligadas ao espessamento da crosta continental, resultante dessas deformações tectónicas. O consequente aumento da pressão e da temperatura provocaram reacções químicas que conduziram à génese de novos minerais.

A génese dos depósitos de sulfuretos maciços polimetálicos e dos sedimentos metalíferos associados, existentes, encontra-se ligada a um metamorfismo, designado por hidrotermal, que advém da circulação convectiva de água do mar através das rochas vulcânicas que estiveram sujeitas a grande lixiviação e troca iónica e que provoca a precipitação de metais sobre os locais de descarga hidrotemal.

Essa actividade vulcânica ocorreu à 350 milhões de anos e deu origem a notáveis jazigos vulcanogénicos constituídos por enormes massas de sulfuretos polimetálicos em que predomina a pirite. Pela sua concordância com o Complexo Vulcano-Sedimentar que lhes é intercalar, as mineralizações ricas por descarga hidrotermal, depositaram-se sobre as vertentes dos cones vulcânicos. Esta ligação confere uma grande importância a estes depósitos minerais no que concerne à sua prospecção. As suas dimensões chegam a atingir 1Km de comprimento por várias centenas de metros de profundidade.

Actualmente a única mina de sulfuretos maciços polimetálicos em laboração na FPI é a de Neves-Corvo, em Castro Verde, constituindo o depósito de metais básicos (cobre, zinco e chumbo) e estanho mais importante da Europa Ocidental.



Fig. 2.4 – Área do Parque Natural do Vale do Guadiana. (In: Brochura *Geologia no Verão*. MNCT, 2000)



Fig. 2.5 – Paisagem natural no PNVG: Estepe, Montado e Esteva. (In: Brochura. ADPM)



Fig. 2.6 – Paisagem na área de impacto da Mina de S. Domingos: Vegetação degradada, *Erica andevalensis* junto às águas ácidas e Eucaliptal nas imediações da Mina. (In: ECAAMASD, 2001)

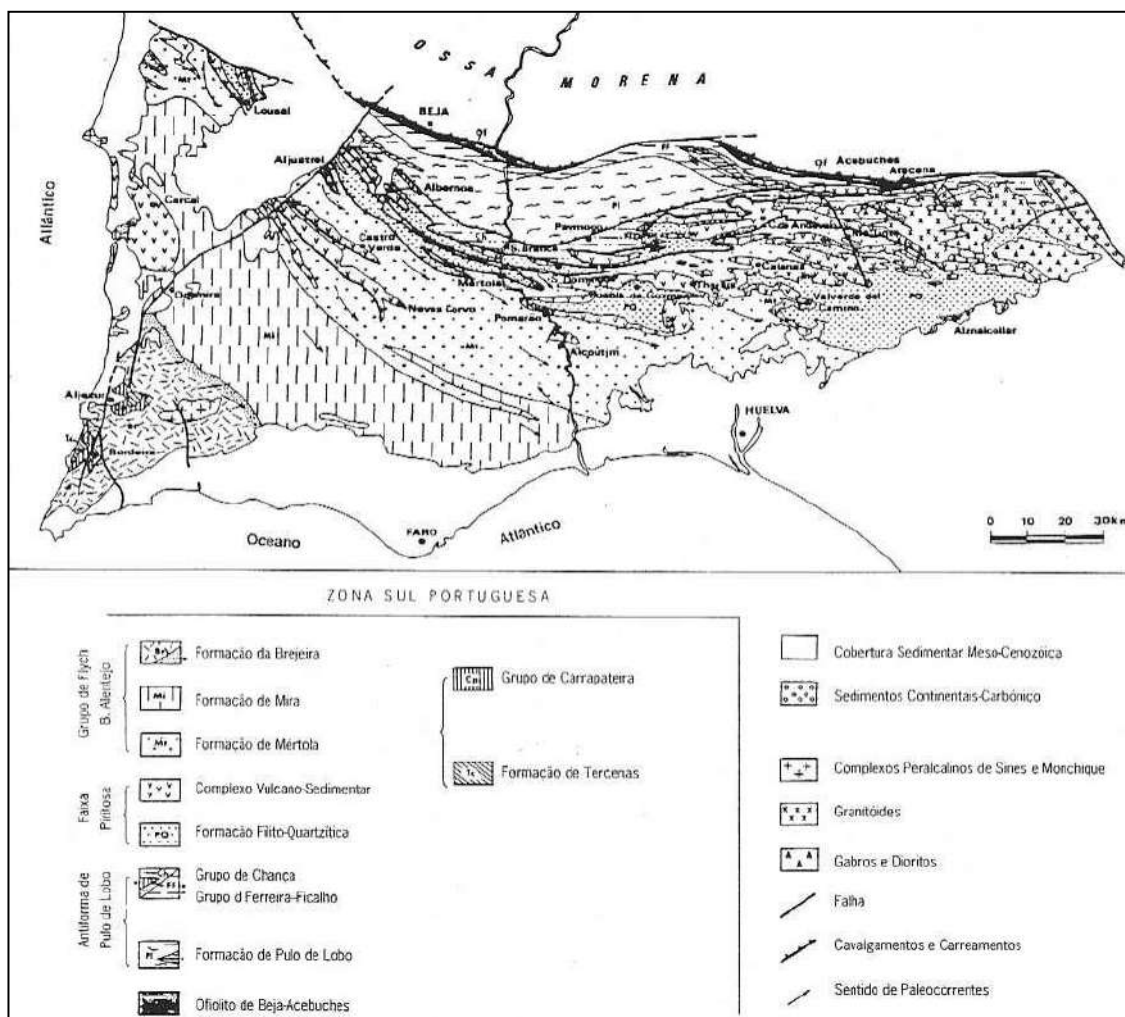


Fig. 2.7 – Geologia da Zona Sul Portuguesa. (In: *Mineração no Baixo Alentejo*. CMCV, 1996, p.10)

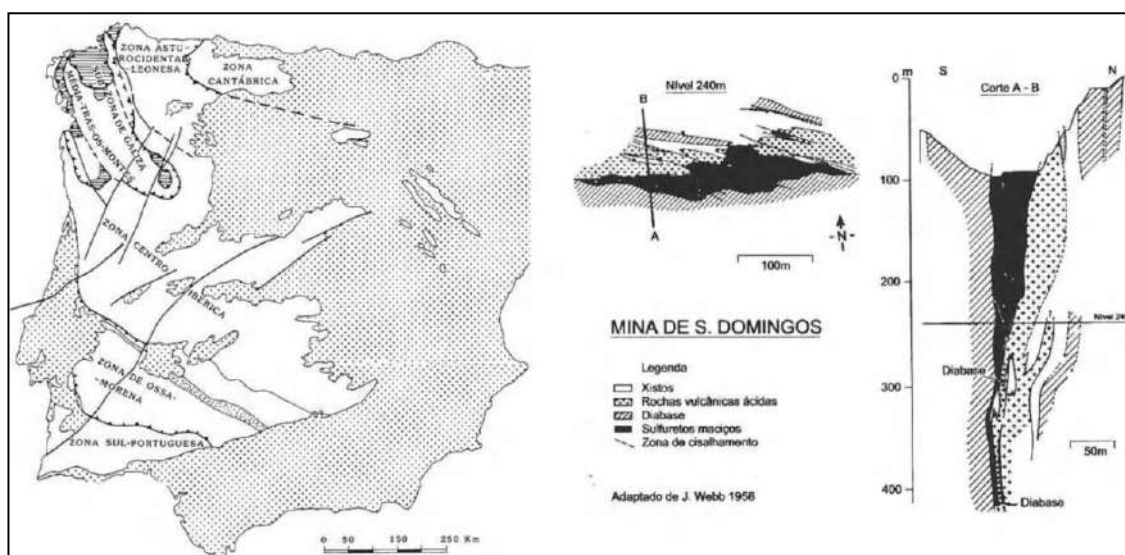


Fig. 2.8 – Geologia da Zona Sul Portuguesa. (In: *Mineração no Baixo Alentejo*. CMCV, 1996, p.9) e à direita: Cartografia do nível 240m e corte geológico pela massa de sulfuretos maciços do jazigo de S. Domingos. (In: *A FPI e os seus recursos minerais*. IGM, 2000, p.9)

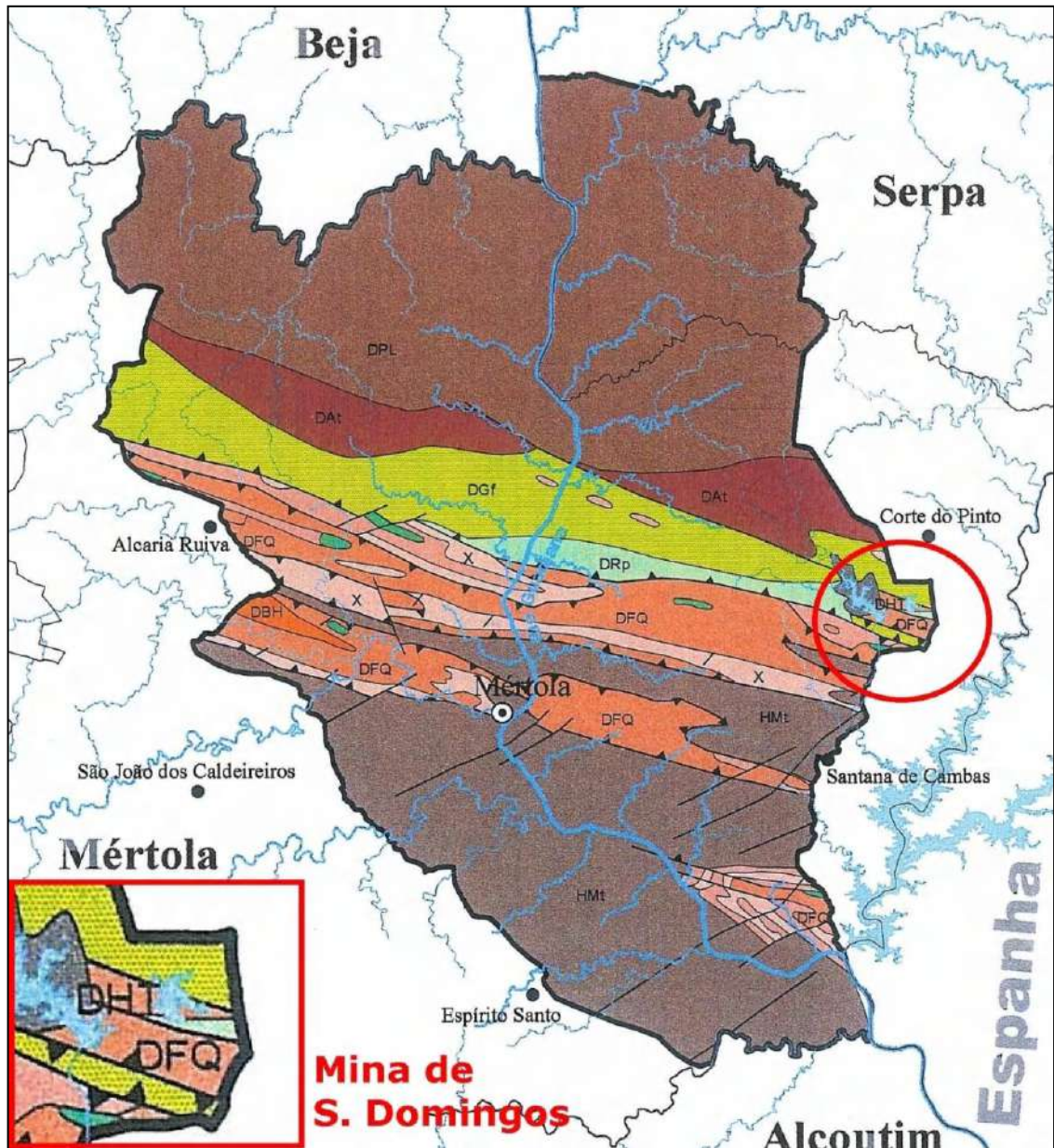


Fig. 2.9 – Carta Geológica com MSD em destaque. Legenda: **DFQ** = Formação Filito-Quartzítica – filitos, siltitos e quartzitos. (precisamente na área onde foi explorada a Mina, observe-se as duas Tapadas); **DHT** = Formação Horta da Torre - xistos e arenitos. (Adaptado da Carta Geológica do PNVG)



Fig. 2.10 – Paramento ou vertente da área da exploração a céu aberto (Corta). (Brochura IGM)

2.3 Caracterização Socioeconómica

Para a caracterização das componentes humanas da área em estudo considerou-se genericamente o conjunto formado pelos dois aglomerados urbanos, Mina de S. Domingos e Pomarão, uma vez que este último tem um reduzido número de habitantes residentes (49) e apresenta uma estrutura sócio-económica similar. Pontualmente quanto aos aspectos da escolaridade e profissões, considerou-se apenas a Mina de S. Domingos. Os dados utilizados baseiam-se em inquéritos realizado em 1989 e 1995 e são complementados pontualmente com outros dados mais recentes entretanto apurados.

Decorrida uma década sobre o inquérito referido e tendo em conta uma consequente alteração nas dinâmicas demográficas e nas características da população residente, considera-se necessário a realização de um novo inquérito sócio económico e habitacional às duas localidades, para efeitos de elaboração e implementação de futuros planos de ordenamento e desenvolvimento. Como proposta junta-se em apêndice um modelo de ficha de inquérito, adaptado às características sócio-habitacionais existentes.

2.3.1 Evolução e dinâmica demográficas

Os aglomerados urbanos da Mina de S. Domingos e do Pomarão inserem-se no concelho de Mértola que tem uma das mais baixas densidades populacionais do país, (9.1 em 1981 e 6.8 em 2001, para o concelho e 105 para o País, em 1981), em virtude da seu vasto território (1279Km²) e de factores económicos desfavoráveis subjacentes à sua acentuada interioridade e às suas características territoriais, designadamente a fraca apetência agrícola, as precárias acessibilidades e por conseguinte a baixa atractividade para a instalação de unidades produtivas com capacidade para gerar dinâmicas demográficas.

O concelho foi sempre um território escassamente povoado que só em momentos específicos viu a sua população aumentar significativamente. A laboração da Mina de S. Domingos foi o único factor extraordinário que, nos últimos três séculos, provocou acentuadas alterações populacionais no concelho.

A abertura da Mina, gerou uma grande dinâmica no concelho, naturalmente desde o primeiro momento, por via da implantação dos seus dois núcleos habitacionais, São Domingos e o Pomarão, e de todo o importante complexo industrial que progressivamente se desenvolveram ao longo de um século. Directamente relacionado, o crescimento demográfico foi aumentando, sobretudo no que se refere à população activa que residia na então "vila" de S. Domingos, na Freguesia de Corte

do Pinto, mas também na freguesia de St.^a Ana de Cambas (actual Santana de Cambas), onde se localizava grande parte da área do complexo mineiro e particularmente a aldeia do Pomarão.

Nestas duas freguesias, registaram-se precisamente os maiores aumentos populacionais, entre 1878 e 1890, com uma variação positiva de 41,4% e 30,4%, respectivamente. Note-se a particularidade de a freguesia de Corte do Pinto ser a mais pequena do concelho e ter uma população aproximada à de Mértola, em 1890, 1911, 1950 e 1960 (Fig. 2.11). Note-se ainda o facto de ter ocorrido uma transferência de população entre as freguesias de Santana de Cambas e de Corte do Pinto, entre 1864 e 1878, que se ficou a dever ao facto de a povoação de S. Domingos ter sido integrada na freguesia de Corte do Pinto (ver nota de rodapé n.º 2). Em termos gerais a evolução demográfica para o período 1864-1991 é semelhante à registada no concelho. (Fig. 2.12)

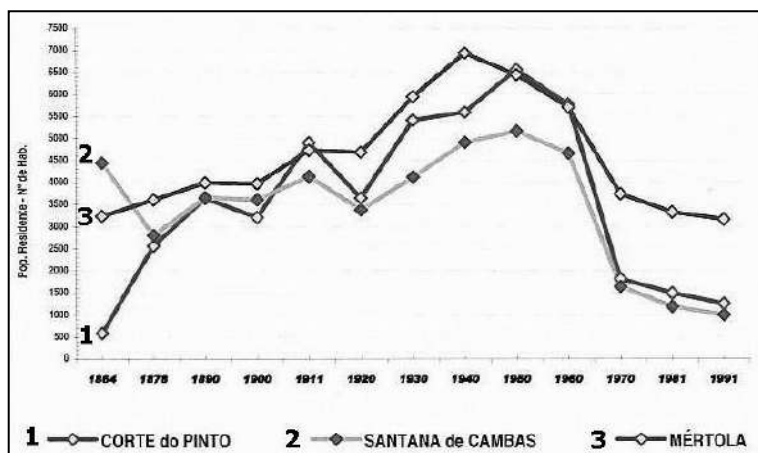


Fig. 2.11 Evolução da população residente, nas freguesias de Corte do Pinto, Santana de Cambas e Mértola, 1864-1991. (In: ECAAMASD, 2001, p.191)

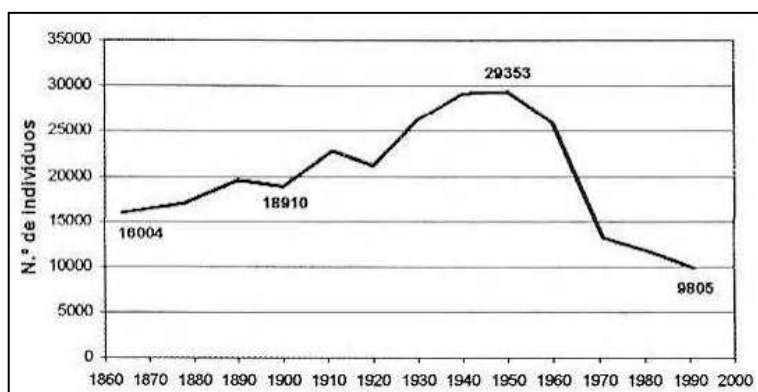


Fig. 2.12 Evolução da população residente no concelho de Mértola, 1864-1991. (In: POPNVG, 2001, p.137)

A evolução da população residente no concelho de Mértola (Fig. 2.12), atinge o seu máximo em 1950 (29.353 hab.), tendo nos registos anteriores, desde 1860, alguns decréscimos pontuais, certamente reflexo das crises económicas que nesses períodos afectaram o país e a região, com consequências ao nível dos movimentos migratórios, e das crises inerentes às características de instabilidade produtiva e laboral e do estabelecimento mineiro, onde existiam uma significativa população flutuante em função da procura e oferta de trabalho relacionada com as condições de exploração e de oscilação do mercado internacional do minério. Essas crises de laboração, reflectiram o seu impacto ao nível da população operária e por conseguinte as freguesias já referidas e directamente relacionadas com o fenómeno.

Entre 1911 e 1920, registaram-se duas situações excepcionais que também contribuíram para pontuais decréscimos na população: um surto de gripe pneumónica, que afectou gravemente a população da Mina e a crise gerada pela I Guerra Mundial, que difundiu o desemprego e a fome, um pouco por todo o País, contribuindo em particular para o desemprego de muitos mineiros.

Naturalmente em situações de crise, as actividades agrícolas tendem a desenvolver-se como forma de subsistência mais primária, facto que fomentou o parcelamento de terrenos baldios da Serra de Serpa (1906) e que provocou pequenos movimentos migratório traduzidos no deslocamento da população entre freguesias contíguas dos dois concelhos. Já no que se refere ao parcelamento da serra de Mértola (1926), fomentado pela política de colonização do interior, as "Campanhas do trigo"¹⁴ do Estado Novo, que atraiu trabalhadores rurais de diferentes precedências do País, este traduziu-se num contribuindo para a fixação e aumento da população no concelho até 1950, ano em que se registou o valor mais elevado de população residente no concelho de Mértola e que se atingiu uma situação de sobrepovoamento face aos recursos e infra-estruturas então existentes na região.

É atribuído a esse sobrepovoamento e às "Campanhas do Trigo", que através do arroteamento de vastos terrenos incultos e sinuosos destruíram a vegetação natural, o progressivo e drástico aumento da erosão do solo por acção dos processos de erosão hídrica. Também a utilização massiva de carvão vegetal para a laboração dos altos-fornos da Mina durante a II Guerra Mundial, (obtido à custa da destruição do montado de azinheira e sobreiros e de mato, onde predominava a urze), contribuiu para o processo de descaracterização e degradação da paisagem e dos recursos agrícolas.

¹⁴ "(para o desenvolvimento agrícola dos incultos, (...) dava-se incentivos e condições privilegiadas para a produção de trigo, (...) todas as outras freguesias do concelho de Mértola, (...) nas décadas de 20 e 30 registam aumentos significativos de população, (...)" . POPNVG. 2001, p.139

A partir de 1950, iniciou-se uma tendência de decréscimo da população no concelho, com uma quebra abrupta entre 1960 e 1970, que se relaciona directa e indirectamente com o encerramento da Mina em 1965. Nesse período o concelho perdeu cerca de metade da sua população, dos 29.353 habitantes em 1950, passa para 14.310 em 1970, o que se traduz numa perda drástica de 15.043 habitantes. Embora outros factores tenham também contribuído para esse grande decréscimo, (Guerra Colonial e emigração), os números mostram-nos a grande dependência que o concelho tinha face à Mina de S. Domingos, não só em termos populacionais directos nas freguesias onde se situava o complexo (Corte do Pinto e Santana de Cambas registam neste período quebras de -66,5% e -58,8%, respectivamente) mas também em toda a dinâmica económica e demográfica que se estendia às restantes freguesias, com incidência principal na sede de concelho.

Em 1960, a Mina de S. Domingos tinha uma população de 3891 habitantes, decrescendo para 1013 habitantes em 1970, o que se traduz numa perda de 2878 indivíduos (Quadro 2.XII). O Pomarão tinha em 1960, uma população de 289 habitantes, decrescendo para apenas 98 em 1970 (perda de 191 indivíduos). As duas freguesias directamente relacionadas com a Mina perdem no seu conjunto cerca 6500 habitantes durante o mesmo período, o que representa quase 43,2% da perda registada no concelho.

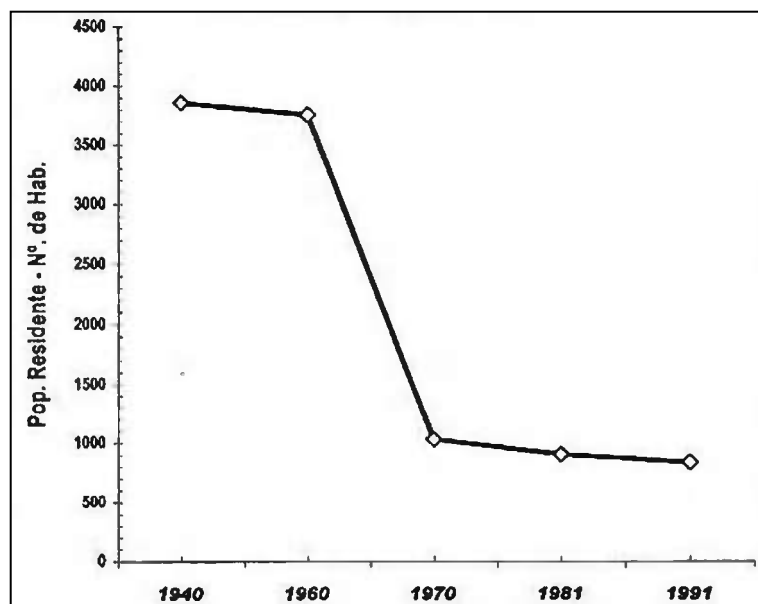


Fig. 2.13 Evolução da população residente na povoação da Mina de S. Domingos, 1940-1991.

(In: ECAAMASD, 2001, p.192)

O exódo da população verificado na sequência do encerramento da Mina (1965) contribuiu significativamente para o decréscimo de 6.199 habitantes, cerca de 39%,

registado no espaço de um século, entre os anos de 1890 e 1991, no concelho (Fig. 2.12).

Quadro 2.XII – Evolução da população residente por localidade.

Fonte: PGU, INE 1981.

Localidades	1960	1970	1981	Fogos existentes 1981
Mértola	1340	1013	1188	778
Mina	3891	1033	883	459
Pomarão	289	98	76	79

Para essa tendência de diminuição da população, contribuíram também o fracasso das “campanhas do trigo” que por via da intensificação das culturas de cereais sobre os “frágeis” solos da região conduziram ao seu esgotamento e conseqüentemente à falência de muitos agricultores e ao desemprego de um grande número trabalhadores rurais. A agricultura da região atravessa uma profunda crise que é também nacional mas, ainda mais agravada por outros problemas como o surto de peste suína africana de 1957.

Na seqüência das condições desfavoráveis para a sobrevivência da população em geral, que se verificavam à época, inicia-se um intenso movimento migratório, em busca de oportunidades de trabalho e de melhores condições de vida, com destino aos subúrbios da área metropolitana da capital, principalmente os concelhos industriais periféricos da margem sul do Tejo.

Quadro 2.XIII – Evolução da população residente e do n.º de famílias por freguesia.

Fonte: Censos 2001: dados 1991 e 2001 (provisórios).

Freguesias	Pop. Residente (1991)	N.º de Famílias (1991)	Pop. Residente (2001)	N.º de Famílias (2001)
Corte do Pinto	1260	507	1081	496
Santana de Cambas	1009	427	863	372
Mértola	3166	1106	3091	1194
Total do concelho de Mértola	9805	3696	8714	3642

O abandono da população activa do concelho conjuntamente com o recrutamento da população masculina para a Guerra Colonial, determina a grande transformação da estrutura etária da região, que passa a ser predominantemente envelhecida.

Sobretudo devido ao declínio sócio-económico das freguesias de Corte do Pinto e de Santana de Cambas, por força do encerramento da Mina, a freguesia de Mértola retoma a proeminência anterior em termos populacionais e funcionais, como principal centro administrativo e comercial.

Entre os anos de 1970 e 1991, observa-se uma estabilização do decréscimo da populacional em função da diminuição da emigração nos últimos 20 anos por consequência da alteração do regime político em 25 de Abril de 1974 e a subsequente instalação da democracia e da economia de mercado que relança o desenvolvimento do país. Note-se o aumento do n.º de fogos registado entre 1981 e 1991 (Quadro 2.XIII), que é inverso à evolução da população, donde se depreende um acréscimo da população não residente, relacionada com a crescente procura de segunda casa, para “fim-de-semana” e que se reflecte na construção de novas habitações e na partilha ou subdivisão de outras, entre familiares.

Quadro 2.XIV – Evolução do n.º de fogos por freguesia.

Fonte: Censos 2001: dados 1991 e 2001 (provisórios) e PGU: 1981.

Freguesias	Áreas (Ha)	N.º de Fogos (1981)	N.º de Fogos (1991)	N.º de Fogos (2001)
Corte do Pinto	7069	1187	1182	1846
Santana de Cambas	16417	966	974	1089
Mértola	31812	1325	1982	2365
Total do concelho de Mértola	127940	6508	6951	9328

Em contraponto, dá-se neste período o aumento do despovoamento dos “Montes” rurais. Inicia-se o abandono das actividades e instalações agrícolas em consequência dos movimentos migratórios e do envelhecimento populacional, tendência geral da província do Baixo Alentejo e generalizada a todo o interior do País, que se torna o principal obstáculo à modernização agrícola apoiada pelas recentes medidas e incentivos governamentais e da comunidade europeia.

2.3.2 Distribuição espacial da população

A população encontra-se muito dispersa pela área do concelho, habitando maioritariamente em pequenas aldeias ou povoações, designadas por Montes e que predominam no quadrante Sudoeste do território. Dos aglomerados principais e sedes de freguesia destacam-se um conjunto de três localidades, que constituem um eixo SW-NE, composto por Mértola, Mina de S. Domingos e Corte do Pinto, onde se encontra 25% da população.

2.3.3 Caracterização da população da Mina de S. Domingos e do Pomarão

A seguinte caracterização baseia-se nos resultados do inquérito por questionário realizado em 1989, cujos resultados constam do PGU da Mina de S. Domingos e

Pomarão, e do seu cruzamento com outras fontes, designadamente o Censos 2001 e o último levantamento realizado em 1995 pelo GTH.¹⁵

2.3.3.1. População existente e estatuto de residência

Em virtude das dinâmicas demográficas anteriormente descritas e da mais recente tendência de repovoamento sazonal destas duas localidades, a sua população, compõe-se por dois grupos quanto ao seu estatuto de residência: A população residente (habitantes em permanência durante todo o ano) e a população não residente (habitantes que permanecem durante curtos períodos, de fim de semana ou férias).

A população não residente representa uma percentagem superior à população residente (Fig. 2.14), sendo maioritariamente composta por descendentes de antigos funcionários da Mina (cf. o inquérito do GTH, de 374 respondentes, 208 eram descendentes; 54 cônjuges; 90 antigos funcionários e 22 não tinham nenhuma ligação à Mina).

A população residente representa uma percentagem menor, sendo maioritariamente composta por antigos funcionários da Mina e seus cônjuges (cf. o inquérito do GTH, de 394 respondentes, 125 eram descendentes; 102 cônjuges; 127 antigos funcionários e 40 não tinham nenhuma ligação à Mina).

Quadro 2.XV – População existente face ao estatuto de residência por localidade.

Fonte: GTH 1995.

Localidades	População Residente	População Não Residente	Total por Localidade
Mina de S. Domingos	841	967	1808
Pomarão	49	59	108
Total por situação	892	1026	1918

¹⁵ GTH – Grupo de Trabalho da Habitação referente ao Acordo de Cooperação entre La Sabina, CMM e CCR Alentejo, que em 1995 procedeu ao levantamento geral da situação do parque habitacional da MSD e POM.

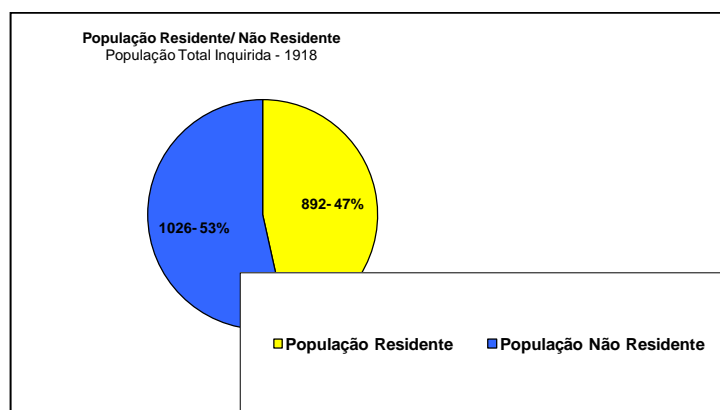


Fig. 2.14 Gráfico da População Residente / Não Residente, MSD e POM.
(Fonte: Inquérito GTH, 1995)

2.3.3.2. Estrutura etária da população residente

A estrutura etária da população das duas localidades apresenta um elevado grau de envelhecimento, situação que é similar à das freguesias onde se inserem e à generalidade do concelho. É de salientar que a população é maioritariamente constituída por idosos com mais de 65 anos (37%) e adultos com mais de 25 anos (39%). As crianças e os jovens representam apenas 24% da população total.

As razões do elevado número de população idosa, resultam da quantidade significativa de antigos funcionários da Mina e seus cônjuges que permaneceram ligados à povoação, actualmente muito idosos, do progressivo retorno dos seus congéneres emigrados, à terra de origem, do elevado peso da emigração da população activa e de uma taxa de natalidade muito baixa (9,5% no concelho em 1981).

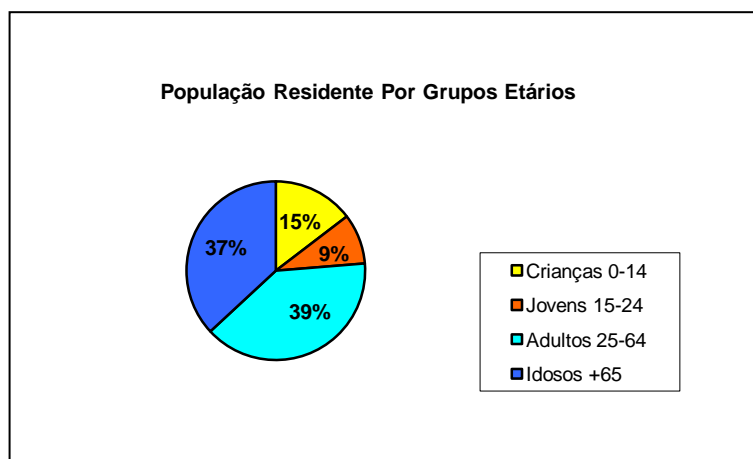


Fig. 2.15 Gráfico da População Residente por Grupos Etários, MSD e POM.
(Fonte: Inquérito PGU, 1989)

Quadro 2.XVI – Estrutura etária da população residente por localidades.

Fonte: Inquérito PGU, 1989.

Grupo etário	Mina de S. Domingos	Pomarão	Total por grupo etário
+ de 65 anos	199	8	207
25 – 64 anos	199	22	221
15 – 24 anos	42	9	51
0 – 14 anos	69	13	82
Total de Respondentes	509	52	561

2.3.3.3. Grau de instrução da população residente

Quanto ao grau de instrução da população residente, o analfabetismo real atinge os 48,0%. Apenas 13,5% possuem habilitações entre o 9º e o 12º ano de escolaridade e 0,06% têm cursos médios / superiores.

Os elevados valores de analfabetismo derivam da origem proletária da maioria da população, pois são quase todos ex-mineiros e respectivos cônjuges. Esta situação naturalmente já não se verifica nos grupos etários mais jovens devido à maior facilidade de acesso ao ensino, à escolaridade obrigatória e à melhoria das condições sócio-económicas das famílias em geral.

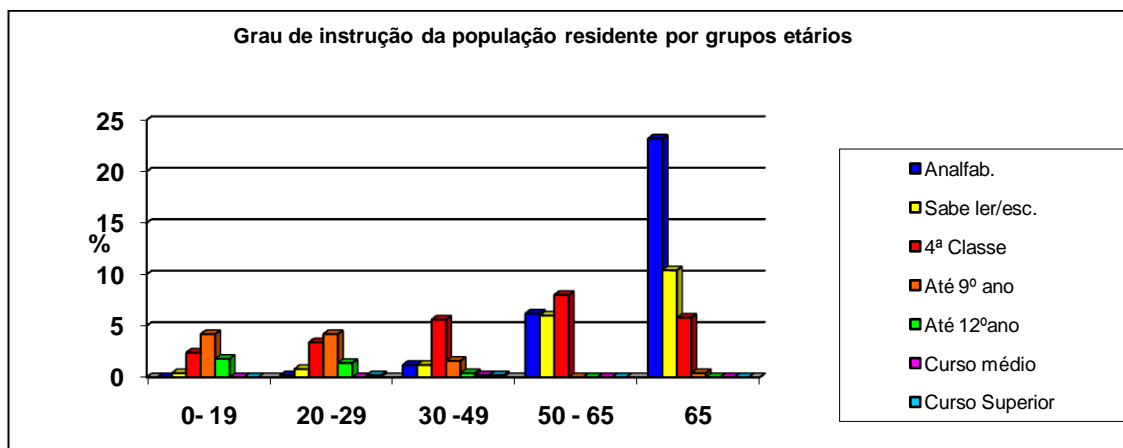


Fig. 2.16 Gráfico da Escolaridade da População Residente por Grupos Etários, MSD.

(Fonte: Inquérito PGU, 1989)

2.3.3.4. Situação da população face aos sectores de actividade económica

Considerando apenas aqueles que exercem uma actividade profissional, o sector predominante é o terciário, onde dos 54 indivíduos respondentes, 18

trabalham nas forças de segurança paramilitares; 14 trabalham no comércio: 10 nos serviços e os restantes em actividades diversas. No sector secundário, empregam-se 16 indivíduos, dos quais 11 pertencem à construção civil e no sector primário, apenas 7 indivíduos se dedicam à agricultura.

O peso das actividades de comércio e serviços deve-se ao fenómeno de terciarização, que desde há alguns anos se encontra em desenvolvimento no concelho, para o qual contribuem as actividades ligadas à função pública (da administração local e central, ao nível das autarquias e do ensino), às associações de desenvolvimento local, quase exclusivamente sedeadas na vila de Mértola, e o comércio e o turismo em termos genéricos. Para a evolução deste sector contribui também a diminuição do peso dos restantes sectores, devido às dinâmicas anteriormente referidas.

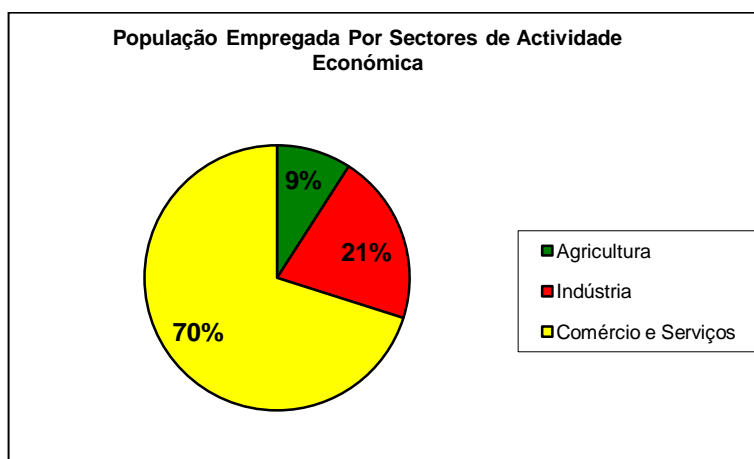


Fig. 2.17 Gráfico da População Empregada por Sectores de Actividade, MSD.
(Fonte: Inquérito PGU, 1989)

2.3.3.5. Situação da população face à profissão por sexo

Relativamente à situação face ao trabalho, destaca-se um grupo predominante composto por 47% indivíduos em situação de reforma e 16,3% com ocupação doméstica. Dos restantes, apenas 15,2% exercem uma profissão.

Os empregados são em número bastante baixo, sobretudo devido ao grande envelhecimento da população, agravado de um conjunto significativo de desempregados e estudantes, no universo da população adulta e jovem, o que se traduz numa população activa bastante reduzida.

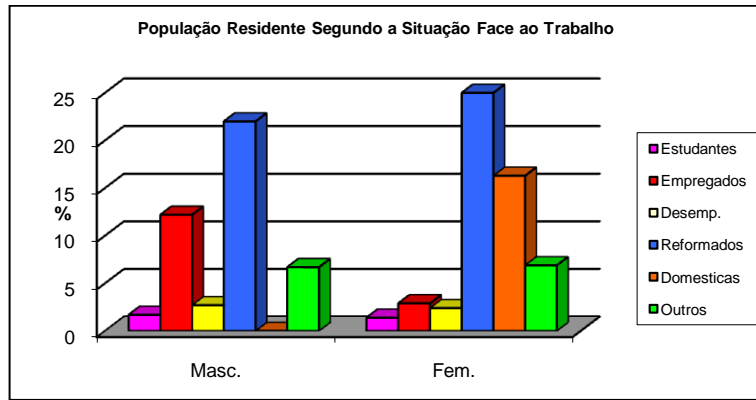


Fig. 2.18 Gráfico da População Residente Segundo a Situação Profissional, MSD.
(Fonte: Inquérito PGU, 1989)

Capítulo III

Evolução Histórica

3.1 Actividades de mineração no Período Pré-Romano

A mineração no Sudoeste Ibérico, onde se insere S. Domingos, remonta primitivamente às comunidades do período Calcolítico e desenvolve-se com às antigas civilizações mediterrânicas que, certamente atraídas pelas riquezas geológicas existentes, colonizaram o Sul da Península Ibérica. Assim esta abordagem enquadra-se na história da mineração da actualmente designada Faixa Piritosa Ibérica, a província que em função de uma crescente procura na sequência do estabelecimento das rotas do metal da economia ibérica e mediterrânica se tornou, ao longo dos últimos 5000 anos, na região mineira mais explorada pela humanidade.¹

Muito provavelmente não terá existido nenhum grande povoado mineiro permanente em S. Domingos, pois teria sido natural o seu posterior aproveitamento e expansão, pelos romanos, o que nos deixaria importante legado para estudo. Embora os povoados mineiros já existissem como consequência das rotas comerciais do metal e de mercados com grande procura existentes nas civilizações mediterrânicas, o mais natural é que uma exploração, (a ter existido) tenha sido apoiada por um assentamento precário, tipo acampamento, que estando próximo de um centro urbano e comercial (Mértola) para aí escoava e comercializava os produtos obtidos.²

O rio Guadiana, factor de atracção desde as primitivas comunidades agro-pastoris do Neolítico e Calcolítico, fez com que os povoados se localizassem na sua vizinhança imediata, ou dos seus afluentes. Assentamentos relacionados com a caça ou as minas eram provavelmente de carácter sazonal. A via romana que ligava a Mina de S. Domingos ao porto de Myrtilis (a actual Mértola), poderá talvez ter sido um acesso que já no Calcolítico, permitia chegar mais facilmente ao rio (uma investigação arqueológica a esta estrutura e ao seu traçado poderia eventualmente determinar alguma pré existência conclusiva quanto à sua função anterior).

¹ "A região do Sudoeste da península denominada modernamente Faixa Piritosa Ibérica – FPI é, sem lugar a dúvidas, a mais explorada pela humanidade desde a antiguidade. Tem-se certeza arqueológica de que a produção de metais deu os seus primeiros passos algures no terceiro milénio antes da nossa era, o que se traduz em 5.000 anos de mineração." In: Martiáñez, Iván - *História de La Faixa Piritosa Ibérica*. Revista "Bocamina" nº 5, Abril 2000, p. 10 (tradução).

² "O assentamento mineiro sazonal é o melhor exemplo de um povoado mineiro geralmente próximo de um centro de poder urbano que lhe pedia e lhe comercializava os seus produtos." In: Macias e Rego - *Um povoado Calcolítico perto de Mértola*. Actas do encontro "Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana". Huelva, 1994, p.157

Muitos dos estudos arqueológicos sobre as minas do Sudoeste Ibérico mostram evidências de explorações pré-romanas de metais preciosos e cobre sobre os afloramentos superficiais existentes. Tal como nesses lugares, os ricos minerais que afloravam no Sul de Portugal, eram conhecidos de gregos e latinos que em busca de ouro e de prata vieram até estas paragens, sendo normalmente admitido que os fenícios aqui estiveram muito antes dos romanos. A navegabilidade do Guadiana, explorada por esses povos, poderá ter sido um importante factor de viabilidade comercial para o comércio dos metais provenientes das pequenas explorações que supostamente eram trabalhadas pelas comunidades locais sob controlo ou influência daqueles colonizadores.

A existência de vestígios de escórias em S. Domingos, de fases eventualmente anteriores à mineração romana, encontrados na sequência da redescoberta e lavra da mina no séc. XIX, foram atribuídos a cartagineses e fenícios, ressalvando-se contudo a dificuldade em comprová-lo dada ausência de conhecimento científico sobre a tecnologia utilizada nesse período de exploração.³

Investigações recentes confirmaram e dataram mediante o Carbono/14, a existência de actividades mineiro metalúrgicas em 2.500 a.C., num povoado metalúrgico em Espanha, desconhecendo-se também se existiam processos de moldagem directa sobre o cobre nativo. Sabe-se que as primitivas explorações consistiam em pequenas covas abertas em afloramentos minerais e os seus labores eram muitos toscos. Como ferramenta era empregue o maço de pedra atado a um cabo de pau. Os minerais fundiam-se junto à mina, segundo uma combinação prévia, em fornos muito elementares que provavelmente não conseguiam derreter a escória. Esta era por sua vez martelada, antes de solidificar, para separar o cobre.⁴

Observando os fenómenos geológicos que a natureza apresentava, os pioneiros da fundição utilizavam os óxidos de ferro e o quartzo como fundentes, adicionando-os na carga do forno. Do trabalho com os minerais, nasce o conhecimento especializado e a tecnologia, que sendo restrita a certas comunidades, dá também origem a povoados, alguns fortificados, onde surge um pequeno comércio que se baseia na troca de objectos metálicos por bens diversos.

³ Segundo alguns estudiosos do séc. XIX, as camadas de escória superiores continham menos metal que as camadas inferiores encontradas, deduzindo daí que a metalurgia do cobre utilizada correspondia a diferentes períodos, utilizando técnicas diferentes. Gião, António – *A mina de S. Domingos*. “Notas duma excursão de estudo”, Reguengos, 1923, p.7.

⁴ “As primeiras actividades mineiro - metalúrgicas remontam ao período Calcolítico (III milénio a.C.). O depósito português de João Marques (Gonçalves, 1987), o povoado metalúrgico do Cabezo Juré (Alosno) investigado pelo Projecto Odiel (1991) e datado mediante o Carbono/14 em 2.500 a.C. (Nocete e Linares, 1999), são dois claros exemplos disso.” In: Martiáñez, Iván - *História de La Faixa Pirítica ibérica*. Revista “Bocamina” nº 5, Abril 2000, p. 10 (tradução).

Á medida que era alcançado o esgotamento desses afloramentos e encontrados materiais com diferente estado ou composição, por impossibilidade de os trabalhar devido à ausência de tecnologia, as minas eram abandonadas até novos tempos trazerem novas sabedorias.

Já na idade do Bronze (2.000 a.C.), Os poços eram abertos com ferramentas de bronze e nas suas paredes eram escavados ocos que serviam de escadas de acesso aos trabalhos subterrâneos. A metalurgia teve então um grande desenvolvimento, com o emprego generalizado de fundentes. Algures entre 1.800 e 1.200 a.C., começou a fundir-se a prata pela primeira vez na Península Ibérica (em Nerva, Huelva), obtida a partir do *gossan*, mineral rico em chumbo e prata.⁵

Com o florescimento das actividades mineiras e metalúrgicas e do respectivo comércio, difundido e controlado pelos fenícios, surgiu no Sudoeste Ibérico a primeira civilização mineira, característica pelo seu saber tecnológico e pela sua economia baseada exclusivamente na produção de metais, – um povo conhecido entre os gregos pelo nome mítico de Tartessos.

O sucesso e poder deste povo, deveu-se ao domínio da metalurgia argentífera. Um processo básico que consistia na fusão de uma mescla empírica de diversos materiais em que as proporções eram determinadas pela aparência cromática e pelo peso e que resultavam num chumbo argentífero que depois era sujeito a um processo de copelação.

Neste período e até à chegada dos romanos, as actividades mineiras circunscreveram-se inicialmente à zona espanhola de Rio Tinto. Expandiram-se posteriormente a outras minas, como Tharsis, Monte Romero e Aznacóllar, devido à grande procura de prata pelo mundo antigo, acentuada pela chegada dos comerciantes fenícios de Tiro que se estabeleceram na região por volta de 1.100 a.C. fundando uma fábrica em Cádiz.⁶

Com o desenvolvimento da mineração da prata cuja produção mais significativa ocorria em Rio Tinto, a extracção do cobre foi perdendo pujança em detrimento da maior atracção de mão-de-obra e dos maiores proventos que a prata reportava. No entanto os tartessos prosseguem com a produção de bronzes para a qual importavam o estanho indispensável ao seu fabrico, a partir do Norte da Península Ibérica e das Ilhas Britânicas.

⁵ “Os achados encontrados nas escavações do assentamento do Cerro de las Tres Águilas e da Necrópole cística de La Parrita (ambas em Nerva, Huelva), ou os realizados na mina San Plantón (a 9Km de Rio Tinto) permitem concluir que, em algum momento entre o Bronze inicial e o Bronze Médio (1.800 -1.200 a.C.), começou a fundir-se a prata pela primeira vez na Península Ibérica.” In: Martiáñez, Iván - *História de La Faixa Pirítica ibérica*. Revista “Bocamina” nº 5, Abril 2000, p. 11 (tradução).

⁶ “Esta expansão dos trabalhos deveu-se sem dúvida à grande demanda de prata no mundo antigo e foi animada com a chegada dos barcos de comerciantes fenícios procedentes de Tiro, que se estabeleceram definitivamente na região por volta de 1.100 a.C. com a fundação da fábrica de Gadir (Cádiz).” *Ibidem*, p.11.

Mantendo a posse das minas, os tartessos tinham somente uma relação comercial com os fenícios, enquanto compradores dos seus materiais. A partir das suas minas situadas nas áreas de influência de Rio Tinto e Tharsis, transportavam o mineral até ao porto de Huelva (capital de Tartessos?), onde também se realizavam trabalhos de fundição. O circuito comercial estaria sob o controle dos fenícios e a mercadoria era comercializada em Cádiz (Gadir).

Com a ascensão da civilização cartaginesa, a primeira potência do Mediterrâneo Ocidental, a presença dos mercadores gregos na região torna-se frequente, coincidindo com o auge das produções da mina de Tharsis e com a decadência da de Rio Tinto (da primeira metade do séc. VI ao princípio do séc. V a.C.). Durante o seu domínio destas regiões da Península Ibérica (séc. VI a III a.C.), os cartagineses trataram-nas como colónias de exploração, exigindo elevados tributos aos povos autóctones e submetendo-os aos duros trabalhos das minas. O desenvolvimento da sua grande indústria minero-metalúrgica na Serra de Cartagena, cuja concorrência arruinou os tartessos, fez com que estes perdessem mais facilmente as suas minas para os colonizadores. Admite-se que os cartagineses possam inclusivamente estar ligados ao início das explorações das minas argentíferas através de poços e galerias em virtude dos seus conhecimentos, desenvolvidos nas minas da Serra de Cartagena.⁷

Quanto a S. Domingos, até ao momento não se conhecem estudos arqueológicos de achados⁸ que comprovem as actividades de mineração pré romana, no entanto aquando da sua exploração industrial, os engenheiros que supervisionavam os trabalhos, referem-se a um período de exploração antiga atribuído a fenícios ou cartagineses, mas que também pode ter sido realizada por comunidades locais na posse de conhecimentos tecnológicos de minero-metalurgia. No entanto, por analogia com outros sítios mineiros da região metalogenética em se enquadra (onde foram encontrados e estudados achados arqueológicos que confirmam explorações desse período), e considerando que os romanos calcorrearam esses mesmos sítios em busca das suas riquezas, tendo eles explorado S. Domingos é muito provável que também aí tivessem ocorrido por terem conhecimento da existência de trabalhos anteriores.

⁷ "Os cartagineses estabeleceram-se inicialmente no Sudeste peninsular e desenvolveram uma grande indústria minero-metalúrgica cujo objectivo era a prata da serra de Cartagena. A partir desse momento os dias de Tartessos estão contados: segundo Estrabón, os colonizadores impuseram um bloqueio económico que prejudicou seriamente os interesses comerciais dos nativos. Mais tarde, ficariam com a propriedade das minas." In: Martiáñez, Iván - *História de La Faixa Pirítica ibérica*. Revista "Bocamina" nº 5, Abril 2000, p.12 (tradução).

⁸ No "Mostruário de Mineralogia e Arqueologia", existente no Palácio da Mina, encontram-se os seguintes achados encontrados durante a exploração industrial da Mina de S. Domingos: Escórias Antigas (ref: 556 e 607); Escórias Romanas (ref: 522, 546, 558 e 602); Mosaico Romano (ref. 539); Cadinho Mouro (ref. 540) e Louça Moura (ref. 541).

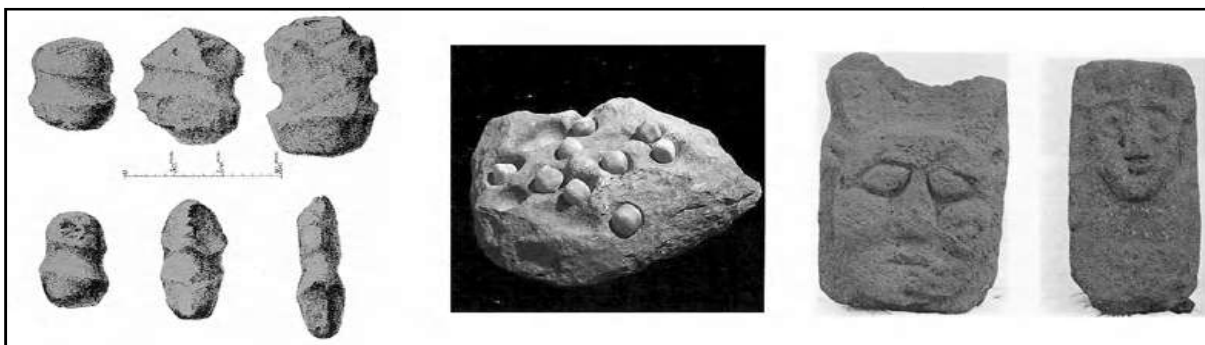


Fig. 3.1 – Achados arqueológicos relacionados com actividades de mineração pré romana: 1 - Ferramentas proto-históricas achadas na província de Huelva, em Espanha (Caballero, 1981:25). 2 - Pedra com pitons para triturar minério (Museu Mineiro de Rio Tinto). 3 - Ídolos célticos lavrados em *gossan*, encontrados no Cerro Salomón, em Rio Tinto (Museu Mineiro de Rio Tinto).



Fig. 3.2 – Achados arqueológicos relacionados com actividades de mineração pré romana e romana: 1 – Utensílios mineiros do Período Romano (Museu Mineiro de Rio Tinto). 2 - Utensílios mineiros da Idade do Bronze (Museu Mineiro de Rio Tinto). 3 – Utensílios mineiros provavelmente pré romanos, achados na Mina de S. Domingos. Note-se a semelhança com o martelo ou maço da imagem central e com as ferramentas proto-históricas da figura anterior. (Mostruário de Mineralogia e Arqueologia, MSD).



Fig. 3.3 – Achados arqueológicos encontrados na Mina de S. Domingos: 1 – Escória romana, Martelo ou Maço pré-romano? e Martelo e Pico metálico do séc. XIX. 2 – Pico de 1864. 3 – Pico de 1864, Mosaico romano e Escória romana. (Mostruário de Mineralogia e Arqueologia, MSD).

3.2 Mineração no Período Romano

As atenções de Roma pela região Sul da Península Ibérica estavam determinadas por motivos militares estratégicos e por motivos económicos relacionados com as riquezas minerais existentes. Foram sobretudo essas riquezas que impulsionaram os romanos para a ocupação destes territórios, substituindo os fenícios como colonizadores das explorações mineiras e tornando-as num importante recurso de metais nobres para o financiamento do Império Romano e para o suprimento das necessidades de cobre

destinado à produção de bronze para o fabrico de armas para o esforço de guerra das legiões romanas⁹.

Durante os largos anos de lutas que o império romano travou contra os seus predecessores, as minas da Sudoeste Ibérico ficaram num estado de semiabandono, devido à falta de mão-de-obra e de materiais e às dificuldades que assolavam o comércio em tempo de guerra. No entanto, no seguimento da conquista pela potência militar de Roma, as minas da Península foram reabilitadas pelos estadistas romanos. As actividades minero-metalúrgicas seriam assim recuperadas a partir do séc. III a.C.

Instalada a paz, abre-se caminho a uma nova época de esplendor da mineração. Os romanos, detentores de grande capacidade organizativa e tecnológica, incrementaram um enorme desenvolvimento na minero-metalurgia, explorando os jazigos a uma profundidade e dimensão até então desconhecida. Uma grandiosa e bem sucedida indústria foi então estabelecida nas províncias de Sevilha e Huelva, em Espanha, e no Alentejo, em Portugal, tornando-se num dos maiores empreendimentos levados a cabo pela humanidade¹⁰.



Fig. 3.4 – 1 - Mapa da Hispânia Romana com as suas províncias: Lusitânia (à esquerda), Bética, em baixo e Terraconense, à direita. (Museu de Mértola). 2 - Mapa com locais de mineração romana no sul de Portugal: O sítio 29 corresponde a Aljustrel, onde se procedia à mineração e fundição de prata e cobre e à mineração do ferro. O sítio 35 corresponde a S. Domingos, onde se procedia à mineração da prata e do cobre. (*Portugal Romano*, p.96).

Excelentes prospectores, estiveram praticamente em todas as minas da Faixa Piritosa Ibérica, que mais tarde viriam a ser exploradas no período da revolução industrial, revelando que detinham vasto conhecimento de Geologia, assim se passou com Aljustrel

⁹ “Roma considera a Península Ibérica como uma autêntica colónia de exploração, de igual forma que antes tinha sido para o fenícios. Assim, Hispânia, fornecedora de matérias-primas e de enormes riquezas metálicas, será a principal contribuinte na hora de financiar os projectos do Império Romano.” Caballero, Manuel Flores - *Las antiguas explotaciones de Rio Tinto*, Huelva, 1981, p.67. (Tradução).

¹⁰ Entre as minas que exploraram de forma mais espectacular estão as de Rio Tinto, Sotiel, Granada, Calañas, Cueva de la Mora, Santo Domingo (Portugal),..., etc. *Ibidem*, p.68.

e S. Domingos, as minas portuguesas onde mais se evidenciou a máquina militar e política do Império.

Myrtilis foi um importante porto para os circuitos de escoamento da prata e do ouro e para a organização económico-militar que os romanos implantaram no Baixo Alentejo, em função das actividades de mineração que directa ou indirectamente a administraram e em função das rotas de comércio e comunicação, terrestres e marítimas da época.

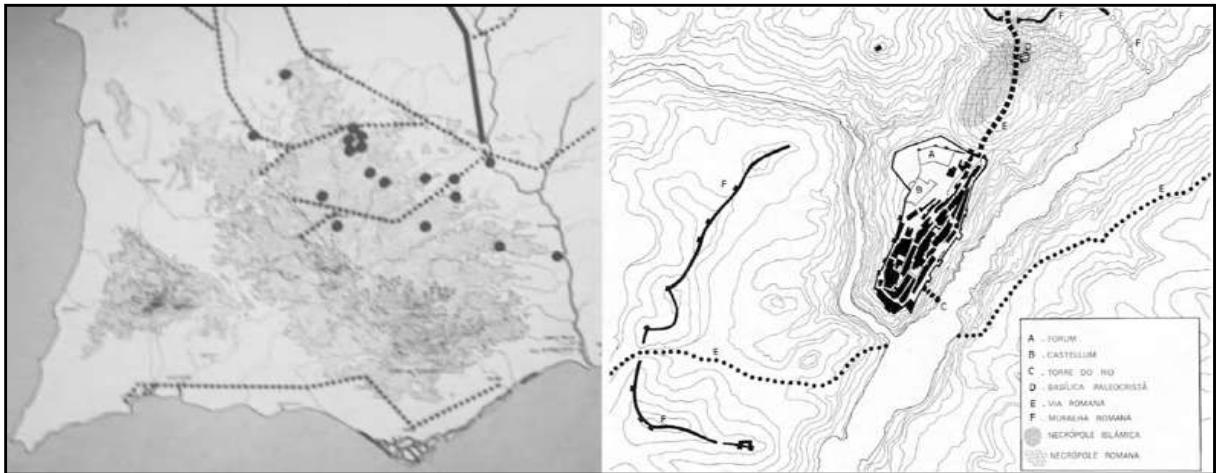


Fig. 3.5 – 1 - Mapa das vias romanas no sul de Portugal: Na confluência da via principal para Beja (Pax Júlia), representada a traço cheio, com as vias secundárias a tracejado, situa-se Mértola (Myrtilis), para onde os romanos escoavam os minérios de S. Domingos e de Aljustrel (Museu de Mértola). 2 – Mértola com o traçado da via romana de S. Domingos, representada pela linha tracejada à direita (*Mértola, Vila Museu*, p.100).

Segundo Ernest Deligny (Engenheiro de Minas, francês), que calculou o volume das escórias existente nas explorações romanas e pré romanas afim de obter a quantidade de mineral extraído e beneficiado nesta região, as escórias antigas em toda a Faixa Piritosa Ibérica incluindo a zona portuguesa até Caveira, foram estimadas em 20 milhões de toneladas (4 milhões de m³), das quais 3/4 se localizavam nas minas de Rio Tinto e Tharsys. Esta quantidade implica, à razão de 1,5m³ de minério necessário para 1m³ de escória resultante do processo de fundição, que até ao final da época de exploração romana, foram extraídos um total de 6 milhões de m³ de minério ferro-cúprico. Deligny, estimou ainda que um décimo das escórias eram fenícias (3 milhões de toneladas de minério) e as restantes eram romanas (27 milhões de toneladas de minério).



Fig. 3.6 – Via Romana da Mina de S. Domingos (*Mértola, V. Museu*, p.100).

Muito do que se sabe hoje sobre a mineração do período romano, baseia-se em descrições e investigações dos engenheiros das minas do séc. XIX, uma vez que a reabertura de grande parte das minas romanas para a exploração industrial viria a destruir a maioria dos seus labores em poços e galerias, devido à introdução dos

sistemas de lavra a céu aberto. Ainda assim são os utensílios e troços de galerias que chegaram aos nossos dias que em conjunto com algumas referências a escritos antigos e com a escassa investigação arqueológica sobre povoados, necrópoles e vestígios metalúrgicos romanos, nos elucidam sobre os seus sistemas de exploração.

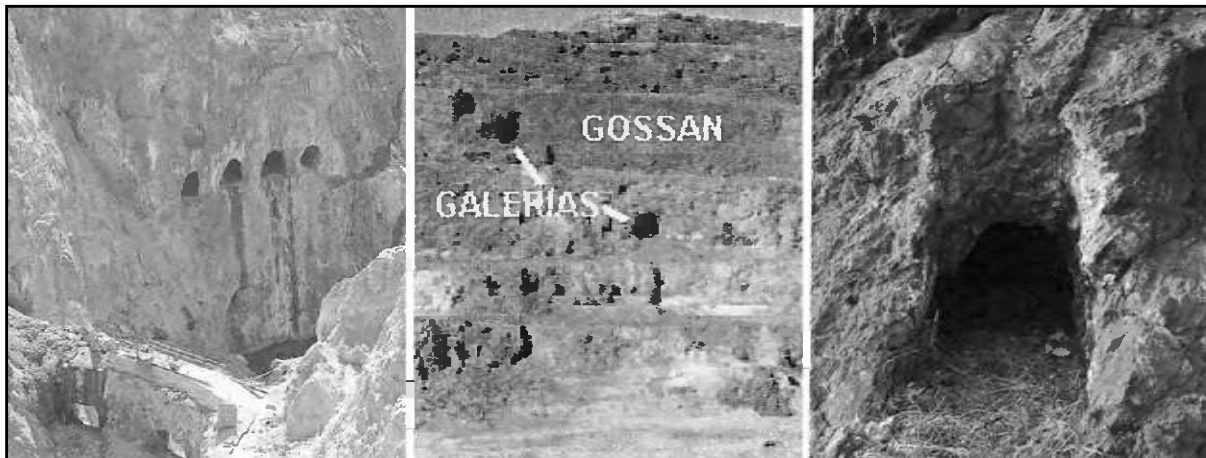


Fig. 3.7 – Galerias romanas descobertas pelos trabalhos de mineração do séc. XIX: 1 – Quatro galerias romanas na *Corta del Lago*, em rio Tinto (*Rio Tinto*, p.42). 2 e 3 – Galerias romanas nas paredes da *Corta da Mina de S. Domingos*.

Era fundamentalmente um sistema subterrâneo de extracção em função do mineral disponível de maior lei, embora também utilizassem por vezes o sistema de cortas (exploração a céu aberto) e a prata, obtida a partir do *gossan*, constituía o mineral mais procurado.

Seguindo inicialmente os labores dos tartessos, Rio Tinto e sua área de influência, concentram primeiro todo o esforço romano (séc. II a.C.). Só mais tarde este se estende a toda a Faixa Piritosa Ibérica, com o desenvolvimento da mineração do cobre (séc. I a.C.)

No seu *modus operandi*, descoberto um sítio com interesse (afloramentos ricos em metais nobres), procediam à sondagem da área através da abertura de múltiplos poços. Encontrado o mineral, começavam os trabalhos de arranque com a abertura de galerias de sondagem e extracção seguindo os veios mais ricos. Quando deparavam com as zonas de abundância, ampliavam as galerias criando salões onde escavavam até ao esgotamento dos veios existentes.

O tipo de sustentação empregue, nos terrenos pouco consistentes, era por entivação, com vigas de madeira formando quadros e por atulhamento total ou parcial das áreas trabalhadas.

Na iluminação usavam candis de barro com azeite (lucernas), colocados em nichos nas paredes das galerias e dos poços por onde se estabeleciam os acessos.

Na drenagem das águas freáticas, uma das principais dificuldades da lavra por poços e galerias, os romanos aplicaram todo o seu engenho no domínio da hidráulica, empregando vários sistemas de desagúe, naturais por gravidade e forçados por mecânica. Primeiro através de rasgos no solo das galerias que eram escavados respeitando uma pendente que era necessária para o correcto escoamento e saída da água (sistema empregue em todas as minas cuja saída da água tem um nível inferior ao da inundação da mina). Depois, quando atingiam grandes profundidades, adoptando processos de elevação de água, para as galerias a menor cota e posteriormente para o exterior, através de dispositivos como a nora (roda hidráulica) e o parafuso de Arquimedes (helicoidal).

A Nora ou roda hidráulica, foi talvez o dispositivo mais espectacular e mais empregue pelos romanos. Consistia numa grande roda em que todos os elementos eram de madeira, excepto o eixo que era em bronze, sendo utilizadas em conjunto. Eram dispostas em par, em câmaras escalonadas, ligadas entre si por caleiras de escoamento, podendo atingir um total de várias dezenas consoante a profundidade a vencer e eram movidas por força de homens. Vários conjuntos destas rodas, formando complexos sistemas de desagúe, foram encontrados, entre 1886 e 1932, nas minas de S. Domingos, Tharsis y Rio Tinto (Espanha). Descobertas totalmente enterradas, algumas das que foram recuperadas em bom estado, encontram-se actualmente no Museu Britânico e no Museu de Arqueologia de Huelva (Espanha).¹¹

O parafuso de Arquimedes, de inspiração egípcia, era construído totalmente em madeira na forma helicoidal. Sendo também usado em série, era disposto em rampa de modo a que o mais baixo alimentava o que lhe estava imediatamente acima, até que o último vertesse a água numa regata que conduzia ao rego principal de escoamento. Ao contrário da roda, não permitia vencer grandes desníveis, mas em contrapartida o seu caudal era grande. Um conjunto de três destes exemplares foi encontrado nas minas de Sotiel (Espanha).

¹¹ Em Rio Tinto foram encontradas mais de 40 rodas hidráulicas, entre as quais um conjunto oito parelhas colocadas de forma sucessiva. Em Tharsis encontrou-se um conjunto de sete parelhas e em S. Domingos um conjunto de nove parelhas, igualmente dispostas de forma escalonada. Caballero, Manuel Flores - *Las antiguas explotaciones de Rio Tinto*, Huelva, 1981, p.85.

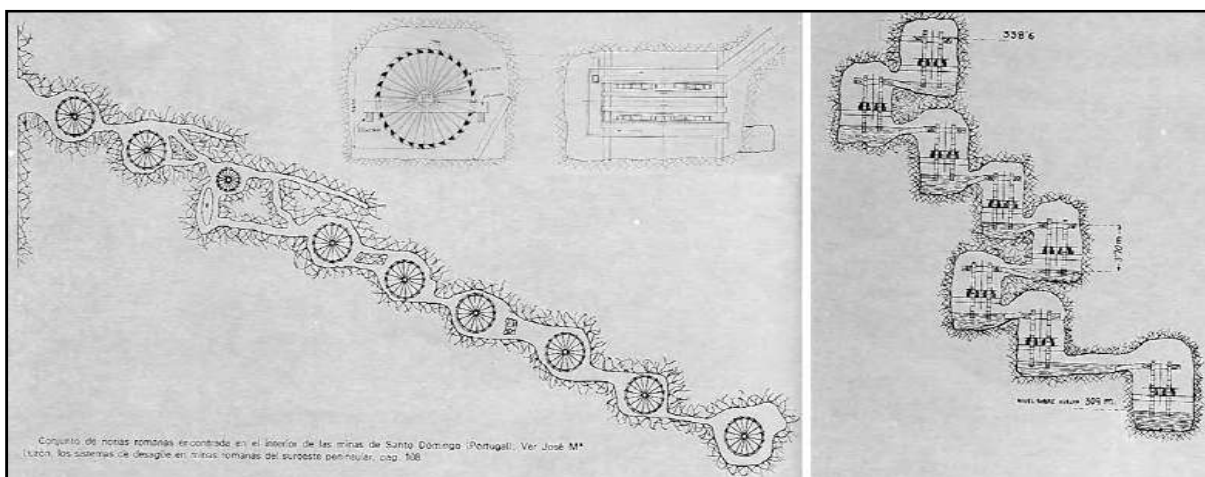


Fig. 3.8 – Rodas hidráulicas de desagúe, encontradas em minas romanas: 1 – Conjunto de nove noras encontradas no interior das minas de S. Domingos. 2 - Esquema da colocação das noras romanas descobertas entre 1919 e 1921, no filão sul de Rio Tinto (Caballero, 1981:86).

Um outro sistema, o da bomba de Ctesibio, era o mais complexo por se tratar de uma bomba hidráulica alternativa de pistons, que era construída em bronze e fixada ao solo sobre uma obra de alvenaria, permitindo elevar a água a grande altura. Os seus dois recipientes gémeos de bronze, unidos por um tubo em forma de forquilha, eram providos de um sistema de válvulas que se abriam ou fechavam à passagem da água, permitindo através da acção dos pistons que a água se colocasse em movimento e seguisse o caminho a que obrigavam as válvulas. Também nas minas de Sotiel (Espanha) foi encontrado, em 1889, o único exemplar completo conhecido na Península Ibérica.

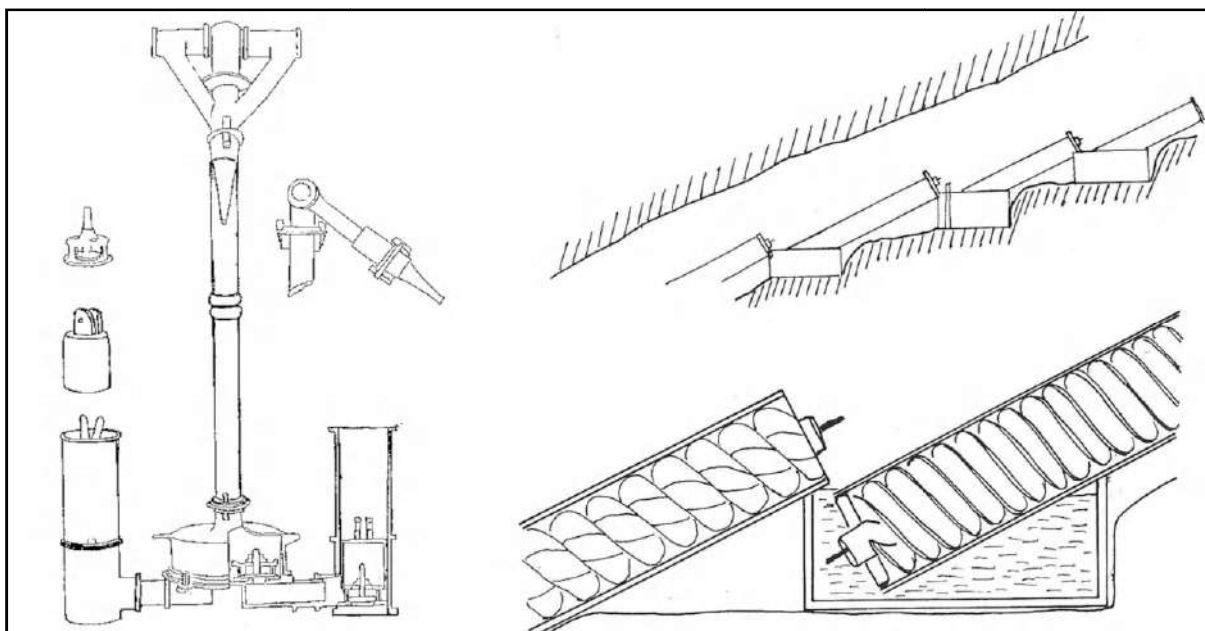


Fig. 3.9 – Outros sistemas de desagúe, encontradas em minas romanas: 1 – Representação da Bomba de Ctesibio, encontrada na mina de Sotiel, Huelva. 2 - Esquema do escalonamento e associação dos Parafusos de Arquimedes, na mina de St.^a Bárbara, Huelva (*Mineração no Baixo Alentejo*: 105-107).

Em Aljustrel, um dos núcleos mineiros mais importantes da Faixa Piritosa Ibérica, foram também encontrados bastantes vestígios da actividade mineira da época romana. Cerca de 2 milhões de toneladas de escórias, diversos poços e galerias e duas tábuas de bronze com referências à regulamentação sobre o funcionamento e administração do couto mineiro, atestam a presença romana neste local¹². Aqui foram mais uma vez as técnicas de exploração através de poços e galerias que os romanos aplicaram. Os mecanismos de esgoto, não foram neste local, ainda devidamente determinados. Parte de uma bomba de Ctesibio supõe-se ter aí sido encontrada, mas o mais provável é que a extracção das águas subterrâneas fosse efectuada através da sua elevação por meio de baldes, içados pelos poços à força de braços e seguidamente encaminhada por canais e galerias para fora da mina.



Fig. 3.10 – Achados arqueológicos romanos, encontrados nas minas de Aljustrel: 1 – Tábuas de bronze de Vipasca. (*História de La Faixa Pirítica Ibérica*, p.17). 2 – Balde de bronze da mina de Algarves. 3 – Lucerna de tipo Rio Tinto/Aljustrel. 4 – Alcofa da mina de Algarves. 5 – Bateia? Utensílio em forma de pá, minas de Jales e mina de Algarves. (*Portugal Romano*: 109-115).

Segundo se crê a maioria dos trabalhadores mineiros seriam escravos, contudo nem todas as minas estariam sob a administração directa do estado romano, como terá sido o caso de Aljustrel, podendo os duros trabalhos ficar também a cargo de homens livres mediante a concessão da exploração e o cumprimento de regras de tributação e funcionamento¹³.

Em S. Domingos, talvez a maior mina da zona portuguesa, os trabalhos romanos processaram-se durante cerca de quatro séculos. Muitos foram os achados encontrados no decurso dos labores do séc. XIX e em investigações nos arredores da mina, entre os quais se incluem vestígios de construções e de uma necrópole, cerâmicas, estátuas,

¹² Achados das escavações realizadas entre 1950 e 1980 nos sítios arqueológicos de Valdoca, Vipasca e Algarves. Martins, Artur - *Aljustrel, a Mina e a Mineração na Antiguidade*. "Mineração no Baixo Alentejo". Câmara Municipal de Castro Verde, 1996, p.102.

¹³ Segundo as inscrições das duas tábuas de bronze (Tábuas de Vipasca, da antiga mina romana em Aljustrel), "Os arrendatários de minas recebem a centésima parte das vendas efectuadas por leilão, que se realizem no interior do território da mina de Vipasca." In: Martiñez, Iván - *História de La Faixa Pirítica Ibérica*. Revista "Bocamina" nº 5, Abril 2000, p.17 (tradução).

medalhas e moedas, a partir das quais se determinou que o período de exploração do jazigo poderia ter sido entre o ano 12 e o ano 397¹⁴

Os trabalhos desceram a uma profundidade de 20 metros abaixo da galeria de escoamento. A extracção era efectuada através da elevação da água por intermédio de vários pares (9?) de rodas hidráulicas (noras), dispostas de forma sucessiva e ascendente em câmaras escavadas na rocha e ligadas entre si por canais de escoamento, até atingirem a galeria de esgoto principal que expelia a água para o exterior.

Uma das rodas usadas para elevação de água da mina de S. Domingos, foi recuperada intacta e apresentada na exposição Universal de Filadélfia em 1876, encontrando-se actualmente no Museu Nacional da Técnica, em Paris.¹⁵

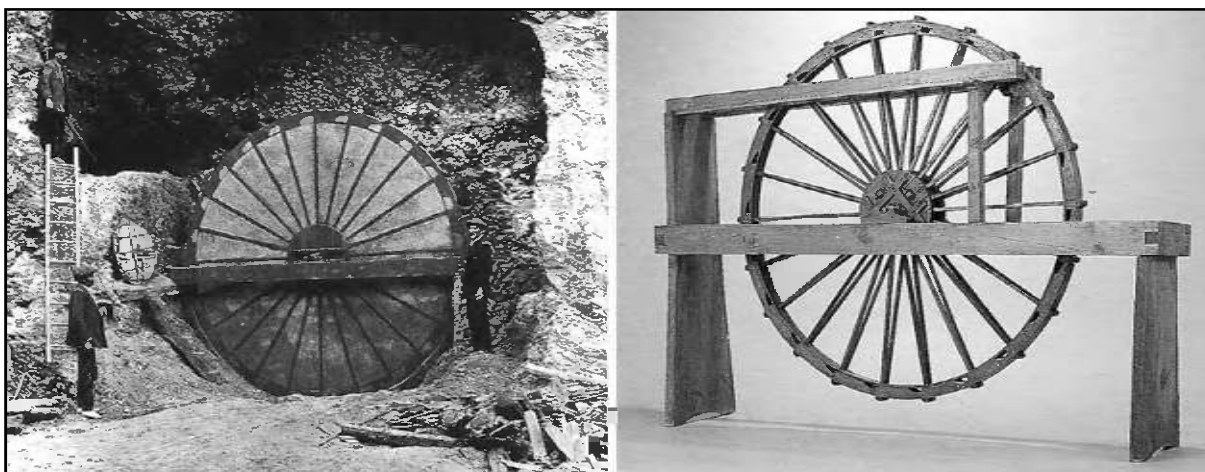


Fig. 3.11 – Rodas hidráulicas de desagúe, encontradas em minas romanas: 1 – Reconstrução *in situ* de uma nora romana encontrada em Rio Tinto no ano de 1886 (*História de La Faixa Pirítica ibérica*, p.14). 2 – Maqueta de Roda de aro compartimentado, inspirado no fragmento de roda proveniente de S. Domingos, conservado no Museu das Técnicas de Paris (*Portugal Romano*: 32).

Diversos poços e galerias foram também descobertos com o início da exploração industrial. As galerias de escavação desenvolviam-se de forma irregular em função da localização dos filões com minério de maior lei (maior percentagem de cobre), decorrendo essa selectividade da tecnologia da época que ainda não permitia aproveitar as pirites pobres.

Com base no volume de escórias então existentes sobre os montes da Serra de S. Domingos, estimaram-se em 150.000 m³ o volume somado das escavações antigas,

¹⁴ Esta datação do período romano de exploração foi atestada pelas moedas recuperadas durante os trabalhos antigos da mina e guardados por James Mason, na colecção especial de moedas do seu "Catálogo de objectos pertencente à Mina de S. Domingos". As moedas encontradas reportam-se aos impérios de Constâncio II a Arcadius, incluindo cunhagens dos impérios de Claudius, Caligula, Adrianus e outros. Costa Sequeira – *Notícia sobre o estabelecimento mineiro de S. Domingos (1868 a 1880)*. In: "Revista de Obras Públicas e Minas", tomo XIV (1883) e tomo (1884), Lisboa. Citado em *Resumo Histórico*. PGU, CMM, 1993, p.2.1.1

¹⁵ Torres, Cláudio e Alves da Silva, Luís - *Mértola Vila Museu*. Campo Arqueológico de Mértola, 1996, p.126.

entre o séc. I e IV, o que aplicando os cálculos de Deligny, atrás descritos, corresponderia a cerca de 750.000 toneladas de escórias.

Abandonada a exploração da mina com a retirada dos romanos, são escassos os vestígios que nos indiquem que tenha sido explorada posteriormente, até à sua redescoberta no séc. XIX, contudo admite-se que muçulmanos e cristãos procuraram o ouro e a prata e que eventualmente possam ter desenvolvido pequenos trabalhos de extracção, em moldes mais circunscritos e porventura em função de pequenos grupos de indivíduos ligados ao comércio dos metais.

Calcula-se que a descontinuidade da exploração nas antigas minas romanas se relacione sobretudo com razões de inviabilidade, decorrentes do desconhecimento de técnicas para aproveitamento dos minérios com mais baixos teores existentes a maior profundidade. No entanto, outras pequenas minas da região foram certamente exploradas, a atestar pelas referências existentes em forais medievais que classificavam a prata como mercadoria sujeita a taxa, no concelho de Mértola.

3.3 Mineração no Período Industrial

Ao contrário das minas espanholas de Rio Tinto que, sucessivamente desde a sua redescoberta em 1555, foram alvo de várias iniciativas de exploração industrial, que primeiramente fracassaram e depois, já no séc. XVIII, se traduziram em importantes trabalhos subterrâneos no filão *Nerva* (actual filão Sul), a mina de S. Domingos só viria a ser de novo explorada a partir de meados do séc. XIX.¹⁶

Com o início de oitocentos o panorama mineiro ibérico era desolador, a crise económica e a decadência do império colonial afectava gravemente a Espanha e conseqüentemente a sua indústria mineira. Na Europa, com a revolução industrial em marcha, florescia o comércio e a indústria. Principalmente na Inglaterra, com a grande expansão do seu império e com a difusão das companhias inglesas pelo mundo que, ocupando posicionamentos estratégicos nos mercados garantiam o abastecimento de matérias-primas às indústrias transformadoras do Reino.

A partir da segunda metade do séc. XIX, essa expansão da industrialização inglesa, sobretudo para a Europa e Estados Unidos, contribuía para o aumento da competitividade do mercado internacional e para o avanço científico e tecnológico mundial, permitindo a grande acumulação de capital por parte dos empresários capitalistas e também, embora em menor parte, para uma melhoria global da qualidade de vida das pessoas.

¹⁶ Uma onda de entusiasmo mineiro em Espanha, em 1559, levou ao registo de 58 minas entre as quais S. Domingos, em 1565, no entanto a maior parte não sofreu qualquer exploração (Flores Caballero, 1983a).

Foi um século caracterizado pelo triunfo do capitalismo industrial e financeiro. Os grandes lucros dos capitais investidos na indústria contribuiriam para constantes investimentos na indústria em geral. O capitalismo financeiro afirmava-se mercê da associação do capitalismo industrial à banca.

Configurava-se então a segunda Revolução Industrial. A par do aparecimento das novas fontes de energia (electricidade e petróleo), das novas indústrias (aço e química) e inventos técnicos (dínamo e motor de explosão), e do desenvolvimento dos transportes (comboio, barco e automóvel), surgiam também as novas formas de sociedade anónima e de concentração de empresas na economia, sucedem-se tempos de grande produção industrial e de acumulação de capitais.

O aumento significativo da procura do cobre, devido à sua aplicação na indústria eléctrica, motivou o relançamento das minas espanholas da Faixa Piritosa Ibérica, por volta de 1850. As primeiras minas começaram a laborar pela iniciativa de pequenas sociedades locais, mas logo depois vendiam as suas propriedades às grandes sociedades transnacionais que chegaram à região a partir de 1855.

O forte incremento da indústria química desenvolveu o aumento dos consumos de minérios de enxofre, utilizados para a produção do ácido sulfúrico. Consequentemente a grande procura destas substâncias recaiu primeiro sobre as minas inglesas e irlandesas de pirites, que rapidamente se esgotaram, fazendo deslocar as atenções para as pirites espanholas e portuguesas.

Assim se desencadeou a prospecção das antigas minas do Sudoeste Ibérico, através de agentes em representação dos interesses das indústrias europeias. Um dos primeiros terá sido Ernest Deligny, engenheiro de minas francês, que em 1853 começou por se deslocar a Huelva e a Rio Tinto afim de reconhecer as minas aí existentes. Como resultado, registou 40 minas espanholas, entre as quais as de Tharsis, e mais tarde, em 1855, 5 minas portuguesas, entre as quais as de S. Domingos, Caveira e Aljustrel.

Uma autêntica febre mineira instalou-se na região, várias companhias mineiras fundaram-se em Espanha e em França, nalgumas delas, Deligny surge ligado aos grandes capitalistas, cujos investimentos, tornariam possível em apenas uma década, desenvolver uma verdadeira revolução industrial por toda esta região ibérica.¹⁷

¹⁷ As cerca de 25 linhas-férreas mineiras que se instalaram na Faixa Piritosa Ibérica, entre 1850 e 1905, são bem demonstrativas da grandeza da mineração desta época industrial e em parte resultam da introdução dos processos de lavra a céu aberto "cortas". (Martiañez, 2000: 27-29).

3.3.1 A redescoberta da Mina de S. Domingos e a construção do seu complexo mineiro e industrial

Em 1854, o italiano Nicolau Biava, capataz nas minas espanholas de Tharsis, veio em campanha de reconhecimento à região da serra de S. Domingos, nas proximidades de Mértola, em busca dos vestígios das antigas minas romanas de cobre e do metal aflorante, característico dos chapéus de ferro dos jazigos de pirite. Era do conhecimento dos capitalistas estrangeiros de Tharsis e de Ernest Deligny a existência do jazigo de S. Domingos, anteriormente referenciado por um engenheiro de minas português (J. M. Leitão), numa revista mineira de Madrid, em 1850-51.

Muito provavelmente sob as indicações de Deligny, o descobridor italiano que já tinha localizado os vestígios das antigas minas romanas (vários poços antigos e diversos afloramentos existiam no local) pediu, nesse mesmo ano de 1854, autorização à Câmara Municipal de Mértola para iniciar os trabalhos de mineração, registando-se em seu nome, na Sessão de Câmara extraordinária do dia 16 de Junho, quatro minas de cobre situadas sobre a serra de S. Domingos.¹⁸

Apesar do direito legal de descoberta, só lhe ter sido conferido pela portaria do Ministério das Obras Públicas e Minas de 7 de Outubro de 1857 (DG n.º 236 de 1857), depois de verificada e descrita a existência do jazigo pelo Geólogo Carlos Ribeiro, em relatório de 12 de Agosto de 1957, já Nicolau Biava havia iniciado os trabalhos preparatórios há mais de um ano antes (cf. o referido relato). Acompanhado de várias dezenas de operários mineiros, vindos das minas espanholas, procederam primeiro ao desentulhamento dos poços antigos (cerca de 50 foram encontrados sobre a matéria vermelha ferruginosa que cobria o maciço mineral) e das galerias existentes, que se encontravam a cerca de 30 metros de profundidade.

Confirmada a notável dimensão e riqueza do jazigo existente, Nicolau Biava cedeu, em 5 de Março de 1856, em Huelva, o direito de exploração da mina a favor do francês Deligny, então director e sócio das minas de Tharsis. Este conjuntamente com dois nobres e ilustres políticos e capitalistas franceses, (Eugene Duclerc, antigo ministro, deputado e banqueiro e Louis Armanieu, duque de Decazes de GluKsberg, ministro e comendador) tinham já formado, a 7 de Novembro de 1855, em Sevilha,

¹⁸ "...Nicolau Biava, natural de Traverselha, Piemonte, Reino de Sardenha, residente no Alosno, Reino de Hespanha... de profissão mineiro, regista, perante Sessão extraordinária da Câmara de Mértola, a descoberta (segundo pesquisa e informações particulares) de quatro minas de cobre situadas na Serra de Sancto Domingo". In: Alves, Helena – *Minas de S. Domingos. Génese, Formação Social e Identidade Mineira*. 1997, p38

a Sociedade La Sabina Mining Company, com sede em Paris, destinada ao financiamento das explorações mineiras em Portugal.

Em 22 de Maio de 1858 (DG n.º 20 de 1858), foi então obtida a concessão provisória já em nome dos três sócios da La Sabina, que se constituíram como concessionários de Nicolau Biava, certamente para ultrapassarem dificuldades de transmissão dos direitos de exploração relacionadas com a sociedade que representavam. Quando em 12 de Janeiro de 1859 (DR n.º 26 de 1859) foi confirmada a concessão definitiva a favor da La Sabina, já esta se apresentava como sociedade anónima o que lhe terá permitido a obtenção do direito requerido.

Na direcção da La Sabina, surgiu então James Mason, um jovem engenheiro de minas britânico formado na conceituada *École Imperial des Mines de Paris*,¹⁹ com o qual foi celebrado um contrato de arrendamento e cedência de direitos para a exploração da mina, a 9 de Outubro de 1858, em Paris. Posteriormente o novo arrendatário constituiu uma sociedade de responsabilidade limitada, a Mason & Barry Limited, conjuntamente com Francis Barry, um influente londrino membro da Câmara dos Lordes e representante de sociedades mineiras inglesas em Burgos e Bilbao (Espanha), a qual se tornaria na grande e prestigiada companhia mineira inglesa de S. Domingos. Como director e engenheiro responsável pelo primeiro plano de lavra, aprovado pelo Governo Português, James Mason (1824-1903), ficou à frente da exploração e da construção do complexo mineiro de S. Domingos, constituindo-se autor e obreiro de todos os grandes planos, implementados entre 1858 e 1873.

3.3.1.1. O sistema empresarial e a elite dirigente inglesa

A doutrina económica e empresarial que presidiu à exploração industrial de S. Domingos, enquadra-se no liberalismo económico europeu, característico do séc. XIX, em que era permitida uma liberdade comercial e produtiva, de preços e de salários, num contexto de livre concorrência e livre iniciativa, baseada na *Lei da oferta e da procura*. Essa doutrina garantia o desenvolvimento da indústria e do comércio permitindo o enriquecimento rápido de alguns empresários que criaram novas empresas, e a consolidação do capitalismo industrial que normalmente se iniciava a partir de empresas

¹⁹ Apesar da sua formação técnico-científica ter decorrido em Inglaterra, James Mason foi admitido na Escola de Minas de Paris, em 1848, onde se especializou em manipulações químicas. (Custódio, Jorge – *James Mason e a Construção da Imagem da Mina de S. Domingos*, “Mineração no Baixo Alentejo”. 1996, p.212).

familiares com capital próprio ou em associação com capitalistas com ligações à banca.²⁰

Em Portugal existiam, nessa altura, as condições ideais para esses empresários, dada a política de Estado que privilegiava a atracção de capitais de risco estrangeiros. A liberdade mineira, consagrada por decreto de 1852, conferia vantagens para qualquer particular, nacional ou estrangeiro, que procedesse a trabalhos de pesquisa para a descoberta de depósitos minerais, novos ou já explorados em tempo remotos.²¹

Era um tempo fértil para o triunfo económico e político da burguesia e dos grandes industriais e poderosos banqueiros, um grupo social que bem sabia tirar partido da audácia e capacidade de iniciativa que, não raras vezes, lhe garantia a ascensão social. A alta burguesia, que com prestígio social e poder político numa nova sociedade aberta passava a influenciar a vida política dos Estados Liberais. Foram numerosas as famílias que no séc. XIX, consolidaram o seu poder económico e empresarial e exerceram forte influência social e política.



Fig. 3.12 – Acção da *Sociedade Especial Mineira La Sabina*, emitida a 31.01.1860, em Huelva, a favor de Alfred George Hinds, no valor de 500 unidades participativas. (Fonte: familiares do antigo titular).

Também as sociedades anónimas, generalizadas durante séc. XIX, proporcionavam aos seus accionistas principais a acareação de capital para novos investimentos, através da emissão de acções cotadas em bolsa. Foi o caso da sociedade La Sabina, legalizada em Portugal como sociedade anónima de responsabilidade limitada (DG de 8 Janeiro de 1865), titular da concessão dos direitos de exploração e investidora inicial dos capitais necessários para o

²⁰ No séc. XIX a organização da economia europeia assentava no Liberalismo Económico, doutrina que defendia uma liberdade total de comercializar e de produzir, de trabalhar, de preços e de salários, num contexto de livre concorrência e livre iniciativa, opondo-se a qualquer iniciativa do estado – *Lei da oferta e da procura*. O Capitalismo Industrial foi uma política económica que na Europa industrial viria a gerar crises de superprodução com consequências drásticas na baixa de preços e no desemprego de operários. Na sequência dessas crises sociais, os Estados intervêm na economia com medidas proteccionistas.

²¹ O decreto-lei de 1852 definia, entre outras, que: a propriedade das Minas pertencia ao Estado e que estas só poderiam ser exploradas por particulares, mediante concessão; o direito de descoberta determinava o direito de preferência na concessão e ao descobridor era permitida a transmissão do registo da mina. (Alves, Helena – *Minas de S. Domingos...* 1997, p.39).

arranque dos trabalhos de prospecção e exploração mineira em S. Domingos, e que depois passou a ser exclusivamente beneficiária dos proventos realizados segundo as condições do contrato com a sua arrendatária.

Esse contrato entre a LS e a M&B (primeiramente em nome individual de James Mason), previa um prazo de arrendamento da concessão por 50 anos (1858-1908), prorrogável por iguais períodos, a troco do pagamento de 960 réis por tonelada de mineral extraído da mina pela administração inglesa, estabelecendo um mínimo de 4.600 toneladas para o primeiro ano e 24.000 toneladas para os anos seguintes do arrendamento. Previa igualmente uma indemnização de 27.000\$000 reis, a pagar pelo rendeiro, relativa às despesas decorrentes dos trabalhos iniciais realizados na mina pela concessionária LS. Estipulava ainda uma obrigação de investimento no valor de 10.800\$000 reis em trabalhos de mineração, no primeiro ano, e a instalação de uma máquina a vapor para produção de força para as necessidades de serviço. Ernest Deligny representava os concessionários La Sabina perante o Governo Português e James Mason representava a companhia exploradora M&B, com domicílio oficial na Mina de S. Domingos.²²

O Estado português proprietário da Mina e concesso do direito de exploração à La Sabina, recebia em troco o pagamento de um imposto fixo, calculado em função da área concessionada, e um imposto proporcional, calculado sobre o volume de produção (entre 1860 e 1905 o montante total do imposto proporcional a favor do Estado, ascendeu a 876.380\$504 réis. Comparativamente, só no ano de 1864, a La Sabina recebeu da M&B 127.102\$080, correspondentes ao valor da renda).

A exploração da Mina, bem como todos os empreendimentos necessários, passam a pertencer à administração inglesa logo em 1858-1859, mesmo antes da constituição final do quadro de relações contratuais entre a LS, M&B e Governo Português. A 19 de Setembro de 1858, já James Mason assinava o primeiro plano de lavra, exigido pelo Estado, para efeitos da aprovação definitiva da concessão. Proveniente da direcção de importantes empresas espanholas, Mason acumulava assim a direcção e a gerência da empresa M&B, ficando com o controle da direcção técnica e da administração industrial, em S. Domingos.

A empresa assentava na base familiar dos Mason e dos Barry. James provinha de uma importante família inglesa ligada à industrialização britânica (os

²² PGU - *Resumo Histórico*, p.2.1.5, citado de Costa Sequeira - *Notícia sobre... S. Domingos (1868 a 1880)*.

Mason), e Francis Barry, o seu sócio, privava no círculo de convivência da família real britânica e detinha importante influência no meio comercial e financeiro, credenciais que lhe garantiam a gestão e direcção comercial da casa da empresa, em Londres, onde tratava dos negócios referentes ao despacho e colocação do minério vindo de Portugal, com destino às fábricas inglesas.

Em 1860, James Mason casou com Isabel Barry, filha do seu sócio Francis Barry. Do matrimónio nasceu o seu filho James Francis Mason (1861-1929), que ascende aos títulos nobiliárquicos do pai e mais tarde o sucederia na direcção da empresa.²³



Fig. 3.13 – Retratos da elite dirigente da Mina de S. Domingos entre os quais, à esquerda James Mason e ao centro Frederic Rich, sucessor dos Mason.
(Fontes: Álbum de Mason e Coleção do Centro Republicano de S. Domingos).

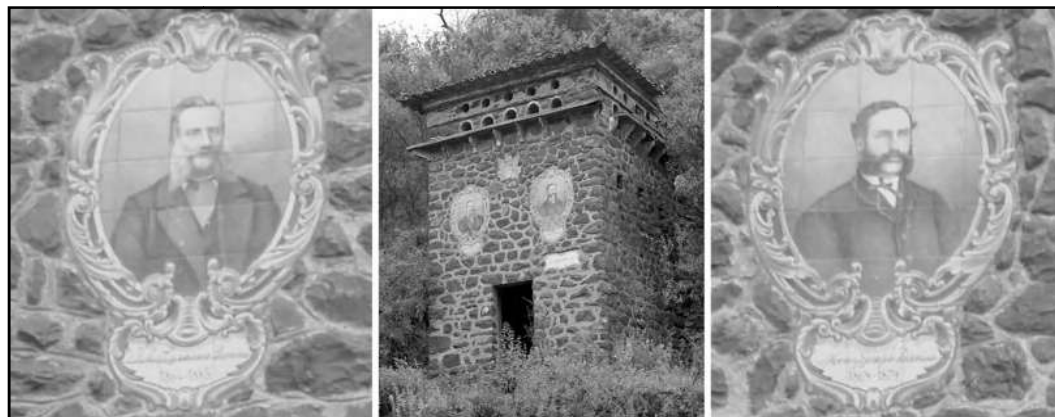


Fig. 3.14 – Retratos de Jonh Laurence Danino e Henry Joseph Danino, directores (?) da Mason & Barry em 1864-1885 e 1868-1879, respectivamente. Homenageados no Pombal construído no Pomarão, em 1926, segundo projecto oferecido pelo engenheiro civil J. Abecassis Júnior.

Logo no início da sua actividade, a empresa inglesa, trouxe para Portugal alguns técnicos ingleses e escoceses, destinados aos vários cargos da administração comercial e industrial, da exploração do jazigo e dos transportes.

Em pouco menos de uma década os ingleses tinham sabiamente conduzido a construção de um próspero e destacado estabelecimento mineiro no Sul de

²³ Custódio, Jorge – *James Mason e a Construção da Imagem da Mina de S. Domingos*, “Mineração no Baixo Alentejo”. 1996, p.213.

Portugal, com uma importância que rivalizava com as minas de Huelva e um prestígio que ultrapassava fronteiras.

Em meados da década de 60 a mina estava estabelecida. Numa zona até então quase deserta tinha nascido um verdadeiro centro industrial, estranho ao mundo rural que o envolvia, mas semelhante a outros da região mineira ibérica a que pertencia. Aí encontravam-se outras comunidades semelhantes com histórias de nascimento em tudo parecidas, tais como Tharsys, Rio tinto e Aljustrel, entre as quais circulam pessoas, ideias e interesses comuns.

O eco de novidade e grandeza dos trabalhos que se desenvolviam em de S. Domingos, chegava às cortes portuguesas, e em Novembro de 1860, o rei D. Pedro V, saía de Lisboa para cumprir uma viagem com destino à mina. Uma visita que muita satisfação lhe deu, como foi notícia nos relatos oficiais da época: "(...) *Às três horas da tarde, depois de uma longa jornada, chegou sua majestade á demarcação da mina de S. Domingos, onde era esperado pelo representante da empresa, que dirigiu a El-Rei uma allocução agradecendo a visita que Sua Magestade se dignava ali fazer, para observar como a industria mineira estava implantada na serra de S. Domingos. El-Rei com o maior agrado respondeu que sentia grande satisfação, por ter sido no seu reino feita a concessão para a lavra daquella mina.*", O monarca foi ainda acompanhado a visitar os trabalhos de lavra que aí decorriam: "*N´este exame se demoraram por espaço de duas horas, tendo tido occasião de observar a maior parte das obras subterrâneas, executadas pela empresa, e algumas das que se acham feitas desde remotas eras.*

Sua Majestade mostrou-se muito satisfeito pelo modo como encontrou estabelecida e dirigida a lavra da mina."²⁴

Trinta anos depois a Mina de S. Domingos recebia a visita de outro rei português. Desta vez, de outros meios de transporte se dispunha e a viagem teve características de passeio turístico. Estava-se no ano de 1897 e o rei D. Carlos acompanhado da rainha D. Amélia, subiram o rio Guadiana até ao Pomarão, no iate real *D. Amélia*, e daí viajaram de comboio para a Mina.

A empresa britânica, Mason & Barry, Ltd, que James Mason dirigiu durante cerca de 30 anos, técnica e comercialmente, à frente da importante exploração mineira de S. Domingos, alcançara um enorme sucesso

²⁴ In: Diário de Lisboa n.º 257, na "Parte Official do Ministério dos Negócios do Reino"

internacional. Os notáveis e pioneiros empreendimentos no país, com destaque para a construção do porto fluvial e do caminho-de-ferro da Mina ao Pomarão, levaram Mason a obter o reconhecimento da coroa portuguesa que lhe concedeu vários títulos nobiliárquicos. Primeiro, em 1866, foi eleito barão do Pomarão, depois em 1868, foi tornado visconde de S. Domingos e já no final do século, em 1897, conde do Pomarão.²⁵

Era a James Mason, pelo seu protagonismo como engenheiro e empresário que se devia o enorme sucesso da Mina de S. Domingos. Com uma personalidade embuída dos ideais da industrialização, concebeu e construiu uma enorme obra de engenharia e arquitectura, representativa da modernidade oitocentista, tornando-se num símbolo do progresso, num burguês nobilitado e num personagem romântico, a quem foi concedida a Comenda da Ordem de Cristo, com as armas da dignidade a 11 de Novembro de 1898.

Era também James Mason, o representante máximo da pequena comunidade britânica que entretanto se instalara e constituíra a elite social e dirigente de toda a exploração. Este grupo social, da burguesia inglesa, defendia os valores do trabalho e da disciplina e da audácia e honradez, em que prevalecia o conceito do *self made man*, bem materializado no seu líder. A obtenção do prestígio social por via dos seus feitos empresariais, aproximava-os da aristocracia. Viviam nas *villas* e nos palacetes, construídos segundo o gosto inglês, onde por vezes se davam festas e banquetes notáveis. Praticavam a filantropia, patrocinando o desporto e a música, o cinema e a leitura, para a comunidade mineira, mas mantinham-se fechados no seu grupo onde se recreavam e divertiam reservadamente, encontrando na família o melhor conforto para lidar com o afastamento temporário do seu país de origem.

No entanto é um grupo que não cria raízes, em que o tempo de permanência dos seus elementos se relaciona com as campanhas profissionais na Mina e é progressivamente encurtado, à medida que o estabelecimento mineiro se desenvolve e acolhe quadros de origem portuguesa que lhes vão sucedendo. O quotidiano possível dividia-se pelo trabalho, pelo desporto, convívio e lazer,

²⁵ "Por decreto de 11 de Janeiro de 1866 foi eleito 1.º barão de Pomarão James Mason, súbdito britânico, agraciado depois, em 7 de Dezembro de 1868, com o título de visconde de Mason de S. Domingos, por ser concessionário da mina de S. Domingos." In: PGU - Resumo histórico, citado de Costa, Américo - Dicionário de Corografia, Vol. IX. Porto, 1947, pp. 229-230. O título de conde do Pomarão foi concedido por D. Carlos em decreto de 25 de Novembro de 1897, assim como a comenda da Ordem de Cristo. (Alves, Helena - Minas de S. Domingos... 1997, p.39).

em regra, dentro dos limites do jardim do seu próprio bairro, privilegiando o ténis e os passeios ao ar livre, ou as reuniões sociais, no interior das suas residências.

A segregação social por parte da comunidade anglicana, levou à construção do cemitério inglês, onde alguns dos seus elementos vieram a ser sepultados. A sobriedade das campas inglesas e das suas inscrições são bem reveladoras da sua forma de estar independente e demarcada face às restantes classes e sobretudo face a uma realidade cultural que lhes é estranha e indiferente.

Nesse contexto, em muito se demarcam as classes sócio profissionais superiores. Os ingleses construíram o seu próprio bairro onde o palácio, como ainda hoje é designado, construído originalmente para residência de Mason, surge rodeado de moradias vitorianas em torno de um grande jardim com coreto e campo de ténis, enquanto os quadros portugueses, mais destacados, formam uma pequena burguesia de província e instalam-se em habitações mais qualificadas, afastados do bairro inglês e ainda mais do bairro dos operários.

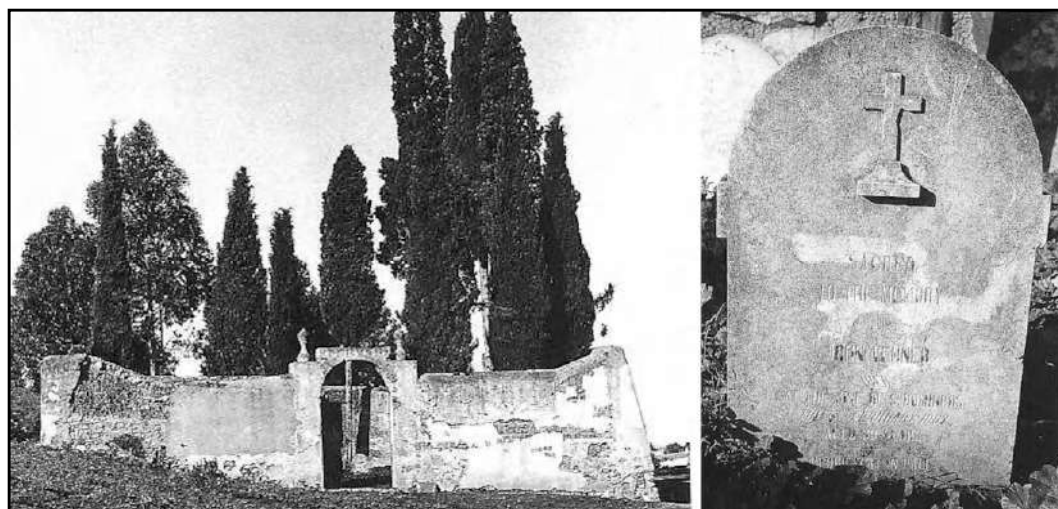


Fig. 3.15 – Cemitério Inglês da Mina de S. Domingos e lápide funerária de um dos seus túmulos, datada de 1867. (Fonte: *Mineração no Baixo Alentejo*, pp.187-193).

James Mason, viveu nos seus palácios da Mina. Entre 1858 e 1873, era onde passava a maior parte do tempo, rodeado pela sua “corte” inglesa. A seguir a esse período, alterou a sua forma de vida, para dar primazia à vida e à cultura britânica, pelo que regressou a Inglaterra, onde se instalou definitivamente. A partir desse momento e provavelmente por razões empresariais estratégicas, tornou-se também sócio da La Sabina, acumulando lucros através das duas empresas. Com a sua ausência, só interrompida por

visitas pontuais à Mina, delegou poderes administrativos a um funcionário da Mina e procurou viver o mais possível no seio da sociedade inglesa.²⁶

Com o ciclo da sua vida empresarial a terminar, Mason deixava em legado uma grandiosa obra, bem representativa do capitalismo industrial europeu de oitocentos, e uma carreira técnica e profissionalmente repleta de sucessos e muito relevante para a sua época, tanto no meio científico e cultural português, onde foi associados de várias agremiações científicas e culturais, como no quadro internacional onde promoveu a projecção de S. Domingos, concorrendo aos principais certames internacionais, como a Exposição Internacional do Porto de 1865, com redacção de catálogo da sua autoria, Exposição Universal de Viena de Áustria em 1873 e Exposição Internacional de Filadélfia de 1876.

Por promover a arqueologia mineira,²⁷ em que foi pioneiro em Portugal, recebeu o diploma de sócio efectivo da Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, emitido a 13 de Novembro 1873.

Dos imensos empreendimentos levados a cabo por James Mason, ao longo dos quinze anos de intenso labor em S. Domingos, ficavam para os seus sucessores um conjunto obras



Fig. 3.16 – Diploma da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses*, conferindo o estatuto de sócio efectivo ao Visconde Mason de S. Domingos, em 13.11.1873. (Fonte: Espólio da La Sabina).

que lhes permitiriam levar por diante, com continuado progresso, o grande estabelecimento da Mina de S. Domingos, dessas destacam-se os dois planos de lavra de 1958 e de 1866-67; o porto fluvial do Pomarão, construído em 1859-60; o caminho-de-ferro da Mina ao Pomarão, construído em 1859-62; os estabelecimentos metalúrgicos da Achada do Gamo, construídos entre 1863-67; a construção dos açudes da Mina, entre 1873-1880 e a arborização das serras envolventes a partir de 1873. No final da sua vida repleta de

²⁶ Custódio, Jorge – *James Mason e a Construção da Imagem da Mina de S. Domingos*, “Mineração no Baixo Alentejo”. 1996, p.215.

²⁷ Os seus achados de S. Domingos percorreram as instâncias nacionais e internacionais, gerando um movimento de estudo e divulgação em torno da mineração da antiguidade.

consagrações, o seu filho visconde Mason de S. Domingos, substitui-o na liderança da empresa, prolongando o prestígio da casa que o pai lhe deixou.

Com a sucessão de James Mason, a Mina passa em definitivo a ser dirigida superiormente a partir de Londres e indirectamente através dos seus empregados residentes em S. Domingos. O serviço administrativo da Mina, na dependência do seu Director Geral, estava dividido em 2 secções, cada uma com um sistema distinto de contabilidade: A secção de administração industrial e a secção de administração comercial. Cada um dos chefes de serviço tinha ainda um auxiliar no desempenho das suas funções.

No apoio às várias divisões de serviço existiam também na Mina de S. Domingos os seguintes gabinetes técnico-científicos: 1 sala de desenho; salas de trabalho para engenheiros e 2 laboratórios de química para ensaios, todos bem equipados com os instrumentos e utensílios necessários aos trabalhos de campo ou subterrâneos e de gabinete.

Quadro 3.I – Organograma directivo da M&B, Ltd. na Mina de S. Domingos, em 1923
(Fonte: Gião, António. 1923, p9)

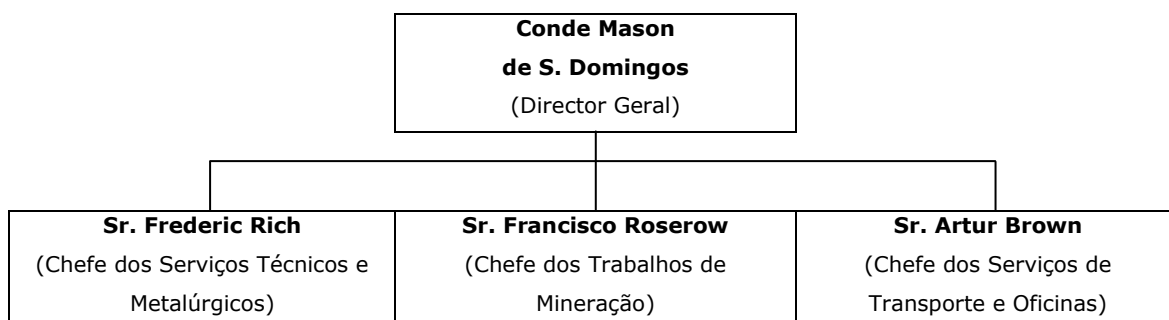


Fig. 3.17 – Retratos do grupo dirigente e quadros administrativos, com o director Frederic Rich ao centro (1925), e grupo de mineiros à boca da mina. (Fonte: A. Cunha).

3.3.1.2. A fundação do complexo e os seus principais empreendimentos e características

Os trabalhos de construção do grande complexo da Mina de S. Domingos, tiveram o seu início em pleno relançamento da Revolução Industrial Inglesa, situação que permitiu aos seus protagonistas aplicar directa e indirectamente algumas das filosofias e inovações emergentes do grande impulso industrial da segunda metade do séc. XIX e do mundo britânico dessa época.

O aparecimento da máquina a vapor, veio revolucionar definitivamente o trabalho e as técnicas de extracção mineira. As minas, transformar-se-iam em colossais oficinas modernas que modificariam de modo profundo e violento as paisagens e as gentes dos locais e das regiões onde se implantavam.

Uma nova velocidade no ritmo da vida e na sucessão de fenómenos, até então desconhecida, veio operar um conjunto de transformações estruturais sem precedentes. Estradas, canais, barragens, vias-férreas, oficinas, barcos e embarcadouros e até novas povoações eram realidades que em poucos anos tomavam forma em lugares agrestes, onde antes nada existia.²⁸

A serra de S. Domingos, foi um desses locais que repentinamente perdeu a sua quietude e isolamento e se transformou no centro dos interesses económicos dos capitalistas ingleses que rapidamente pulverizaram a região com os mais variados empreendimentos.

Antes dos primeiros trabalhos levados a efeito por Nicolau Biava e os seus homens, S. Domingos era um serro localizado numa área de relevos acentuados e pouco arborizada, quase árida, de solos pouco cultivados, sobretudo percorridos pelo pastoreio da região que cruzava os vales nas proximidades dos morros de escórias antigas e dos poços atulhados, dissimulados pelos matagais que durante séculos cobriram os vestígios dos trabalhos antigos.

A serra que ocultava o jazigo mineral, elevava-se a cerca de 40 metros acima do leito seco do ribeiro do Pego da Sarna. Sobre ela situava-se o curral do concelho e nas imediações, junto a uma confluência de caminhos que ligavam a Mértola, a Corte do Pinto e a St.^a Ana de Cambas, existia apenas um cultivo junto a um cercado com uma pequena ermida²⁹ dedicada a Sancto Domingo,

²⁸ Benévolo, Leonardo - *As origens da urbanística moderna*. Ed. Presença, 1994, pp.20-48.

²⁹ Ver em anexo: Planta da Mina de S. Domingos, ass. Charles Pringle, 1859. (Mineração Baixo Al... anexo 3).

fundador da ordem dos pregadores e posteriormente adoptado como protector da comunidade mineira que se viria a fixar no local.

A zona de exploração, segundo a proposta de demarcação definida pelo Geólogo Carlos Ribeiro, tinha uma área total aproximada de 380.000m², e formava um hexágono com vértices sobre os cumes envolventes do *Serro do Pego da Sarna*, *Cerro do Valle de Cambas*, *Cabeço das Bicadas*, *Alto de Chabocaes*, *Alto do Valle da Mata* e *Signal da Herdade da Careta*.

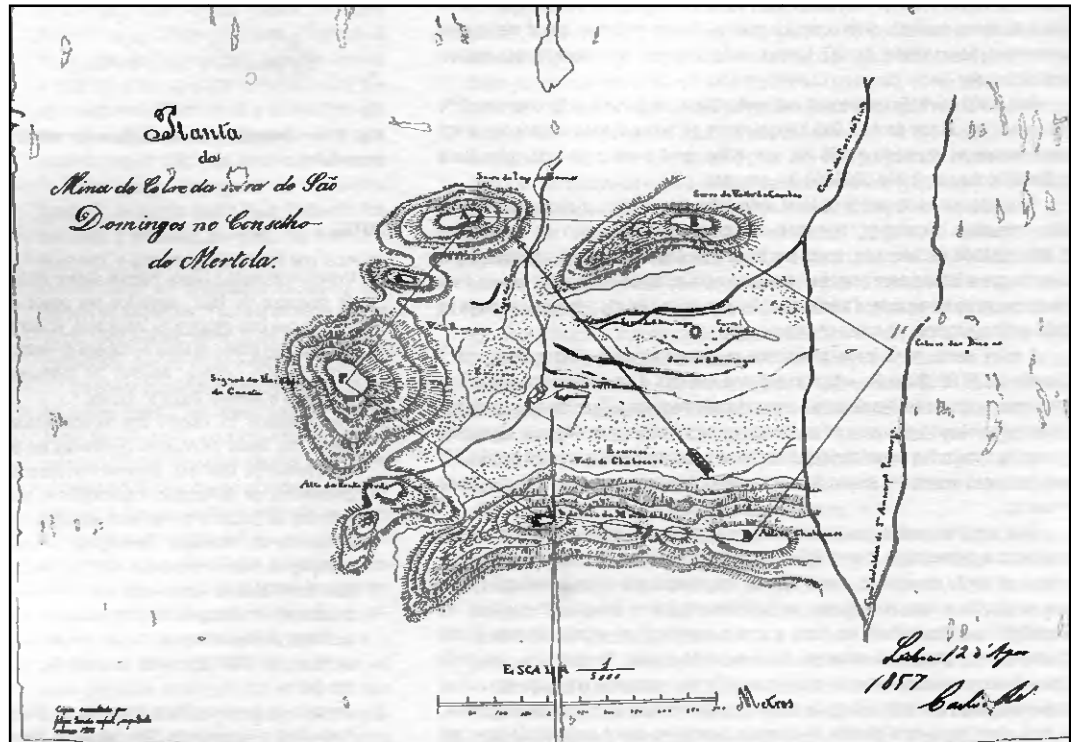


Fig. 3.18 – Planta com a demarcação da área de concessão da Mina de S. Domingos, proposta pelo geólogo Carlos Ribeiro no seu relatório de 12.08.1857. (Fonte: *Arqueologia Medieval*. 1999, p.264)

Os terrenos abrangidos que pertenciam a gentes locais, foram facilmente adquiridos pelos forasteiros que haviam chegado à região para incrementar o trabalho, o progresso e a riqueza, até então arredia destas paragens.

As obras de arranque da exploração iniciaram-se em 1857, logo após os primeiros trabalhos preparatórios levados a efeito por Biava e a sua equipa. Seguidamente, construíram-se um conjunto de edificações de apoio destinadas à instalação dos equipamentos necessários à concepção e construção das infra-estruturas de exploração (poços e galerias), e ao alojamento dos técnicos e dos trabalhadores. Estas obras seguiam já os objectivos do primeiro plano de lavra, da responsabilidade do engenheiro James Mason e os projectos preliminares e do seu compatriota Charles

Pringle, então responsável pelo gabinete técnico de desenho instalado na mina.

Em simultâneo, decorriam os trabalhos de exploração e desobstrução dos poços e galerias da época romana, onde ainda se encontravam algumas das antigas estruturas de esgoto, e procedia-se ao seu aproveitamento e ampliação, com a abertura de novos poços e galerias de acesso. A construção de estradas e de uma via-férrea até ao rio Guadiana, desde logo prevista como condição indispensável ao escoamento do minério e à viabilidade económica da exploração, começava também a ser preparada tal como as obras de construção do porto do Pomarão.

O abastecimento de materiais, géneros e equipamentos diversos, que em grande escala se passaram a consumir em S. Domingos, provinham de Inglaterra e chegavam pelo rio Guadiana ao sítio do Pomarão, de onde eram transportados em carroça para o local dos trabalhos, junto à mina.

O abastecimento de mão-de-obra, nestes primeiros anos da construção do estabelecimento, era em parte estrangeira, proveniente das vizinhas províncias mineiras de Espanha e do Noroeste de Itália, onde eram recrutados os trabalhadores mais especializados, e para os trabalhos mineiros mais desqualificados provinha do desfavorecido proletariado rural que vivia do trabalho sazonal, nos latifúndios da região ou na província algarvia, e com o qual a empresa estabelecia contratos mensais à tarefa, através de leilão.³⁰

Nesta primeira fase de arranque (1858-1862), já sob a direcção de James Mason, a empresa inglesa tinha como objectivo principal a construção das infra-estruturas necessárias para o correcto funcionamento de uma mina, segundo os modelos clássicos da mineração da 1ª metade do séc. XIX e que estavam igualmente em uso nas minas Espanholas de Tharsis.

Com a construção do estabelecimento mineiro exclusivamente a cargo da administração inglesa, desde 1858, ficava nas mãos de Charles Pringle a responsabilidade de projectar o traçado de S. Domingos. Seguindo as concepções de James Mason, Pringle passava ao papel o plano para urbanizar o couto mineiro (planta de 1859). Na sala de desenho instalada junto ao

³⁰ Um factor importante dos sistemas de produção em massa implementados com o Capitalismo Industrial, foi o trabalho humano, equiparado a uma mercadoria numa primeira fase da industrialização. Para a viabilidade das indústrias era fundamental ter à disposição um grande stock humano, preferencialmente desprotegido e miserável, para que as condições da sua contratação resultassem mais favoráveis para o patrão. Gotilla, Fernando Chueca - *Breve história do urbanismo*. Col. Dimensão Ed. Presença, Portugal, 1982, pp.155-173.

primeiro palácio de Mason, bem no topo da serra, projectou-se as obras de urbanização para um povoado mineiro *auto sustentável*³¹.

O desenho e a fotografia, eram meios técnicos de vanguarda, muito necessários e fundamentais para a planificação e supervisão dos trabalhos dos estabelecimentos mineiros emergentes na época. Em S. Domingos, a empresa inglesa soube dar-lhes especial atenção criando instalações próprias junto à casa da direcção. A partir daí Pringle e Mason, dirigiam os trabalhos de topografia e levantamento, necessários para a exploração, e os projectos para a construção dos edifícios.

Em 1959, Charles Pringle coordena o levantamento dos trabalhos existentes no terreno e o projecto das primeiras instalações necessárias ao funcionamento estabelecimento mineiro. Na planta assinada por si, são registados com rara precisão e critério quase arqueológico todos os vestígios superficiais dos trabalhos antigos (escórias e poços), a par da implantação dos trabalhos modernos em curso³² e dos edifícios existentes (2 oficinas de ferraria e carpintaria, 1 armazém de mercadorias, várias casas para mineiros e um *quartel* para empregados).

A casa da direcção foi o primeiro palácio de Mason, construído bem no topo da serra de onde se dominava a evolução dos trabalhos. Era uma casa de dois pisos, de desenho clássico e eclético, com uma platibanda modelada com merlões, na frontaria, e uma varanda avançada sobre a porta, em forma de "galilé". Na cobertura (destoavam) duas chaminés de traço regional.



Fig. 3.19 – Primeiro palácio de Mason, (Fonte: LS), e casas do primeiro bairro da direcção, com as chaminés das casas dos operários em primeiro plano. (Fonte: *Mineração no Baixo Alentejo*, p.217).

³¹ Designação generosa para um modelo que ainda se baseava no conceito das *Company Towns*: "cidades das companhias, que constituíram uma das consequências mais tristes do período industrial. Estas cidades eram estabelecidas nos lugares onde se procedia à extracção das matérias-primas: minas, bosques, etc. Os que ali habitavam, em cabanas e choças, não tinham direitos civis nem instituições cidadinas de espécie alguma. Viviam submetidos à tirania de um agente da companhia, do qual dependiam para todas as suas necessidades." Segundo a descrição de Gotilla, Idem.

³² Nesta altura já tinha sido estabelecido um acesso em rampa ao interior da mina, que atingia o piso 12m. O minério retirado era ficava junto aos poços, enquanto se aguardava pela construção da via-férrea.

Toda a casa era cercada com muro e gradeamento, pontuado nas entradas por imponentes pilares de pedra aparelhada e coroados com esferas. Perto situavam-se o cemitério inglês e algumas casas destacadas, de traço regional, entre as quais uma de dois pisos com rebuscadas águas furtadas. Este grupo de construções formava o primeiro bairro da administração e direcção da empresa.³³

O cemitério anglicano foi construído em 1860, de altos muros, com um só acesso em arco de volta inteira, sem decoração, com doze ciprestes no interior. Campas rasas com lápide na vertical (o cemitério cristão só viria a ser construído em 1950).

A habitação operária implantava-se em banda contínua, formando extensos blocos de quartos independentes, com apenas uma porta e uma chaminé. Excepcionalmente um ou outro fogo possuía uma ou duas janelas ladeando a porta. Eram de construção em taipa, na sua maioria, com coberturas de uma só vertente, em telha mourisca, e regra geral com paredes caiadas de branco. Desenvolviam-se encosta acima, por entre os trabalhos de superfície, alternando-se aos poços de acesso e ventilação da mina, que eram cobertos por um telheiro que abrigava os sarilhos manuais de elevação e descida de materiais.³⁴



Fig. 3.20 – Vista do primeiro aldeamento mineiro, com a igreja e o palácio em cumes opostos e a habitação operária disposta sobre as encostas da serra, 1867-68, (Fonte: AC). À direita: vista da aldeia com os bairros operários em expansão e o edifício da central eléctrica com a sua grande chaminé, mas já sem a igreja demolida após 1870, (Fonte: LS).

Em 1859-60 construía-se o porto do Pomarão, para viabilizar o escoamento do minério, através do transporte fluvial de minério pelo Guadiana e em

³³ O palácio e algumas das construções referidas foram demolidas após 1870, devido ao desmonte da serra, e posteriormente transferidas para o novo bairro inglês, incluindo a sala de desenho e o laboratório que se instalaram no novo palácio, actualmente existente.

³⁴ Até 1868 predominavam os malacates e cavaletes para içar os elevadores ou gaiolas, através de força animal transmitida a uma engrenagem instalada numa construção circular anexa (mais tarde passariam a funcionar a força a vapor e eléctrica). As habitações operárias desse primeiro aldeamento eram similares às construídas na segunda povoação, actualmente existente, embora estivessem dispostas em encosta e em “coabitação” com os malacates e os fornos metalúrgicos, (cf. perceptível na Fig. 5.19).

Junho de 1862 inaugurava-se o “caminho-de-ferro americano”³⁵ da Mina ao Pomarão, destinado ao transporte do minério até aos embarcadouros daquele porto, onde aguardavam as embarcações que por sua vez o conduziam a Inglaterra. Nesse mesmo ano as exportações atingiram logo valores muito significativos, foram produzidos quase 50.000 toneladas de pirites e mais de 500 navios aportaram no recém construído cais fluvial. Em pouco mais de cinco anos, após os primeiros projectos ingleses, a mina encontrava-se a funcionar em grande pujança.

A crescente complexidade do estabelecimento mineiro tinha levado à organização e separação do trabalho, através de três divisões de serviços. Foram criados os serviços técnicos e metalúrgicos; os serviços de mineração e os de serviços de transportes e oficinas.

Em 1865, sobre a serra onde ainda há menos de uma década só existia a ermida de S. Domingos, tinha já crescido, uma povoação mineira com cerca de 300 fogos, com igreja, escola, hospital, palácio da empresa, laboratório, sala de desenho, teatro, casa da filarmónica, casa de recreio com bilhar, e gabinete de leitura, hotel, cavalariças, e oficinas para todos os serviços.

A construção mais imponente e assinalável do aldeamento mineiro, era a igreja católica, inaugurada em 1863.³⁶ De planta circular com uma altaneira torre quadrangular, de platibanda acastelada (tal como o palácio) e com funções de miradouro e observatório dos trabalhos na mina. Um projecto neogótico, na linha do gosto revivalista da época, mas de fachada circular invulgar. Uma arcaria de janelões ogivais circundam o templo, com o arco central na entrada destacado por um portal de remate triangular.

Com a construção dos estabelecimentos metalúrgicos da Achada do Gamo, entre 1863 e 1867, para o aproveitamento *in situ* do cobre das pirites pobres,

³⁵ O projecto do caminho-de-ferro, designado *tramway*, estava idealizado desde 1857 mas só começou a construir-se em 1859. Primeiro o minério era transportado através de tracção animal e depois por tracção das locomotivas a vapor. Foi o primeiro caminho-de-ferro de via estreita, construído em Portugal e quase contemporâneo da primeira linha de caminho de ferro, Lisboa – Carregado de 1856.

³⁶ O Semanário “O Bejense”, em 1863, assinalava assim o evento no seu **Noticiário**: “**Inauguração** – Dizem-nos de S. Domingos que no dia 12 do corrente pelas 10 horas da manhã, reunidos os empregados, philarmonica e todo o pessoal da mina de S. Domingos no alto denominado dos – Lavajos (sitio para a construção do novo templo) se procedeu á inauguração do mesmo; que tudo foi praticado na melhor ordem e com toda a solemnidade. Reunido todo o pessoal lavraram-se dois termos os quaes foram assignados por 5 empregados de 1.^a classe e pelo architecto da obra, um dos quaes se archiou no escriptorio da mina e outro foi pelo sr. Mascarenhas, sub-director da mina, e presidente desta reunião, collocado n’uma urna de pedra a qual fi assentada no arco da capella mor ao lado direito, na altura d’um metro, sendo envolvido no mesmo documento 5 moedas de prata portuguezas de 200 rs. do reinado do sr. D. Luiz I.”

que não eram comercializadas, completavam-se os traços fisionómicos do grande complexo mineiro e industrial.

Por esta altura, já James Mason, orgulhosamente, procedia ao registo fotográfico das fases de evolução do seu empreendimento, tarefa que cabia dentro dos seus amplos horizontes científicos e que lhe permitira ser pioneiro na introdução e aplicação das técnicas da fotografia e da topografia ao serviço da mineração, em Portugal. Em 1867 foram feitos investimentos de 4.149\$00 réis, destinado ao laboratório de fotografia e da sala de desenho. A primeira foto da mina consta que foi tirada em 1859, por Mason, que assim acompanhava a evolução dos trabalhos e a expansão da povoação.³⁷

Em 1863 foram compilados em álbum fotográfico e enviado ao Ministério das Obras Públicas, os registos completos da evolução do estabelecimento mineiro de S. Domingos, colecção que mais tarde foi apresentada na Exposição Internacional de 1865, no Palácio de Cristal no Porto, mostrando as construções da Mina sobre a serra de S. Domingos, as obras no Pomarão, os navios no rio e os trabalhos de assentamento do caminho-de-ferro da Mina ao Pomarão, deixando para a posteridade as imagens do imponente assentamento mineiro que em breve haveria de ser quase todo desmantelado e reedificado noutra localidade.

O fim do primeiro modelo de empreendimento, ocorre durante a crise dos mercados europeus de pirite, que devido a grande competitividade internacional das novas e modernas minas americanas, sofre uma baixa de preços drástica. Como resposta ao aumento da oferta, as minas da Faixa Piritosa Ibérica são obrigadas a modernizar-se segundo as mais recentes tecnologias e processos de exploração, assentes nas mais recentes aplicações técnicas da ciência.

James Mason, desenvolve então um segundo plano de lavra em 1866-67, que visa o desmonte a céu aberto da serra de S. Domingos para conseguir aumentar a produtividade e reduzir o seu preço do minério extraído. Um plano cujo sucesso tornaria S. Domingos na mina mais produtiva dessa época e que para além do volume de minério que o desmonte do jazigo proporcionava, introduzia ainda um processo de lixiviação da massa interior do maciço e a posterior cementação dos metais pesados, no exterior.

³⁷ Mason foi pioneiro na aplicação das técnicas fotográfica ao registo e acompanhamento da actividade mineira em Portugal. O seu laboratório foi contemporâneo das primeiras casa fotográficas e do início da história da fotografia em Portugal. Custódio, Jorge – *James Mason e a Construção da Imagem da Mina de S. Domingos*, “Mineração no Baixo Alentejo”. 1996, p.206.

Era o início de um segundo modelo de desenvolvimento industrial do complexo que exigia importantes transformações morfológicas e estruturais sobre a realidade até então construída e sobre o meio físico envolvente. Um modelo progressista que incorporava as recentes evoluções tecnológicas, como as locomotivas e os motores a vapor.

O romantismo inicial cedeu o lugar ao pragmatismo empresarial e capitalista, o desmonte da serra obrigou à demolição do povoado e edifícios de apoio, incluído a igreja e o palácio de Mason. Os trabalhos de desmonte começaram em 1868 com a aprovação do plano de aproveitamento intensivo do minério. Com este período coincidiu o crescimento das oficinas e o desaparecimento dos sarilhos e malacates engolidos pelo desmonte, restam hoje apenas algumas habitações operárias, como as da rua da Filarmónica e o edifício do antigo Hospital, a Poente da corta. O complexo mineiro expandia-se, montaram-se as instalações necessárias para a extracção, selecção e transporte do minério, surgiu a primeira central eléctrica de todo o Alentejo e introduziram-se as locomotivas na linha-férrea até ao Pomarão e nos trabalhos a céu aberto.

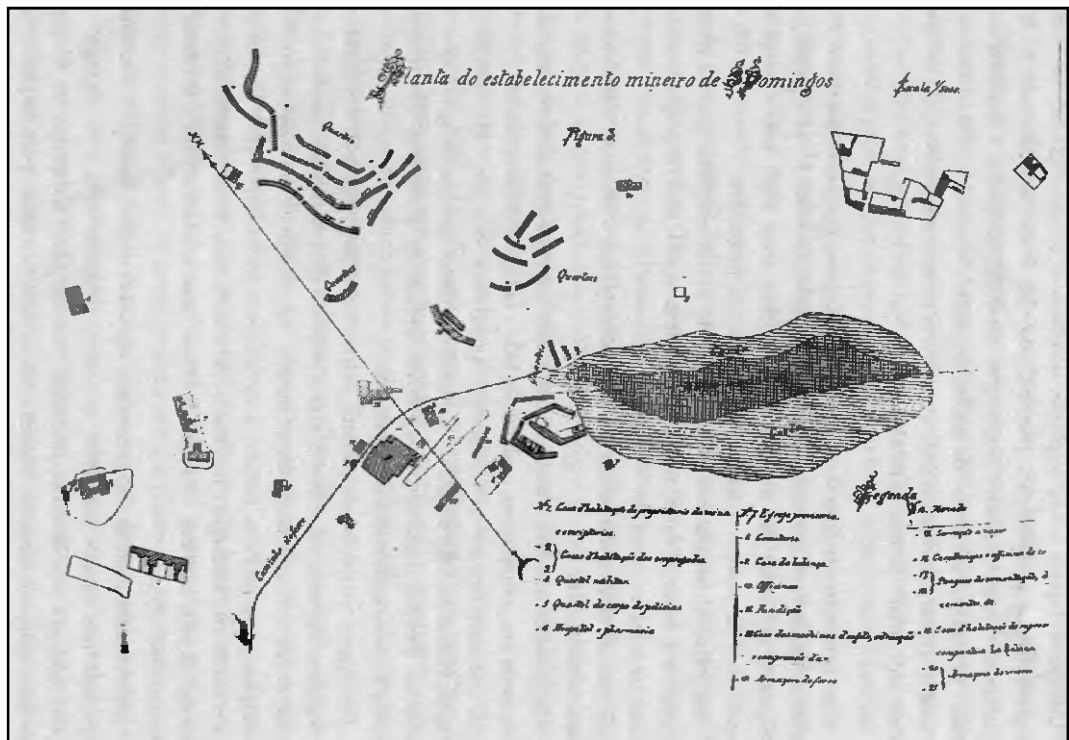


Fig. 3.21 – Planta do estabelecimento mineiro de S. Domingos, em 1883. - Junto à corta, que destruiu o primeiro aldeamento, manteve-se o hospital e algumas habitações, a Norte cresceram os novos bairros operários, e a Nascente o novo bairro inglês. (Fonte: Alves, Helena – Minas de S. Domingos..., p.70).

Um novo assentamento urbano, nascia à medida que as grandes escavações sobre a serra iam engolindo as edificações e infra-estruturas existentes. Na

nova disposição do povoado, Mason procura a garantir soluções para dois dos maiores problemas que eram comuns à maior parte dos grandes estabelecimentos mineiros e industriais da época da industrialização: a necessidade permanente de mão-de-obra e a contenção dos conflitos sociais. Com uma atitude paternalista, na linha de vanguarda dos empresários industriais europeus, a empresa concretiza o seu objectivo, estabelecendo uma comunidade permanente adjacente à estrutura industrial produtiva e dela dependente. Pequenos compartimentos de 16m² sucedem-se em banda formando bairros operários onde se instalam os mineiros com as suas famílias. O hospital, o mercado, a igreja, a escola e o teatro, entretanto construídos, completam o que é necessário para a fixação de uma população, que acorre a S. Domingos proveniente na sua maioria das províncias mais próximas e que dá forma à uma comunidade industrial muito própria e orgulhosa de si.

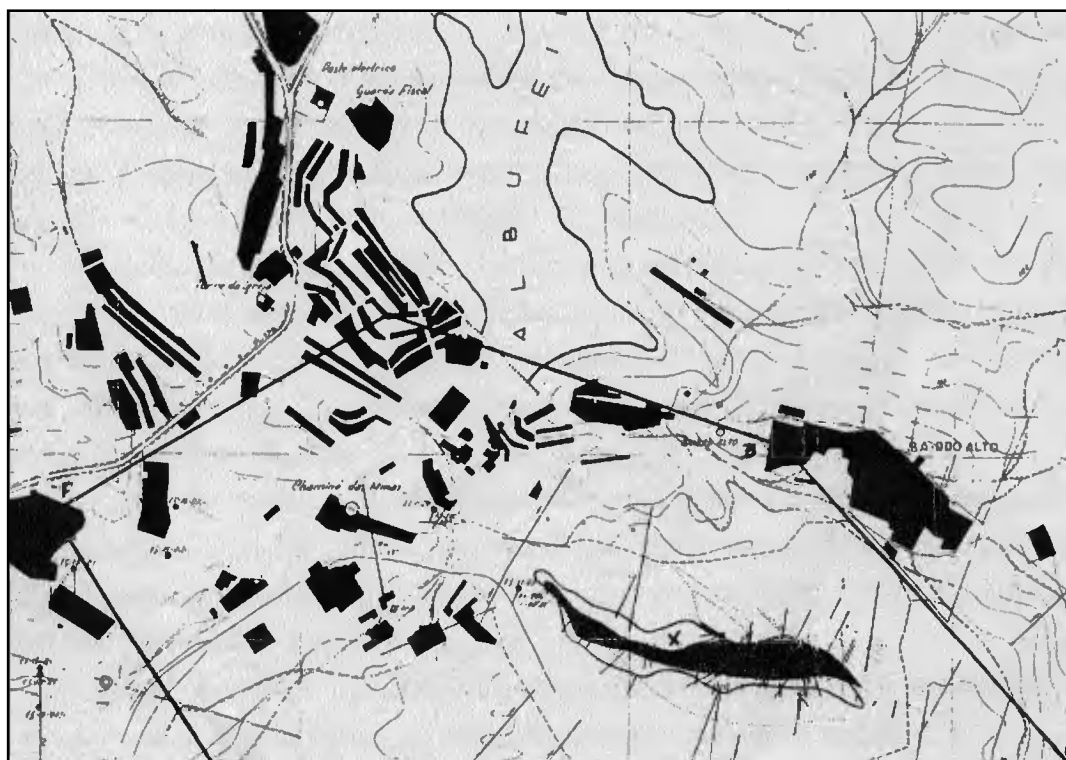


Fig. 3.22 – Planta do estabelecimento mineiro de S. Domingos, meados séc. XX. – A malha urbana está consolidada, com os seus sectores bem definidos e já atravessada pela estrada que vem Mértola, começada cerca de 1914. À esquerda (F) o bairro inglês; mais acima, ainda à esquerda, as habitações melhoradas para capatazes, algumas moradias para chefes e o Centro Republicano; em cima (A), junto à albufeira, o aglomerado dos bairros mineiros e em baixo as oficinas e a mina. (Fonte: Alves, Helena – Minas de S. Domingos..., p.71).

Nesta nova realidade, consolida-se na disposição urbana uma vincada demarcação das elites sócio profissionais. Os ingleses distanciam-se para Oeste da mina, com o seu bairro em torno de um grande jardim, próximo das zonas mais arborizadas e da grande albufeira que também aí seria construída. Um novo palácio é construído para Mason, agora já com um desenho sóbrio e

neo-clássico, mais de acordo com o gosto vitoriano e com as tendências modernas deste novo período. De planta rectangular, com um pátio interior, rodeado pelas suas quatro alas, e um amplo e bucólico jardim orientado a Sul, confinante com os terraços sombreados e a ala social do edifício. A entrada principal orientava-se a Nascente, bem no alinhamento do serro da mina, e o seu imponente gradeamento apresentava dois grandes pilares em pedra aparelhada e coroados com esferas, ladeando o portão de acesso, elementos em tudo idênticos aos da vedação do primeiro palácio e que provavelmente foram reutilizados. Curiosamente, o modelo desses imponentes pilares viria a constituir-se como elemento simbólico e representativo da elite sócio profissional, sendo formalmente reproduzido em menor dimensão em todas as habitações dos quadros técnico, no contexto do bairro inglês e até fora dele, nalgumas moradias de quadros ou funcionários portugueses mais destacados.

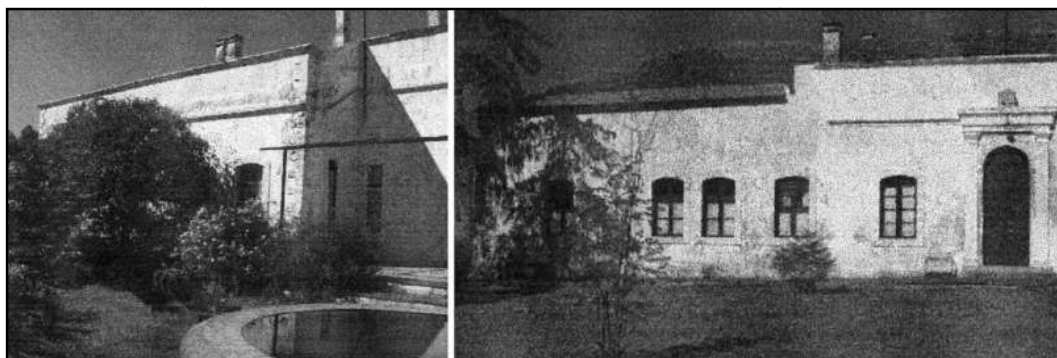


Fig. 3.23 – O novo palácio de Mason. O lago e o jardim junto à ala Sul e a entrada principal na fachada Nascente.



Fig. 3.24 – Réplicas dos pilares do portão do palácio (ao centro), aplicadas nas restantes casas do bairro Inglês.

Os novos bairros operários cresciam a Norte, sob a forma sucessivos de quartéis em banda, repetindo a mesma tipologia dos que entretanto se demoliam com a abertura da *corta* da mina. Distantes do bairro inglês, mas mais próximos da zona dos trabalhos e das oficinas, onde não beneficiavam dos ares emanados dos bosques de eucaliptos entretanto plantados. Uma nova imagem era assim desenhada paulatinamente até se consolidar na “vila” de S. Domingos, tal como hoje se reconhece.

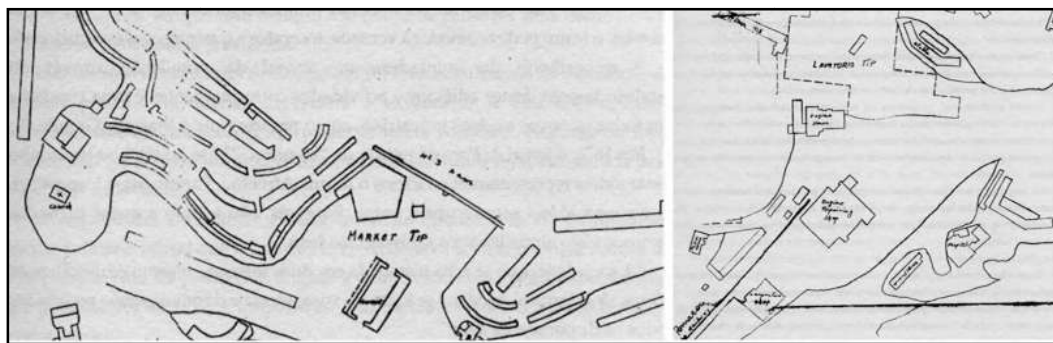


Fig. 3.25 – Planta do bairro operário do lado do “Romana”, com o mercado ao centro, e planta da zona das oficinas, com o lado do hospital, no canto inferior direito, meados séc. XX. (Fonte: Alves, Helena – Minas de S. Domingos..., pp.85-101).

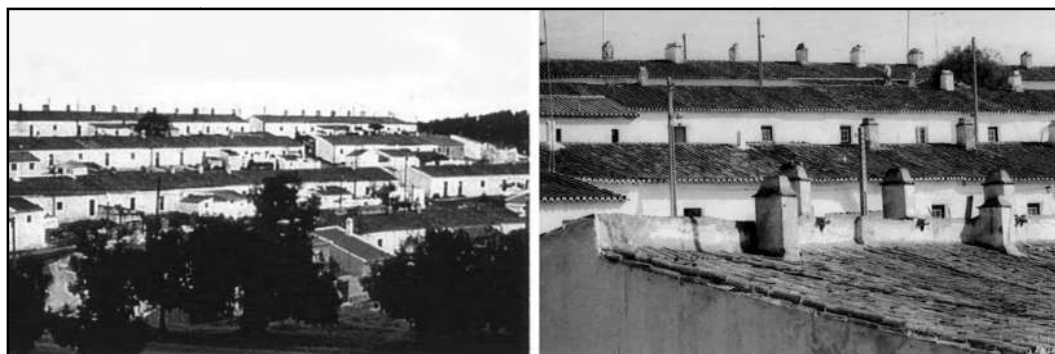


Fig. 3.26 – Vistas dos bairros operários construídos do lado Norte de S. Domingos, também designado de lado do “Romana”, nome do antigo proprietário das terras – M.te Ant.º Romana (?). (Fonte: GV).

Eram extremas as diferenças sociais que se traduziam no urbanismo e na arquitectura da nova povoação, como que reproduzindo a organização hierárquica do trabalho na mina e a organização directiva britânica, sob a dependência da qual tudo funcionava. Um modelo patronal imperialista que estava subjacente ao racionalismo organizacional e geométrico das ruas e a localização dos bairros, dos equipamentos recreativos e do centro industrial.

A electricidade, o abastecimento de água e os sanitários domésticos eram benefícios reservados para o palácio e para as habitações dos principais quadros técnicos da empresa. Nos bairros operários o fornecimento de água era colectivo, a partir de depósitos situados nas ruas, tal como o saneamento, através de latrinas comuns igualmente implantadas nos bairros.

O abastecimento de géneros era proporcionado nos dois armazéns de víveres da empresa, o segundo dos quais foi construído em 1880, mediante pagamento ao mês, descontado no salário, tal como no arrendamento das habitações que eram propriedade da entidade patronal. O pão, principal alimento dos mineiros, era fabricado nos fornos colectivos construídos pela empresa junto ás habitações, sendo explorados comercialmente por padeiras

da comunidade. Algumas actividades comerciais complementares eram exercidas por privados, durante os dias de mercado e permanência, entre as quais se contavam os onze barbeiros que chegaram a existir na Mina.

Das actividades desportivas e recreativas, aquela que mais importância assumiu, foi o Futebol, chegando a existir 4 clubes. As sociedades de recreio também tiveram muito expressão, existindo uma para os pobres, outra para os ricos e o Centro Republicano 5 de Outubro, que ainda existe em funcionamento. Por outro lado a banda filarmónica animava as tardes de domingo dos ingleses, durante o chá das cinco, no coreto situado jardim junto ao palácio e às casas dos quadros superiores.

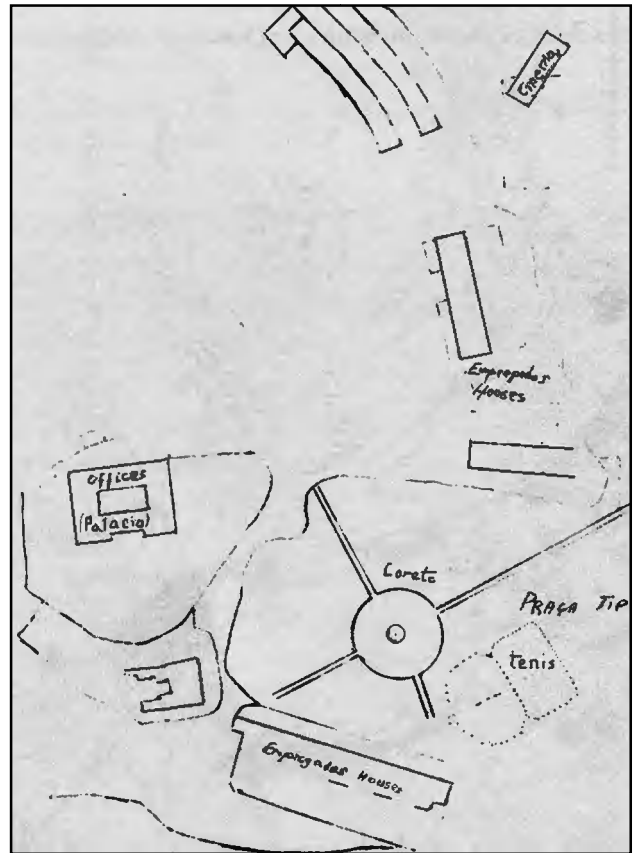


Fig. 3.27 – Planta do bairro inglês, com o palácio da administração e as casas dos empregados em torno do jardim do coreto. No canto superior direito localiza-se o cinema, meados séc. XX. (Fonte: Alves, Helena – Minas de S. Domingos.... p.72).

Para abastecimento da povoação e dos novos trabalhos mineiros em implementação, foi iniciada a

construção de dois açudes, a partir de 1871-73, bem junto ao aglomerado urbano, como que o delimitando a Oeste e a Nordeste. O maior, já referido, designado por represa n.º 4, surgiu logo nas imediações do palácio e também seria usado para fins recreativos e o menor, designado por represa n.º 3, confinava com o bairro operário. Este aproveitamento hídrico das linhas de água e bacias existentes, viria a modelar definitivamente o enquadramento e a imagem da povoação, de uma forma muito *sui generis*, se considerarmos a geografia e orografia da região, com os dois grandes planos de água a tornarem-se numa característica e numa atracção muito próprias da Mina de S. Domingos.³⁸

³⁸ “O grande número das construções, as avenidas de saibro e as moitas de eucaliptos dão hoje à grande aldeia de S. Domingos um aspecto alegre e risonho.

Uma pequena hospedaria tem cómodos para os turistas, que podem descer à boca da mina (3h.), visitar as oficinas, a central eléctrica, as duas magníficas represas com capacidade de 6 e 2 milhões de m. c. e na maior das quais há barcos de recreio que o visitante pode utilizar. Há ainda biblioteca, teatro, campos de futebol e de

Também um grande projecto de arborização das serras (posterior a 1873), é finalmente posto em prática para dar cumprimento à condição exigida pelo Governo (recomendação do Geólogo Carlos Ribeiro), já no distante ano de 1857, que servia para abastecer de combustível as máquinas a vapor do estabelecimento e simultaneamente para minimizar os efeitos nocivos da sua poluição, contribuindo igualmente para a reconfiguração harmoniosa da paisagem de S. Domingos.



Fig. 3.28 – Vista do antigo Hospital e placa da farmácia de S. Domingos, após o encerramento da Mina.



Fig. 3.29 – Lápide assinalando o início da construção da escada de acesso à mina - “NO REINADO DEL REI O SENHOR D. LUIZ 1º ESTA (?) SERRA DE S. DOMINGOS FOI INICIADA A ESCADA PELA QUAL SE DESCE À MINA. POR JAMES MASON. 1864”, e lápide comemorativa da fundação de uma capela para os empregados – “JAMES MASON, COMMENDADOR DA ORDEM DE CHRISTO, BARÃO DO POMARÃO E DIRECTOR DA EMPRESA DA MINA N’ESTA SERRA DE S. DOMINGOS, FUNDOU ESTA CAPELLA EM 1867, PARA USO ESPIRITUAL DOS EMPREGADOS DA MESMA EMPRESA SOB O RITO DA RELIGIÃO CATHOLICA.” (Fonte: Palácio da Mina)

Para a execução de todos os grandes empreendimentos levados a efeito pela Mason & Barry, até ao ano de 1875, foram dispendidas cerca de 300.000 libras esterlinas³⁹ e só em construções e materiais, mais 1.600 contos de

ténis, est. de correios e telégrafos, etc.” Descrição da Mina de S. Domingos, por Raul Proença, no *Guia de Portugal* - Vol. II. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1927 (excerto do texto publicado na reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p.166).

³⁹ Valor mencionado no “Catálogo” de James Mason, p. 8. Citado no PGU - *Resumo Histórico*, p. 2.1.7.

réis.⁴⁰ Do conjunto de instalações necessárias à extracção, selecção e transporte de minério, fundições, serralharias, carpintarias, e oficinas diversas implementadas no complexo, sublinham-se dois grandes empreendimentos: a instalação da primeira central eléctrica de todo o Alentejo e a primeira linha ferroviária industrial de via estreita do país, numa extensão de 17Km. *O custo médio das últimas casas de operários construídas na mina foi de 40\$660 réis e o custo médio das casas feitas mais modernamente para uso dos empregados elevou-se a 1.879\$569 réis [O Hospital custou 952\$758 réis]. O novo palacete do engenheiro director da empresa, construído desde 1872 até 1877, importou em 21.636\$222 réis. A despesa média annual feita no período de treze anos, a que nos referimos foi de 5.633\$273 réis.*⁴¹



Fig. 3.30 – Oficinas e linhas do caminho-de-ferro, com os primeiros comboios que levavam o minério da Mina ao Pomarão. (Fonte: LS e AC).

O Pomarão, suficientemente longe da mina para escapar a toda a louca transformação desta década, seria fatidicamente atingido pela cheia diluvial de 1876 que quase provocou a sua total destruição. Segundo relatos da imprensa da época,⁴² o dilúvio arrasou o Palácio da Mina existente no Pomarão (o actual é portanto posterior e situado em local mais elevado), destruiu o ancoradouro e toda a zona do cais e caminho-de-ferro (um prejuízo da ordem dos 400 contos de réis), a estação telegráfica foi na cheia tal como um barco inglês aí fundeado e as casas dos operários ficaram inundadas, deixando os trabalhadores sem abrigo e sem trabalho.

⁴⁰ Pinho Leal, *Portugal – Antigo e Moderno*. Lisboa, 1876. p. 125-126. Idem, p. 2.1.7.

⁴¹ Costa Sequeira - *Notícia sobre... S. Domingos (1868 a 1880)*, pp. 278-281, Idem, p. 2.1.11.

⁴² Noticiado no *Diário de Notícias* de 12 de Dez. de 1876 e no *Diário Ilustrado* de 17 de Dez. de 1876.

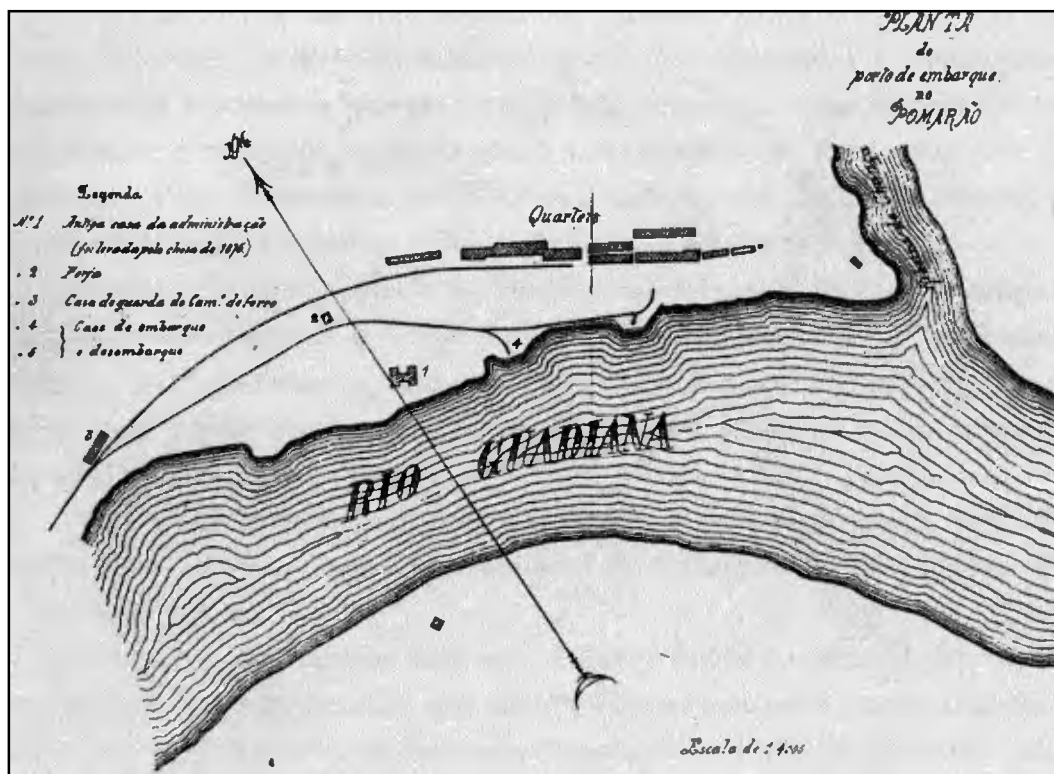


Fig. 3.31 – Planta do Pomarão, posterior a 1876, com as habitações operárias (quartéis); o palácio levado pela cheia (1) e as linhas do caminho-de-ferro terminando no cais de embarque e desembarque (4 e 5). (Fonte: Alves, Helena – Minas de S. Domingos..., p.49).

Os anos 80 chegam com a Mina de S. Domingos a laborar na sua máxima força. O comércio mundial das pirites e do cobre estava novamente em alta e os tempos de recessão tinham já ficado para trás. Até ao final do século o domínio dos mercados europeus foi partilhado equitativamente com as grandes minas espanholas da província de Huelva, cabendo só a S. Domingos o abastecimento de cerca metade das necessidades do mercado britânico.

Porém, a vida de uma mina, é feita de ciclos de ascensão e de recessão, umas vezes decorrentes dos factores de oscilação dos mercados e outras por via dos seus próprios limites e condicionalismos.

Estavam decorridos cinco anos após o começo do séc. XX, e o jazigo da mina começava a ser dado como estando em fase de esgotamento,⁴³ naturalmente considerando a sua grande riqueza, que eram as pirites com altos teores cúpricos.

Contudo, uma novo subproduto, estava ainda por explorar a partir das grandes quantidades de pirites pobres rejeitadas e deixadas como entulhos no interior da mina. O enxofre passaria a ser então a razão da continuidade da

⁴³ "No *Boletim de Obras Publicas e Minas*, escreve, em 1907, Frederico d'Albuquerque d'Orey, engenheiro, baseando-se na análise que faz da produção de 1860 a 1905: *É certo porém que o período áureo desta mina já passou.* In: PGU - *Resumo Histórico*, p. 2.1.12.

Mina de S. Domingos por mais meio século. Embora se mantivesse a extracção subterrânea de pirites estas eram cada vez em menor quantidade.

Para garantir essa sobrevivência a Mason & Barry, fez novos investimentos para dotar o complexo de grande capacidade para a produção de enxofre. Foi uma fase de transição, que pouco mais acrescentou a uma história repleta de sucessos e difícil de igualar. Os tempos eram outros e as realidades político-económicas também, foi um período dominado por convulsões e crises nacionais e internacionais e com uma Guerra Mundial pelo meio.

Só em meados dos anos 30 se introduzem outras inovações tecnológicas na Mina de S. Domingos. Já sob a direcção de Frederic Rich, o sucessor dos Mason, foi construída uma moderna fábrica de enxofre para o aproveitamento total e exaustivo do último minério, então arrancado a enormes profundidades e até ao esgotamento total do jazigo. A produção era agora exclusivamente destinada à indústria química nacional da Companhia União Fabril, situada no Barreiro, e assim se manteria por mais três décadas.

No ano 1960 a Mina comemorou o seu centenário com grande entusiasmo. Uma enorme festa foi dada nos salões do palácio do director para muitos ilustres convidados, personalidades de estado e outros notáveis vindos de Lisboa, talvez alheios ao definhamento que se aproximava. No entanto, todos os que estavam ligados à Mina tinham consciência da proximidade do seu fim. O seu enorme filão esgotara-se. O colapso era já inevitável e com ele a decadência de toda uma comunidade única. O fim anunciado acontecia em 1965 com o encerramento definitivo da mina e a falência da Mason & Barry, Ltd, em 22 de Abril de 1968. Muito longe tinham ficado os grandes momentos de riqueza e sucesso, como aqueles que se viveram em S. Domingos, com pompa e grande fausto, aquando das recepções reais a D. Pedro V e D. Carlos.

3.3.2 A exploração industrial da Mina de S. Domingos

Cinco anos bastaram (1859-1864) para a M&B colocar o estabelecimento mineiro de S. Domingos na vanguarda das minas da Europa. As características empresariais, técnicas e sócio-económicas do sistema de capitalismo industrial, introduzido pelos ingleses, e o *now how* resultante sua experiência na direcção e representação de minas no Norte de Espanha (Bilbao e Burgos) e dos avanços tecnológicos da Revolução Industrial Inglesa, projectaram a Mina de S. Domingos para uma posição de destaque face às suas congéneres de Huelva, impondo-se à concorrência e

garantindo mercados estratégicos a partir de Inglaterra, onde se sediava a sua casa comercial de Londres, dirigida pelo sócio Francis Barry.

À frente da direcção e administração industrial do estabelecimento mineiro, James Mason, hábil e competente engenheiro de minas, dispunha de uma equipa de técnicos britânicos experientes que por sua vez, segundo uma orgânica empresarial racional e bem estruturada, integraram a administração comercial e a direcção dos sectores produtivos da mineração e da metalurgia e do sector logístico de transportes e oficinas.

Nesta fase inicial, o objectivo da M&B era a produção matéria-prima destinada à indústria metalúrgica inglesa, que posteriormente efectuava a extracção do cobre a partir das pirites em bruto provenientes de S. Domingos.

O minério era enviado directamente por via marítima, em navios que carregavam no porto fluvial do Pomarão onde a empresa também possuía escritórios para apoio e controle do despacho da produção que chegava aos embarcadouros directamente da mina através do seu caminho-de-ferro privativo.

As excelentes condições de produção e escoamento e o seu modelo económico, fazem da Mina de São Domingos, logo em 1864, a primeira mina da Europa, sem rival. Com a grande parte da sua produção anual dirigida ao mercado inglês, satisfazendo 50% das necessidades da Inglaterra. Em resultado do preço competitivo das suas pirites, as minas da Irlanda e da Bélgica reduziram as suas produções. Em 1858, no primeiro ano de laboração, foram extraídas 236 toneladas de pirites sulfurosas e em 1862 o minério exportado correspondeu a 2.100 toneladas de cobre (no valor de 210.000 libras esterlinas).

Numa segunda fase da exploração, implementada a partir de 1867-68, A M&B, com vista a aumentar a sua competitividade nos mercados internacionais, altera o sistema de exploração que até aqui era exclusivamente subterrâneo, introduzindo a extracção a céu aberto e o fabrico de subprodutos a partir do aproveitamento do minério pobre que não tinha colocação nos mercados.

O novo sistema produtivo levou à remodelação de todo o complexo mineiro, até então construído, e à introdução de novas tecnologias de extracção e aproveitamento intensivo do minério, que exigiram um aumento da capacidade de mão-de-obra e novos meios mecânicos para escavação e escoamento das grandes quantidades de minério produzido, assim como uma rede hídrica de açudes e ribeiras

para os processos de lixiviação de pirites, dentro e fora do jazigo, e uma unidade industrial para trituração e calcinação de pirites.

Grandes transformações que se traduziram no crescimento do estabelecimento mineiro e no aumento das suas produções e lucros, ao invés das suas concorrentes europeias que por esta altura entravam em declínio. Conjuntura que conduziu S. Domingos ao topo da competição comercial a par das minas espanholas de Rio Tinto e de Tharsys.

Quadro 3.II – Evolução da produção de minério nos primeiros 12 anos de laboração da Mina de S. Domingos.

(Fonte:PGU)

Ano	Quantidade (ton.)
1858	236
1862	2.100
1867	100.000
1870	182.000

Entre 1859 e 1874, foram extraídas 1.964.361,565 toneladas (média anual de 130.957ton.), a que equivaleu uma renda de 1.854.098\$460 réis. Neste período a Mina chegou a empregar mais de 2.000 mineiros.

Em 1878, é firmado um acordo estratégico com as referidas minas espanholas, para a fixação dos preços das pirites entre si, o que lhes garante o domínio dos mercados europeus de cobre por um período de cerca de 20 anos. Uma condição que contribuiu para que a Mina de S. Domingos alcançasse o seu apogeu produtivo durante a década de 80, com a produção a rondar as 400.000 toneladas por ano, repartidas equitativamente entre o mercado britânico e entre os centros industriais da Europa e da América do Norte.

A produção de cobre processada na Mina de S. Domingos a partir da pirite cuperífera, cimento e enxofre, representava em 1886, 75% do valor total da produção nacional, decrescendo para a quota de 62% em 1912, e de 50% em 1915.⁴⁴ A média anual, entre 1880-1905, da extracção de pirites com teor de 2% de cobre foi cerca de 59.000ton.

Nos anos 90 assiste-se a uma nova recessão comercial, os preços baixam e a produção e os lucros também. O ciclo repete-se e com início do século XX vem uma

⁴⁴ Rodrigues Júnior, Manuel – *A indústria mineira*. Lisboa, 1921, p. 36. Citado no PGU - *Resumo Histórico*, p. 2.1.12

nova recuperação, mas os tempos já não são como antes, as crises e convulsões agudizam-se e repetem-se frequentemente. Muitas minas chegam a parar e o domínio dos mercados Europeu e Mundial passa a ser assegurado pelas minas de Rio Tinto e por minas Norte Americanas.

Entre 1910 e 1915 a produção nacional de cobre, sendo a maior parte do minério proveniente da Mina de S. Domingos, reflectia bem o declínio da produtividade de S. Domingos.⁴⁵

Quadro 3.III – Evolução da produção de cobre em Portugal entre 1910 e 1915.

(Fonte: PGU)

Ano	Quantidade (ton.)
1910	361.096
1911	412.806
1912	426.733
1913	380.489
1914	260.241
1915	193.642

Na terceira e última fase da exploração (1935-1965), o declínio da produção das pirites acentuava-se à medida que a lavra avançava em direcção à última tonelada de minério existente no jazigo. A extracção subterrânea, tornar-se-ia cada vez menos viável e incapaz de manter só por si a laboração do estabelecimento, apesar dos processos e equipamentos utilizados serem cada vez mais sofisticados. A mineração veio por isso progressivamente ceder o lugar à metalurgia como actividade proeminente na exploração industrial de S. Domingos. No período de transição a Mason & Barry, prepara-se tecnologicamente para a produção de enxofre enquanto prossegue com a extracção subterrânea desde o piso de 390m de profundidade.

Em 1935-36, constrói-se a fábrica de extracção de enxofre das pirites pelo processo de Orkla para corresponder ao interesse nacional e internacional na produção de ácido sulfúrico. Instala na Achada do Gamo II, a fábrica constitui a principal fonte de produção na última fase da Mina, substituindo-se ao cobre que perdera a importância comercial a favor do enxofre com produto extraído das pirites complexas.

Crises significativas de falta de minério por altura de 1943-45, tem como consequência o aprofundamento das zonas de extracção até ao piso 390m. até que

⁴⁵ Ibidem, p. 2.1.12

em 1962, o fim da laboração da fábrica de enxofre da Achada do Gamo, foi o prenúncio do encerramento definitivo da Mina de São Domingos. A queda das produções referentes aos cinco derradeiros anos é vertiginosa (Quadro 5.IV).

O declínio da extracção de pirites coincide com o progressivo esgotamento da massa mineral do jazigo, cada vez mais rodeada de material estéril sem aproveitamento. O seu enorme filão chegara ao fim. Bastariam apenas mais três anos para a M&B determinar o fim da exploração, em 1965. A empresa alegou o esgotamento dos filões e a falta de rentabilidade da exploração dos demais, retirando as últimas toneladas de minério durante o ano 1966.

Quadro 3.IV – As últimas produções de pirites da Mina de S. Domingos.

(Fonte: PGU, p.6.1.9 e *Mineração no Baixo Alentejo*, p.184)

Ano	Quantidade (ton.)
1959	132.656
1960	122.794
1961	126.864
1962	132.656
1963	110.604
1964	132.656
1965	66.823
1966	562

Durante 107 anos de exploração da Mina de S. Domingos (1859-1966), foram extraídas do seu jazigo próximo de 20 milhões de toneladas de pirite cúprica (média anual de 186 mil ton.).

3.3.1.3. Sistemas de mineração e metalurgia

Os trabalhos de desmonte do jazigo mineral, de extracção de metais e sua manipulação industrial, processaram-se em S. Domingos ao longo de três períodos distintos, marcados pelas características dos processos utilizados, e traduzidos nas fases de exploração anteriormente descritas.

O primeiro período de lavra, entre 1859 e 1867, que deu continuação aos trabalhos começados com Nicolau Biava, desde 1855, e desenvolvidos pela LS, até ao contrato de cedência do direito de exploração ao seu engenheiro e director James Mason, em 1858, foi sustentado pelo plano de lavra que o mesmo engenheiro subscreveu também em 1858, e que mereceu aprovação do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Industrias garantindo a

concessão de exploração por parte do Estado Português. Esse plano, fora concebido segundo os modelos clássicos da mineração da época e em aplicação nas minas espanholas de Huelva, proponha uma exploração em profundidade e em extensão, aproveitando os trabalhos dos antigos romanos e seguindo ao longo da massa mineral existente já delimitada pelos poços de sondagem.

O método de desmonte utilizado, designado por método de “través”, consistiu na exploração do jazigo por meio de poços e galerias de forma a permitir um desmonte subterrâneo do maciço. Essas galerias desenvolviam-se por pisos, segundo eixos longitudinais, paralelos ao eixo principal da massa de pirites, e perpendiculares que se cruzavam formando uma trama de ocos, cujos intervalos constituíam os pilares que delimitavam as câmaras de exploração e sustentavam os pisos.

Este plano inicial incidia sobre os dois sectores do jazigo, correspondentes ao chapéu de ferro das pirites e ao maciço mineral virgem. O primeiro era uma zona de reduzida profundidade, onde se encontravam os trabalhos da antiguidade, e na qual se explorou o minério mais pobre, deixado nas áreas não escavadas pelos romanos, que correspondiam sobretudo aos pilares entre as galerias e salões da sua exploração até à profundidade da galeria de esgoto existente (30 a 40 metros de altura, desde o topo da serra). O segundo era uma zona de grande profundidade, onde a pirite se encontrava intacta e com maior lei (2% a 6% de teor de cobre), e na qual a extracção se processou de baixo para cima com o desmonte a progredir por níveis, aproveitando o filão e utilizando os estéreis rejeitados e entulhos exteriores para efectuar o enchimentos dos vazios já explorados, garantindo uma maior segurança nos trabalhos.

Até meados da década de 60, todo o trabalho era processado por força humana e animal, tanto no desmonte e carregamento como na elevação e transporte à superfícies. A tracção animal era associada a mecanismos de transmissão e desdobramento da força, como os malacates colocados sobre os poços e os vagonetes que circulavam nos túneis e que ascendiam com o minério até à boca da mina, puxados por *muares* sobre rampas, onde era despejado e baldeado para os vagonetes.

Entre 1863 e 1865 estavam já construídos 27 poços verticais, para serviço de esgoto e ventilação; 1 galeria de esgoto ao nível da antiga galeria romana, para desagúe da parte superior da mina e 2 túneis para extracção, um para o piso de 12 metro abaixo da galeria romana de esgoto e outro para estabelecer

do piso de 52 metros uma comunicação com a superfície. Dos 27 poços abertos, 9 foram abertos do lado Sul do jazigo e 18, dispostos em 2 linhas, foram abertos sobre os entulhos antigos dos trabalhos romanos, sendo solidamente entivados nos primeiros 34 a 36 metros, profundidade a que se encontrava o mineral, contados da superfície do terreno. Estes 18 poços foram abertos para extracção do mineral e descoberta da massa, conservando-se depois para ventilação e serviço dos mineiros e posteriormente como vias de condução de entulhos para o interior da mina, 4 deles tinham escadas para passagem dos operários. Dos 9 poços do lado Sul, o poço n.º 1 era o mais importante e foi destinado para o esgoto dos níveis inferiores, medindo 38 metros até ao nível da galeria de desagúe, onde lança as águas extraídas do fundo da mina. Todos os outros poços do lado Sul serviam para ventilação, reconhecimento da massa, e temporariamente para extracção do mineral.⁴⁶

Os primeiros pisos estabelecidos para a lavra subterrânea, foram o 12m e o 52m, onde se rasgaram as galerias transversais e longitudinais em toda a extensão do jazigo, segundo o método través já descrito. Estes pisos eram acessíveis por meio de dois túneis em rampa, o túnel n.º 1 e o túnel n.º 2, abertos em 1859 e 1861 respectivamente, segundo a direcção do eixo principal da massa mineral, desde as imediações da boca da mina, onde actualmente se situam as ruínas do cais de descarga e separação do minério e onde também se localizava o motor a vapor fixo que através de uma corda de aço puxava, pelo túnel n.º 2, os vagonetes com os carregamentos. A secção das galerias abertas no mineral era de 2x2m ou 7x8m para as longitudinais e 1,8x1,20 ou 4x6m para as transversais, deixando entre si colunas ou maciços de sustentação com 5m de espessura, reduzidos ainda até 3m antes do seu desmonte e entulhamento, com que terminava a lavra em cada piso. Regra geral adoptada para os trabalhos vindos de baixo para cima, até ao piso 12m que, dada a coesão do mineral, dispensavam inclusive procedimentos de entivação.⁴⁷

⁴⁶ A maioria dos poços referidos, estão assinalados no desenho: "Mina de S. Domingos. Longitudinal Section of Orebody Showing Work Done and Methods used from 1859 to 1945, elaborado pelo desenhador G. D. Raposo para ilustrar, por períodos, as diferentes fases de mineração. Ver em anexo: (Mineração Baixo Al... anexo 2).

⁴⁷ Gião, António – *A mina de S. Domingos...* Reguengos, 1923, p.19

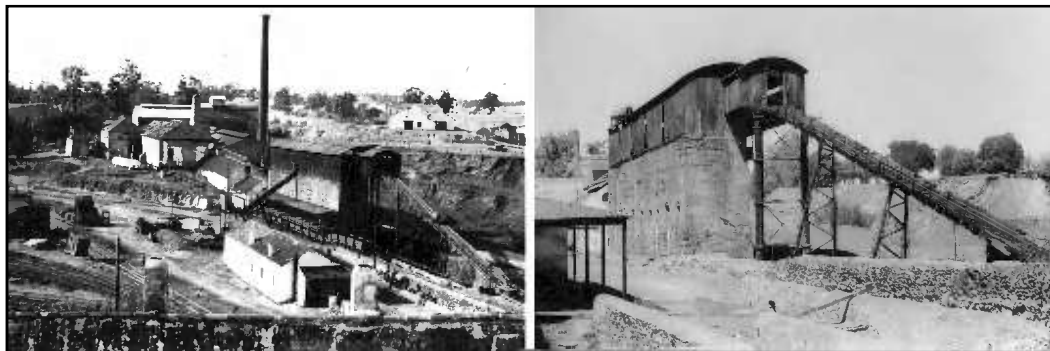


Fig. 3.32 – Cais de descarga e separação do minério, até onde subiam as vagonetes, puxadas desde o interior da mina pela corda de aço do motor fixo a vapor, para carregamento do comboio de vagonets destinado ao porto do Pomarão. (Fonte: GV).

Por volta de 1863, todos os poços tinham alcançado o piso de 12 metros, e comunicavam já com o piso 52m, os poços n.º 1 a 5, abertos no lado Sul, e os poços Santa Maria, Santa Isabel, Santo Inácio, Bonito, S. Frederico, Doble e Santa Barbara, abertos sobre os entulhos antigos. Tinha também sido introduzida uma máquina de vapor a 30 cv de potência, destinada ao aumento do caudal e velocidade de esgoto para permitir a abertura de novos poços e galerias até aos 92m profundidade, nível até ao qual se desenvolveu o túnel n.º 3, aberto em 1864, e que permitindo um grande impulso no avanço da lavra. Em 1865 foi aberto um novo piso a 75m acessível pelo túnel n.º 3.

O período de lavra seguinte, baseia-se no segundo plano, datado de 1886, que prevê o desmonte integral do jazigo e o tratamento metalúrgico do minério por via húmida e por via seca para a obtenção do cobre. Este novo plano de lavra apresentado por Mason, procurava aumentar a produção, reduzindo os custos de exploração e o preço de comercialização, através da implementação de um sistema de lavra já em uso nas minas de Tharsis, que pressuponha a exploração a céu aberto da parte superior da serra, em compatibilização com a exploração subterrânea, que prosseguia.⁴⁸

Aprovado em 1867 o plano, é posto em prática em 1868, com o início das obras de desmonte da serra, que ao longo dos anos moldaram a enorme corta que hoje se conhece e destruíram as construções inicialmente edificadas sobre a serra, desde 1859.

O desmonte da serra, pelo método de corta, começou por proceder à remoção do material de cobertura, designado por estéril, numa área de cerca de 45.000m² com 32m de espessura média e um volume estimado de 3 milhões

⁴⁸ Custódio, Jorge – *Sistemas de Lavra na Mina de S. Domingos (1854-1966)*, “Mineração no Baixo Alentejo”. 1996, p.179

de m³ de terras, retiradas durante o período 1868-1876, e prosseguiu em profundidade e extensão a remover todo o miolo da serra, como que criando o seu negativo, em forma de cratera, até ao piso 122m, de 1877 a 1930.

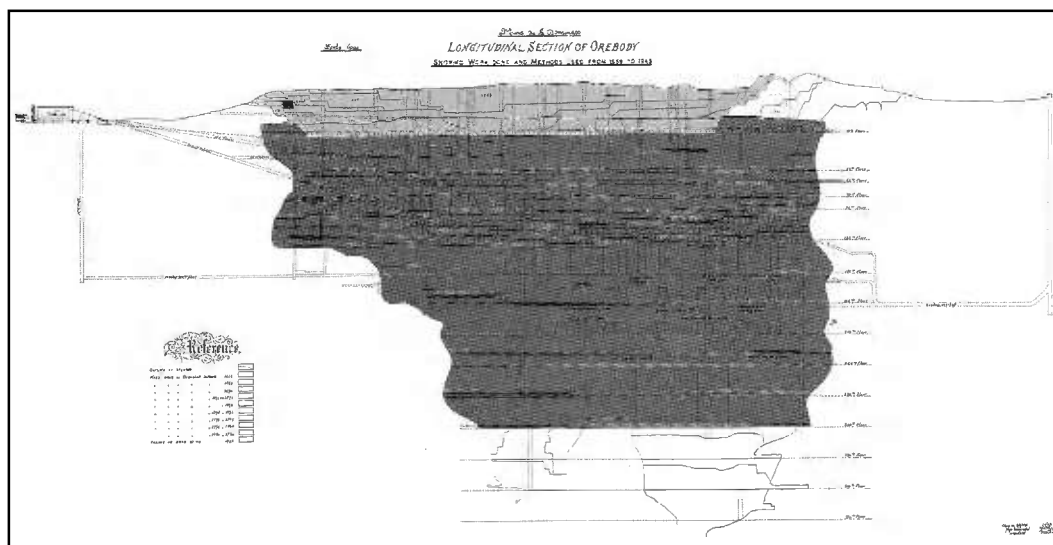


Fig. 3.33 – Corte longitudinal pelo jazigo com a zona do chapéu de ferro escavada entre 1868 e 1876, até ao piso 12m (assinalada a cinzento claro), e com a zona da massa de pirite escavada entre 1877 e 1930, até ao piso 122 e explorada subterraneamente até ao piso 300m, até 1945 (assinalada a cinzento escuro). (Fonte: *Mineração no Baixo Alentejo*, p.180).

Esta enorme intervenção gerou enormes impactos em todo o complexo da mina levando à total reconfiguração do território. O povoado existente foi entre 1869 e 1873 quase totalmente demolido. Os necessários desmontes visando o crescimento económico do estabelecimento e os lucros da empresa não se compatibilizariam com a manutenção da realidade da povoação e da sua comunidade, aí existente há mais de uma dezena de anos. Tudo seria construído de novo a Oeste e a Norte do jazigo onde, tal como hoje se conhece, nasceu a nova e então próspera “vila” de S. Domingos. Assim desapareceram os trabalhos antigos pré-romanos e romanos, que existiam sobre o chapéu de ferro e suas imediações, conjuntamente com os primeiros trabalhos modernos desde a redescoberta da mina.

Na corta, abriram-se túneis em diferentes pisos, directamente sobre o maciço mineral, que permitiam a extracção directa de enormes quantidades de matéria-prima. Numa febre sem igual gerou-se uma enorme riqueza, um bolo vorazmente repartido por concessionários e arrendatários e também pelos destinatários de tão rico desidrato.

Sobre as vertentes da corta, escavada em socacos ou degraus, foram implantadas ferrovias para carros e vagons movidos a tracção animal e a vapor, que procediam ao escoamento do mineral e dos entulhos em ritmo

intenso. Essas vias eram de carácter provisório, pois acompanhavam as modificações constantes que se operavam nos taludes e respectivos patamares, que após desnecessários e em função da instabilidade do solo eram desmoronados, permitindo também o seu aproveitamento se caso justificasse.



Fig. 3.34 – Vista da corta resultante da lavra a céu aberto em S. Domingos (Fonte: LS), e panorâmica dos trabalhos na *Corta Dehesa* da mina de Rio Tinto, cerca de 1920, (Fonte: Martiáñez, p.23).

O desmonte dos taludes era feito de um lado e de outro das vias, com o enchimento dos vagonos a ser realizado à pá no decurso da limpeza da própria via. Os vagonos eram conduzidos para despejo nos vales em torno da mina, onde se faziam depósitos em todas as direcções. Para facilitar a remoção para o exterior das grandes pedras do interior da capa de estéril de cobertura que só depois de partidas e reduzidas a pedaços eram possíveis de carregar à mão para os vagonos, foi introduzido em 1971, um guindaste locomóvel com força necessária para elevar até 5 toneladas.⁴⁹

Nos trabalhos subterrâneos, a remoção do minério processava-se pelas galerias da lavra até às bocas ou câmaras de extracção, através de vagonetes que circulavam nas diversas linhas-férreas, empurradas pelos trabalhadores, até às praças ou bocas de extracção onde vazavam o minério que seguidamente era carregado à pá, para os vagonos que o conduziam à superfície.

⁴⁹ Gião, António – *A mina de S. Domingos...* Reguengos, 1923, p.23

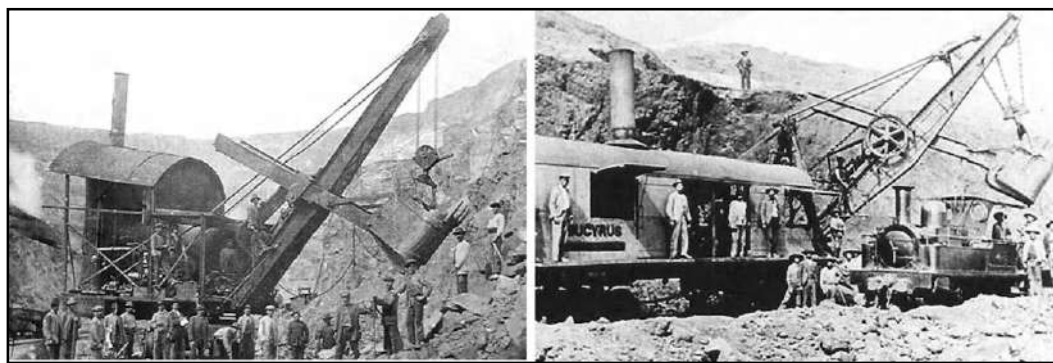


Fig. 3.35 – Escavadoras a vapor “Ruston”, de 8 toneladas e “Bucyrus”, ambas em trabalhos na *Corta Dehesa* da mina de Rio Tinto, cerca de 1900, (Fonte: Martiáñez, pp.10-34).

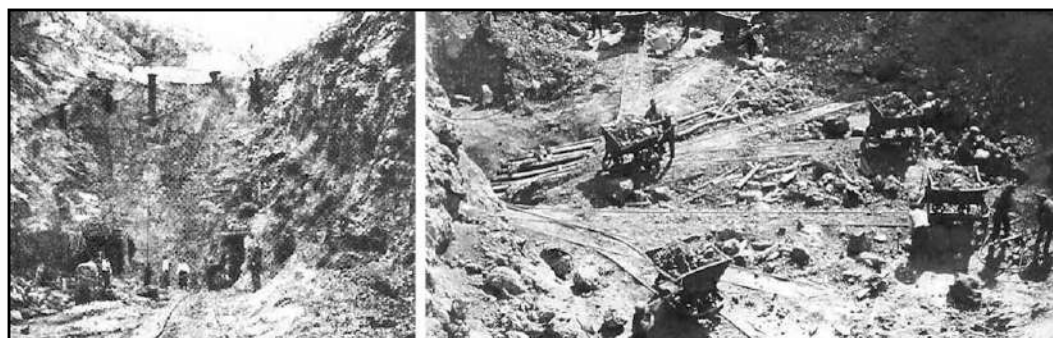


Fig. 3.36 – Trabalhos de exploração mineira em S. Domingos, (Fonte: Alves, Helena – *Mina de S. Domingos...*, p. 1) e safra à mão e transporte com vagonetas em trabalho na *Corta Atalaia* da mina de Rio Tinto, cerca de 1930, (Fonte: Martiáñez, p.38).

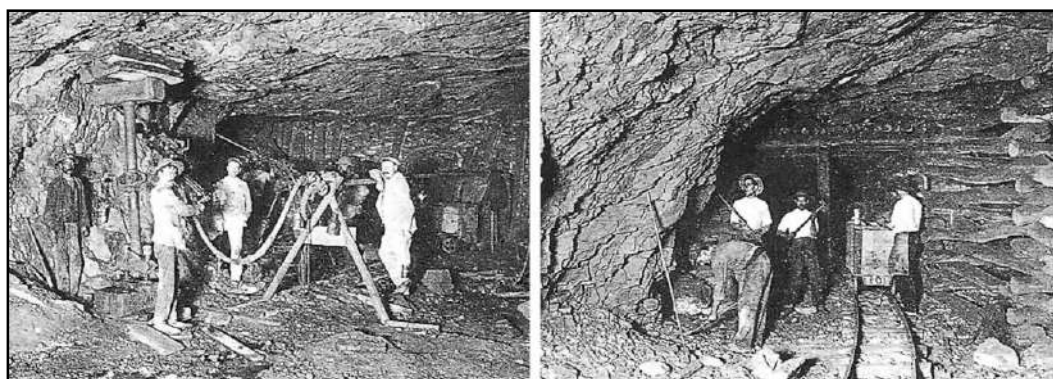


Fig. 3.37 – Mineiros abrindo “barrenos” com prefuradoras e à mão, para colocação de explosivos, na mina El Perrunal, em finais do séc. XIX, (Fonte: Martiáñez, pp.19-30).

Durante os trabalhos de desmonte a céu aberto, a coesão da massa mineral chegou a ser ameaçada, quando os trabalhos da corta atingiram as primeiras escavações subterrâneas, destruindo a sua continuidade e abalando os maciços de mineral adjacentes. Nesta altura, entre 1871 e 1873, foi necessário recorrer a entivações para garantir a segurança dos trabalhos, ameaçada pelos motivos atrás referidos, e também pelo emprego de dinamite que, introduzido nesta época em substituição da pólvora, provocava abalos consideráveis na massa mineral com grandes consequências, principalmente no sentido vertical, na coesão do jazigo. Tais riscos levam à criação dum serviço especial de vigilância a todos os trabalhos subterrâneos a partir de

1873 e ao aumento dos trabalhos de manutenção e reparação das vias de transporte e de alguns revestimentos e madeiramentos de estabilidade existentes no interior da mina.

Em 1880, a lavra a céu aberto atingia o piso 62m, enquanto se trabalhava a lavra subterrânea em sete pisos. O desmante manteve-se até atingir o piso 122m (até 1930). A partir daí, com novas metodologias só em trabalho subterrâneo, as galerias foram ramificando e tecendo uma trama que devorou enormes quantidades de mineral, produzindo igualmente lucros fabulosos.

Durante a década de 70, o desmante do chapéu de ferro, permitiu a Mason, o estudo da geologia quanto aos teores de prata e ouro do mineral dessa camadas, discussão alargada à comunidade técnica e científica geomineira da FPI, sobretudo de Huelva. Mason chegou a mandar produzir ouro e prata dos materiais retirados do desmante, do *gossan*, metais preciosos que foram apresentados na Exposição Internacional de Filadélfia, em 1876, sob a forma de lingotes⁵⁰, obtidos a partir do processo patenteado por Frederick Claudet, com base em 500 toneladas de pirite.

Mas a produção de cobre era o principal objectivo da empresa. As pirites ricas em cobre eram extraídas e enviadas para Inglaterra, para posterior tratamento metalúrgico em Swansea onde também eram extraídos, para além do cobre, o enxofre, o ferro, o chumbo, a prata e o ouro, enquanto em S. Domingos se procedia à calcinação e ustulação de pirites, via seca e via húmida, nos estabelecimentos metalúrgicos que Mason empreendera desde 1864, para ensaios e tratamento da matéria-prima,⁵¹ no sitio da Achada do Gamo, próximo da mina. A abundância de minério levava a empresa a proceder ao aproveitamento dos minérios mais pobres e dos resíduos, que não eram viáveis de comercializar para Inglaterra, naquela unidade metalúrgica que em 1867 era já composta por uma zona de trituração accionada por motor a vapor, fornos de calcinação e tanques de cementação.

⁵⁰ Lingote de ouro de três onças (£13) e de prata de vinte onças (£45) a partir de 500 toneladas de pirite... *Exposição de Filadélfia*. 1876, p.111 In: Custódio, Jorge – *Sistemas de Lavra na Mina de S. Domingos (1854-1966)*, "Mineração no Baixo Alentejo". 1996, p.182

⁵¹ "O estudo da natureza física e química dos minérios de S. Domingos foi desde o começo da lavra da mina a preocupação constante da empresa director. Deste estudo prévio dependia, naturalmente, a valorização em condições mais ou menos vantajosas dos productos extraídos do jazigo e por isso ele tem sido seguido até hoje." In: Gião, António – *A mina de S. Domingos...* Reguengos, 1923, p.27

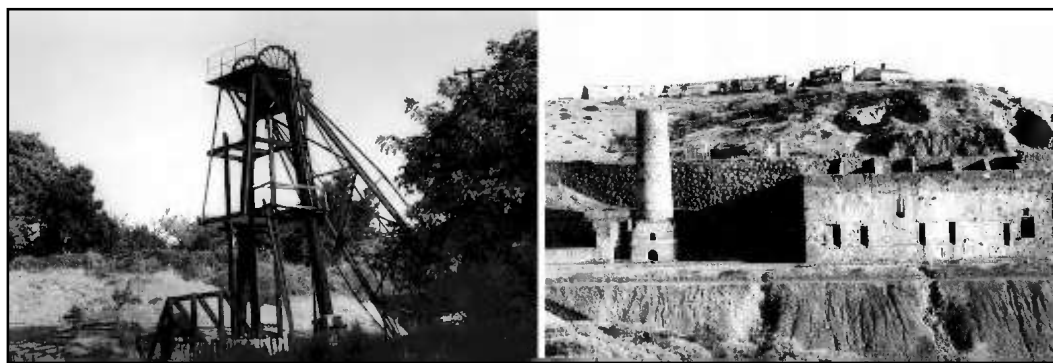


Fig. 3.38 – Malacate do poço n.º 3 (?) e ruínas da central de trituração, com a chaminé para produção de energia a vapor e a povoação da Moitinha, em cima. (Fonte: GV).

Os processos metalúrgicos utilizados para aproveitamento do cobre existente nos minérios mais pobres foram: por calcinação, em forno e ustulação, em vasos fechados e ao ar livre, e por utilização de água, através da lixiviação e cementação das pirites. A lixiviação e a cementação, utilizadas primeiramente entre 1864 e 1872, processavam-se através da lavagem das camadas inferiores da massa mineral com água abundante, posteriormente bombada para a superfície, que ao provocar a oxidação da pirite gerava o sulfato de cobre, que uma vez à superfície era extraído das águas por cementação, através da precipitação do cobre pelo contacto com o ferro, em tanques construídos para o efeito junto à Mina. A ustulação chegou ainda a processava-se, tal como nas minas espanholas, através de *teleras* ao ar livre mas tal como os outros procedimentos seria abandonada em 1871. Após 1873-75, a lixiviação e cementação das pirites com baixo teor em cobre, passou a processar-se exclusivamente em tanques no estabelecimento metalúrgico da Achada do Gamo, através de processos de cementação natural sem recurso a calcinação ou ustulação prévias, de acordo com experiências desenvolvidas por Figueiroa em Rio Tinto e melhoradas por Mason. Este domínio tecnológico da metalurgia das pirites a frio, por via húmida, foi considerado pioneiro e permitiu a Mason registar a patente do processo, aplicando-se pela primeira vez em S. Domingos.⁵²

Os sistemas metalúrgicos de via húmida levaram, em 1871-73, à elaboração de um projecto de construção de 7 açudes, concluídos até ao ano de 1880, que para além das albufeiras para providenciar a água necessária aos processos de lixiviação e para aumentar a complexa infra-estrutura de diques

⁵² O tratamento das pirites a frio consistia no empilhamento do minério, previamente seleccionado, em medas de modo a permitir a circulação do ar no seu interior, que eram lixiviadas por rega com água das represas entretanto construídas nas proximidades, após o que se seguia a cementação em tanques, do cobre precipitado do contacto com a sucata de ferro que por sua vez era recolhido e exportado em barricas. As águas utilizadas no processo eram retidas e evaporadas para evitar danos para a agricultura ou piscicultura, decorrentes do seu livre curso. Ibidem, p.36-38

e tanques para evaporação das águas nocivas, visava também o abastecimento de água à povoação.

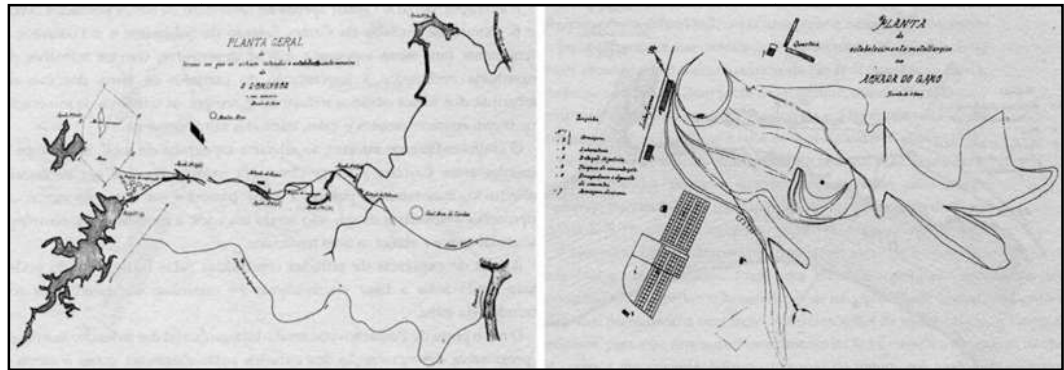


Fig. 3.39 – À esquerda: Planta geral do estabelecimento mineiro de S. Domingos com a sua rede de 7 açudes, com descarga final na ribeira do Chanca, e a linha-férrea de ligação ao Pomarão, no Guadiana.

À direita: Planta do estabelecimento metalúrgico na Achada do Gamo, com armazéns; laboratório, estação de policia, tanques de cimentaço, enxugadouro e depósito de cimentos, armazém de viveres e quartéis. (Fonte: Alves, Helena – *Mina de S. Domingos...*, pp. 50-52).

O grande estabelecimento metalúrgico da Achada do Gamo, projectado em 1866 e construído em 1867, para aproveitamento integral do cobre e viabilização da instalação do caminho-de-ferro a vapor, substituindo o primeiro estabelecimento construído em 1863-1865, levou à construção da nova povoação, no sítio da Moitinha, que em 1880 estava praticamente concluída (hoje encontra-se em ruínas). Também um bosque de eucaliptos foi obrigatório plantar entre 1878 e 1880.



Fig. 3.40 – Panorâmica do Valle del Infierno, na mina de Rio Tinto, com teleras em combustão largando fumos sulfurosos e arsénicos, em finais do séc. XIX, e antigas teleras no Valle de Nerva, 1992. (Fonte: Martiáñez, pp.23-32).

A crescente proeminência da metalurgia do cobre e mais tarde do enxofre contribuíram negativamente para os grandes impactos ambientais que se fizeram sentir na época e que, em parte, ainda hoje nos afectam, essencialmente devido à calcinação das pirites, por ustulação fornos e em *teleras*, geradora de grandes quantidades de gases tóxicos poluentes e de

cinzas e escórias, posteriormente espalhadas na área. Também a metalurgia via húmida, apesar dos sistemas implementados por Mason, levou a disseminação dos metais pesados e contaminantes, como o chumbo, com efeitos nocivos nos recursos hídricos e na fauna e flora da região.

Com o início do séc. XX a transição da mineração para a metalurgia, acentua-se devido à crescente valorização comercial dos subprodutos extraídos das pirites, particularmente o enxofre. O aproveitamento desta substância, muito procurada pela indústria química, conduz à instalação de uma fábrica em S. Domingos, destinada exclusivamente à produção do enxofre, que se encontrava nas pirites em teores de cerca de 50%. Esta unidade construída em 1935-36, na Achada do Gamo II, incorporava a mais actualizada tecnologia sueca, utilizando o processo de *Orkla*, com dois altos-fornos e estruturas de apoio totalmente construídos em betão armado.



Fig. 3.41 – Panorâmica das ruínas da fábrica de enxofre da Achada do Gamo II, com os seus dois modernos altos-fornos, construídos em 1935-36.

Paralelamente, mas em declínio a lavra subterrânea prosseguia por meio de galerias e pilares. Em 1923, de acordo com o plano inicial, existiam em laboração os pisos de 12m; 28m; 52m; 62m, 75n; 92m e vários outros desde o piso mais fundo a 390m. Em 1945, de acordo com o corte longitudinal, ao longo da massa mineral, desenhado por Raposo, verifica-se que a exploração subterrânea se desenvolveu para o piso 300m até 1945 e prosseguiu para o piso 390, até 1960.

3.3.1.4. Os transportes e o escoamento do minério

O caminho-de-ferro da Mina ao Pomarão, constituiu uma peça fundamental para a viabilização do desenvolvimento industrial do complexo da Mina de S. Domingos e para o sucesso económico da sua exploração, estando naturalmente previsto, desde o primeiro momento, como solução para o escoamento e expedição da matéria-prima retirada do jazigo mineral. Nos planos de investimento e exploração dos empresários de S. Domingos, que paralelamente também estavam ligados à exploração das minas espanholas

de Tharsys, o arranque da construção de tal infra-estrutura ferroviária dependia da definição do modelo técnico e empresarial de exploração a aplicar em S. Domingos, situação que ficou resolvida com realização do contrato de arrendamento da concessão de exploração com o engenheiro James Mason, director técnico e autor do projecto de lavra, em 1858.

Já em 1857, o geólogo Carlos Ribeiro, no relatório que elaborou sobre a Mina de cobre de S. Domingos, a pedido do Conselho de Obras Públicas e Minas,⁵³ admitia a comunicação do jazigo com o rio Guadiana, abaixo de Mértola (Pomarão?), por meio de uma galeria de 12 a 15Km, como uma solução vantajosa para o escoamento do minério para o Oceano, através do Guadiana, sendo para o efeito necessário estabelecer nessa galeria um canal de navegação entre o jazigo e o rio, um empreendimento que considerou com algumas reservas devido à despesa e esforço que envolveria, para os interessados, e cuja envergadura e demora remeteria para os seus sucessores a maior mais valia da sua construção. Ainda no mesmo relatório, o geólogo sugere, como alternativa mais económica e viável para os primeiros anos de lavra, a construção de um carril de ferro com cerca de 20Km, como meio de escoamento a estabelecer entre a mina e o Guadiana.

Considerando que à data do relatório, já decorriam trabalhos preliminares de sondagem e exploração do jazigo, pelo menos há cerca de um ano, admite-se que a solução do carril de ferro tenha inclusivamente sido comentada entre os responsáveis do trabalho na mina e o referido geólogo, tendo em consideração que a utilização deste meio de transporte já se fazia em Portugal, mas sobretudo em Inglaterra desde o início do séc. XIX.⁵⁴

Assim idealizado desde 1857, o projecto do caminho-de-ferro para o escoamento do mineral até ao rio Guadiana, igualmente da responsabilidade de James Mason, foi elaborado em 1858, prevendo uma utilização inicial como *tramway*, ou seja para circulação de vagonos por tracção animal, e uma utilização posterior com locomotivas a vapor, de via estreita.

A construção da via-férrea, começou logo em 1859, primeiro com a montagem só dos carris destinados aos vagonos puxados por *muars*,

⁵³ Relatório necessário para efeitos de instrução do processo de atribuição da concessão de exploração que fora requerida por Nicolau Biava, em 1856.

⁵⁴ "Em 1767, R. Reynolds constrói o primeiro carril em ferro fundido para o transporte de carvão, e em 1801 entrou ao serviço a Surrey Iron Railway, a primeira empresa ferroviária para o transporte de mercadorias; mas só depois de 1825, a seguir à invenção da locomotiva de Stephenson, se iniciou o desenvolvimento dos caminhos-de-ferro, marcando assim decisivamente os decénios seguintes." In: Benévolo, Leonardo - *As origens da urbanística moderna*. Ed. Presença, 1994, pp.20-48.

prolongando-se até 1862, ano de em que foi inaugurada toda a linha de caminho-de-ferro⁵⁵, incluindo as estações de Salgueiros e de Telheiros, que eram ainda estações de mulas. O semanário "O Bejense", em Janeiro de 1861, dava assim notícia do progresso dos trabalhos e do movimento de transporte minério, que se processava por estrada, simultaneamente: *Mil e quinhentas a duas mil cavalgadas e duzentos carros andam constantemente transportando o mineral em bruto para o Pomarão (embarcadouro), na distancia de vinte Kilometros, pouco mais ou menos da mina. O caminho de ferro americano está jamais de meio feito, nesta distancia; acabado elle, cessam os lucros dos proprietários de cavalgadas e carros. Para cima de trasentos navios teem sahido mar em fora carregados de producto da mina de S. Domingos!!*.

Dois anos antes da infra-estrutura ferroviária estar concluída, era já notável o volume do minério escoado, a atestar pela quantidade de carros e mulas ao serviço da empresa e também pelo elevado número de embarcações que carregavam no Pomarão. Desempenho só possível devido às condições criadas na margem do rio, com a construção de um porto fluvial, sob a orientação de técnicos ingleses contratados para o efeito, com um embarcadouro para descarga directa do minério nos navios e com importantes instalações portuárias de apoio, que viriam a gerar uma nova povoação com escritórios, habitações e armazéns para apoio comercial e exportação e importação de materiais, de e para Inglaterra.

Efectivamente a construção do porto do Pomarão arranca em simultâneo com o início das obras da via-férrea, no ano de 1859, tal como nos deu conta J. M. de Mendonça, em "Um passeio, de Mértola ao Pomarão e à Mina de S. Domingos, em Julho de 1860" publicado no Semanário "O Bejense", em Novembro de 1860. Este correspondente descrevia assim, impressionado, as transformações que observara: (...) *chegámos ao sitio do Pomarão. Havia um anno que tínhamos visto aquelle local; era então um deserto; hoje não parece o mesmo sitio! A animação e a vida haviam substituído a solidão e a morte, e o lugar que, por longos séculos, fora abandonado ao capricho da natureza, acha-se hoje transformado, com rápido incremento, num delicioso jardim de*

⁵⁵ O caminho de ferro mineiro de S. Domingos foi o primeiro a ser construído na Faixa Piritosa Ibérica, seguindo-se-lhe o de Tharsys-Rio Odiel, em 1871, com 47Km de distância e 1.22m de largura de via e o de Rio Tinto-Huelva, em 1875, com 83Km de distância e 1.067m de largura de via. (Martiañez. 2000, pp.28-29). O Semanário "O Bejense", em 1862, assinalava o evento no seu **Noticiário**, por J.M. de Mendonça: **"Inauguração do caminho de ferro americano da mina de S. Domingos ao Pomarão – 24.06.1862"** "(...) Neste lugar parou o comboio, desceu o sr. Mason, e com o chapeo na mão, acompanhado de 3 ou 4 engenheiros da mina agradececo, com reverencia, aos seus convidados a honra de o acompanharem no dia do seu aniversário natalício, e da conclusão do caminho de ferro americano, que tudo se commemorava e festejava n´aquelle dia."

encantos. Uma descrição romântica que para além de assinalar também o aparato náutico das fragatas e brigues estrangeiros que se encontravam fundeados no rio, assim como o movimento dos pequenos barcos, em trabalho de carregamento, refere o Pomarão como uma povoação nascente que há pouco tempo tinha começado: (...) o caes do embarcadouro é de taboado, assente sobre estacaria; logo ao sahir encontram-se duas fontes; uma acha-se fechada a cadeado, da outra vi brotar água cristalina. Em seguida offerece-se á vista um abarracamento, que é habitado por diferentes classes: artistas, operários, e especuladores de todas as espécies de vendagens. Ao lado direito elevam-se sobre a terra collossaes pilhas de taboado, e de barrotes de pinho, que surpreendem e admiram, pelas suas enormes dimensões, o viajante, que ignora o seu destino. Para a direita, e em lugar mais elevado, sobresaem dois quarteirões de casas, e armazéns, habitados por grande número de indivíduos, e abundantemente providos de viveres. Na parte superior d´estes prédios acham-se collocados, em grande abundância, materiaes e utencilios para grandes obras, vendo-se, na parte inferior, dois fornos de coser pão. Á esquerda, e no centro do abarracamento vêem-se algumas casas já construídas e outras que começam a edificar-se. Para o lado do oeste, e na distancia de uns 50 metros nota-se em logar elevado, e assomando para o rio, o começo da construção dum prédio abarracado de grandes dimensões, e valioso trabalho, mas dum risco pouco vulgar: naturalmente é gosto inglez. Diz-se ser destinado à pouzada do fundador D. Diogo de Mason. A descrição menciona ainda a construção do caminho-de-ferro, iniciado para lá de 1Km do Pomarão, e as grandes dificuldades da sua execução devido ao relevo acidentado que obrigava à abertura de passagens subterrâneas à força de explosivos. Também sobre a estrada da Mina ao Pomarão, referida como tendo sido construída pela empresa, é dado conta do seu grande movimento que chegava a formar cordão contínuo de carretos carregando o minério em direcção ao embarcadouro.

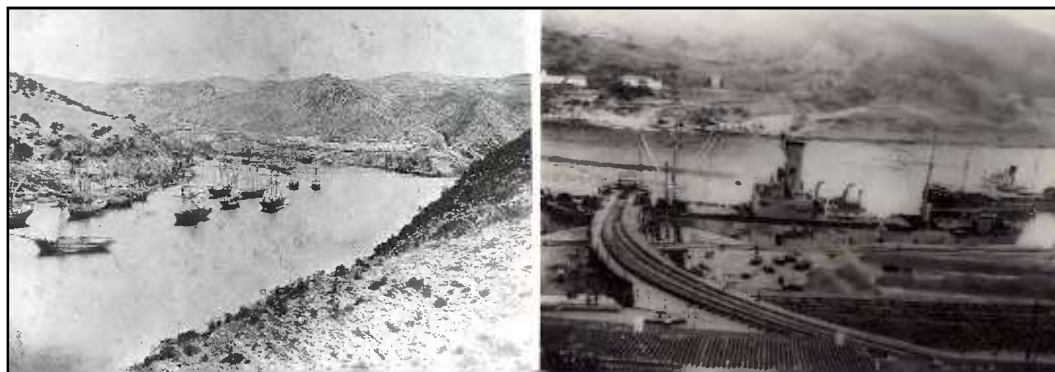


Fig. 3.42 – Panorâmica dos barcos à vela fundeados no Guadiana e vista do porto do Pomarão com o seu embarcadouro para descarga directa do minério nos navios, 1947. (Fonte: Residentes do Pomarão)

As primeiras embarcações que aportaram ao Pomarão eram ainda barcos à vela, alguns de dois mastros à vela e a motor, por vezes rebocados por uma embarcação a vapor até se fundearem frente ao porto, onde então uma lancha fazia o transbordo do cais para os barcos fundeados no meio do rio. Mais tarde a empresa inglesa efectuou obras de melhoramento do cais, construindo um enorme paredão para acostagem de navios de grande tonelagem. Promoveu também o desassoreamento da foz, em Vila Real de Santo António, a dragagem do rio e a manutenção dos rebocadores necessários, afim de criar melhores condições de navegabilidade para as suas pequenas embarcações, que levavam minério e traziam carvão e outros materiais destinados à construção e outros fins. Medidas que também visaram a navegação fluvial de vapores e grandes barcos no Guadiana. Foi ainda introduzido pela empresa, um modelo de barca chata, específico, devido às características de baixa profundidade e relevo acidentado do fundo do rio, destinado a levar o minério até alto mar onde era transferido para os navios de maior tonelagem que faziam o trajecto para Inglaterra.

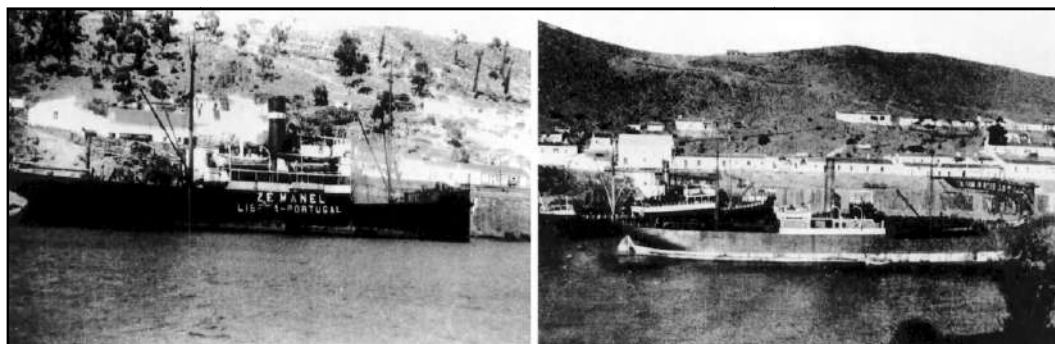


Fig. 3.43 – Grandes navios acostados ao embarcadouro do Pomarão. (Fonte: Residentes do Pomarão)



Fig. 3.44 – Casa da administração (palácio da Mason & Barry), e paredão do cais de acostagem do Pomarão, na actualidade.

Até 1867, perdurou a utilização da tracção animal para o transporte do mineral por via-férrea, sistema que em 1864, permitia dar vazão ao

carregamento dos 563 navios que,⁵⁶ chegaram ao porto do Pomarão para levar o minério com destino à Grã-Bretanha. A primeira locomotiva a entrar ao serviço chegou a S. Domingos em 1963,⁵⁷ mas só quatro anos depois chegou um lote de 3 de locomotivas e 50 vagon de ferro, adquiridos na Escócia e desembarcadas no Pomarão que permitem a substituição definitiva do *tramway* pela tracção a vapor, totalmente funcional a partir de 1868.



Fig. 3.45 – Locomotiva “José Danino”, construída em 1932 (Fonte: Residentes do Pomarão), e locomotiva de geração posterior – 1938/1952, (Fonte: AC).



Fig. 3.46 – Exterior e interior do túnel e ponte da linha de caminho de ferro, à chegada ao Pomarão.

O percurso da via-férrea, com início na boca da mina, em S. Domingos, desenvolvia-se ao longo do vale da Portela de S. Bento, passando junto à povoação dos Moitinhos e aos estabelecimentos metalúrgicos da Achada do Gamo, até à primeira estação do Telheiro e daí à estação dos Salgueiros, passando junto às povoações de Santana de Cambas, Bens e Salgueiros, após o que atravessava três túneis, um dos quais com cerca de cem metros, antes de chegar ao Pomarão, porto de embarque no Guadiana. A largura da via era de um metro e a sua extensão de 20Km, a qual compreendiam ainda 26 pontes que venciam os vales e os barrancos existentes.

⁵⁶ Pinho Leal, *Portugal – Antigo e Moderno*. Lisboa, 1876. p. 125-126. Citado no PGU, *Resumo histórico* p.2.1.9

⁵⁷ No semanário “O Bejense”, em correspondências datada de 13 de Junho de 1863, é dada notícia da chegada de Mason pela ribeira do Chança, vindo de Inglaterra, de onde trouxe uma locomotiva, os matérias para o novo templo e um linha de telegrafo para comunicação com Mértola.

O aumento da capacidade de escoamento com a primeira locomotiva, reflectiu-se também na produção que atingiu as 400 mil toneladas, no período 1859-1864. Os novos meios de locomoção progressivamente introduzidos escoavam o material que também alimentava e garantia a laboração das oficinas e fábricas implantadas no vale, ao longo da via-férrea. Em 1873, a força motora de S. Domingos era já de grande envergadura com 27 locomotivas em funcionamento e 11 motores fixos, a vapor, empregues em diversos fins, nomeadamente na extracção, esgoto, trituração e oficinas e açude.

Nos trabalhos de retirada do mineral à boca da mina, bem como na extracção dos entulhos da corta, o transporte era inicialmente feito, em carros e vagonos movidos a tracção animal, até cerca de 1868, ano em que as locomotivas também ingressaram nos trabalhos a céu aberto, substituindo a força animal pelo força do motor a vapor nos grandes trajectos, continuando a primeira a ser usada apenas nas manobras do material circulante, por motivos de segurança.

Nos trabalhos da lavra a céu aberto, os vagonos utilizados no transporte de entulho eram de báscula e descarregavam-se por si mesmos, por encosto contra um obstáculo. Após o descarrego eram puxados até entrarem numa via de resguardo, dando a vez ao descarregamento de outro e assim sucessivamente, formando-se um comboio de vagonos vazios que eram conduzidos pela locomotiva até à corta, sobre as vias implantadas nos taludes, onde eram novamente cheios.

As locomotivas e o caminho-de-ferro, foram um dos motivos de orgulho para a comunidade mineira, que via nesse meio de transporte, também usado para se deslocarem entre aldeias, um símbolo de progresso face às restantes povoações do concelho. Um aspecto ainda mais evidenciado, quando nas oficinas da Mina se chegaram a fabricar as próprias locomotivas.

3.3.3 O operariado e os movimentos reivindicativos na Mina de S. Domingos

A implementação do estabelecimento mineiro de S. Domingos ocorre numa época em que a população rural do interior alentejano vivia na maior pobreza e isolamento, sobrevivendo do trabalho sazonal da agricultura dos latifúndios da região. A nova oportunidade de trabalho proporcionada pela exploração mineira constituía por isso uma esperança e uma grande possibilidade de melhoria das suas condições de vida, quase sempre dependentes dos resultados de uma actividade agrícola pouco

próspera e incerta, situação determinante para a opção pelo trabalho industrial, que prometia regularidade nos salários e também habitação.

No país idêntica transformação decorria, com a implantação da indústria junto aos principais centros urbanos, aumentava o número de assalariados e crescia a classe do operariado, devido ao êxodo dos camponeses para as cidades. Invariavelmente era uma população que possuía forte analfabetismo e era facilmente explorada. Não tinha qualquer poder reivindicativo e sujeitava-se a condições de trabalho caracterizadas por uma enorme carga horária, sem descanso semanal e sem qualquer protecção por acidente, morte ou velhice.

A primeira mão-de-obra mineira de S. Domingos foi recrutada entre esse proletariado rural, proveniente do Alentejo e do Algarve. Através de leilões realizados pela empresa, eram estabelecidos contratos à tarefa e à jorna, aproveitando o excesso de trabalhadores desocupados que acorriam à Mina, em busca de trabalho. Mas estes formavam apenas o grupo de pessoal menos qualificado, pois os outros trabalhadores necessários, com especialização e experiência na indústria e nas minas, eram precedidos de Espanha, França e Itália.

A necessidade de ter à disposição um excedente de mão-de-obra, de onde podiam ser contratados por baixos salários todo o tipo de serviços, levou a empresa a construir desde o primeiro momento uma grande quantidade de alojamentos junto à mina, onde os operários se podiam instalar com as suas famílias, mulheres e crianças que acabavam também por ser contratadas por pequenas jornas e desde logo fazer parte do contingente operário disponível.

O ritmo inicial dos trabalhos foi enorme, devido à grande quantidade de obras de construção de infra-estruturas para transporte e escoamento do minério a par dos trabalhos de lavra. Nos primeiros quatro anos da administração inglesa, enquanto se construiu o caminho-de-ferro mais de 5.000 mil operários foram contratados pela empresa e muitos fornecedores e empreiteiros tiveram oportunidades de negócio. Um período de abundância que logo terminou com a conclusão da via-férrea, lançando no desemprego e na miséria um grande número de operários e suas famílias. Esse momento constituiu a primeira recessão laboral que ocorreu na Mina, verdadeiro drama que foi objecto de várias referências e alertas na imprensa da época, que apelava à intervenção do Estado para a providência de obras públicas para a região, capazes de absorver tão vasta população desamparada.

Em 1863, no semanário "O Bejense" a grave situação vivida na Mina era assim noticiada: (...) *S. Domingos dava até há poucos dias trabalho a quatro ou cinco mil*

braços, e desde que concluiu o seu caminho de ferro americano não admite hoje senão os exploradores internos, em numero mui deminuto comparativamente, e empregados de viação e escripturação.

(...) Quatro a cinco mil pessoas que até agora se empregavam na exploração dos diferentes estabelecimentos desta ordem, andam por ahí sem trabalho e sem comer; muitos dos quaes de monte em monte pedindo esmola (...)

Estas localidades abundam em gente que se dedica só ao trabalho braçal; não só oriundos destes sítios, senão forasteiros, que há 3 annos trabalhavam na mina de S. Domingos, e que hoje despedidos, por aqui se conservam esperando trabalhos da estrada promettida, como quem espera por uma herança, - seu único pão e de seus filhos.

Desde então o operariado precário de S. Domingos ficou a conhecer a faceta mais cruel da dependência do trabalho mineiro. Um trabalho sujeito aos altos e baixos da produção, determinados pelas oscilações dos mercados e pelos avanços e paragens nos trabalhos de lavra, e igualmente dependentes das condições climáticas, que em regra só permitiam 8 meses de trabalho na mina.

As condições a que estavam sujeitos os mineiros, no trabalho subterrâneo, eram de extrema violência e surrealismo. Por turnos de 12 horas, os mineiros mergulhavam nos túneis escuros e húmidos até às profundezas da mina, por vezes a mais de 300m de profundidade, onde se verificavam violentas quebras de temperatura face ao exterior. A sujidade abundava e a atmosfera era sufocante e irrespirável. Alcançado o piso onde trabalhavam, começava o constante carregar do minério para encher os vagonetes, cujo manuseamento era auxiliado por mulas, que em pouco tempo eram abatidas, porque cegavam devido ao escuro e ao gás tóxico libertado pelas pirites. Estes e outros trabalhos violentos como o da extracção, realizado por perfuração e rebentamento a pólvora e dinamite, e o da trituração e redução dos blocos de minério a pedaços manuseáveis, executado à força de marretas, ocupavam a maior parte dos homens à jorna, que trabalhavam 6 dias por semana em dois turnos, dia e noite.⁵⁸ Os mesmos homens que, devido à situação laboral precária, caem frequentemente na maior das misérias, junto com as suas numerosas famílias, seja devido à doença ou à dispensa ordenada pelo capataz. Vivem num ambiente de dependência e injustiça, organizado em função do trabalho e da sua disciplina, em que os salários eram miseráveis e a assistência social inexistente. Quando acidentados ou doentes a família ficava em risco de sobrevivência.

⁵⁸ O Semanário "O Bejense", em Janeiro de 1861, no seu Noticiário, dava nota do número de operários que trabalhavam no interior da mina e dos riscos que corriam: "... Quatrocentos operários, nada menos trabalham diariamente debaixo da terra, que provavelmente os virá a esmagar qualquer dia, o que Deus não permitta."

Uma grande massa operária, frequentemente desocupada, aglomerou-se em S. Domingos, aguardando pelos leilões mensais de trabalho. Em condições de desespero, por vezes geravam-se comportamentos conflituosos, inflamados por rixas entre homens desenraizados e em concorrência pelo sustento. A violência emergente dos sentimentos de revolta contra a indiferença do patronato e o infortúnio da vida, juntavam-se a vagabundagem e a marginalidade, trazida por bandidos e contrabandistas provenientes das raias de Espanha, que contribuíam ainda mais para a má fama das gentes da Mina.

As condições de trabalho e habitação precárias, assim como a subnutrição, eram causas para os focos de doença mais generalizados, como a tuberculose e a malária. O alcoolismo era uma forma de alienação da dura realidade, constituindo outro grave problema que afectava o operariado e a vida das suas famílias. O pão, a batata e as sopas eram a base da alimentação dos operários, só em dias de festa se comiam ovos, carne ou peixe, sempre muito escassos. O contrabando tornou-se uma actividade para aumentar o parco rendimento familiar e era praticada por homens e mulheres, que vendiam aos espanhóis, o café e o açúcar para lhes comprar o calçado e as roupas (alparcatas e bombazina).

O crescimento excessivo da população, era outro drama social em S. Domingos, as habitações existentes nos primeiros anos eram em número deficitário e nelas chegaram a viver 12 pessoas, em completa promiscuidade. Os "quartos", assim designados, apenas tinham uma porta de acesso e lá dentro uma chaminé e um nicho escavado na parede a servir de armário. A sua dimensão exígua, de 4x4m, para pouco mais servia do que para pernoitar entre os turnos do trabalho, muitos repartiam a sua cama alternadamente com outros. Eram condições de vida sub humanas semelhantes às que caracterizaram as comunidades industriais britânicas do princípio da revolução industrial.

O primeiro conflito operário organizado, ocorreu em 1865, quando uma crise internacional diminuiu a procura de pirites, originando a quebra dos preços do minério e conseqüentemente, o desemprego e a diminuição das remunerações dos mineiros. A Mina lutava pela sobrevivência, com os operários em desespero a exigirem o pagamento antecipado dos seus salários, para fazerem face à fome e à miséria já instalada. Mais de 400 homens organizaram então uma revolta, que envolveu tiros e agressões, e terminou com o roubo dos salários. Dias depois chegou o exército, que empreendeu as perseguições que levaram à prisão dos líderes do motim.

As situações de revolta sucediam-se, transformando-se num grave problema que se levantou à administração da Mason & Barry. Por um lado a empresa necessitava de abundância permanente de mão-de-obra,⁵⁹ e por outro, ao contrário das indústrias instaladas próximo das cidades, a obrigação e a responsabilidade de manter os desocupados numa pequena povoação junto à mina, recaía directamente sobre si. Uma rígida disciplina era indispensável para evitar as convulsões sociais e assegurar a estabilidade do trabalho industrial, pelo que foi criado um corpo de polícia privativo na Mina.

Com as alterações introduzidas no sistema de lavra a partir de 1868 e com a retoma dos mercados, a empresa põe em prática uma nova política, imbuída de ideais paternalistas, com o objectivo de consolidar e estabilizar uma comunidade permanente em torno do núcleo industrial da mina. Na construção da nova povoação, as habitações operárias, que em pouco diferem das primeiras, são entregues a baixo custo aos que trazem a família para a Mina, são disponibilizados quintais e hortas para auxílio do seu sustento e é criado todo um conjunto de equipamentos sociais e recreativos, necessários para a fixação da população. Uma iniciativa progressista que atraiu muita gente, vinda de todas as regiões para se instalar definitivamente em S. Domingos. Foi uma população que, cortou os laços com o mundo rural donde provinha e se tornou exclusivamente dependente do trabalho industrial. O filho e o neto do mineiro, tornavam-se também mineiros, aumentando assim uma comunidade que em meados do séc. XX chegou a ter perto de 4.000 mil habitantes permanentes, na sua maioria, nascendo e vivendo toda a sua vida em S. Domingos, ao longo de três gerações. A localidade que em 1911 tinha 3130 habitantes já era a maior do concelho de Mértola e uma das mais populosas do Alentejo.

Contudo, a estabilidade social resultante das acções mais humanistas da empresa, seria efémera. Os grandes impactos gerados na comunidade e no meio ambiente, pela transformação radical do território e pelo grande movimento de obras e de trabalhos que conduziram inclusive ao desalojamento da população das suas habitações, conduziu a sucessivas manifestações de descontentamento. Em 1875 deu-se uma grande sublevação, que envolveu até as populações das redondezas, assustadas com a epidemia de febre palúdica que atingiu os soldados do destacamento militar deslocado para S. Domingos e com um grande incêndio que deflagrou na zona da Achada do Gamo. A revolta dava voz às preocupações com os malefícios e os efeitos nocivos, sobre a saúde das populações e sobre o meio agrícola

⁵⁹ O processo mais simples para fazer baixar o custo de um produto é, indubitavelmente, diminuir o custo da mão-de-obra. Dispondo de um excedente de trabalhadores, a empresa não só conseguia isso como também conseguia fazer face ao aumento da produção nas temporadas mais activas.

e animal, gerados pelos processos de calcinação e ustulação de pirites utilizados pela empresa na metalurgia do cobre.

Desde então as reivindicações começaram a suceder-se, obrigando à permanência de uma guarnição do exército e à frequente acção do corpo de polícia da empresa. Os movimentos revolucionários começam também a generalizar-se em outros lugares. De Rio Tinto, sabe-se da ocorrência de motins, em que chegam a haver tiros e mortes, contra a empresa inglesa. Pela primeira vez ouve-se falar dos movimentos revolucionários e dos seus ideais socialistas e anarquistas.

Após 1880, com o capitalismo em Portugal a levar ao extremo as suas regras de lucro fácil, decrescia o padrão de vida dos trabalhadores, já de si pobres, mal alimentados e com péssimos alojamentos.⁶⁰ Os socialistas, anarquistas e propagandistas difundem os novos ideais de justiça e de liberdade, por influência do movimento reivindicativo europeu e em resposta as más condições de vida e de trabalho. Surgem os primeiros movimentos que recorrem ao associativismo, generaliza-se o recurso à greve e intensificam-se as lutas por melhores salários e condições de trabalho, levando os governos da época a criarem legislação para regular o horário laboral e o descanso semanal, assim como as condições de trabalho nas fábricas, no entanto poucas melhorias se registaram nas condições de vida dos operários.

A S. Domingos, chegam de Lisboa, os propagandistas que falam de greves e das lutas por justiça e liberdade, assim como do socialismo e de uma nova sociedade. No entanto a agitação social que se vivia no País com a ascensão do movimento sindical e com a revolução republicana não vingou de imediato no seio da comunidade mineira. Depois de uma greve em 1907, só mais tarde em 1932, voltou a ocorrer uma grande paralisação, que atingiu todo do complexo industrial, pela reivindicação de melhores salários, redução de horários e melhor assistência e garantia de trabalho. Mas mais uma vez tudo terminava com a empresa inglesa a solicitar a intervenção do exército que, vindo do Algarve e de Beja, chegou a constituir uma força de 400 militares. Como resultado dessas lutas operárias, algumas melhorias eram conseguidas enquanto os líderes dos movimentos eram presos e deportados. O Sindicato Mineiro teve em S. Domingos a sua sede nacional, e entre 1930 e 1931,

⁶⁰ Em Portugal, nas *villas* operárias de Lisboa e nas *ilhas* do Porto, as famílias operárias debatiam-se com a falta de espaço e de higiene dos alojamentos, apesar de muitas vezes não possuírem melhores condições nos meios rurais donde provinham, a densidade urbana impedia o escoamento e dificultava as actividades domésticas, a criação de animais e o recreio, que se tornavam promíscuos. Em Manchester, na cidade nova, segundo a descrição de Engels de 1845, "as filas de isoladas casas ou grupos de ruas encontram-se dispersas aqui e acolá como pequenos aglomerados, sobre o desnudado terreno argiloso...., as cottages, encontram-se em estado degradado, sujas, com quartos em caves húmidas e insalubres; as ruas..., albergam inúmeras colónias de porcos, fechados em pequenos pátios e chiqueiros ou percorrendo livremente a encosta."

chegou a editar 22 números do seu periódico *A voz do Mineiro*, liderando algumas das lutas pela melhoria das condições de trabalho.

Desde a I Guerra mundial, que a recessão se instalara em S. Domingos, agravando as condições de vida da população. Como consequência das sucessivas crises de produção e trabalho crescia o excesso de mão-de-obra e o aumento da carestia. Os despedimentos massivos e a fome eram generalizados. Em 1927, retomada a estabilidade laboral, a mina tinha cerca de 2000 casas (quartos),⁶¹ com 3311 habitantes permanentes, dos quais 1175 eram operários.

Em 1929, em resposta aos apelos dos mineiros, que denunciavam os riscos de acidente e de morte que os acompanhavam diariamente nos trabalhos da mina, Ferreira de Castro, redactor do jornal "O Século", visitou S. Domingos, e escreveu um artigo⁶² no qual descreveu a povoação mineira e as condições de vida e de trabalhos dos operários: (...) *Longas edificações térreas, em várias filas, muito baixas, e compartimentadas, não apresentaram uma só janela. Tinham unicamente portas. Portas a seguir a portas. E se não igualavam as cavalariças dos fidalgos de outrora, era apenas por serem bastante mais pobres e muito mais humildes. Cada porta correspondia a um quarto, cada quarto a uma família. (...)*

O quarto servia de cozinha, de sala e de dormitório; (...)

Todas as imposições da vida, as suas intimidades, os seus odores, as suas emergências, se desenrolavam entre estas quatro paredes. (...)

Aliado dos mineiros, o enfermeiro permitiu-me examinar o grosso livro. (...). Estávamos no começo de Outubro e desde o começo de Janeiro tinham sido inscritos, (...), mais de mil e quatrocentos acidentes - (...) em menos de trezentos dias.

Sessenta e três anos depois de Ferreira de Castro ter visitado a mina, um dos últimos mineiros que trabalhou em S. Domingos, de nome Francisco Mendonça,⁶³ recordava assim a sua experiência: *Ganhava-se muito pouco, mal dava para a comida. Cada mineiro recebia de salário médio, em 1939, 6\$80 escudos. Os da extracção, máquinas e explosivos tinham mais dois escudos.* (Nesta altura os turnos eram de oito horas diárias). Francisco Mendonça começou a trabalhar para a companhia logo aos 17 anos, primeiro como aguadeiro, depois foi apontador, a

⁶¹ De admitir que as 2000 casas eram de facto 2000 quartos e que nessa altura havia famílias na posse de mais de um quarto, ainda assim a média é de 1,6 hab./quarto. Os números são citados na descrição da Mina de S. Domingos, por Raul Proença, no *Guia de Portugal* - Vol. II. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1927 (excerto do texto publicado na reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p.166).

⁶² Devido à censura, a reportagem de Ferreira de Castro só seria publicada após a queda da ditadura, no jornal "República", em 30 de Maio de 1974.

⁶³ Depoimento de Francisco Mendonça. In: Grande Reportagem, n.º 68. 1992. Nessa altura vivia ainda num dos antigos quartos de mineiro, com quase 70 anos, 28 dos quais passados dentro da mina.

seguir guincheiro, passando pelas máquinas perfuradoras e pela entivação de poços - *Só não fui safreiro e, nos últimos dois anos, dirigi os homens a quem coube encerrar a mina, sendo reformado com 700 escudos por mês. Apesar de ser mau, nos outros sítios ainda era pior. Nesse tempo em que não davam nada, aqui ainda tínhamos alguma coisa.* Referindo-se à mina, na qual trabalhou desde a década de 40 - *era a segunda da Europa com menos acidentes e dispunha de hospital, com dois médicos, três enfermeiros, parteira e farmácia. Comprávamos a farinha mais barata e a empresa tinha uma cozinha de sopa, onde qualquer família, por 12 tostões, enchia a barriga.* Regalias que minimizavam esforço desumano e a miséria⁶⁴ a que estavam sujeitos os operários mineiros e que faziam voltar os que partiam em busca de melhor sorte e não a encontravam noutra lugar.

O fim das associações revolucionárias e do movimento operário é levado a cabo pelo Estado Novo nas décadas seguintes, com a polícia privada da mina e a polícia política (PIDE) a perseguir os “revolucionários” e os militantes do partido comunista (PCP), cuja influência foi marcante em S. Domingos, desde essa época.



Fig. 3.47 – Retrato de um grupo de operários da Mina de S. Domingos, afirmando a sua opção política com o sinal do punho cerrado. (Fonte: AC).

A partir do final dos anos 50, começa o declínio produtivo da Mina de S. Domingos e o decréscimo da sua população, que procura com a emigração evitar a austeridade da vida e da ditadura. Em 1858, dos mais de 3.000 empregados de outrora, apenas 1.650 estavam ao serviço da M&B, e em 1966, com os despedimentos em massa resultantes do encerramento da mina, restavam apenas 307 trabalhadores vinculados à empresa.

⁶⁴ “Por miséria entendo uma consciência geral de privações não necessárias unida a um profundo sentimento de desilusão e de insatisfação pela situação local actual. De nada serve replicar que as coisas sempre estão melhor que outrora. As pessoas vivem no presente, não no passado. O descontentamento nasce dos contrastes entre aquilo que se sabe ser possível e o que efectivamente existe. Há universal e justificada convicção de que a grande massa de homens e mulheres se encontra pior do que podia estar.” Bevan. In: Benévolo, Leonardo - *As origens da urbanística moderna*. Ed. Presença, 1994, pp.20-48.

Capítulo IV

Caracterização Urbana e Arquitectónica

4.1 Génese e formação do complexo mineiro industrial

O estabelecimento mineiro de S. Domingos, começou por se instalar sobre o jazigo mineral existente na serra com o mesmo nome, logo após o seu descobridor, Nicolau Biava, ter obtido o registo e a autorização na Câmara Municipal de Mértola, no ano de 1854, para a exploração das quatro minas de cobre aí localizadas, que correspondiam aos vestígios dos antigos trabalhos de mineração efectuados pelos Romanos.

A sua primeira configuração, correspondeu ao conjunto das primeiras construções de carácter provisório, constituído pelos pavilhões destinados às oficinas, carpintarias e armazéns, e pelas cabanas e casas destinadas ao alojamento dos mineiros e dos empregados, respectivamente. Este “acampamento” que foi implantado dentro do polígono da área de concessão, em redor e ao longo do jazigo desde a proximidade da antiga ermida de São Domingos até ao cabeço dos Bicados, no extremo Oeste da serra onde passava o caminho que levava ao Pomarão, chegou a ser composto por cerca de onze edificações isoladas, conforme se pode observar na primeira planta do estabelecimento, assinada por Charles Pringle, em Janeiro de 1859.¹

Foi um primeiro assentamento, cujo fim era apenas o de dar apoio aos trabalhos de reconhecimento, sondagem e preparação para a futura exploração do jazigo, levados a cabo pelos cerca de 50 operários aí empregados às ordens da empresa La Sabina, concessionária da mina, e que seria progressivamente absorvido pelos empreendimentos desenvolvidos a partir de então (1858-59), já sob a direcção do Eng.º James Mason, na qualidade de arrendatário da concessão e de responsável técnico pelo plano de lavra a incrementar.

É com a implementação desse primeiro plano de lavra que se funda efectivamente o complexo mineiro industrial de S. Domingos. Os trabalhos de construção iniciam-se em 1859, simultaneamente em dois pólos distantes, correspondendo um ao couto mineiro da serra de S. Domingos, e outro ao porto fluvial do Pomarão, originando por conseguinte as duas povoações do complexo. Para processar o escoamento do minério, é iniciada também a construção da via-férrea de ligação entre ambos os pólos - a mina e o embarcadouro do minério.

¹ Ver em Anexo I: Planta da Mina de S. Domingos, ass. Charles Pringle, 1859. (Mineração Baixo Al... Anexo 3).

Três áreas diferenciadas na função e na forma são, desde então, rapidamente modeladas pela grande força de trabalho que o empresário inglês agrega em torno do seu gigantesco empreendimento industrial: o aldeamento mineiro de S. Domingos, destinado ao alojamento dos trabalhadores e à administração central do estabelecimento; a zona industrial com o caminho-de-ferro, para apoio à exploração do jazigo, aos trabalhos de metalurgia do minério e ao transporte da produção e mercadorias e o Porto do Pomarão, destinado ao embarque e exportação do minério e ao desembarque do combustível (carvão e mais tarde gasóleo) e dos materiais importados para a continua construção e desenvolvimento do complexo.

A razão subjacente à formação do complexo de S. Domingos, deriva por consequência do incremento da actividade de mineração que se instalou nesse local específico e se desenvolveu a um ritmo intenso, que foi próprio desse período da revolução industrial, mas invulgar até ao séc. XIX. Antes o crescimento urbano processava-se, nos aglomerados rurais e mesmo nos centros mercantis, segundo uma evolução lenta, que era basicamente condicionada pelos meios técnicos disponíveis e pela capacidade de atracção sobre as populações.

É no impulso e na transformação da sociedade europeia do séc. XVIII e XIX e na sua emergente tendência urbanística de formação da "cidade industrial" que reside a génese tipológica de S. Domingos. As tendências tradicionais de localização das povoações são alteradas devido aos novos processos e capacidades de produção desenvolvidos pela aplicação da máquina a vapor que levam numa primeira fase à instalação das indústrias junto às minas e às florestas, fontes de matéria-prima e combustível. A limitação inicial decorrente dos meios de transporte, carroça e barco, é rapidamente ultrapassada com o comboio a vapor cuja facilidade de transporte e comunicação, modificam a escala das áreas de influência das relações comerciais e laborais. No contexto rural, onde antes existiam campos cultivados, surgem complexos industriais que por sua vez originam povoações para albergar as grandes massas de "mão-de-obra" necessária, que provém do meio agrícola em busca de uma actividade alternativa. O êxodo rural reflecte-se no crescimento populacional e na expansão dos bairros operários conduzindo a um processo de autonomização da "cidade industrial" que progressivamente é dotada de comércio e de equipamentos sociais e recreativos, tornando-se nas comunidades industriais que originaram muitas das vilas e cidades dos nossos dias.

Ambos os povoados, Mina de S. Domingos e Pomarão, começam da necessidade de instalações e de alojamentos para os empregados que vem trabalhar na mina. Primeiro sob a forma de acampamento ou estaleiro e depois organizando-se como aldeias que se consolidam como povoações autónomas, exclusivamente dependentes da actividade mineira e da sua administração patronal.

O desenvolvimento e a consolidação dos dois núcleos urbanos, será seguidamente abordado com detalhe, enquanto que a área mineira e industrial, será abordada apenas de modo sucinto, atendendo a que a sua extensão e especificidade temática implicaria também o levantamento e a caracterização exaustiva das estruturas existentes, o que requer ser tratado no âmbito de um trabalho complementar no domínio da arqueologia industrial e da musealização do património.

4.1.1 Evolução do núcleo urbano da Mina de S. Domingos

O primeiro assentamento urbano implantou-se precisamente sobre a serra que ocultava o jazigo mineral, desenvolvendo-se em socalcos sobre as suas vertentes no espaço compreendido entre o Serro de Valle de Cambas e o Valle de Chabocaes, onde se situava a antiga ermida de *São Dominguos*.² A área ocupada pelas edificações foi inicialmente circunscrita à demarcação do couto mineiro (ver Fig. 3.18) com maior concentração na sua metade Norte, ou seja sobre a zona de exploração da mina.

O novo povoado cresceu modelando as duas elevações que compunham o topo Poente da serra, pontuando a frente da mina e ladeando o eixo longitudinal da massa mineral onde se situavam a maioria dos poços da exploração. Sobre o serro de Valle de Cambas construíram-se extensos "Quartéis", quartos em banda para alojamento dos operários mineiros, que se localizavam nas encostas orientadas para a área dos trabalhos, em número aproximado a uma centena de compartimentos (ver Fig. 3.20). Na elevação oposta, construíram-se outros tantos alojamentos para operários, ou talvez mais, que de igual forma descendo as vertentes em degrau formavam, conjuntamente com as casas de habitação construídas para os empregados (chefes, administrativos e artistas, ou seja os ingleses e os trabalhadores especializados), o núcleo mais importante do povoado. Bem no topo desta área foi construído o "palácio", escritório e casa de habitação do engenheiro director da mina, dominante sobre um largo (centro de administração e serviços) onde se localizaram outras construções importantes da empresa inglesa, como uma casa para escola e outras casas destinadas a estalagem e a actividades recreativas e culturais e ainda um hospital com farmácia, situado junto à antiga ermida. No cimo do serro de Valle de Cambas, como se de um castelo se tratasse, construiu-se uma imponente igreja católica em 1863, que juntamente e em contraponto com o palácio dominavam a silhueta da aldeia, simbolizando os dois poderes vigentes: o divino e o

² *Meya legoa distante desta aldeya (Corte do Pinto) está hum pego cujas agoas curão os enfermos da sarna. Chamace o tal pego de São Dominguos por estar próximo a huma ermida do dicto Santo que he da freguezia de Santa Anna. Será prencipalmente por virtude do santo, mas a tal agoa tem sabor a enchofa. (enxofre?).* In: Inquérito paroquial de 1758, Cit. em Boiça, Joaquim Ferreira e Barros, M.^a de Fátima Rombouts - "As memórias paroquiais de 1758 do concelho de Mértola", Campo Arqueológico de Mértola, pp. 47-48.

patronal. Nas proximidades da igreja foi também construído um cemitério anglicano em 1860.

A povoação mineira, edificada sobre a serra em apenas cinco anos (1860-65), comportava cerca de 300 fogos e traduzia o grande desenvolvimento inicial do estabelecimento mineiro.³ Explanada sobre as duas vertentes da serra, a aldeia envolvia todo o extremo Poente na enorme massa mineral onde hoje existe a Corta, caracterizando bem o espírito empreendedor capitalista que norteava os industriais ingleses. A organização urbana deste aglomerado não obedeceu a uma planificação estruturada, uma vez que a topografia acentuada e a área da concessão conduziram a uma ocupação irregular e concêntrica, disposta em função da própria mina, por razões de operacionalidade. A densidade da malha urbana era grande, os quartéis (tal como as *cottages* inglesas) formavam filas compactas com as suas ruas de saibro em estreito contacto com a zona dos trabalhos da lavra e apenas existia um largo, onde se localizavam os edifícios administrativos e equipamentos.⁴ As infra-estruturas urbanas eram inexistentes tal como as condições sanitárias nas habitações dos operários.

Este modelo de povoado foi paradigmático das primitivas cidades industriais inglesas do início de oitocentos cuja ambiência nefasta levaria à criação de regras de ordem sanitária e urbanística (Em 1848 foi aprovada a primeira *Public Helth Act*, em Inglaterra) e ao desenvolvimento das primeiras correntes utópicas do urbanismo moderno, como as protagonizadas por Robert Owen, industrial emergente e teórico autodidacta (1771-1858) que propunha, já em 1820, a instalação de aldeamentos auto sustentáveis, para 800 a 1200 pessoas, com equipamentos colectivos, hortas, instalações rurais e industriais, enquadrados por um projecto económico sustentado na ideia de transformação do trabalhador em consumidor e não apenas em instrumento de produção, em que o trabalho agrícola deveria ser uma ocupação base de toda a população. Várias aldeias operárias surgiram, na Inglaterra, Alemanha, Bélgica, França e Itália, em meados do séc. XIX, seguindo a utopia de um modelo

³ Até 1868 construíram-se as seguintes edificações principais: Palácio do engenheiro director; Casa de escritório e casa forte para uso dos empregados das duas secções administrativas; Igreja; Escola; Hospital; Casa de recreio com bilhar e gabinete de leitura, sala de música, etc.; 16 casas de residência para capitães das minas, empregados das secções administrativas, dos artistas estrangeiros, de capatazes e armazenistas; Casas de habitação para artistas portugueses; Quartéis para mineiros e trabalhadores; 2 casas de malta; 6 armazéns; 2 paioes de pólvora; Oficinas de carpinteiros e abegões, de correrias, de ferreiros, de pintores, vidraceiros, etc., etc.; 1 laboratório químico e fotográfico, e sala de desenho; 1 edifício para abrigar o motor a vapor de esgoto e extracção; 1 quartel para destacamento militar; Cavalariças e cocheira; 4 estações de caminho de ferro, na mina, no Telheiro, nos Salgueiros e no Pomarão; 30 casas no Pomarão; e várias outras edificações de menor importância ou em construção. PGU – *Resumo Histórico*, p. 2.1.9, Citado de Costa Sequeira – *Notícia...*, pp. 278-281.

⁴ Os primeiros industriais erigiam as suas moradias junto das fábricas coabitando perto dos seus operários, mas com o enriquecimento da burguesia durante a 2.ª industrialização essa situação foi sendo progressivamente alterada, levando a separação das classes no espaço urbano.

ideal de cidade, cuja organização funcional e planificação geométrica aspiravam a constituir um modelo para erradicar o desemprego e garantir a higiene.

A partir de 1868, devido à introdução de um novo plano de lavra, que incrementa o desmonte a céu aberto do jazigo de S. Domingos, quase toda a povoação até então edificada, foi progressivamente demolida ao ritmo dos trabalhos do novo processo de exploração. Dessa transformação, subsistiram apenas o Hospital, os quartéis da rua da Filarmónica e o cemitério inglês.

Simultaneamente começou a ser construído um novo aldeamento que se desenvolveu, extravasando para Norte e Oeste a área do polígono da concessão de exploração. A topografia desta zona, apesar de ser mais suave, foi ainda assim determinante para a disposição das novas edificações que se concentraram em bairros sobre as pequenas elevações existentes, separadas pelo Valle Romana, onde se situava o Pego da Sarna (ver Fig. 3.18). Sobre o serro da Herdade da Careta foi implantado o bairro dos ingleses, formado pelo novo palácio do engenheiro director da mina e pelas casas dos empregados (onze vivendas para quadros superiores e administrativos), dispostas em duas fileiras separadas que conjuntamente com o palácio delimitavam um grande largo. Sobre o serro do Pego da Sarna foi implantado o grande bairro operário, formado pelos longos quartéis em banda dispostos em socalcos, segundo a morfologia radioconcentrica das curvas de nível da topografia, para alojamento dos mineiros (dezassete fileiras com cerca de 300 quartos para mineiros). Sobre o serro do Valle de Cambas, na outra margem do leito seco do pego da Sarna, foi implantado outro bairro operário, mais pequeno (sete fileiras com cerca de 100 quartos para mineiros), seguindo a mesma morfologia e arquitectura, efectivamente idêntica à do primeiro aldeamento.

O urbanismo deste novo povoado, que deu origem à povoação actual, começou por dar resposta imediata às necessidades práticas e funcionais exigidas pela transformação do território e pela evolução da própria exploração mineira, mas configurou o espaço urbano acentuando a separação profissional e social das comunidades existentes. De um lado a comunidade operária e do outro a comunidade inglesa dirigente (ver Fig. 3.21). Este distanciamento que resultou das opções urbanísticas privilegiadas face às características topográficas e paisagísticas existentes, afigura-se também como reflexo de uma mudança na visão empresarial sobre o empreendimento, influenciada pelos aspectos negativos da experiência urbanística anterior e pelas emergentes tendências positivistas da época.

Uma nova postura paternalista, decorrente também do enriquecimento da classe burguesa, reflecte-se progressivamente no processo de crescimento de S. Domingos. O desenvolvimento da aldeia permite incorporar um conjunto de melhorias na qualidade do espaço urbano e nas suas condições sanitárias. As preocupações com a valorização do ambiente e da funcionalidade no núcleo urbano abrangem todos os sectores mas beneficiam tendencialmente a comunidade dirigente. A localização do bairro inglês num local mais periférico, garante-lhe o resguardado dos impactos desagradáveis dos fumos e ruídos assim como das vistas dos operários e seus alojamentos, beneficiando de um enquadramento verdejante e desafogado proporcionado pelo espaço jardim construído no largo resultante da disposição dos edifícios

A dispersão das edificações, os grandes espaços vazios entre os bairros e a topografia plana do vale eram factores favoráveis para o controle e prevenção dos problemas sanitários e dos conflitos sociais da comunidade operária, a todos os níveis dependente do sistema patronal global vigente no estabelecimento mineiro. No entanto, no aspecto sanitário, as melhorias foram sempre muito reduzidas pois os alojamentos dos operários nunca possuíam retretes ou despejos individuais, o sistema de saneamento era composto de latrinas situadas em cada rua para utilização colectiva e o escoamento das águas residuais domésticas era efectuado para as valas a céu aberto existentes junto às casas. A água potável era disponibilizada em depósitos comunitários também situados nas ruas. Nas casas do bairro inglês, as condições sanitárias eram por contraste muito boas, todas as casas possuíam sanitários próprios e água canalizada abastecida por depósitos individuais.

Para a conformação espacial da aldeia foi igualmente determinante a construção das duas albufeiras para aproveitamento das águas das bacias existentes. Estas grandes massas de água, destinadas ao abastecimento da povoação e aos trabalhos de mineração e metalurgia, delimitaram a área do núcleo urbano a Norte e a Oeste, cujo primeiro fôlego de construção decorre ao longo de pouco mais de uma década, até 1880.

No extremo Nascente do aglomerado, fora dos terrenos ocupados pela empresa, desenvolveu-se um pequeno conjunto de habitações operárias, de feição rural, que se passou a designar de Bairro Alto e que se manteve isolado do núcleo principal da povoação, chegando aos nossos dias parcialmente em ruína tal como o antigo palácio do representante da empresa La Sabina, situado nas imediações deste local com características de arrabalde.

São todas as grandes transformações topográficas, realizadas no território de S. Domingos, em conjunto com a enorme necessidade de trabalhadores para as grandes obras de construção e para os trabalhos de exploração mineira, que marcam o ritmo e a ordem do desenvolvimento da malha urbana da povoação, processada por etapas até tomar a sua forma actual. A malha urbana desenvolve-se e consolida-se preenchendo os espaços entre os sectores residenciais uniformizados. Novos edifícios são construídos isoladamente e de modo disperso para apoio às necessidades de abastecimento, assistência e recreio da população e outros para funções culturais, religiosas e de ordem e segurança. Durante algumas décadas o número de habitações aumenta sucessivamente, densificando os núcleos dos bairros operários e alargando a sua área de implantação, surgem zonas mistas compostas por equipamentos e novas habitações em longas filas, geralmente rectilíneas, que ligam o tecido urbano entre os bairros, tornando-o mais homogéneo (ver Fig. 3.22).

Este processo de metamorfose acelerada, característico da "cidade industrial", prolonga-se para o século seguinte e à medida que as necessidades se vão fazendo sentir cresce mais uma parte do aldeamento, e assim sucessivamente até meados do século XX, altura em que se processa a última expansão urbana de S. Domingos com a construção do bairro Marechal Carmona (hoje com o nome de 1.º de Maio) e dos grandes equipamentos públicos, como as escolas (arquitetura do "plano centenário" do governo de Salazar), o mercado, o quartel da GNR, os correios, a nova igreja e o campo de futebol.

Com a transição do século XIX para o séc. XX, e à medida que a classe operária se torna mais reivindicativa e se sucedem as crises sociais e laborais, vão sendo introduzidas algumas melhorias aos nível das condições mínimas para a manutenção de uma população extremamente carenciada. São arrendadas pequenas hortas em torno das albufeiras e pequenos quintais frente aos alojamentos, e também são construídos fornos de pão comunitários e alguns pequenos anexos uniformizados para que os mineiros e as suas famílias melhorem a sua condição de vida, e possam suprir minimamente uma lacuna do programa arquitectónico e urbanístico que progressivamente se desajustou face às condições de habitabilidade necessárias à vida num aglomerado urbano.

O processo urbanístico de resposta às necessidades básicas da comunidade, é desenvolvido pela empresa segundo um modelo arquitectónico subsidiário do alojamento principal, cuja génese reside no quintal, enquanto recinto murado para criação de animais e cultivo produtos hortícolas, e progride para a forma de casa de fogo ou cozinha, com um pequeno quintal adjacente. Uma solução que não chegou a

ser extensiva a todos os fogos dado que representava mais um encargo para o orçamento familiar dos mineiros, factor que conduziu a um fenómeno de construção de pequenas “casinhas” desregradas, que quebraram o racionalismo organizacional da solução oficial da empresa. A posição mais ou menos tolerante com que a empresa encarou este problema veio criar uma peculiar diversidade nas casinhas e nos quintais que se sucediam contrastando com os longos quartéis em banda, totalmente uniformizados, mas progressivamente contribuiu para uma densificação excessiva dos sectores residenciais operários.

Este fenómeno que se tornou regra foi assimilado pela população após o encerramento da mina e desenvolveu-se com maior incidência nesta última década, devido ao repovoamento sazonal da aldeia e à sobreocupação dos fogos existentes. A proporção que assumiu este tipo de ocupação desregulada do espaço urbano constitui actualmente uma pressão violenta contra a tradicional estrutura urbana e põe em risco a reabilitação equilibrada do edificado mineiro.

4.1.2 Evolução do núcleo urbano do Pomarão

O pequeno aglomerado urbano do Pomarão, foi fundado com o início dos trabalhos de construção da via-férrea (tramway) e do cais fluvial, destinados ao transporte e embarque do minério precedente de S. Domingos, em 1859-60, no local onde até então nada existia.

O rápido incremento da construção destas infra-estruturas, vitais para a viabilidade económica da exploração mineira, levou a direcção do estabelecimento a construir, desde logo, alojamentos para os diversos trabalhadores (artistas e operários) a empregar naquelas obras, armazéns e um palacete para residência da administração inglesa e para a direcção dos trabalhos.

Essas primeiras construções implantaram-se em socacos, na base do serro existente e relativamente elevadas face ao nível do Guadiana, sob a forma de “Quartéis” enfileirados, mais ou menos paralelos à margem do rio e em número aproximado a uma centena de fogos. O palacete da administração foi primeiramente edificado próximo do cais de embarque, no local mais elevado da margem onde hoje se encontram as ruínas das instalações portuárias (oficinas, recinto do depósito de abastecimento de fuel e arrecadações), dominando toda a área do porto, a linha-férrea e o povoado, do qual distava cerca de 50m até às casas mais próximas (ver Fig. 3.31).

Construído em apenas dois ou três anos, a par das grandes obras já referidas, este núcleo inicial foi mais tarde atingido pela cheia fluvial de 1876, que provocou o derrube do palacete e destruiu a zona do cais, salvando-se a povoação apesar de algumas casas terem sido inundadas.

A povoação portuária cresceu, modelando em degraus a encosta da serra, ao ritmo do desenvolvimento do estabelecimento mineiro. Um novo palacete foi construído junto ao extremo Oeste da primeira fileira de casas de habitação e novos quartéis surgiram em sucessivas bandas, constituindo conjuntamente com o imponente cais ferro-fluvial a porta de entrada do estabelecimento mineiro, onde aportavam todos quantos vinham de fora pela via fluvial, que era o acesso mais cómodo e rápido, depois, se necessário, o caminho-de-ferro levava-os à Mina.

O modelo de ocupação foi similar ao de S. Domingos, embora concentrando num só sector todas as funções e serviços necessários à actividade portuária. Para além dos alojamentos operários e das instalações da administração inglesa, fixou-se algum comércio particular e um posto da Guarda-fiscal, nos edifícios mais próximos da frente ribeirinha (ver Fig. 3.31 e 4.1) e mais tarde, já nos primeiros anos de novecentos, também um estabelecimento escolar e uma sociedade recreativa.

Sem seguir uma planificação previamente estruturada, foi entre a topografia acentuada e o eventual alcance das cheias que se implantaram as construções segundo uma disposição em banda, acompanhando a frente ribeirinha e suficientemente próximo da área portuária, para que se estabelecesse uma boa funcionalidade. A densidade da malha urbana, foi aumentando com o crescimento da povoação ao longo dos anos, os quartéis formando filas compactas, alternaram com as ruas niveladas sobre a encosta, cuja ligação se estabelecia em escada. Não existia nenhum largo ou jardim, toda a actividade se concentrava na área portuária e ribeirinha, onde se localizavam os serviços e o comércio. As infra-estruturas urbanas eram igualmente inexistentes tal como as condições sanitárias nas habitações dos operários.

Afastado pouco mais de cem metros para Oeste do aglomerado implantou-se sobre terreno de particulares, um pequeno conjunto de habitações rurais que, tal como na Mina de S. Domingos, se passou a designar de Bairro Alto. Por estar fora dos terrenos ocupados pela empresa permaneceu isolado do núcleo mineiro, encontrando-se actualmente quase desabitado e em ruína.

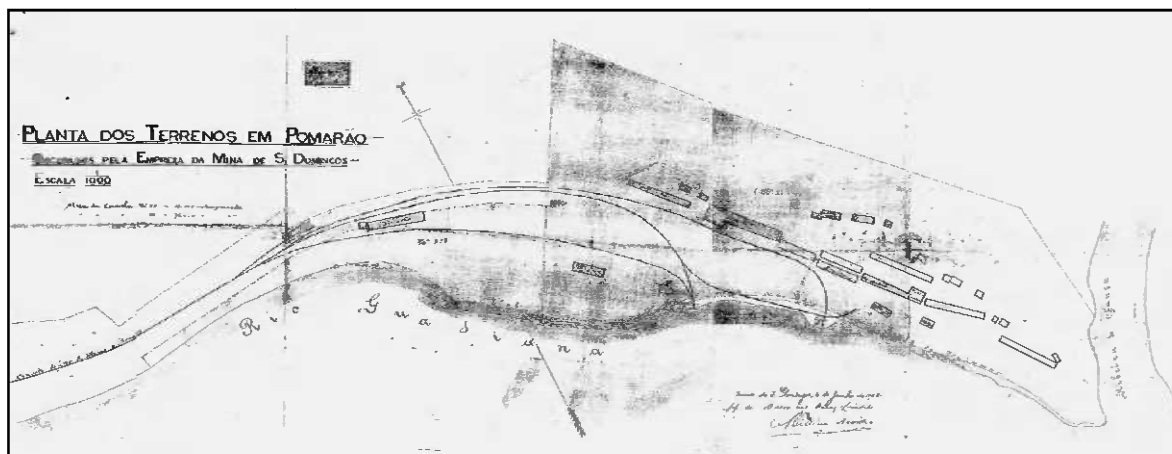


Fig. 4.1- Planta do Pomarão com o traçado da linha-férrea até ao cais e com o edificado existente no início do séc. XIX, assinada por William Neville em 4 de Junho de 1908.
Fonte: Arquivo da CMM.

Com o decorrer do tempo o número de habitações aumenta, densificando o núcleo urbano e alargando a sua área de implantação. A morfologia urbana e a arquitectura das habitações, em longas filas rectilíneas, assimilam algumas edificações dispersas tais como pequenos anexos e logradouros frente aos quartéis, tornando o tecido urbano mais denso e a arquitectura menos uniformizada. Tal como em S. Domingos, para a melhoria das condições de vida e subsistência dos operários e as suas famílias, além dos complementos dos alojamentos atrás referidos, são construídos fornos de pão comunitários e é permitido o cultivo de algumas hortas localizadas na povoação e na margem do rio.

No entanto são poucas as melhorias na qualidade do espaço urbano e nas condições sanitárias, resumindo-se estas à existência de algumas latrinas colectivas para os trabalhadores, cujos despejos eram vazados ao rio, e por valas a céu aberto para o escoamento das águas pluviais. O abastecimento de água era assegurado por nascentes naturais localizadas nas imediações, a partir das quais os habitantes e os aguadeiros transportavam a água em cântaros.

Apesar da sua qualidade de interposto comercial, o distanciamento à sede da empresa e a ausência de equipamentos e de serviços de saúde a par a sua especificidade funcional, tornou o Pomarão numa povoação satélite, complementar e dependente da Mina de S. Domingos.

Após o encerramento da Mina e com o mais recente repovoamento sazonal da aldeia e sua conseqüente sobreocupação, registam-se alguns fenómenos de ocupação desregulada do espaço urbano e de alteração da estrutura edificada, tal como se observam em S. Domingos, embora com muito menor incidência devido ao obstáculo que constitui a topografia e a falta de espaços livres. A construção de novas

edificações e a descaracterização das existentes constitui, ainda assim, uma desvalorização do património arquitectónico mineiro e do seu potencial turístico.

4.1.3 Evolução da área mineira e industrial

Com o seu núcleo principal a implantar-se, cerca de 1861-63, sobre o vale do Pego da Sarna, nas imediações dos primeiros túneis de acesso à mina, esta área estendeu-se até ao Pomarão com a construção da via-férrea de transporte do minério, infra-estrutura que viabilizou o desenvolvimento de pequenos complexos produtivos e pequenos aglomerados habitacionais ao longo do seu curso.

Dentro da área de concessão inicial, junto ao jazigo onde chegaram as linhas-férreas para carregamento do mineral, foi necessário criar um conjunto de edificações para albergar os vários serviços de apoio à lavra subterrânea e ao material circulante. Desde logo, com a introdução do motor fixo a vapor (1861) para içar os vagonetes do interior da mina e seguidamente (1863-67) com a introdução das locomotivas do caminho-de-ferro, construíram-se edifícios para: as máquinas de esgoto, tracção e compressão de ar (depois central eléctrica); o cais de descarga e separação do minério; as oficinas gerais e de fundição, o armazém de ferro, a serração a vapor, a carpintaria, as cavalariças e as ferrarias (ver Fig. 3.21). Uma autêntica fábrica foi assim instalada em S. Domingos, onde o ininterrupto movimento de comboios de mercadorias e os barulhos e fumos da intensa laboração faziam desta povoação uma característica “cidade industrial”.

A construção do caminho-de-ferro gerou, por si mesmo, um conjunto de estruturas edificadas para viabilizar a circulação, tais como as pontes e os túneis ao longo da via e as estações do Telheiro e dos Salgueiros, destinadas ao abastecimento e manutenção das locomotivas (primeiramente com o *tramway* foram estações de mulas), e a operações de embarque e desembarque de trabalhadores e mercadorias. Próximo do cais do Pomarão construíram-se também um armazém para locomotivas, um barracão e uma oficina.

Com o crescimento económico e o desenvolvimento da estrutura produtiva, resultantes do incremento do segundo plano de lavra, a partir de 1868, foram construídas as unidades metalúrgicas da Moitinha (central de britagem) e da Achada do Gamo (laboratório e tanques de cementação e enxugamento e posteriormente fábrica de enxofre, em 1935) destinadas ao aproveitamento do cobre e a fabricação de enxofre. Estas unidades industriais situadas junto da via-férrea a cerca de 1,5Km e 2,5Km da Mina, respectivamente, deram origem a dois pequenos aglomerados

satélite, com alojamentos (quartéis) para mineiros e operários, empregados nas unidades referidas, onde também existiam um armazém de viveres e um posto de polícia (ver Fig. 3.39).

A evolução do sistema produtivo levou igualmente à construção de um grande sistema hídrico (1873-80), constituído por açudes e ribeiras para fornecimento de água aos processos de lixiviação das pirites e por diques e represas de decantação e evaporação das águas resultantes. Sistema que se desenvolveu sobre o curso do antigo Pego da Sarna, numa extensão de cerca de 7Km, até alcançar a ribeira do Chança, onde através do açude do chumbeiro (açude n.º 7) se realizavam as descargas das águas (ver Fig. 3.39).

Actualmente toda esta área do antigo complexo, agora designada por área mineira abandonada, encontra-se desfuncionalizada e em ruínas. Os seus edifícios industriais e as estruturas de apoio à mineração, tais como: malacates; poços; galerias; paióis; etc., formam com o trilho da via-férrea e o antigo porto fluvial, um vasto território de arqueologia industrial, onde a zona de extracção do minério e o extenso complexo hídrico são os vestígios mais representativos dos sistemas de lavra e produção e dos respectivos impactos ambientais gerados pelo abandono daquela indústria extractiva mineira.

4.2 Morfologia e estrutura do espaço urbano existente

A caracterização morfológica e estrutural dos espaços urbanos gerados pela exploração mineira da serra de S. Domingos incide sobre os seus dois povoados principais, Mina de S. Domingos e Pomarão, segundo uma abordagem urbanística e arquitectónica complementarmente ilustrada pela cartografia temática apresentada (ver Apêndice 2).

Tratada em separado, a caracterização de cada um dos núcleos urbanos visa focar os aspectos constituintes fundamentais, destinados ao seu conhecimento e interpretação, enquanto organismos funcionais com valor histórico e patrimonial específico, e à constituição de uma base de informação necessária à elaboração de propostas para a salvaguarda e valorização do património e sua dinamização cultural, integradas neste trabalho e a desenvolver em futuros instrumentos de planeamento e ordenamento.

As condições verificadas na actualidade são igualmente aspectos importantes abordados por esta análise, tendo em consideração a obtenção de elementos de diagnóstico destinados a sustentar as acções preconizadas nas propostas de intervenção.

A actual morfologia destes locais resultou das grandes transformações físicas operadas pelo desenvolvimento estrutural da indústria mineira e pelo seu crescimento económico e populacional. Sem um traçado global predefinido, a empresa mineira inglesa construiu os núcleos urbanos segundo uma concepção prática e funcional do espaço e da comunidade, ao nível profissional e social.

Mais recentemente, uma nova transformação desencadeou-se sobre o tecido existente, desta feita conduzida individualmente pelas necessidades e pelos critérios dos seus habitantes, residentes ou não residentes, que espontaneamente operam a individualização do espaço exterior e a consequente descaracterização do urbanismo e da arquitectura mineira.

4.2.1 Núcleo histórico urbano da Mina de S. Domingos

A área que se delimita como núcleo histórico urbano compreende todo o conjunto das edificações destinadas à habitação e ao apoio à vida da comunidade mineira, construídas durante a exploração da mina, pela empresa Mason & Barry, desde o assentamento do povoado até às últimas fases da sua expansão (ver EG.03, Apêndice 2). A sua coerência, que advém da filosofia patronal subjacente à sua construção, reflecte-se na uniformização e na hierarquização das tipologias arquitectónicas e dos espaços livres assim como na qualidade e concentração dos equipamentos administrativos, sociais e recreativos existentes. Também a tecnologia e os materiais construtivos utilizados nas edificações, quase exclusivamente em taipa e adobe, e a integração de modelos de arquitectura popular rural da região e de arquitectura clássica vitoriana constituem factores de identidade específica do conjunto.

O núcleo histórico insere-se dentro da área de Espaço Urbano, definida em PDM (ver EG.00, Apêndice 2), e abrange parte da área do Perímetro Urbano, definida em PGU (ver EG.01, Apêndice 2), excluindo os Espaços Urbanizáveis (PDM) e a área mineira e industrial ou Área Museológica (PGU). Também o Bairro Alto foi excluído da delimitação do núcleo histórico por se tratar de uma área de génese particular e dissonante face ao empreendimento mineiro, que como tal deverá ser abordada sob uma óptica de intervenção no âmbito da renovação urbana.

4.2.1.1. Estrutura e malha urbana

A malha urbana do núcleo histórico da Mina de S. Domingos tomou a sua forma actual a partir do modo como se organizou e implantou a estrutura edificada, inicialmente repartida por dois sectores principais correspondentes

ao bairro directivo e administrativo e ao bairro operário a que se seguiram um terceiro sector correspondente a alguns quartéis e moradias qualificadas. Sem se relacionar com qualquer sistema viário ou parcelamento do terreno, a estrutura urbana evoluiu segundo uma morfologia irregular, emanada sobretudo a partir do bairro operário com a multiplicação dos seus conjuntos habitacionais modulares (quartos), designados por quartéis (ver EG.02 e EG.03, Apêndice 2).

Essa designação que também remete para a arquitectura militar é efectivamente representativa da morfologia urbana e do ordenamento da povoação uma vez que se pode estabelecer uma associação com os acampamentos ou as cidades militares, onde os aquartelamentos se organizam enfileirados em contraste com a área de comando, em regra organizada em torno de um largo. Uma outra relação de semelhança morfológica pode ser parcialmente estabelecida com as antigas cidades construídas por necessidades de defesa, geralmente acompanhando uma topografia acentuada, em que o crescimento se processava sem um plano urbano prévio mas antes de acordo com princípios de operacionalidade defensiva e em torno de uma praça central onde se localizavam os edifícios religiosos e administrativos e da qual partiam as ruas principais. Embora em S. Domingos o centro urbano se tenha consolidado, já depois da construção da rede viária estatal que atravessa a povoação, não tendo por isso constituído um elemento estruturante na definição inicial do tecido urbano, a disposição dos quartéis também se desenvolveu acompanhando a topografia e de acordo com uma operacionalidade funcional relativa à mina.

Reflectindo as classes sociais a que se destinaram, os bairros foram geograficamente implantados face à envolvente. Na proximidade da área mineira e industrial (avistando os trabalhos) situaram-se as residências directivas e administrativas, mais a Norte sobre as encostas do vale do Pego da Sarna, onde se formou a Tapada Pequena, situaram-se os quartéis operários de onde o acesso à mina não interferia com o bairro directivo inglês. A segregação social subjacente ao bairro operário é marcada pelo distanciamento e pela oposição geográfica, de forma a manter os locais de vivência e os trajectos dos operários isolados da comunidade patronal e dos que com eles privavam. A Igreja implantou-se nos limites do bairro operário, no largo onde outros equipamentos se vieram a instalar consolidando o centro do povoado conjuntamente com a expansão do terceiro sector habitacional.

Os três sectores referidos foram posteriormente separados pela estrutura viária principal que atravessa a povoação em forma de "Y". O sector NW é composto por uma estrutura urbana mista de edifícios de escalas e tipologias variadas destinadas a alguns equipamentos sociais e a alguns quartéis e moradias em banda, correspondentes ao último período de expansão urbanística. O sector NE, o bairro operário mais antigo e característico, é composto por uma estrutura urbana homogénea e densa que se alonga a Leste de modo mais disperso, sendo praticamente exclusiva na sua tipologia habitacional de quartéis em banda. O sector SW é o antigo bairro inglês, com as suas habitações qualificadas e o palácio da direcção. Esta zona, de ocupação dispersa, estabelece uma ligação privilegiada com a área mineira e industrial sendo que esta última se desenvolve numa plataforma topograficamente mais baixa criando naturalmente uma quebra na continuidade visual da percepção de todo o seu conjunto.

Tipo de formação da estrutura urbana - O tipo de formação urbana poderá classificar-se como misto, justapondo três sectores da estrutura urbana que correspondem a diferentes zonas de crescimento: um sector com uma de formação ordenada em torno de um largo (bairro directivo); um sector com uma formação dispersa (bairro operário) e um sector misto (habitação e equipamentos) composto de variantes de formação ordenada e linear em função de elementos polarizadores arquitectónicos e suas ruas de acesso (igreja - rua da igreja e teatro - rua do teatro).

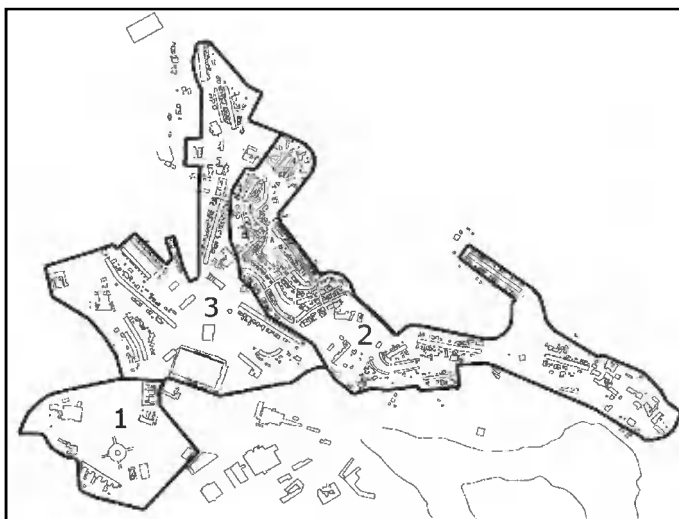


Fig. 4.2 – Planta com sectores de formação da estrutura urbana da Mina de S. Domingos: 1 – Sector SW (antigo bairro directivo inglês); 2 - Sector NE (antigo bairro operário) e 3 – Sector NW (sector misto de habitação e equipamentos).

Tipologia dos quarteirões e tecido urbano parcelar - Neste traçado urbano que alterna uma ocupação dispersa com uma ocupação concentrada

encontramos dois tipos de quarteirão: o quarteirão totalmente edificado que, em regra, corresponde a um só edifício multicelular (quartéis ou bandas) e que predomina em repetições sucessivas e concentradas no sector do antigo bairro operário e o quarteirão parcialmente edificado que, em regra, corresponde a um ou mais edifícios com os seus logradouros e que predomina no antigo bairro directivo e no sector misto onde se situam os equipamentos. No quarteirão totalmente edificado em que o edifício comporta vários fogos, o tecido parcelar acusa a forma de lote estreito e largo quando considerado o estatuto de propriedade primitivo e assume as formas de lote quadrangular, rectangular ou em "L" quando considerada a individualização do fogo. No quarteirão parcialmente edificado predomina o lote quadrangular.

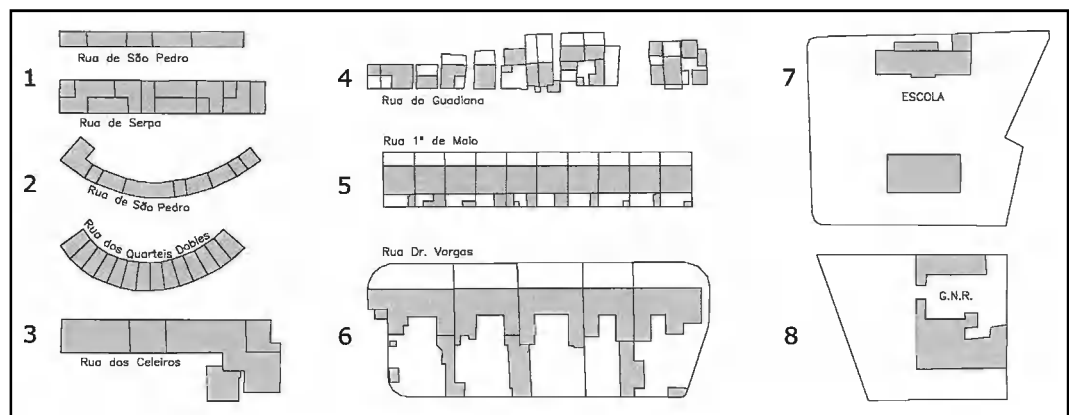


Fig. 4.3 - Tipologias dos quarteirões da Mina de S. Domingos: 1 a 3 – Quarteirões totalmente edificados correspondentes aos quartéis operários e a edificações sem logradouro; 4 a 6 – Quarteirões parcialmente edificados correspondentes a anexos e moradias qualificadas com logradouro e 7 e 8 – Quarteirões parcialmente edificados correspondentes a equipamentos com logradouro.

Traçado da malha urbana - Característica pela sua planimetria, a povoação tem um traçado de invulgar morfologia com as suas longas "ilhas" (bandas ladeadas por ruas-pátio com quintais e anexos), cuja formação alterna e contrasta com a grandeza de escala dos espaços livres e com os edifícios isolados. A ordem que lhe está subjacente advém sobretudo da estruturação do espaço construído, pela concentração dos edifícios longilíneos do bairro operário, pelo intercalado dos largos de confluência dos caminhos e pelo antagonismo urbanístico do bairro directivo inglês com as suas vilas e palacetes generosamente implantadas em torno de um grande espaço livre. O predomínio deste traçado irregular do núcleo urbano, deriva das diferentes direcções introduzidas pela disposição das longas habitações em banda, cujo desenvolvimento ocorre segundo uma formação linear recta ou curvilínea que dá origem aos arruamentos secundários, e pela justaposição alternada dos largos e dos grandes quarteirões com equipamentos ou edificações de diferente tipologia que introduzem uma descontinuidade na densidade e na

homogeneidade da malha urbana. O traçado viário principal, que atravessa a povoação, foi apenas determinante para a implantação de alguns dos equipamentos, caso das escolas e do cine-teatro, dado que à sua inserção foi posterior à formação da maior parte do tecido urbano. (ver EG.02 e EG.03, Apêndice 2).

Morfologia dos espaços livres - Os espaços livres existentes têm como factor comum uma indefinição perimetral ou limítrofe decorrente da sua característica de espaço aberto e da ausência de bermas, pavimentação ou traçado de contorno. Todos eles resultam da disposição dos espaços construídos, podendo corresponder a uma formação intencional (largo do bairro directivo, posteriormente jardim do coreto) ou a uma formação espontânea gerada pela influência de um edifício ou elemento polarizador (largo da igreja e da cooperativa, largo do quartel, largo do centro republicano, largos do mercado velho e do mercado novo, etc.) ou a uma formação residual como é o caso dos muitos espaços indefinidos existentes sem função e sem toponímia. A sua configuração é em geral poligonal, irregular e de geometrização compósita.

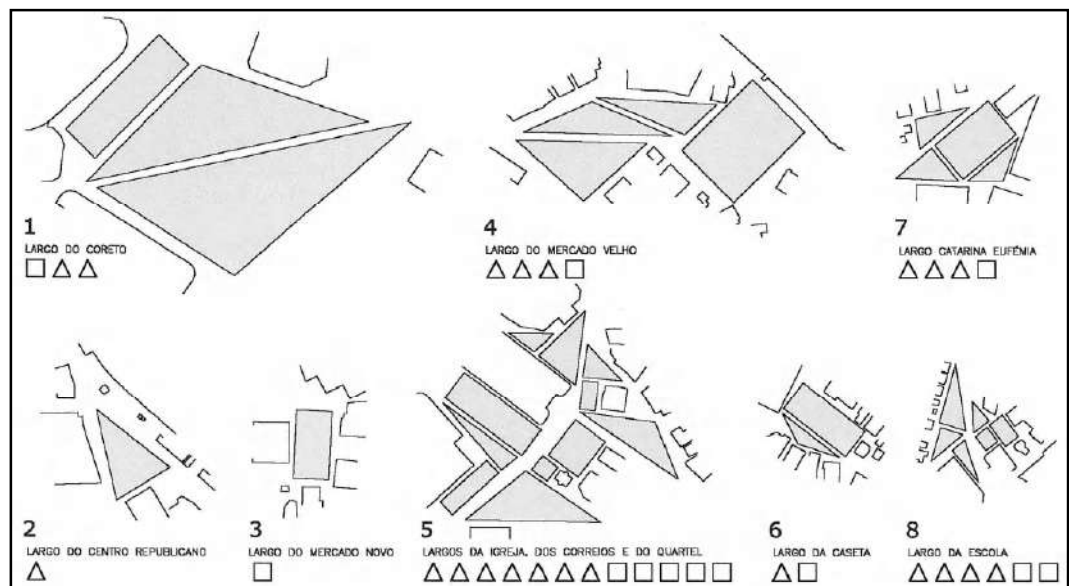


Fig. 4.4 - Tipologias dos espaços livres da Mina de S. Domingos: 1 - Largo de formação planimétrica intencional; 2 a 5 - Largos de formação espontânea, em função de edifícios polarizadores e 6 a 8 - Largos de formação residual.

Morfologia dos espaços "rua-pátio" - Correspondentes à estrutura viária de acesso residencial, resultam também da disposição dos espaços construídos (quartéis e quintais) de acordo com uma formação linear ou curvilínea intencional. Têm a dupla funcionalidade de rua e de pátio exterior semi-público, devido ao modo de habitar da região que é extensivo ao espaço

exterior, ao quintal e à casa do fogo (anexo) aqui acentuado devido às dimensões exíguas das casas operárias.

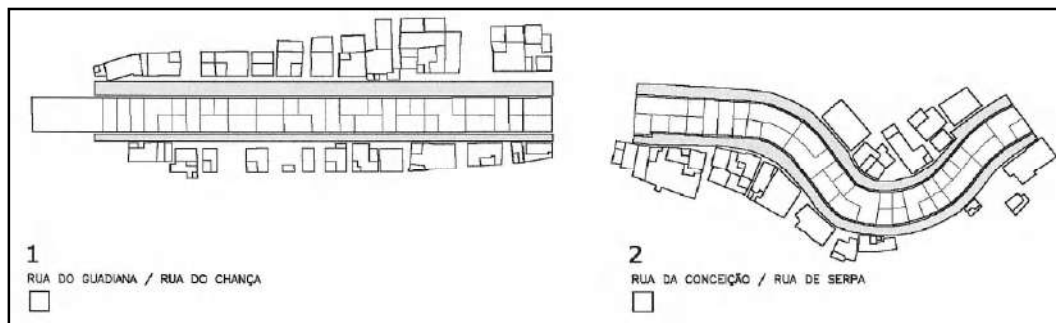


Fig. 4.5 – Tipologias dos espaços “Rua-Pátio” da Mina de S. Domingos: 1 – Rua de formação linear e 2 – Rua de formação curvilínea.

4.2.1.2. Estrutura viária

As acessibilidades à Mina de S. Domingos pela via terrestre são efectuadas através da Estrada Nacional N.º 265 que atravessa a povoação estabelecendo a ligação entre as vilas de Mértola e de Serpa e pelas suas derivações de ligação com a aldeia de Corte do Pinto e com o aglomerado dos Montes Altos. A plataforma do antigo caminho-de-ferro para o Pomarão é uma outra acessibilidade, utilizada ocasionalmente pelos visitantes da área mineira abandonada, apesar de ser uma via em terra de piso muito irregular e condicionada por algumas obstruções.

No seu troço urbano, a EN 265 e a sua derivação de ligação aos Montes Altos constituem a estrutura viária principal, com a qual todas as ruas secundárias colectoras se ligam. São os dois eixos fundamentais da povoação ao longo das quais se localizam os equipamentos, comércio e serviços principais. São também as únicas vias em piso betuminoso existentes na povoação. Todo o sistema de circulação rodoviário e pedonal é muito precário e indefinido por ser constituído quase exclusivamente por ruas de terra batida (ver EG.04, Apêndice 2). A falta de ordenamento do tráfego e de sinalização rodoviária e a indefinição de alguns percursos e áreas de estacionamento, são os factores que determinam a ausência de um “sistema viário” e que proporcionam uma certa anarquia que têm levado à proliferação de atalhos, becos e espaços residuais indefinidos.

Hierarquia e funções - Hierarquicamente, as vias de menor dimensão e tráfego são as “ruas-pátio” que desempenham funções de acesso residencial e de logradouro semi-público, por isso de utilização fundamentalmente pedonal.

Algumas possuem pavimentação parcial em cimento realizada pelos residentes. As vias secundárias são as colectoras e distribuidoras do tráfego, que desempenham funções de ligação entre as vias principais e os sectores residenciais, duas delas são pavimentadas em calçada de calcário (rua da Liberdade e rua da Indústria), todas as restantes não possuem qualquer pavimento. As vias principais são os eixos fundamentais já descritos que desempenham funções de entrada, saída e atravessamento da povoação, agregando a maioria da actividade terciária existente.



Fig. 4.6 – Estrutura viária principal: EN 265 e sua derivação para os Montes Altos (Rua da Igreja), à direita.

Pontos nodais - São dois, os nós viários existentes sobre os eixos fundamentais que assumem maior importância por articularem o tráfego segundo as direcções de saída da povoação e de acesso aos sectores da estrutura urbana. O mais importante é a derivação do troço urbano da EN 265 para o troço da estrada de acesso aos Montes Altos através da rua da Igreja e em torno do qual se concentrou a maior actividade comercial e os equipamentos públicos. O segundo é a derivação do troço urbano da EN 265 para o troço da estrada de acesso à Corte do Pinto, nas proximidades do qual se concentrou uma outra parte dos serviços e do comércio local. Os outros pontos de inserção na via principal que mais se evidenciam pela sua importância hierárquica na recolha e distribuição do tráfego de e para os diversos serviços e locais de interesse turístico existentes são: a rua da Liberdade e a rua Longa, que acedem ao largo do Centro Republicano e à Praia Fluvial; a rua Dr. Rocha, que acede ao jardim do Coreto (largo do bairro directivo inglês) e conjuntamente com as anteriores conflui no largo Catarina Eufémia, onde se situa o Campo de Futebol e o Cine-Teatro e a rua do Mercado Novo de acesso a este equipamento. O largo do Mercado Velho, frente à albufeira da Tapada Pequena funciona como espaço nodal de confluência de várias ruas secundárias colectoras e distribuidoras sobre o segundo eixo fundamental que é o troço da estrada de acesso aos Montes Altos.

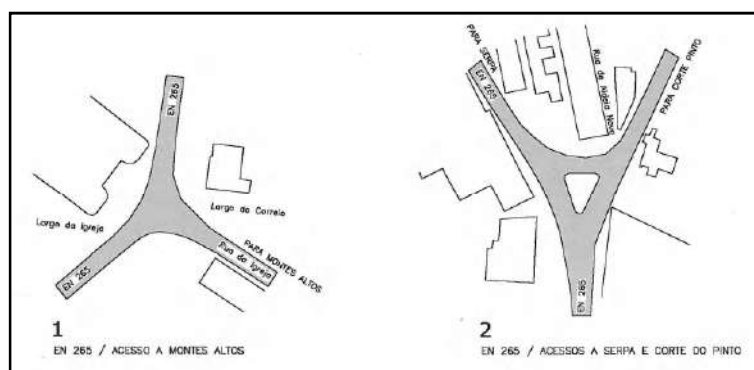


Fig. 4.7 – Tipologias dos Pontos Nodais dos eixos viários fundamentais da Mina de S. Domingos: 1 – Inserção da Rua da Igreja na EN 265 e 2 – Inserção da EM para Corte do Pinto na EN 265.

4.2.1.3. Tipologias arquitectónicas

As tipologias arquitectónicas existentes no núcleo urbano mineiro, constituem actualmente, o elemento mais exemplificativo do antigo sistema patronal e sócio profissional que esteve subjacente ao ordenamento e desenvolvimento do espaço construído da povoação da Mina de S. Domingos e ao modo de vida da sua comunidade mineira. Através do levantamento efectuado (ver EG.05, Apêndice 2) podemos identificar a existência de três grupos tipológicos de edificações, em função dos seus referenciais estéticos, funcionais e temporais. Dentro de cada grupo encontramos variantes tipológicas que decorrem sobretudo de relações de hierarquia funcional ou sócio profissional, face ao modelo de referência, ou de grandes diferenças temporais e sociais no período da sua construção. A caracterização dos modelos de referência e suas variantes relativamente a cada grupo tipológico, desenvolve-se seguidamente permitindo complementar a anterior descrição da evolução do núcleo urbano.

Arquitectura de Tradição Clássica - conjunto formado pelo edificado mineiro de desenho clássico erudito e influência estética vitoriana, construído na 2.ª metade do séc. XIX (maioritariamente correspondente ao período de fundação do actual povoado, entre 1868 e 1880) e pelo edificado estatal e religioso de desenho clássico erudito e influência estética nacionalista, construído na 1.ª metade do séc. XX (maioritariamente correspondente ao período do Estado Novo, décadas de 30 e 40, no qual a povoação se modernizou em serviços e equipamentos sociais). O modelo de referência para as primeiras edificações de risco clássico foi o palácio sede da empresa inglesa Mason & Barry, Lda., destinado à residência do engenheiro director James Mason e aos gabinetes técnicos e administrativos principais. Trata-se de uma edificação que pela sua função, dimensão, e simbologia representava o poder patronal capitalista e o ideal burguês no seio da comunidade dirigente

e que influenciou esteticamente os restantes edifícios que constituem o bairro inglês, designadamente o palacete do superintendente geral e as moradias dos quadros administrativos e directivos, e ainda outros edifícios relacionados com a acção patronal e a ordem pública, com destaque para o antigo quartel da GNR. Os traços gerais e os pormenores notáveis mais comuns que permitem estabelecer uma correlação de uniformidade e dependência face ao modelo de referência são as platibandas, com os seus frisos contínuos, que ocultam os telhados e conferem aos edifícios uma proeminência de horizontalidade, e as molduras dos vãos e os pilaretes dos portões de entrada só reservados aos estatutos de destaque social na comunidade.

Os modelos de referência para as edificações Estatais foram os modelos próprios difundidos, na década de 40 e 50, através da política de intervenção do Estado Novo na arquitectura e no Urbanismo. Consoante a especificidade funcional da obra pública, estavam predefinidas as tipologias a aplicar. A Igreja foi concebida segundo um modelo de estilização neo-gótico, a Estação dos Correios segundo um modelo nacionalista de feição regional, tal como as escolas primárias, que inclusivamente, melhor representam esse “estilo tradicional português”.

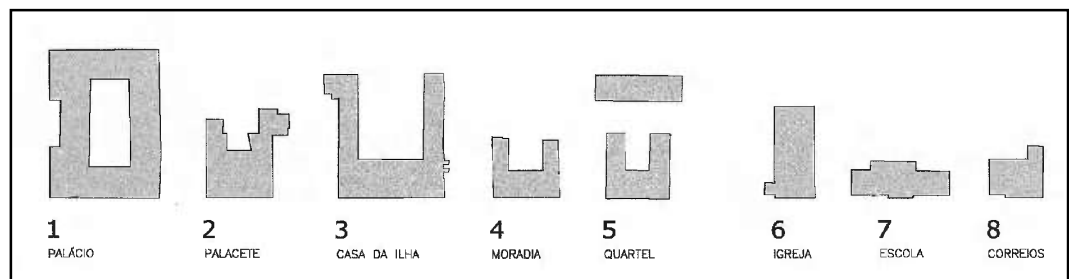


Fig. 4.8 – Tipologias planimétricas da arquitectura de tradição clássica da Mina de S. Domingos: 1 a 5 - Edifício mineiro de desenho clássico erudito e influência estética vitoriana (residências directivas e qualificadas e quartel da guarda) e 6 a 7 - Edifício estatal e religioso de desenho clássico erudito e influência estética nacionalista (equipamentos).

Arquitectura de Tradição Popular - conjunto formado pelo edificado mineiro de feição popular tradicional e influência estética rural, tipificado ou standarizado, construído na 2.^a metade do séc. XIX (maioritariamente correspondente ao período de fundação do actual povoado, entre 1868 e 1880) e pelo edificado de feição popular tradicional e influência estética rural, subsidiário e não tipificado, construído até meados do séc. XX (maioritariamente correspondente ao período de expansão e consolidação da povoação, entre 1880 e 1930), ou dissonante de génese ilegal, construído durante a 2.^a metade do séc. XX (maioritariamente correspondente ao período de repovoamento após o encerramento da Mina).

O modelo de referência para as primeiras edificações mineiras de feição popular standardizadas, destinadas ao alojamento dos operários, resulta da fusão do conceito de casas em fila ou em banda, característico da habitação industrial e das colónias do séc. XIX, em cuja arquitectura prevaleciam os aspectos funcionais e construtivos em detrimento dos aspectos estéticos, e da matriz de formação da casa monocelular, que deriva em complexa por agregação de novas células construídas consoante a necessidade de espaço e a capacidade económica familiar, segundo uma correnteza simples ou dupla de compartimentos, como era comum na casa tradicional de monte nesta região alentejana, em que a célula base era a "casa de fora" onde se cozinhava, comia, trabalhava, descansava e se recebiam as visitas. Tal como se construíram no primeiro assentamento urbano sobre a Serra de S. Domingos e na actual povoação, os quartéis foram isso mesmo, uma sucessão de quartos (compartimentos de 16m²), funcionalmente equiparados à tradicional "casa de fora", que se desenvolveram primeiro numa só correnteza e depois noutra duplicada em simetria, cada quarto apenas com uma porta e uma chaminé marcando o ritmo regular e uniforme da arquitectura tipificada dos bairros operários. Este edificado em banda, resultante da simbiose entre a arquitectura vernacular, da casa rural alentejana e a arquitectura standardizada, da habitação operária industrial, revela-se na Mina de S. Domingos com um protagonismo urbano e uma poética invulgar, mercê da simplicidade e da pureza dos seus elementos principais: o telhado de telha mourisca com as chaminés lisas e o beirado bem marcado e a massa rectilínea ou ondulante das paredes maciças de taipa caiadas de branco e com sucessivas portas de madeira com postigo, únicas aberturas ritmadas e equidistantes.

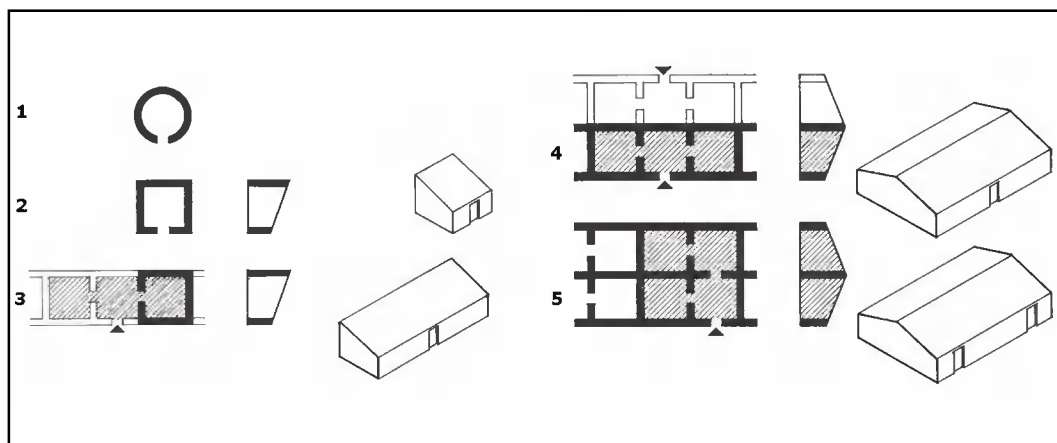


Fig. 4.9 – Processo tipológico de formação da casa rural no território de Mértola: 1 – Tipo arcaico circular; 2 – Tipo monocelular, isolada; 3 – Tipo multicelular, por agregação de células segundo uma correnteza; 4 - Tipo multicelular, por agregação de células segundo duas correntezas

independentes e 5 - Tipo multicelular, por agregação de células segundo duas correntezas comunicantes.

(Fonte: Arqueologia Medieval n.º 6, p. 269)

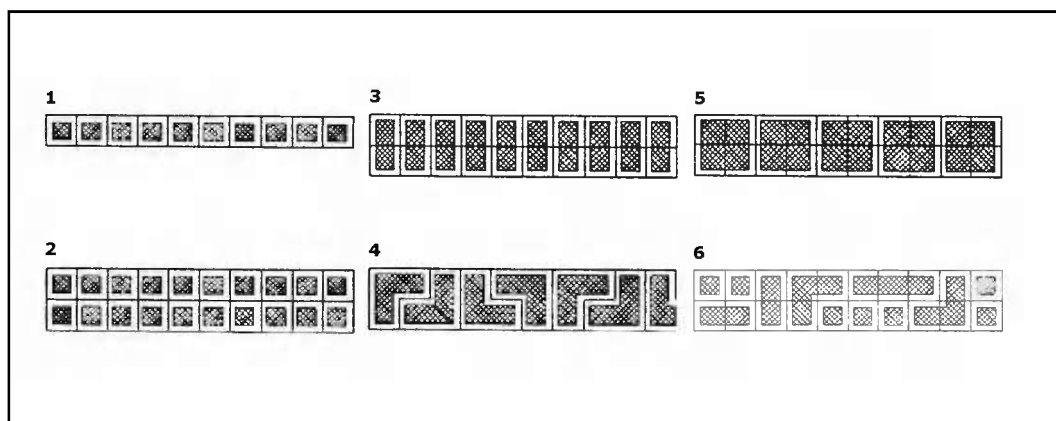


Fig. 4.10 – Processo tipológico de formação da habitação operária da Mina de S. Domingos: 1 – Tipo monocelular em fila ou banda única; 2 – Tipo monocelular em fila ou banda dupla; 3 - Tipo bicelular, por agregação de duas células em profundidade; 4 - Tipo multicelular, por agregação de 3 células em "L"; 5- Tipo multicelular, por agregação de 4 células em quadrado e 6 - Tipo multicelular, por agregação e ocupação aleatória de células. (Fonte: PGU, pp. 3.4.4-3.5.1)

Os modelos de referência para as edificações mineiras de feição popular foram, no caso das construções subsidiárias ou anexas à habitação operária, a própria célula matriz do edificado em banda, reproduzida com menor dimensão e com logradouro agregado, no caso dos anexos standarizados existentes, ou a simples casinha de fazer fogo ou de arrumos, de reduzidas dimensões e um só compartimento com cobertura de uma ou duas vertentes, tradicionalmente construída para apoio da casa principal ou do cultivo da horta. Também os fornos colectivos de cozer pão, com a sua tipologia standarizada, resultam da fusão entre o modelo tradicional de forno isolado com poial adjacente, frequente nos montes da região, com o modelo de casinha de fazer fogo ou alpendre que permitia trabalhar abrigado e guardar os utensílios do trabalho. No caso do edificado de feição popular tradicional, não tipificado, maioritariamente destinado a actividades comerciais, serviços ou outras funções, o modelo de referência é sempre a tradicional casa alentejana característica nos montes da região, cujas variantes formais mais frequentes decorrem da importância social do proprietário ou da sua função, e traduzem-se essencialmente na maior dimensão da construção e no maior número de compartimentos, na existência de janelas e de molduras demarcando os vãos e na dimensão e destaque decorativo das chaminés e dos beirados. Quanto ao edificado dissonante de génese ilegal, os modelos são variados e de difícil individualização, embora a maior recorrência se identifique com o renovado conceito de moradia de "estilo tradicional português", degenerado por influências de gosto popular suburbano.

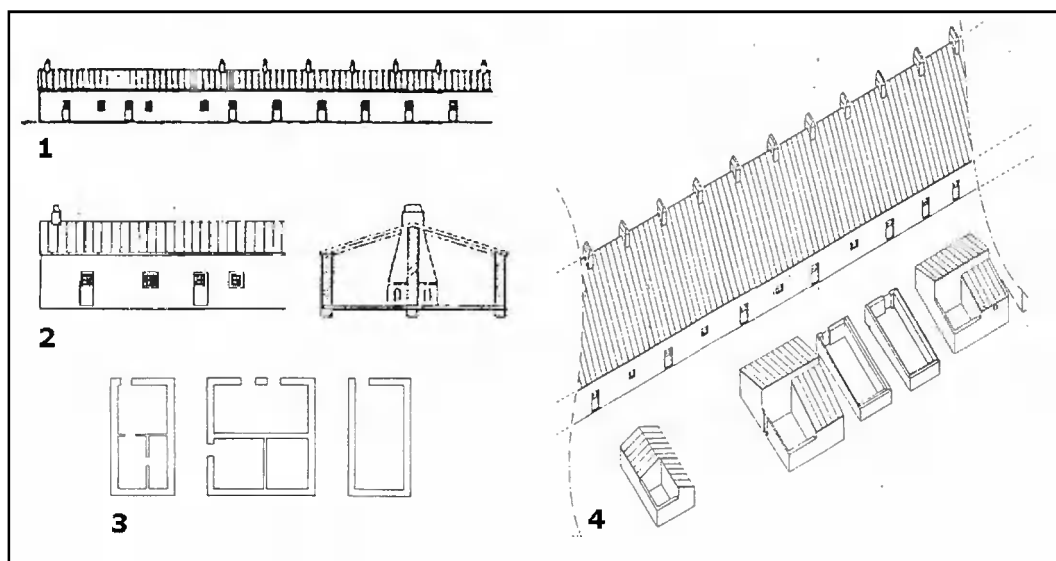


Fig. 4.11 – Tipologia arquitectónica do edificado operário em banda da Mina de S. Domingos e processo tipológico de formação do edificado subsidiário: 1 e 2 – Habitação operária em banda; 3 – Tipologias de edificações subsidiárias (evolução do quintal à casinha com logradouro) e 4 – Perspectiva do conjunto formado pelo edificado principal (banda), o edificado subsidiário (anexos) e o espaço “rua-pátio”. (Fonte: PGU, pp. 3.4.5)

Arquitectura Industrial - conjunto formado pelo edificado mineiro destinado ao armazenamento e apoio à indústria, construído maioritariamente na 1.^a metade do séc. XX, e pelo edificado mineiro industrial construído durante a 2.^a metade do séc. XIX e a 1.^a metade do séc. XX (maioritariamente correspondente ao período de introdução das locomotivas a vapor e de expansão do estabelecimento mineiro industrial, entre 1864 e 1930) e que se encontra totalmente em ruínas.

O modelo de referência para as edificações mineiras industriais, destinadas às oficinas ou armazéns, é o de pavilhão de nave única com planta rectangular muito alongada e cobertura de duas vertentes, que se multiplica gerando as coberturas em ziguezague, características da construção industrial do séc. XIX e 1.^a metade do séc. XX, em cuja arquitectura se destacam os requisitos funcionais necessários para a actividade que acolhem, tais como: a localização do vão de entrada na empena do pavilhão, em forma de arco de volta inteira, para permitir a entrada e saída de material e máquinas com altura superior à linha do beirado lateral; as aberturas e lanternins na cobertura para ventilação e iluminação do interior; os grandes telhados, em telha mourisca ou telha Marselha, apoiados em esbeltas asnas de ferro forjado; as grandes chaminés das forjas e dos engenhos a vapor e as janelas em formato rectangular ou arco de volta inteira, pausadamente pontuadas ao longo das espessas paredes por vezes amparadas por típicos contrafortes.

4.2.1.4. Usos do edificado

A função inicial dominante do parque edificado do núcleo urbano mineiro foi residencial, função essa que actualmente se mantêm como predominante, dado que os antigas alojamentos dos bairros operários e directivo se encontram permanentemente ou temporariamente habitados pela população. A segunda utilização mais importante enquadra-se no sector de actividade terciário, correspondendo aos usos de comércio, serviços e equipamentos vários, geralmente instalados nos antigos edifícios construídos para o efeito ou tradicionalmente ocupados para esses fins. São poucos os edifícios utilizados para actividades de pequena indústria assim como os que se encontram desocupados, embora num e noutro caso correspondam a antigos edifícios de equipamento ou de apoio à indústria mineira, dos quais se destacam o palácio da direcção da Mina e o Cine Teatro, actualmente devolutos, e o antigo quartel da GNR utilizado como oficina de automóveis e mercearia (ver EG.06, Apêndice 2).

Quadro 4.I – Equipamentos e estabelecimentos de comércio e serviços actualmente existentes na Mina de S. Domingos.

Fonte: Levantamentos PGU 1990 e GTL 1999.

Equipamento Social, Cultural e Escolar	Comércio, Serviços e Indústria
Cemitério	Mercado
Cemitério Inglês	Mercearia
Igreja Matriz	Café / Restaurante
Igreja Evangélica	Barbeiro
Centro de Apoio Domiciliário a Idosos e ATL infantil - SCM	Comércio de artigos diversos
Forno de Cozer Pão	Papelaria
Associação Recreativa	Pensão
Associação de Reformados	Guarda Nac. Republicana
Clube e Campo de Futebol	Correios
Cine Teatro	Sede de Partido Político
Praia Fluvial	Serralharia
Telescola	Serração de Mármore
	Fábrica de Barcos

Para uma população residente de 841 indivíduos (ver Quadro 4.XII) distribuídos por cerca de 459 fogos (ver Quadro 4.XIV), podemos afirmar que

o conjunto de equipamentos e de estabelecimentos existentes é significativo por comparação com a realidade das outras povoações do concelho, no entanto face à particularidade desta localidade aumentar em mais de 100% o número da sua população durante a época estival e tendo em conta as potencialidades turísticas e de crescimento urbano considera-se que há necessidade de ampliar a oferta de equipamentos, comércio e serviços, inicialmente através da reactivação de alguns dos equipamentos devolutos e da criação de equipamentos culturais e serviços de hotelaria visando o incremento do turismo. No que se refere às actividades de pequena indústria, verifica-se a ausência de espaços adequados para o seu funcionamento e uma considerável procura de armazéns e oficinas para as actividades da construção civil.

4.2.1.5. Número de pisos do edificado

Na povoação da Mina de São Domingos predominam as edificações de um só piso, sendo mesmo raras as edificações de dois pisos. Todo o núcleo histórico é constituído por edifícios térreos, tendo as primeiras construções de dois andares, as escolas, surgido durante o Estado Novo, em meados do séc. XX. Nos últimos anos começaram a aparecer algumas habitações com dois pisos, como efeito da proliferação de obras ilegais que se incidem tanto ao nível de novas construções como sobre o edificado mineiro, situação que mais tem contribuído para o processo de descaracterização urbana e arquitectónica da povoação (ver EG.07, Apêndice 2).

4.2.1.6. Estado de conservação do edificado

O estado de conservação referente à totalidade das construções pode considera-se genericamente como razoável, tendo por base o levantamento efectuado pela observação do aspecto exterior de cada edifício. No entanto destacam-se pelo acentuado estado de degradação alguns dos edifícios mais emblemáticos do núcleo histórico como são os casos do palácio, do cine teatro e do cemitério inglês, devido ao facto de estarem devolutos. Por oposição destacam-se alguns edifícios bem conservados, como o quartel da GNR, o palacete e algumas habitações particulares recentemente construídas. No entanto apesar da grande maioria das edificações se encontrar em razoável estado de conservação devido ao facto de alguns se terem mantido ocupados e de outro terem sido mais recentemente reabilitados, não deixa de ser preocupante a disseminação de algumas adulterações das características arquitectónicas tradicionais e de alguns elementos dissonantes,

designadamente a introdução de novos modelos de telha industrial de aba e canudo em substituição do tipo de telha artesanal de canudo e de caixilharias de alumínio em substituição da madeira, para referir apenas as mais importantes.

Para esta caracterização as categorias de avaliação definidas foram as seguintes: Edifícios em Bom Estado - aqueles que foram construídos recentemente ou que foram sujeitos a obras de conservação que lhes conferiram boa qualidade nos elementos de cobertura e fachada; Edifícios em Razoável Estado - aqueles que não apresentam carências graves ao nível dos elementos de cobertura e fachada; Edifícios em Mau Estado - aqueles que se encontram em situação de avançado estado de degradação e Edifícios em Ruínas - aqueles que se encontram parcial ou totalmente destruídos (ver EG.08, Apêndice 2).

4.2.1.7. Estrutura verde

A estrutura verde existente no espaço urbano é basicamente composta por um conjunto de áreas precariamente ajardinadas ou simplesmente arborizadas, situadas nos espaços livres exteriores ou ao longo dos eixos viários fundamentais. Em ambas as situações a qualidade paisagística da vegetação e do espaço é reduzida e revela-se subdesenvolvida, aspectos que estão directamente relacionados com a génese e evolução da povoação, cuja função foi sobretudo a de dar apoio à actividade industrial de mineração. No entanto a generosidade dimensional dos espaços livres, a existência de algumas árvores de grande porte e sobretudo a presença, na envolvente, de albufeiras rodeadas de bosques de eucaliptos e de espaços hortícolas, asseguram uma razoável qualidade ambiental, necessária para a vida quotidiana da população. Em termos gerais pode considera-se que a estrutura verde existente e respectivos espaços cumprem as suas funções mínimas, apesar de se encontrarem acentuadamente degradados, semi-abandonados e com as suas potencialidades por desenvolver.

O jardim do coreto é o espaço verde que melhor traduz a desfuncionalidade e subaproveitamento das áreas livres existentes. Trata-se de uma zona verde ampla e aberta, com uma vegetação degradada onde predominam os eucaliptos e alguns equipamento abandonados, cujo valor histórico e urbanístico é referencial no contexto do núcleo urbano mineiro e na vivência da sua comunidade. É o espaço exterior mais nobre e o único com carácter de área de recreio e lazer que pode desempenhar a função de jardim público

dentro do núcleo histórico. Começou por ser a praça central do bairro directivo inglês, delimitado pela implantação das residências dos directores e administrativos (rua Dr. Vargas e rua Dr. Rocha) e do palácio sede da empresa mineira inglesa, convertendo-se numa área de recreio e lazer exclusiva da classe dirigente inglesa e da classe burguesa local, que aos domingos também acolhia a comunidade em geral para assistir aos concertos da banda filarmónica. Destacava-se pela extensão da sua verdura e pela excelência das suas plantas assim como pela presença de um elegante coreto e de dois campos de ténis. O coreto, com as suas colunas de ferro e cobertura de chapa em forma de sombrinha, tal como os bancos que o rodeiam, são peças em ferro fundido importadas de Inglaterra. Os campos, com piso de saibro, eram totalmente vedados e possuíam uma casinha de apoio ao jogo totalmente em madeira. Estes os equipamentos estruturam o plano da praça, com o coreto a assumir um carácter polarizador pela sua centralidade que marca a intersecção dos dois eixos principais, materializados pelos quatro caminhos aí convergentes, e os campos de ténis a assumirem um carácter periférico, ocupando o mais isolado e distante dos quatro sectores deste espaço, cuja forma de losango é delimitada pelas ruas que acompanham os edifícios e que contêm os caminhos de acesso ao coreto. A área do jardim e os equipamentos referidos encontram-se actualmente abandonados e em ruína, alternando enormes eucaliptos com clareiras sem vegetação, à excepção de alguns canteiros ajardinados numa pequena parte envolvente ao acesso principal do lado da rua Dr. Rocha, que tem servido como campo de trabalho para cursos de formação em jardinagem. A atravessar todo o espaço sob a forma de acessos ao coreto do jardim, os caminhos existentes estão igualmente degradados e indefinidos, embora se identifiquem com os eixos internos do losango que precedem do lado do palácio; do lado da casa da polícia, no acesso ao vale da mina; do lado das moradias da rua Dr. Vargas e do lado do palacete.

Categorias - Os espaços com maior grau de naturalidade, com carácter de acompanhamento e protecção aos elementos naturais da paisagem, como é o caso das albufeiras, cuja influência ultrapassa o perímetro do núcleo histórico urbano e se correlaciona com outros espaços periféricos, são considerados a Estrutura Verde Primária. O conjunto dos espaços livres e logradouros ajardinados ou a tal função vocacionados, com menor grau de naturalidade, com carácter de enquadramento urbano e de recreio, lazer ou cultivo, cuja implantação se articula em função da estrutura edificada e da estrutura viária e se correlaciona com as funções urbanas e domésticas tais como os jardins,

largos, alinhamentos arbóreos, logradouros e hortas, são considerados a Estrutura Verde Secundária (ver EG.09, Apêndice 2).

Tipologias – As tipologias de espaço urbano existentes, associados às funções urbanas e domésticas, são as seguintes: O espaço Verde Urbano de Uso Privado, constituído pelas áreas de cultivo hortícola (hortas), quintais e logradouros, normalmente murados; o espaço Verde de Uso Público, constituído pelas áreas exteriores públicas, tais como os largos não pavimentados e parcialmente ajardinados, os jardins públicos e os logradouros e recintos de utilização colectiva; o Pátio Público, constituído pelas áreas entre habitações cuja dimensão, geometria e dimensão confere um carácter de pequeno largo e uma apetência para a utilização colectiva pedonal e, por último, o Largo, constituído pelas áreas exteriores abertas de geometria irregular, resultantes da confluência de ruas, da existência de edifícios de uso colectivo ou de formação residual imposta por preexistência ou ausência de função específica (ver EG.10, Apêndice 2).

Composições / Funções – Considerando os usos específicos que cada espaço suporta no contexto urbano identificam-se as seguintes funções: A Área Verde de Produção, associada ao cultivo hortícola em pequenos recintos murados, geralmente localizados nas margens das albufeiras ou nos logradouros privados das habitações; a Área verde de recreio e lazer, associada aos grandes espaços ajardinados e aos largos dos equipamentos de utilização colectiva onde ocorrem as actividades festivas e recreativas da população; a Área verde de enquadramento urbano, associada à valorização cénica e funcional dos edifícios polarizadores e dos eixos viários fundamentais e, por último, a Área Verde de Protecção, associada à salvaguarda e valorização da qualidade dos recursos naturais e dos valores biofísicos existentes (ver EG.11, Apêndice 2).

4.2.1.8. Infra-estruturas

À semelhança de outros aldeamentos patronais característicos dos anos da revolução industrial, na Mina de S. Domingos, durante todo o período de funcionamento do estabelecimento mineiro, nunca foram realizadas obras de infra-estruturas urbanas destinadas à implementação de qualquer rede de saneamento básico ou de circulação rodoviária. Desde a fundação do aglomerado urbano até ao início do séc. XX, as poucas obras de infra-estruturas urbanas e territoriais foram sempre realizadas pela iniciativa

privada, enquanto o Estado condicionou a sua acção apenas à autorização, fiscalização e vigilância genérica, salvo quando movido por razões estratégicas, como foi o caso da estrada de ligação a Mértola.

O estatuto privado da povoação a par da interioridade e ruralidade do meio limitaram sempre as intervenções de iniciativa pública, e se, na medida em que tudo dependia da empresa mineira pode considerar-se que esta não foi tão longe como lhe competia, igual postura foi seguida pelas entidades públicas, sobretudo após a problemática internacional referente à saúde pública das cidades ter sido solucionada ainda no decurso do séc. XIX, cabendo aos Estados a responsabilidade de intervir nesses domínios.

Apesar de já terem decorrido 37 anos após o encerramento da Mina, a ausência das principais infra-estruturas urbanas tem constituído a maior carência desta comunidade e um grave constrangimento ao seu progresso. A precariedade da rede de distribuição de água domiciliária e a inexistência de rede de drenagem de águas residuais domésticas, que só neste momento se encontram respectivamente em ampliação e construção, são bem demonstrativas das reduzidas condições de higiene e salubridade da povoação.

A água potável para abastecimento da povoação provém da barragem do Enxoé, recentemente construída para abastecimento dos concelhos de Serpa e Mértola, donde é conduzida por adutor até a um depósito, situado numa elevação a Nascente do Bairro Alto, a partir do qual se processa a distribuição canalizada para as habitações, fontanários públicos e bocas-de-incêndio existentes.

O sistema de drenagem de águas pluviais e residuais é composto por um conjunto de antigas valas (regatas) a céu aberto, que acompanham as edificações e encaminham as águas a outras valas ou às valetas dos arruamentos que por sua vez conduzem às linhas de água naturais ou a locais de infiltração no solo. Algumas das águas residuais domésticas de lavagens são, ainda hoje, despejadas sobre estas valas, embora a maioria, juntamente com as águas negras sejam drenadas para fossas sépticas particulares existentes nas vias públicas ou nos logradouros. O antigo sistema de valas de drenagem tem ainda uma função de protecção das paredes de taipa de algumas edificações contra as águas das chuvas que escorrem pelas ruas e

também de protecção da qualidade da água das tapadas, impedindo a sua contaminação com águas sujas e detritos.

A rede de distribuição energia eléctrica de baixa tensão é constituída por linha aérea, suspensa em postes de betão e em postes de madeira, que é alimentada a partir de três postos de transformação distribuídos pela envolvente das zonas residenciais do aglomerado. A iluminação pública é efectuada através de armaduras, com lâmpadas de luz mista, fixadas directamente aos postes da rede de distribuição.

A rede de comunicação telefónica é também constituída por linha aérea, suspensa em postes de madeira, existindo uma estação dos CTT no largo da igreja e uma cabine de telefone público junto à EN 265, do lado oposto ao campo de futebol.

4.2.1.9. Toponímia

Representativa da identidade cultural de um local e testemunho da memória de uma comunidade, a toponímia revela-nos geralmente os aspectos mais marcantes do sítio onde se implantou um povoado e o do modo de vida da sua população, desde os seus credos religiosos aos sistemas político-económicos passando pelas obras e personalidades mais notáveis. Nos topónimos das ruas e dos largos do núcleo urbano da Mina de S. Domingos existe igualmente um conjunto de referências que permitem consolidar a história e a identidade desta povoação mineira.

As referências toponímicas identificadas podem associar-se nos seguintes temas: A toponímia antiga do local e os seus aspectos geobiofísicos; a religião católica e os santos padroeiros; a comunidade dirigente patronal; as edificações e actividades ou acontecimentos mais relevantes; personalidades do regime do Estado Novo e referências relacionadas com a Revolução de 25 de Abril de 1974.

As ruas do Chança; Guadiana; Serpa; Norte; Sul; Poente e Nascente assinalam a proximidade e a importâncias dos rios e as orientações de alguns dos mais antigos quartéis de habitação do bairro operário. As ruas com os topónimos de Igreja; Bispo; S. Domingos; S. Bárbara; S. Eugénia; S. Isabel; St.º António; S. Francisco; S. João e S. Pedro traduzem a forte componente religiosa da vida da comunidade operária. As ruas Dr. Vargas; Dr. Rocha e o

campo de jogos Cross Brown homenageiam alguns quadros da empresa mineira. As ruas da Escola; Mercado; Quartéis Doubles; Longa; Celeiros; Filarmónica; Indústria; Hospital; D. Pedro; D. Carlos; D.^a Amélia; etc., marcam a localização de edifícios ou suas características especiais, as actividades e as visitas ou o relacionamento dos monarcas com a Mina de S. Domingos. As ruas com os novos topónimos da Liberdade (antiga rua do Teatro); 1.º de Maio (antiga rua Marechal Carmona); 25 de Abril (antiga rua da Vista Alegre) e Serrão Martins (antiga rua da Sociedade) são significativas do período da revolução de 1974 e das alterações políticas decorrentes.



Fig. 4.12 – Arquitectura de tradição clássica da Mina de S. Domingos: Moradias dos quadros directivos da empresa inglesa, coreto e palacete do Superintendente da Mina (bairro inglês).



Fig. 4.13 – Arquitectura de tradição clássica da Mina de S. Domingos: Portão, entrada principal e pátio do palácio do director da Mina (bairro inglês).



Fig. 4.14 – Arquitectura de tradição clássica da Mina de S. Domingos: Relógio de sol no jardim e terraço da fachada Sul do palácio do director da Mina (bairro inglês).



Fig. 4.15 – Arquitectura de tradição clássica da Mina de S. Domingos: Fogões de sala e chaminé da Cozinha no interior do palácio do director da Mina (bairro inglês).



Fig. 4.16 – Arquitectura de tradição clássica da Mina de S. Domingos: Tectos das salas e do salão de festas no interior do palácio do director da Mina (bairro inglês).



Fig. 4.17 – Arquitectura de tradição clássica da Mina de S. Domingos: Igreja, Escolas e estação dos correios (equipamentos estatais).



Fig. 4.18 – Arquitectura de tradição clássica da Mina de S. Domingos: Mercado e Cine Teatro (equipamentos da empresa).



Fig. 4.19 – Arquitectura de tradição popular standarizada da Mina de S. Domingos: Rua da Liberdade, Rua do Bonfim e Rua 25 de Abril (habitação operária em banda).



Fig. 4.20 – Arquitectura de tradição popular standarizada da Mina de S. Domingos: Evolução do quintal ao anexo standard (edificado subsidiário).



Fig. 4.21 – Arquitectura de tradição popular standarizada da Mina de S. Domingos: Tipologias de anexo standard (edificado subsidiário).



Fig. 4.22 – Arquitectura de tradição popular da Mina de S. Domingos: Anexos de génese popular (edificado subsidiário).



Fig. 4.23 – Arquitectura de tradição popular da Mina de S. Domingos: Fornos colectivos e forno particular.



Fig. 4.24 – Arquitectura de tradição popular da Mina de S. Domingos: Sede do centro republicano e arquitectura de tradição popular standarizada: moradia qualificada em banda, na rua Longa.



Fig. 4.25 – Arquitectura industrial da Mina de S. Domingos: Oficinas e armazéns em ruínas.

4.2.2 Núcleo histórico urbano do Pomarão

A área delimitada como núcleo histórico urbano compreende todo o conjunto das edificações destinadas à habitação da comunidade mineira e ao apoio administrativo das actividades portuárias, construídas durante a exploração da mina, pela empresa Mason & Barry ou por particulares com o respectivo consentimento (ver EG.15, Apêndice 2). A coerência do conjunto urbano advém da filosofia patronal subjacente à sua construção e reflecte-se sobretudo na uniformização das tipologias arquitectónicas e dos espaços livres existentes, adaptados à topografia acentuada do local. Também a tecnologia e os materiais construtivos utilizados nas edificações, quase exclusivamente em pedra e taipa, e a integração de modelos de arquitectura popular rural da região constituem factores de identidade específica do conjunto.

O núcleo histórico insere-se dentro da área de Espaço Urbano, definida em PDM (ver EG.12, Apêndice 2), e abrange parte da área do Perímetro Urbano, definida em PGU (ver EG.13, Apêndice 2), excluindo o Espaço Urbanizável (PDM) e as Zonas Verdes, Hoteleiras, Portuárias e Comerciais (PGU). O Bairro Alto, na Zona de Expansão Urbana (PGU), é também excluído da delimitação do núcleo histórico por se tratar de uma área de génese exclusivamente particular e dissonante face ao conjunto mineiro, que como tal deverá ser abordada sob uma óptica de intervenção no âmbito da renovação urbana.

4.2.2.1. Estrutura e malha urbana

A malha urbana do núcleo histórico do Pomarão formou-se com a implantação e expansão da sua estrutura edificada, inicialmente composta apenas por uma correnteza de edifícios destinados ao alojamento operário e a algumas funções administrativas à qual se sucederam, em paralelo, mais algumas bandas e habitações isoladas que, também por consequência da íngreme encosta sobre a qual se escalonaram, inferiram uma ligeira tendência de irregularidade no aglomerado. Relacionando-se exclusivamente com o porto fluvial, a estrutura urbana evoluiu segundo uma morfologia linear, alinhada

em socacos a partir da linha-férrea e do arruamento junto à frente urbana ribeirinha, multiplicando os seus conjuntos habitacionais modulares (quartos), designados por quartéis (ver EG.14 e EG.15, Apêndice 2).

Essa formação urbana linear, típica das povoações geradas em função de uma estrada ou de um rio, é neste caso representativa da relação da povoação com a actividade ferro-fluvial e comercial do porto de embarque do minério e da sua importância para o ordenamento e desenvolvimento do núcleo urbano uma vez que se pode estabelecer uma relação entre a localização de alguns edifícios e a sua função no complexo portuário. Tal como nas povoações mercantis ribeirinhas, como foi o caso de Mértola, todos os edifícios importantes destinados às actividades administrativas ou comerciais foram implantados na frente mais próxima da chegada e partida dos barcos de mercadorias enquanto as habitações mais modestas se remeteram para as zonas interiores do aglomerado. Na ausência de um centro ou praça central, foi nesse eixo fundamental, paralelo ao rio, que se agregaram todos os serviços e a partir do qual derivaram as travessas de ligação ao miolo do núcleo habitacional operário.

Sem dispersar os diferentes estratos sócio-profissionais que representavam, os quartéis e as casas administrativas e comerciais foram implantadas lado a lado, partilhando um único sector, sem a segregação urbanística observada na Mina de S. Domingos. Na frente, na primeira correnteza de edifícios em contacto com a actividade da área portuária, instalaram-se, de Poente para Nascente: a estação telegráfica; o palácio da administração; a sociedade recreativa; a escola; o edifício dos escritórios; o posto da Guarda-fiscal; as casas de comercio particular de vendas diversas e cantina e intercaladamente alguma habitação operária (ver Fig. 4.1). Na retaguarda sucederam-se outros quartéis operários e algumas pequenas habitações isoladas, seguindo uma acentuada densidade de ocupação em resultado da íngreme topografia, característica igualmente determinante para que os locais de vivência exterior e de trabalho surjam em justaposição com o espaço exterior ribeirinho, partilhados pelos directivos, administrativos e tripulantes.

Não foram construídos no povoado edifícios de raiz destinados a equipamentos culturais ou religiosos, sendo por isso inexistente uma referência polarizadora na malha urbana capaz de estruturar algum pequeno largo. O único sector referido, desenvolvido segundo a direcção NW-SE, é composto por uma estrutura urbana homogénea e densa, de edifícios de

escalas e tipologias similares, que se alarga a Norte de modo mais irregular, sendo praticamente exclusiva na sua tipologia habitacional de quartéis em banda, apenas quebrada pelo palácio e por dois edifícios com comércio, de assumem uma escala maior e por algumas pequenas habitações isoladas de auto-construção, mais tardias e de feição vernacular.

Tipo de formação da estrutura urbana - O tipo de formação urbana poderá classificar-se como linear, concentrando num só sector toda a estrutura urbana que comporta dois grupos de crescimento diferenciado: na frente urbana ribeirinha, as duas primeiras correntezas de formação ordenada ao longo do arruamento existente correspondentes ao edificado em banda construído com a fundação do povoado e na retaguarda o outro grupo com uma formação de tendência espontânea construído parcelarmente no espaço e no tempo em função da necessidade e iniciativa individual.

Tipologia dos quarteiros e tecido urbano parcelar - Neste traçado urbano com uma ocupação concentrada predomina, o quarteirão totalmente edificado que corresponde aos edifícios multicelulares (quartéis ou bandas) ou aos edifícios autónomos também agrupados em banda sem logradouro, devido ao solo pertencer à empresa da Mina. Os quarteiros parcialmente edificados correspondem a alguns prédios com os seus logradouros adjacentes, antigamente utilizados para funções administrativas, comércio e habitação dos seus proprietários e a alguns prédios isolados (ver EG.23, Apêndice 2). No quarteirão totalmente edificado, os edifícios em banda comportam vários fogos seguindo a mesma tipologia da habitação operária de S. Domingos, como tal o tecido parcelar acusa a forma de lote pouco fundo e largo quando considerado o estatuto de propriedade primitivo e assume as formas de lote quadrangular ou rectangular quando considerada a individualização do fogo. Nos quarteiros parcialmente edificados prevalece o lote quadrangular.

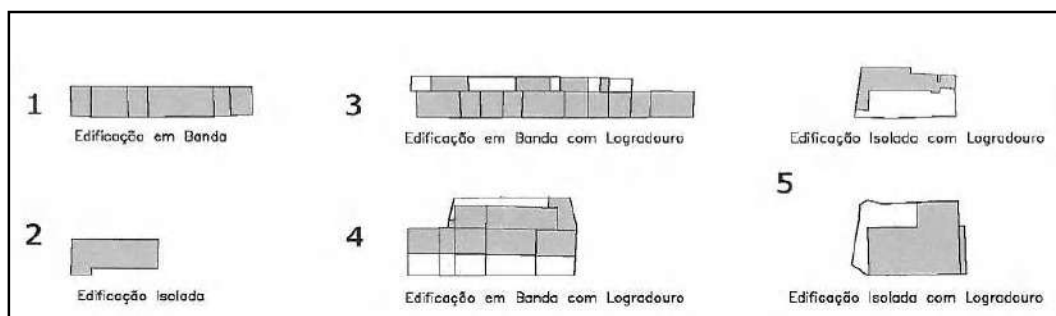


Fig. 4.26 - Tipologias dos quarteiros do Pomarão: 1 a 2 – Quarteiros totalmente edificados correspondentes aos quartéis operários e a edificações isoladas sem logradouro; 3 a 4 – Quarteiros parcialmente edificados correspondentes aos quartéis operários com logradouro e 5 – Quarteiros parcialmente edificados correspondentes a edificações isoladas com logradouro.

Traçado da malha urbana - Característica pelo escalonamento das casas e das ruas, a povoação tem um traçado de morfologia similar aos aglomerados ribeirinhos medievais, formados nas encostas dos rios, embora se diferencie destes pela excessiva linearidade imposta pelas suas "ilhas" - conjunto formado pela habitação em banda e pela rua - pátio adjacente, que constitui um espaço urbano misto, de vivência pública e privada e cuja exiguidade é característica dos bairros operários. O intercalado destas ruas e as escadas e veredas que as ligam nos diferentes níveis, tecem uma pequena mas intrincada rede de caminhos que permitem o acesso aos alojamentos e a sua ligação com o arruamento ribeirinho principal. A estrada de acesso que contorna a povoação a Norte, apenas foi determinante para a contenção do núcleo urbano, dado que à sua construção foi posterior à formação da maior parte do tecido urbano. (ver EG.14/15, Apêndice 2).

Morfologia dos espaços livres - Os espaços livres existentes no núcleo urbano são exclusivamente de formação residual, de dimensão exígua e sem uma definição perimetral ou limítrofe, por consequência da densidade do espaço edificado, ou com características de baldio, por serem íngremes e rochosos e de difícil acesso. Em ambos os casos destacam-se a ausência de bermas, pavimentação adequada ou traçado de contorno. Todos eles resultam da disposição dos espaços construídos e assumem uma formação espontânea gerada pela consolidação das ruas e das veredas.

Morfologia dos espaços "rua-pátio" - Correspondentes às ruas de acesso residencial, resultam também da disposição e do escalonamento dos espaços construídos (bandas e alguns anexos) de acordo com uma formação linear intencional. Tal como em S. Domingos, têm a dupla funcionalidade de rua e de pátio exterior semi-público, devido às dimensões exíguas das casas operárias e à ausência de logradouros privados.

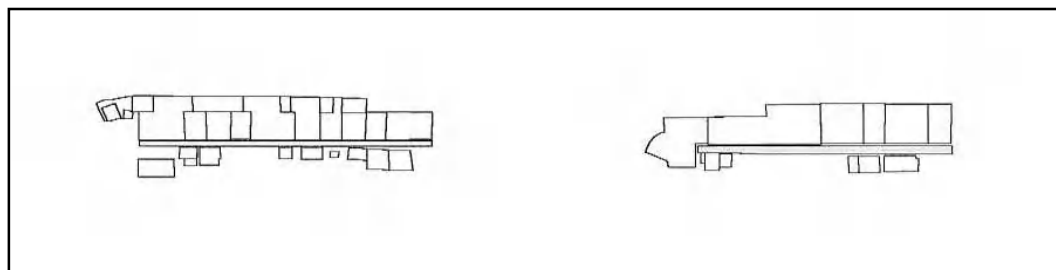


Fig. 4.27 – Tipologias dos espaços "Rua-Pátio" do Pomarão: Ruas de formação linear com anexos na frente da habitação operária em Banda.

4.2.2.2. Estrutura viária

Pela sua localização ribeirinha, o Pomarão é acessível pela via terrestre e pela via fluvial, tendo esta última sido o mais importante meio de comunicação até ao encerramento da Mina. A essa privilegiada via de acesso, percorrida por carreiras e por mercadorias, que foi rio Guadiana, seguia-se a via-férrea de ligação à Mina de S. Domingos e por último, em importância, a estrada de terra, construída também pela empresa inglesa.

Durante cerca de um século a relação de aproximação ao Pomarão estabeleceu-se quase exclusivamente ao nível do cais, com a povoação a surgir em posição dominante face à plataforma da via-férrea e à via fluvial. Hoje a aproximação é quase exclusivamente efectuada pela estrada, a partir de cima, o que altera totalmente a escala e a relação entre o conjunto e o visitante.

Actualmente o aglomerado urbano é acessível por via terrestre apenas pelo caminho municipal n.º 514, que deriva da EN 265 junto à povoação da Moreanes. Esse caminho que acede e delimita a povoação pelo lado Norte, contorna-a também pelo lado Sul, transformando-se no único arruamento principal que se prolonga, acompanhando a frente ribeirinha, até ao traçado do antigo caminho-de-ferro (ver EG.16, Apêndice 2). No interior do aglomerado, as vias de acesso às habitações partem desse arruamento principal, donde derivam escadas ou travessas que estabelecem a ligação com as ruas semi-públicas que se implantam em socalcos, tal como as habitações que ladeiam. Algumas destas ruas secundárias desembocam, mais ou menos em rampa, directamente na principal. Neste pequeno núcleo urbano, não existem nem praças nem largos, apenas espaços residuais sem função de circulação ou permanência, normalmente assimilados como espaços de logradouro ou como pequenos canteiros.

A via fluvial, constitui hoje um acesso secundário à povoação. Maioritariamente utilizado para fins turísticos e desportivos, é também um meio complementar de subsistência para a população local. As infra-estruturas portuárias existentes são apenas destinadas à acostagem de pequenos barcos de recreio e de pesca.

O antigo caminho-de-ferro, desactivado, é hoje uma plataforma que constitui mais um emergente acesso alternativo, para fins turísticos. Ocasionalmente

percorrida por turistas “aventureiros”, esta via está condicionada por diversas obstruções e interrupções que impedem uma total e segura utilização.

Hierarquia e funções - Hierarquicamente, as vias de menor circulação são as “ruas-pátio” que desempenham funções de acesso residencial e de logradouro semi-público por isso de utilização fundamentalmente pedonal, algumas possuem pavimentação parcial em cimento realizada pelos residentes. As vias secundárias, colectoras e distribuidoras, que desempenham funções de ligação entre a via principal circundante e as “ruas-pátio”, são as travessas e escadarias em regra pavimentadas em lajes de xisto ou cimento. A via principal circundante e ribeirinha é o eixo fundamental já descrito que desempenha funções de entrada e saída e atravessamento da povoação, agregando a toda actividade terciária existente junto à zona portuária.

Pontos nodais - Não existem nós viários sobre o eixo fundamental que uma vez que a acessibilidades ao miolo do núcleo urbano só pode efectuar-se pedonalmente devido à topografia acentuada do terreno e às dimensões estreitas dos arruamentos secundários e residenciais, toda a circulação automóvel de acesso e saída da povoação é por consequência efectuada sobre a via principal circundante.



Fig. 4.28 – Estrutura viária principal: CM 514 e sua entrada na povoação convertendo-se no eixo fundamental ribeirinho, à direita.

4.2.2.3. Tipologias arquitectónicas

As tipologias arquitectónicas existentes no núcleo histórico urbano, reflectem a estrutura funcional subjacente ao ordenamento e desenvolvimento do espaço construído da povoação do Pomarão e ao modo de vida da sua comunidade mineira. Através do levantamento efectuado (ver EG.17, Apêndice 2) podemos identificar a existência de três grupos tipológicos de edificações, em função dos seus referenciais estéticos, funcionais e temporais e das relações de hierarquia sócio profissional. A caracterização dos modelos de referência e suas variantes relativamente a cada grupo tipológico,

desenvolve-se seguidamente permitindo complementar a anterior descrição da evolução do núcleo urbano.

Arquitectura de Tradição Clássica - conjunto formado pelo edificado de influência clássica erudita, construído na 2.^a metade do séc. XIX e na 1.^a metade do séc. XX, que compreende a casa da administração do estabelecimento mineiro e alguns dos edifícios particulares que alojavam o comércio local.

O modelo de referência para essas edificações de risco clássico, é a tradicional casa neoclássica da média burguesia do séc. XIX, das pequenas cidades coloniais ou de província, geralmente composta por dois pisos sendo o de cima a habitação e o de baixo o estabelecimento comercial ou armazém. Assim é o palácio da empresa inglesa Mason & Barry, Lda., destinado à residência temporária dos directores engenheiros. Trata-se de uma edificação que pela sua função, dimensão, e simbologia representava o poder patronal e administrativo na povoação e no porto fluvial e cujos traços gerais e pormenores mais notáveis são os frisos contínuos da cimalha que suporta e projecta os beirados, e o relevo dos cunhais e das molduras dos vãos, que lhe conferem um estatuto aristocrata e uma feição classizante. Os restantes edifícios de comércio ou serviços derivam de modelo tipológico similar, embora de menor dimensão e com pormenores menos marcantes ou de referência urbana mais modesta.

Arquitectura de Tradição Popular - conjunto formado pelo edificado mineiro de feição popular tradicional e influência estética rural, tipificado ou standarizado, construído na 2.^a metade do séc. XIX (maioritariamente correspondente ao período de fundação do actual povoado, entre 1860 e 1876) e pelo edificado de feição popular tradicional e influência estética rural, subsidiário e não tipificado, construído até meados do séc. XX (maioritariamente correspondente ao período de expansão e consolidação da povoação, entre 1876 e 1930).

O modelo de referência para as edificações mineiras de feição popular standarizadas, destinadas ao alojamento dos operários, resulta, tal como no núcleo urbano de S. Domingos, da fusão do conceito de casas em banda, característico da habitação industrial e da casa de matriz monocelular, que se multiplica progressivamente segundo uma correnteza de compartimentos, como era tradicional nos montes desta região alentejana. Tal como se

construíram no primeiro assentamento urbano sobre a Serra de S. Domingos, os quartéis do Pomarão são uma sucessão de quartos (compartimentos de 16m²), funcionalmente equiparados à tradicional “casa de fora” alentejana, em que cada quarto tem apenas com uma porta e uma chaminé e acolhe todas as funções habitacionais. No edificado em banda do Pomarão, os elementos principais são os telhados mouriscos com chaminés lisas e as longas fachadas caiadas de branco com sucessivas portas de madeira com postigo, por vezes substituídas por janelas. A monotonia da arquitectura standarizada destas antigas habitações operárias e a poética da sua simplicidade, partilham o protagonismo urbano com as ruelas estreitas e escalonadas em socalcos e com a pitoresca vista dos telhados e da natureza envolvente.

O modelo de referência para as edificações de feição popular tradicional, não tipificadas, maioritariamente correspondentes às casas construídas por iniciativa particular para habitação ou outras funções, é a modesta casa tradicional e característica dos montes da região e a própria habitação operária em banda, dado que a topografia do terreno e os condicionalismos económicos e de ordenamento do espaço poucas variantes permitiam. No caso das construções subsidiárias ou anexas à habitação operária, a referência é a própria célula matriz do edificado em banda, reproduzida isoladamente com menor dimensão, para o caso das casinhas de fazer fogo ou de arrumos, ou o simples acrescento adjacente, segundo uma tendência de duplicação da correnteza dos compartimentos principais. Os fornos colectivos de cozer pão, são de modelo similar aos tradicionais nos montes da região, com ou sem abrigo anexo. Quanto ao edificado dissonante de génese ilegal, os casos são escassos e ocorrem por ampliação do edificado pré-existente, pelo que a sua influência estética incide apenas sobre os elementos acessórios e revestimentos que em regra se enquadram no conceito de moradia de “estilo tradicional português”, degenerado por influências de gosto popular suburbano.

Arquitectura Industrial - conjunto formado pelo edificado mineiro destinado ao apoio à actividade portuária e ferroviária, construído na 2.^a metade do séc. XIX, (maioritariamente correspondente ao período de introdução das locomotivas a vapor e de consolidação do complexo portuário, entre 1864 e 1880) e que se localiza fora do núcleo urbano e se encontra totalmente em ruínas.

O modelo de referência para as edificações mineiras ferroviárias, destinadas às oficinas das máquinas e ao armazenamento de carvão, é o de pavilhão de nave única com planta rectangular muito alongada e cobertura de duas vertentes, características da construção industrial do séc. XIX. Tal como nas oficinas da Mina, da sua arquitectura destacam-se os requisitos funcionais necessários para a actividade que acolhem, como a localização do vão de entrada na empena do pavilhão, em forma de arco, para permitir a entrada e saída das máquinas e vagon; os altos telhados em telha mourisca, apoiados em esbeltas asnas de ferro forjado e as janelas de iluminação e ventilação, em formato rectangular e pausadamente dispostas ao longo das paredes laterais.

4.2.2.4. Usos do edificado

O núcleo urbano do Pomarão mantém como predominante a sua função primária residencial. Os antigos quartéis operários encontram-se totalmente ocupados por uma população dividida entre habitantes permanentes e habitantes sazonais que aqui vivem aos fins-de-semana e nos períodos de férias. Praticamente não existem outras utilizações do parque edificado, com excepção para a antiga sociedade recreativa e o restaurante, recentemente instalado junto ao cais. Apesar de se verificar alguma actividade piscatória e de recreio náutico durante uma boa parte do ano, a reduzida dimensão da povoação, o seu isolamento e a anterior dependência da Mina de S. Domingos, não têm sido favoráveis à criação de condições para a instalação de outras actividades, nem tão pouco para a melhoria e ampliação das poucas existentes. Encontram-se alguns edifícios desocupados que na maioria correspondem a antigos edifícios de serviços e apoio à actividade mineira e portuária, dos quais se destacam o palácio da direcção da Mina, o posto da Guarda-fiscal e o edifício comercial junto ao cais, actualmente em ruína (ver EG.18, Apêndice 2).

Quadro 4.II – Equipamentos e estabelecimentos de comércio e serviços actualmente existentes no Pomarão.

Fonte: Levantamentos PGU 1990 e GTL 1999.

Equipamento Social, Cultural e Escolar	Un.	Estado	Comércio, Serviços e Indústria	Un.	Estado
Capela	1	Activo	Café / Restaurante	1	Activo
Balneário Público	1	Activo			
Lavadouro	1	Activo			
Forno de Cozer Pão	2	Inactivos			
Associação Recreativa	1	Activo			
Cais Fluvial	1	Activo			

Neste pequeno aglomerado em que a população residente é composta por 49 indivíduos (ver Quadro 2.XII), mas que na época estival ascendem a cerca do triplo, considerando também o significativo número de embarcações de recreio que aqui permanecem com os seus tripulantes, podemos afirmar que a oferta de equipamentos e estabelecimentos existente é manifestamente deficitária, não só face às condições mínimas necessárias para a vida da população mas também para o apoio ao turismo náutico e à comunidade piscatória. A ausência de um serviço portuário de acolhimento, manutenção, higiene, vigilância e socorro, juntamente com a falta de alojamento hoteleiro, de actividade cultural e comercial e de espaços livres para recreio e lazer são consideradas as maiores carências que afectam a comunidade e os seus visitantes.

4.2.2.5. Número de pisos do edificado

No Pomarão, o predomínio das edificações de um só piso é extensivo a todo o parque habitacional mineiro, o que representa quase a totalidade do edificado. São raras as edificações de dois pisos e as que existem são apenas o antigo Palácio da administração e os três edifícios, junto ao cais, que outrora alojavam o comércio existente. Destacam-se negativamente, apenas duas ou três situações de subida da cêrcea das coberturas que apesar de não formarem um segundo piso habitável, constituem um impacto dissonante sobre a arquitectura tradicional da povoação (ver EG.19, Apêndice 2).

4.2.2.6. Estado de conservação do edificado

Em geral, o estado de conservação do edificado do núcleo urbano é considerado como razoável, no entanto destaca-se um conjunto significativo de edificações recentemente reabilitadas que se classificam como em bom

estado de conservação e por oposição uma quantidade equivalente de edificações em mau estado de conservação. Nesta avaliação que decorre do levantamento efectuado pela observação do aspecto exterior de cada edifício, ao nível das fachadas e das coberturas, podemos ainda constatar o estado de ruína de todos os antigos armazéns de apoio às actividades mineiras, situados na zona portuária, assim como do palácio da administração da Mina, situado no núcleo histórico urbano, e do edifício bar-cantina, situado junto ao cais, devolutos desde há muitos anos.

Não obstante o facto de a maioria das edificações se encontrar em razoável e bom estado de conservação, por se manterem habitadas e beneficiadas com obras de conservação ou reabilitação, verifica-se ser preocupante a recorrência de algumas adulterações às características arquitectónicas tradicionais. A substituição dos antigos telhados em telha de canudo artesanal (mourisca) por novos telhados de telha industrial de aba e canudo e a renovação das antigas portas de madeira com postigo, por outras em caixilharia de alumínio, são consideradas as mais importantes pelo impacto visual que geram.

Para esta caracterização as categorias de avaliação definidas foram as seguintes: Edifícios em Bom Estado - aqueles que foram construídos recentemente ou que foram sujeitos a obras de conservação que lhes conferiram boa qualidade nos elementos de cobertura e fachada; Edifícios em Razoável Estado - aqueles que não apresentam carências graves ao nível dos elementos de cobertura e fachada; Edifícios em Mau Estado - aqueles que se encontram em situação de avançado estado de degradação e Edifícios em Ruínas - aqueles que se encontram parcial ou totalmente destruídos (ver EG.20, Apêndice 2).

4.2.2.7. Estrutura verde

No núcleo urbano do Pomarão não existe propriamente uma estrutura verde, com uma variedade de categorias e de tipologias que justifiquem ser objecto de uma cartografia específica. Basicamente trata-se de um pequeno e denso aglomerado cuja malha urbana excluiu completamente os espaços verdes de uso público e as áreas de recreio e lazer. Apenas mais recentemente, em resultado do processo de apropriação de espaços livres para logradouros privados, se esboçaram alguns pequenos canteiros precariamente ajardinados, mas sem significativa dimensão ou proliferação dado que quase

todos os espaços livres entre edificações são de serventia pública por exigência de acessibilidade às habitações em banda.

A quase inexistência de vegetação dentro do espaço urbano, contrasta com a sua envolvente que é composta pelas encostas verdejantes que configuram o vale do rio Guadiana. É esta paisagem de grande beleza e dimensão que permite assegurar uma boa qualidade ambiental e paisagística, necessária para compensar a exiguidade dos espaços construídos e elevar a qualidade de vida neste local. Na margem do rio, frente ao Bairro Alto, existem também algumas hortas, que ainda são cultivadas por residentes, e que se localizam numa zona que tem potencialidades para se tornar numa área informal de recreio e lazer. Todo o restante espaço, nas imediações do núcleo urbano, excluindo a zona portuária, tem uma topografia íngreme e um solo rochoso, o que diminui as suas possibilidades de ajardinamento e utilização pedonal, ainda assim podemos considerar que o coberto vegetal natural da envolvente, poderá ser requalificado com a reflorestação das áreas degradadas e a reabilitação das restantes.

4.2.2.8. Infra-estruturas

Praticamente inexistentes, as infra-estruturas urbanas do Pomarão resumem-se a uma precária rede de abastecimento de água domiciliária, construída pela CMM; a um antigo e rudimentar sistema de drenagem de águas pluviais e domésticas; e a uma quase artesanal rede de energia eléctrica e iluminação pública.

A rede de água potável provém de um furo artesiano situado num ponto mais alto, junto à EN 265, e abastece por canalização algumas habitações e fontanários públicos existentes.

O sistema de drenagem de águas pluviais e residuais é constituído por um conjunto de valas (regatas) a céu aberto, que ladeiam o tardo das edificações e encaminham as águas a outras valas transversais que por sua vez conduzem à descarga no rio Guadiana. Algumas das águas residuais domésticas de lavagens são, ainda hoje, despejadas sobre estas valas, embora as águas negras sejam maioritariamente drenadas para fossas sépticas particulares existentes. Este sistema tem ainda uma função de protecção das edificações contra as águas das chuvas que escorrem pelas vertentes dos taludes, arrastando consigo diversos detritos.

A rede de distribuição energia eléctrica de baixa tensão é constituída por uma linha aérea, suspensa em postes de madeira, que é alimentada a partir de um único posto de transformação existente no centro do aglomerado. A iluminação pública é efectuada através de candeeiros tipo lanterna, com lâmpadas de descarga, fixados aos postes da rede de distribuição.

A rede de comunicação telefónica é também constituída por linha aérea suspensa em postes de madeira, existindo apenas uma cabine de telefone público junto à sociedade recreativa do Pomarão.

4.2.2.9. Toponímia

Ao contrário da povoação da Mina de S. Domingos, no Pomarão as ruas nunca tiveram topónimos. Esta particularidade de desconhecida razão, poderá estar relacionada com a dimensão e com a morfologia da povoação que se desenvolve em encosta e somente com ruas pedonais de acesso às habitações (característica não impeditiva da existência de toponímia) ou com o tipo de comunidade que não sendo maioritariamente operária (o núcleo urbano era misto de comércio, administração portuária e trabalhadores do porto) não adquiriu uma consciência de povoado mas sim de aglomerado funcional de apoio ao porto fluvial com as suas instalações de apoio. Tal como nos pequenos aglomerados da Moitinha e da Achada do Gamo, onde também não existem topónimos.



Fig. 4.29 – Arquitectura de tradição clássica do Pomarão: Palácio da administração da empresa inglesa.



Fig. 4.30 – Arquitectura de tradição clássica do Pomarão: Edificações de influência urbana que alojavam o antigo comércio local.



Fig. 4.31 – Arquitectura de tradição popular standarizada do Pomarão: Habitação operária em banda.



Fig. 4.32 – Arquitectura de tradição popular do Pomarão: Tipologias de anexos destinados a cozinhas e sanitários (edificado subsidiário da habitação em banda).



Fig. 4.33 – Arquitectura de tradição popular do Pomarão: Edificações isoladas de feição rural.



Fig. 4.34 – Arquitectura industrial do Pomarão: Armazéns em ruínas.

Capítulo V

O Contexto Actual

5.1 Antecedentes

O processo pós encerramento da Mina de S. Domingos, foi um ciclo trágico que se desenrolou desde que a empresa M&B se decidiu pela interrupção dos trabalhos de extracção em 1965, alegando o esgotamento dos filões principais e a falta de rentabilidade para a continuidade da laboração, até ao começo do processo de reabilitação que ocorre com a primeira iniciativa de planeamento protagonizada pela CMM, quanto em 1988 decide mandar elaborar o Plano Geral de Urbanização da Mina e do Pomarão.

Esse período dramático, em que se dá um corte abrupto e violento com toda estrutura organizativa, funcional e sócio-económica dependente da empresa patronal inglesa, traduz-se numa sucessão de graves impactos que atingem primeiro a população mineira e as suas comunidades e posteriormente todas as infra-estruturas do complexo mineiro, zonas de laboração e meio envolvente.

Quando em 1959, o Estado português, previu a reconversão da mina (DG n.º 94 II série de 21 de Abril) e através da nomeada "Comissão de Estudo das Possibilidades de Reconversão da Região da Mina de S. Domingos", apresenta um relatório¹ que sublinha o problema social decorrente da anunciada "morte" destas comunidades e propõe medidas de reconversão a implementar pela M&B, que passavam essencialmente pela criação de novas indústrias ligadas à exploração florestal e à indústria do papel, para manutenção dos seus empregados e da população local, acreditou-se que seria possível à empresa viabilizar as acções necessárias para a reconversão da mina que tanto proveito lhe deixou ao longo de um século.

O reconhecimento da necessidade de implementar novas actividades para assegurar o emprego à população local, é partilhado pela M&B que em carta dirigida à DGMSG, em 1960, confia na capacidade de adaptação da população a novas indústrias e manifesta-se contrária ao desaparecimento da comunidade e tradição de S. Domingos.²

¹ O relatório da Comissão de Estudo, propõe a instalação das referidas indústrias e aconselha a empresa M&B a proceder à florestação dos seus terrenos, garantindo o fornecimento de matéria-prima para o efeito. *Arquivo CMM-MSD, volume 11 – Reconversão.*

² James Cross Brown, Presidente do Conselho de Administração da M&B, escreve em carta dirigida à Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos: "Sugerimos que seria erróneo permitir que a povoação da Mina de S. Domingos, com a sua comunidade e tradição, morresse." *Arquivo CMM-MSD, volume 11 – Reconversão.*

Na sequência dos estudos, relatórios e propostas trocados entre as partes envolvidas, ainda se esboçaram algumas acções que se revelariam infrutíferas. A empresa privilegia o investimento em imobiliário na região algarvia, onde adquire vários terrenos e um Hotel (1963), paralelamente torna-se accionista de uma exploração de sal em Loulé (onde só 80 operários foram colocados) e na Mina de S. Domingos apenas se construíram duas pequenas fábricas, uma de barcos e outra de transformação de mármore, que rapidamente acabaram por encerrar.³

Pouco se sabe sobre as verdadeiras razões políticas ou pessoais que levaram o Estado português, através dos seus responsáveis, a permitirem o constante adiamento das medidas necessárias para minimização do desastre latente. A sucessão de ideias e propostas apresentadas pela M&B e por outras empresas subsidiárias ou mandatadas foram protelando o cumprimento das suas obrigações perante a população e o Estado, que nada fez para impedir ou minimizar os danos resultantes do comportamento doloso da empresa arrendatária.

Apesar da colocação de alguns operários noutras minas portuguesas, assegurado pelo Governo, a pedido da M&B, os inevitáveis despedimentos colectivos sucedem-se entre 1963 e 1965. Neste último ano de laboração ainda se encontravam empregados cerca de 850 trabalhadores, que em situação dramática aguardavam pelo pagamento de salários atrasados e pela definição da sua situação face à Segurança Social.

Culminando o processo alienação de responsabilidades, a M&B consegue evitar as suas obrigações sociais e encargos de reconversão, declarando a sua falência em 1968 e rescindindo o contrato de arrendamento com a concessionária La Sabina. A empresa francesa que desde o descobrimento da mina, obteve a concessão definitiva do estado português e a arrendou à empresa inglesa, mantendo ambas sempre uma ligação estreita por via dos seus interesses comuns, surge então como nova proprietária, livre de ónus ou encargos.

Mercê da obtenção de duas novas concessões para o reinício da exploração, obtidas em 1967,⁴ que lhes permitem participar em actividades de sondagem e laboração, inconsequentes do ponto de vista produtivo, mas rentáveis quanto à cobertura que constituíram para o simultâneo processo de desmantelamento, a M&B e a LS promovem a alienação das infra-estruturas e dos equipamento de todo o complexo mineiro para,

³ Os imóveis adquiridos são referidos no Relatório Anual de Contas da M&B de 1963. In *O Processo Histórico, Mina de S. Domingos e Pomarão, Um Profundo Esquecimento*. CMM 1995, p7.

⁴ Alvarás de fraccionamento da mina que permitem à M&B e à LS manter as concessões. *DG n.º 300 III série de 28.12.67*

entre outros fins?, procederem ao pagamento de dividas a credores e ao Estado português.

Em 9 de Dezembro de 1966 foi autorizado pelo Ministério da Economia o completo desmantelamento do caminho-de-ferro entre a Mina e o Pomarão, permissão contraditória às preocupações de reconversão até então oficialmente defendidas pelo Estado português. Uma mudança de posição que possibilita à LS desenvolver uma sistemática e exaustiva delapidação do património industrial existente.

Foram indiscriminadamente vendidos como sucata todos os materiais metálicos pertencentes ao complexo. Máquinas, locomotivas, vagões, carris, caldeiras, tubagens, cabos, ferramentas, asnas, portões, janelas, etc.

Esvaziadas as oficinas e destruídas as infra-estruturas, seguiu-se o encerramento dos equipamentos sociais existentes. O hospital, a farmácia, a central eléctrica e o celeiro, foram igualmente desmantelados.

Enquanto isso também os povoados se esvaziavam progressivamente. A população activa emigra em busca de novos modos de sustento deixando para trás os mais velhos que sobrevivem com as suas parcas reformas.

Durante duas décadas, quase “nada” acontece.⁵ O movimento migratório estabilizou e os idosos foram resistindo a tempo de assistirem ao regresso dos filhos que nos anos oitenta começam paulatinamente a repovoar a aldeia. Alguns turistas começam então a procurar a Mina e as suas Tapadas durante a época estival, outros vem só conhecer aquela que já foi uma grande mina e cujas paisagens “lunares” fascinam pelas suas formas e cores invulgares.



Fig. 5.1 – Ruínas do edifício dos estábulos após o abandono do complexo mineiro. (Fotografias de GV)

⁵ “Nada” no sentido da reconversão. No período pós revolução de Abril de 74, verificaram-se algumas ocupações de habitações mineiras e edifícios devolutos. A apropriação popular da aldeia tem aqui as suas raízes, bem marcadas na toponímia alusiva à revolução e na construção de algumas casas dissonantes.



Fig. 5.2 – Aspecto geral das construções após o encerramento e desmantelamento do complexo mineiro. (Fotografias de GV)



Fig. 5.3 – Interior das oficinas, esvaziadas durante o desmantelamento do complexo mineiro. (Fotografias de GV)

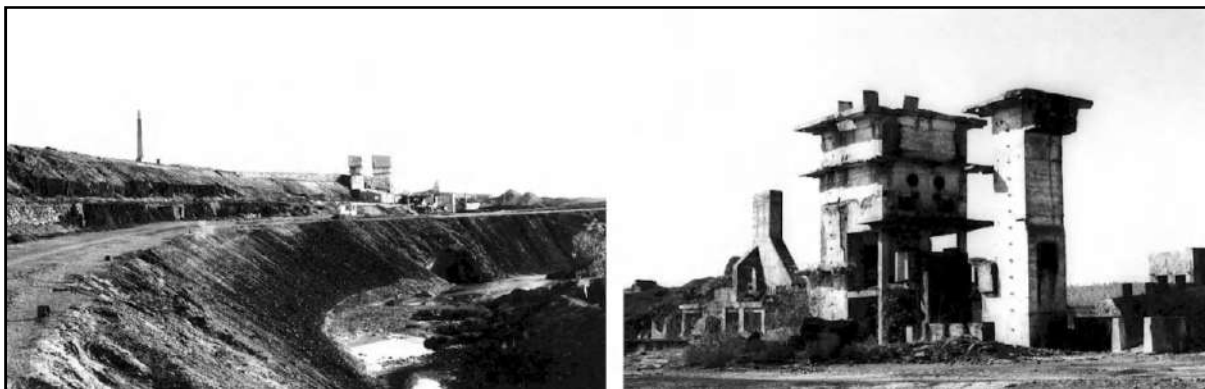


Fig. 5.4 – Plataforma do caminho-de-ferro, levantado em 1968 e fábrica de enxofre, após o encerramento em 1962 e posterior desmantelamento. (Fotografias de GV)

5.2 Passivo social, estrutural e ambiental

Em finais dos anos oitenta, a Mina de S. Domingos era um sítio com múltiplos problemas de ordem social, estrutural e ambiental, cuja dimensão transcendia as capacidades de intervenção da administração local e cujo tema não tinha peso no panorama das preocupações e prioridades nacionais. Um lugar remoto, no esquecido interior alentejano,

longe das cidades e das sedes do poder político, com uma realidade própria muito acentuada que a tinha isolado ainda mais do mundo e da sociedade.⁶

5.2.1 Impactos do repovoamento

O fenómeno de repovoamento da aldeia, começava a assumir alguma importância no contexto político e demográfico do concelho, o número de habitantes não permanentes aproxima-se do número de residentes e lentamente a desertificação e o envelhecimento começam a inverter-se. Nas duas últimas décadas muitos retornaram e trouxeram os seus filhos ou netos, outros vieram ao encontro da oportunidade de possuir uma casa por poucos tostões para recuperar ou ampliar, destinada ao lazer de fim-de-semana. Apesar de tudo a Mina tem os seus encantos.

Uma renovada comunidade, começa então a reivindicar melhores condições de vida e fixação. As infra-estruturas básicas são precárias e a maior parte dos fogos não tem condições de habitabilidade face às exigências actuais.

As antigas habitações operárias existentes, compostas apenas por um ou dois compartimentos, eram por vezes complementadas por pequenos logradouros onde existiam hortas ou cozinhas e quintais. A ampliação destes anexos ou a construção de novos começa por ser a primeira solução que a população encontra para aumentar a sua área habitável e com isso reunir melhores condições para permanecer mais tempo com os seus familiares.

Consequentemente, começa a gerar-se um grande impacto sobre a malha urbana e a sua estrutura que tende a alterar o sistema racional e uniformizador do edificado mineiro. Em confrontação com os quartos em banda, as novas construções anexas reflectem diferentes tipologias e alinhamentos, colocando em risco as relações arquitectónicas e a harmonia urbanística da aldeia. Estas tendem a tornam-se cada vez mais as habitações principais invertendo a tradicional relação face à banda.

Os habitantes vão-se apoderando da sua aldeia, introduzem novos elementos e estabelecem novos diálogos que antigamente não eram permitidos ou sequer conhecidos, pois a entidade patronal, proprietária da aldeia, geria segundo as suas regras todo o espaço urbano e até a forma de habitar da comunidade. O novo sentido de posse e liberdade, leva-os por vezes a contrariar essa ordem ainda existente nos edifícios e nos espaços exteriores.

⁶ A problemática existente na povoação da Mina de S. Domingos é extensiva à povoação do Pomarão.

Os espaços livres começam primeiramente por ser vedados, passado algum tempo surgem as construções precárias e ilegais. A este fenómeno não está alheio o tipo de ocupação profissional e a reduzida instrução da maior parte da população activa que se vem dedicando cada vez mais aos trabalhos de construção civil, quase sempre sem enquadramento legal ou formação adequada.

A apropriação popular da aldeia tem assumido progressivamente uma dimensão invulgar através da proliferação de edifícios ilegais, que é actualmente o impacto existente mais preocupante. Longe estão já os tempos revolucionários de Abril, as marcas de então são pouco significativas quanto comparadas com as marcas de hoje, pois os princípios e os valores da sociedade em muito se alteraram.

Sobre o edificado mineiro, que a população mais antiga manteve conservado, começam a surgir alterações às suas características arquitectónicas originais. As condições de conforto, requeridas pelos novos habitantes e a introdução dos "gostos" e materiais difundidos nos subúrbios onde residem, normalmente associados a um ideal popular de casinha alentejana embelezada, leva à descaracterização da despojada arquitectura mineira. A maioria dos que tem recursos para efectuar obras gerais, procedem ilegalmente à substituição dos elementos construtivos mais marcantes, introduzindo materiais como o alumínio e a telha "lusa" em detrimento dos materiais tradicionais, como a madeira e a telha "mourisca" ou de canudo, esta massivamente transportada para a construção de "típicas" moradias de férias no Algarve. Os que tem poucos recursos, conservam a habitação com as suas características iniciais ou com pequenas alterações no seu interior.

No comportamento actual desta pequena comunidade, residem simultaneamente os mais profundos estigmas e orgulhos do passado. Uma ambivalência de valores entre os que defendem a sua memória e identidade e os que apagam rapidamente essas referências de forma individual e oportunista. Em ambos os lados predomina uma pobreza qualquer, a das condições de vida ou a da formação do carácter. Esta dualidade perpassa por quase todas as componentes do problema social destas localidades.



Fig. 5.5 – Impacto da proliferação de construções anexas dissonantes.
(Fotografias de LS e AC e extracto da planta de condicionantes do PGU)



Fig. 5.6 – Tipologia de anexo mineiro e construções ilegais dissonantes que invertem a relação face à banda.



Fig. 5.7 – Anexo mineiro preservado e anexos com novos materiais de embelezamento.



Fig. 5.8 – Intervenções de individualização e embelezamento da habitação em banda.



Fig. 5.9 – Algumas formas de apropriação do espaço público nas ruas entre a habitação em banda.

5.2.2 Passivo estrutural

A Mina de S. Domingos e o Pomarão, os dois aglomerados urbanos que dependiam exclusivamente da empresa mineira que os construiu e administrava, perdem com encerramento da mina, a sua qualidade autónoma face ao resto do concelho. Desde então iniciam um penoso trajecto de integração social e administrativa numa nova

realidade que lhes é frequentemente indiferente quanto às prioridades políticas e sociais.

As infra-estruturas básicas destas localidades são quase inexistentes. Não possuem saneamento básico nem arruamentos pavimentados e são servidas por uma precária rede de distribuição de água domiciliária e de energia eléctrica, instaladas pela CMM e pela EDP. As áreas livres públicas encontram-se degradadas e sem ajardinamento, sinalização ou mobiliário urbano.

Os equipamentos de apoio ao bem-estar social da população são escassos, não existindo posto médico, farmácia, centro comunitário, creche, jardim-de-infância ou centro de dia para idosos.

Quanto aos edifícios públicos, estes não se diferenciam muito do anterior quadro. Parte dos equipamentos permanecem devolutos e em mau estado de conservação, pois só agora foram transmitidos para a posse da Câmara Municipal, casos do "Cine-Teatro" e da sociedade recreativa "Musical", os restantes, como o Mercado e dos edifícios do parque escolar que se encontram em funcionamento, nunca receberam obras gerais de conservação ou reabilitação, estando em precárias condições de uso e segurança.

O parque habitacional, cujo regime de ocupação e propriedade se encontra em fase de transição, ainda é maioritariamente propriedade da empresa La Sabina, encontrando-se genericamente em razoável estado de conservação, contudo verificam-se alguns problemas graves relativos às condições de habitabilidade e à sobrelotação de alguns fogos. A maioria das habitações (85%) são compostas por um a dois quartos de mineiro (16 a 32m²) sem sanitários e sem cozinha, em alguns destes vivem agregados familiares de 3 a 4 pessoas.

A empresa arrendatária M&B, enquanto a mina funcionou, ou a actual proprietária LS, nunca infra estruturam as povoações. As condições estruturais principais permanecem quase idênticas durante mais de um século.

5.2.3 Passivo ambiental

Uma consequência comum às actividades extractivas é o impacto ambiental que resulta do seu encerramento. A Mina de S. Domingos é nesse aspecto um caso paradigmático. Numa época em que a legislação existente e a tutela do estado não condicionavam as empresas exploradoras a adoptar medidas preventivas e mecanismos minimizadoras dos efeitos negativos da sua actividade, tudo foi

permitido em S. Domingos, desde o abandono das estruturas e do seu cruel desmantelamento à indiferença dos proprietários quanto às responsabilidades de recuperação.

Uma vasta área de 17Km de extensão que se explana desde o local do jazigo, junto ao núcleo urbano de S. Domingos, e termina no porto fluvial do Pomarão. Composta pela mina propriamente dita, com as galerias subterrâneas e a grande corta a céu aberto (alagadas desde o fim da extracção, com a subida do nível freático) e as ruínas dos edifícios industriais de apoio nas imediações desta; uma rede de canais e diques para evaporação e escoamento de águas ácidas até à ribeira do Chança; as enormes escombrelas de escórias e rejeitados dos processos de tratamento do minério; as ruínas da fábrica de enxofre da Achada do Gamo; a plataforma do antigo caminho-de-ferro e o que resta das suas estações e as ruínas do porto terminal ferroviário e cais de embarque do minério.

Em toda esta área abandonada, são múltiplas as situações de risco para a saúde e integridade física das pessoas que de modo crescente procuram este espaço como local de interesse turístico, o qual passados quase 4 décadas desde o seu abandono, ainda não foi sujeito a qualquer intervenção de remediação, delimitação ou simples sinalização, não obstante o perigo que representam as enormes quantidades de matérias contaminadas e contaminantes e os abundantes escombros e ruínas.

Os principais problemas ambientais desta área mineira abandonada, resultam das águas ácidas geradas⁷ continuamente ao longo das suas ribeiras e açudes que também contém elevados teores de sais e metais pesados que podem ser tóxicos e da existência de vários depósitos de minério, escórias e lamas provenientes da mineração e metalurgia aí desenvolvida.

Em termos de segurança, constituem risco grave para a integridade física da população e visitantes a existência de várias cavidades, poços e galerias não vedados ou encerrados devidamente e as inúmeras ruínas de edifícios e estruturas que não se encontram consolidadas. As barragens existentes junto à povoação da Mina de S. Domingos, também oferecem preocupação, dado que o estado de conservação e resistência dos respectivos paredões é desconhecido.

Existem também alguns riscos para a saúde pública derivados da dispersão de materiais contaminantes, caso das escórias por vezes inadvertidamente empregues

⁷ A origem da formação de águas ácidas resulta da existência de minerais do tipo pirite, pirrotite e calcopirite, nas escombrelas acumuladas e que por via da sua oxidação levam à produção de substâncias ácidas, na forma de ácido sulfúrico, e conseqüentemente ao abaixamento do PH da água com que estiver em contacto. *Estudo de Controlo Ambiental da Área Mineira Abandonada de S. Domingos, IGM – COBA, Volume I, p46.*

em obras de pavimentação de caminhos, e da provável contaminação das águas e leito do rio Chança devido ao escoamento das águas ácidas e dos metais pesados que transporta, acentuado em época de precipitação intensa.

Um outro fenómeno com consequências ainda por determinar, ao nível dos aquíferos das zonas envolventes, regista-se na corta da mina com a subida gradual do seu nível de águas ácidas. As causas desta ocorrência são ainda desconhecidas, embora possam estar associadas a alguma comunicação subterrânea ao nível freático entre as Tapadas ou nascentes existentes nas imediações.



Fig. 5.10 – Delimitação da Área Mineira Abandonada de S. Domingos. (Cf.estudo da COBA)



Fig. 5.11 – Corta com águas ácidas e vista aérea da zona abandonada da fábrica de enxofre, na Achaia do Gamo. (Fotografias de AC)



Fig. 5.12 – Alguns dos cursos de águas ácidas existentes na área mineira abandonada.



Fig. 5.13 – Aspecto das águas paradas com elevados teores de contaminação.



Fig. 5.14 – Depósitos de escórias e rejeitados de minério, espalhados ao longo da área mineira abandonada.



Fig. 5.15 – Galerias subterrâneas de acesso a mina e à direita túnel do caminho-de-ferro, entulhado devido a derrocada.

5.3 Processo de reabilitação e desenvolvimento

Os graves constrangimentos que assolavam as comunidades da Mina de S. Domingos e do Pomarão, passados 20 anos de sucessivo abandono, conduzem finalmente ao início de uma nova etapa da sua história. Um longo e penoso caminho começa então a ser percorrido pela CMM, cujo primeiro passo é dado com a elaboração de um plano de urbanização iniciado em 1988/89.

A existência de enormes problemas sócio-económicos e estruturais e as dificuldades em ultrapassar os condicionalismos decorrentes do estatuto de soberania da propriedade, determinam uma nova postura de compromisso e entendimento entre a proprietária LS e a CMM, cujas obrigações e interesses acabam por convergir sob a forma desse projecto.

Em questão estavam principalmente a resolução dos problemas de infra estruturação urbana e de aquisição da propriedade do parque habitacional, por parte da CMM e da população, respectivamente, e o ordenamento e classificação do solo em função de interesses de valorização económica e desenvolvimento turístico, por parte da LS.⁸

5.3.1 Instrumentos de ordenamento e reorganização

Em 15.12.1993 a Câmara Municipal de Mértola aprovou o Plano de Geral de Urbanização para as duas localidades e assumiu-o como um instrumento fundamental *cujo ordenamento urbanístico permitisse promover e valorizar os terrenos da empresa para a atracção de potenciais investimentos, que naturalmente teriam grande impacte e proveito para a região e em simultâneo permitisse resolver a grave situação social e económica em que vivem as populações (...),*⁹

A LS foi consultada durante a elaboração do PGU e não manifestou qualquer oposição na fase de inquérito público, tendo mesmo ficado de apresentar um plano de desenvolvimento para as acções que pretendesse levar a efeito na sua propriedade, conforme consignado na cláusula décima de um Acordo de Cooperação que celebrou com a CMM e com a CCRA, em 25.10.94, obrigação essa que não chegou a realizar.

Na sequência da visita à Mina de S. Domingos que o Primeiro-ministro Cavaco Silva realizou em Dezembro de 1991, foram criadas fortes esperanças na colaboração do Estado português para a resolução dos problemas existentes. Em declarações públicas Cavaco Silva promete inquirir sobre a legalidade do abandono a que a empresa proprietária da mina votou a região nos últimos 25 anos e mostra interesse em dar toda a atenção ao assunto, conforme foi noticiado no Jornal de Noticias e no Correio da Manhã de 9.12.91. Esse empenho, efémero, traduziu-se na ratificação do PGU pela Portaria do MPAT n.º 581/94 de 13 de Julho e na colaboração da CCRA no processo negocial subsequente que conduziu à celebração do “Acordo para a reorganização do estatuto de ocupação e propriedade do parque habitacional, espaços livres e equipamentos nas localidades de Mina de S. Domingos e Pomarão, nos termos do seu Plano Geral de Urbanização”, subscrito pelas partes (LS, CMM e EP) em 18 de Março de 1996.

⁸ A LS, nesta altura, era já uma empresa de capitais alemães com interesse turísticos e especulativos que durante algum tempo foi mantendo uma expectativa de desenvolvimento através da apresentação à CMM de alguns esboços de projectos turísticos, que foram abandonados para dar lugar a uma política de compensações que a levou, através do seu então director Alphons Kuentz, a propor o despejo de lamas tóxicas em troca de meios financeiros e de um polidesportivo para a MSD. In *O Processo Histórico, Mina de S. Domingos e Pomarão, Um Profundo Esquecimento*. CMM 1995, p14.

⁹ In *O Processo Histórico, Mina de S. Domingos e Pomarão, Um Profundo Esquecimento*. CMM 1995, p19.

5.3.1.1. Plano Geral de Urbanização

O Plano de Urbanização, que se encontra em vigor, consignou como principais objectivos para as duas localidades, o estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento que enquadrasse a reorganização urbana e a sua expansão e regulasse o uso do espaço e a salvaguarda do património urbano, arquitectónico e natural a preservar, enquanto memória histórica e arqueológica local.

Essa estratégia de desenvolvimento delineada, encontra-se sobretudo dependente da implementação de um conjunto de actividades previstas, designadamente:

- O turismo, utilizando os recursos hídricos e cinegéticos e o património edificado para turismo de habitação;
- O comércio, com um incremento natural e progressivo integrado no desenvolvimento;
- O desporto e o lazer, como actividades de complemento ao turismo e utilizando os recursos naturais;
- A museologia, convertendo a área mineira abandonada num parque de arqueologia industrial
- A pequena e média indústria, no apoio ao desenvolvimento transfronteiriço e à navegabilidade no rio Guadiana.

De entre outras acções e disposições previstas no Plano de Urbanização, destacam-se as seguintes:

- A elaboração de planos de pormenor, para definição do espaço e uso do solo;
- Os condicionalismos à alteração do edificado mineiro;
- A reconversão do edificado de génese ilegal ou dissonante;
- A construção de novas habitações em zonas de expansão;
- O tratamento dos espaços verdes;
- A construção de equipamentos hoteleiros;
- A construção de equipamentos desportivos e culturais,
- A construção de infra-estruturas urbanas;
- A abertura de um parque museológico com a reconstrução da linha de caminho de ferro;
- A reabilitação do porto fluvial para cais, estaleiro e doca seca de apoio às embarcações de turismo;

- A implantação de áreas de lazer junto às tapadas e ao rio;
- A construção de um parque de campismo junto ao rio Chanca;
- A construção de zonas industriais da moitinha e dos Salgueiros.

5.3.1.2. Acordo para a reorganização

Como grande obstáculo à iniciativa pública e privada, o estatuto da propriedade do solo e das edificações, exclusivamente na posse da empresa LS, é finalmente objecto de regulação específica no acordo celebrado para a sua reorganização. Após várias etapas negociais em que se sucederam algumas propostas para a redacção final do acordo, os aspectos relativos às obrigações da LS em concretizar projectos para a utilização dos seus terrenos, são abandonados pelo Sr. Kurt Weirauch, então presidente do Conselho de Administração, que alega incapacidade financeira da empresa para assumir investimentos.

Procurando salvaguardar os interesses das populações, a CMM e a CCRA insistem apenas nos aspectos relativos à venda do parque habitacional e à transmissão de equipamentos e espaços livres de utilização pública, o que acabaria por ficar consignado. Os critérios de preço de venda das habitações foram definidos com base na ligação sócio-profissional à Mina e a transmissão dos equipamentos sócio-culturais e desportivos e espaços livres de uso público, para a posse da Câmara Municipal, foram negociados como contrapartida pela execução das infra-estruturas urbanas por parte da CMM.

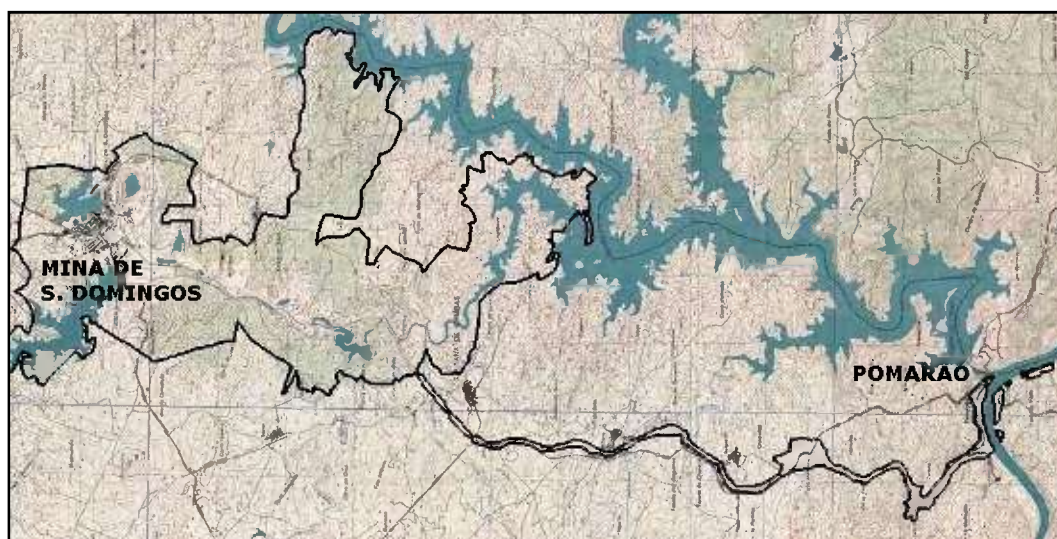


Fig. 5.16 – Delimitação da propriedade da La Sabina.

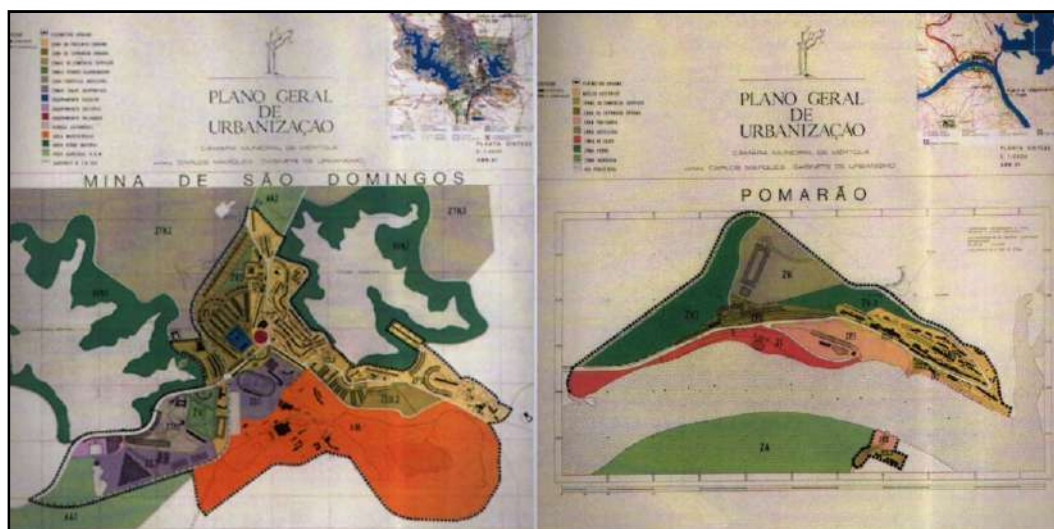


Fig. 5.17 - Plantas Síntese do Plano Geral de Urbanização da Mina de São Domingos e Pomarão. (CMM)

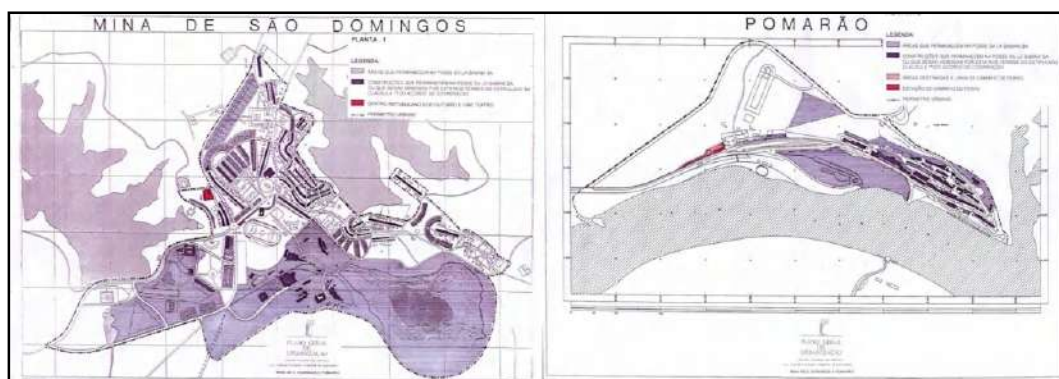


Fig. 5.18 - Plantas Anexas ao Acordo para a Reorganização. A azul a propriedade que permanece na posse da La Sabina, a vermelho e a branco os imóveis e as áreas a transmitir para a Câmara, respectivamente. (CMM)

5.3.2 Implementação dos instrumentos de planeamento e reorganização

Com a definição e ratificação dos instrumentos de trabalho, PGU (1994) e Acordo (1996), veio a obrigação da sua implementação através da execução das medidas previstas. Tarefa que desde logo se afigurou complexa face aos escassos meios das partes responsáveis (CMM e LS) e à ausência de comparticipação da administração central.

Dando continuidade ao processo de planeamento, a CMM mandou então elaborar dois planos de pormenor, um para o *precinto urbano* da Mina de S. Domingos e outro para o *núcleo histórico* do Pomarão, apresentados em Junho de 1997 para apreciação municipal.

Esses planos, cujas propostas pragmáticas, ¹⁰ consistiam basicamente na reconversão urbana das áreas de “logradouro”; na reorganização dos fogos do edificado mineiro em banda; na definição do novo edificado proposto e dos novos arruamentos construir, apresentavam como solução de concretização, o loteamento conjunto das áreas de logradouro e das áreas da habitação em banda, afim de obter uma sucessão de lotes individualizados que necessariamente suprimia as antigas ruas-pátio¹¹ e remetia para a periferia do conjunto resultante os novos arruamentos de circulação.

Essas renovações projectadas envolviam um complexo processo de permuta de compartimentos, destinado a compatibilizar o alinhamento dos limites dos lotes com os limites dos fogos, e previam a demolição de todo o edificado existente nas áreas de “logradouro” e a construção de uma nova rede de arruamentos. Mudanças consideradas demasiado radicais e de custos elevados, numa comunidade individualizada e pouco receptiva a novas ordens uniformizadoras, que terão levado a CMM a reprovar definitivamente os planos.

Um novo impasse instala-se no processo de reconversão da Mina e do Pomarão. Estagnadas as acções de planeamento e reabilitação urbana para estas localidades, apenas o processo de venda das habitações é posto em marcha. CMM e LS, voltam a convergir na forma, embora com razões diferentes correspondem às reivindicações de uma população cansada de esperar pela compra das suas casas e aos interesses económicos subjacentes aos proventos resultantes dessa venda.

Sustentada nas cláusulas do Acordo para a Reorganização, a venda das habitações é assumida como prioritária e decorre sem condicionalismos ou regras para a utilização e preservação do edificado mineiro.¹²

A abordagem frontal ao problema da degradação urbana fica mais uma vez adiada. Esgotada a expectativa popular, o impacto político de qualquer iniciativa é agora muito ponderado.

¹⁰ Nestes planos, o urbanismo e o edificado mineiro não foram considerados elementos musealizáveis, ao contrário do PGU, onde os condicionalismos à alteração das características arquitectónicas pré existentes subentendem o seu valor turístico-cultural. A coordenação dos Planos de Pormenor e do PGU foi da responsabilidade do Arq. Carlos Almeida Marques.

¹¹ Nos antigos bairros operários de S. Domingos, a habitação em banda define as ruas que a ladeiam. Acompanhando essas ruas existiam pontualmente “logradouros” que eram quintais ou anexos para complemento da habitação. Entre ambas, a rua era também usada como pátio. Situação característica no Alentejo onde as pessoas “habitam” muito o espaço exterior, mantendo quase sempre a porta de casa aberta.

¹² Juridicamente é dispensada a obrigação dos imóveis cumprirem os requisitos de habitabilidade previstos no RGEU, pois a sua data de construção é anterior à entrada em vigor do Regulamento (1951). Também não são previstos critérios de reversão ou perda de posse das habitações a favor da Câmara ou do Estado, em caso de alteração ilegal das suas características, incumprimento do PGU ou venda especulativa a terceiros.

Em Dezembro de 1998, a CMM instalou na Mina de S. Domingos, um Gabinete Técnico Local, tendo como área de intervenção o conjunto Mina de S. Domingos e Pomarão e como objectivos gerais a implementação do PGU, a elaboração de Planos de Pormenor e o apoio às populações na normalização da complexa e conflituosa ocupação do parque habitacional existente, designadamente através da execução do Acordo para a Reorganização do Estatuto de Ocupação e Propriedade.

Contudo vários condicionalismos de ordem técnica, política e humana têm protelado a concretização de um novo planeamento estruturante. Um assunto que tecnicamente carece de uma abordagem pluridisciplinar e compatível com a salvaguarda e valorização do património e identidade mineira das duas povoações, e que implica um processo de intervenção participado com as entidades locais, a LS e a população, que tarda a estabelecer-se.

Em Abril de 2000, são apresentados em exposição realizada na Mina de S. Domingos, os primeiros estudos de caracterização e planeamento realizados no GTL¹³. Intitulada “Mina de S. Domingos, Salvaguarda e Valorização do Núcleo Urbano Mineiro”, a iniciativa pretendeu estabelecer um primeiro diálogo com as entidades e a população através de uma abordagem em que o património mineiro é assumido como principal recurso e âncora fundamental para o desenvolvimento, e como tal de importância capital no processo de reabilitação global.

Algumas acções de implementação do PGU foram entretanto desenvolvidas, designadamente:

- A construção de uma área de lazer fluvial na tapada grande da Mina;
- O arranque da construção das redes de distribuição de água domiciliária e de saneamento básico da Mina de S. Domingos;
- A aprovação do projecto para a reabilitação do antigo palácio da Mina destinado à instalação de uma unidade hoteleira de 5 estrelas (um empreendimento promovido pela La Sabina).

Outras acções, referentes à implementação do Acordo para a Reorganização do Estatuto de Ocupação e Propriedade, vêm também sendo concretizadas, designadamente:

¹³ Da coordenação deste trabalho surge a necessidade de desenvolver um maior conhecimento sobre o tema e sobretudo a determinação em fazer prevalecer o património e a identidade do local, objectivos que se pretendem alcançar com o presente trabalho.

- A transmissão por venda de cerca de 300 das 950 habitações mineiras existentes, em número aproximado na Mina e no Pomarão.
- A transmissão por doação da La Sabina à CMM, do seguinte conjunto de imóveis da Mina de S. Domingos: "Cine-Teatro", "Centro Republicano 5 de Outubro", Sociedade Recreativa "Musical", Mercado, Campo de Futebol Cross Brown e uma habitação mineira em ruínas, na rua Sta. Isabel.

Quanto ao Estado português, as acções desenvolvidas até ao momento, traduziram-se apenas em apoio financeiro para a remuneração da equipa técnica do GTL, não tendo sido prestada qualquer outra assistência ou participação directa em iniciativas específicas para a resolução dos problemas sócio-económicos e estruturais da Mina de S. Domingos. Não obstante ter participado a construção da área de lazer fluvial e a empreitada de saneamento e abastecimento de água, considera-se que esses apoios não têm qualquer carácter excepcional face à problemática de S. Domingos, tendo sido obtidos no quadro dos apoios previstos para todo o território nacional.

No que diz respeito ao problema ambiental, foi lançado, pelo ministério do Ambiente, um programa para a reabilitação das minas desactivadas que visa a limpeza dos resíduos existentes e a intervenção sobre as estruturas abandonadas. Para a aplicação deste programa na MSD, foram já concluídos os estudos de caracterização por parte da empresa COBA, aguardando-se que a empresa pública EXMIN, concessionária para as respectivas intervenções (por atribuição pelo DL n.º 198-A/2001 de 6 de Julho), proceda às necessárias acções para a remediação dos impactos ambientais existentes em S. Domingos.

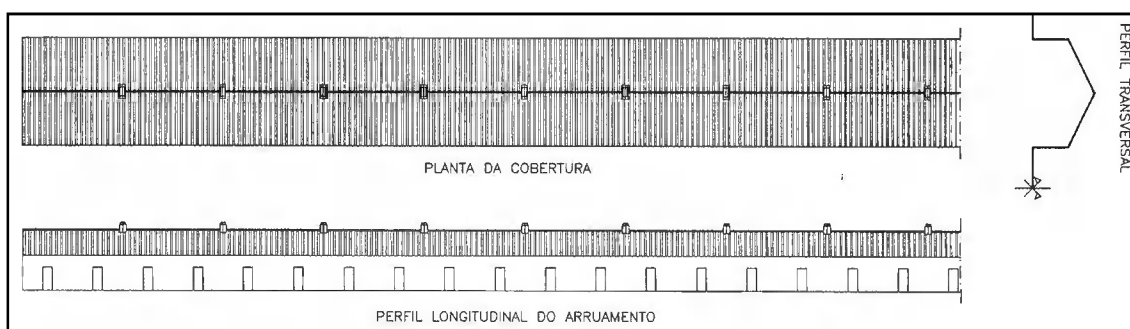


Fig. 5.19 – Habitações mineiras em banda. Edifício pré existente designado como "arquitectura mineira standartizada", pelo PGU e PP. (Proposta de Plano de Pormenor, Arq. CM)

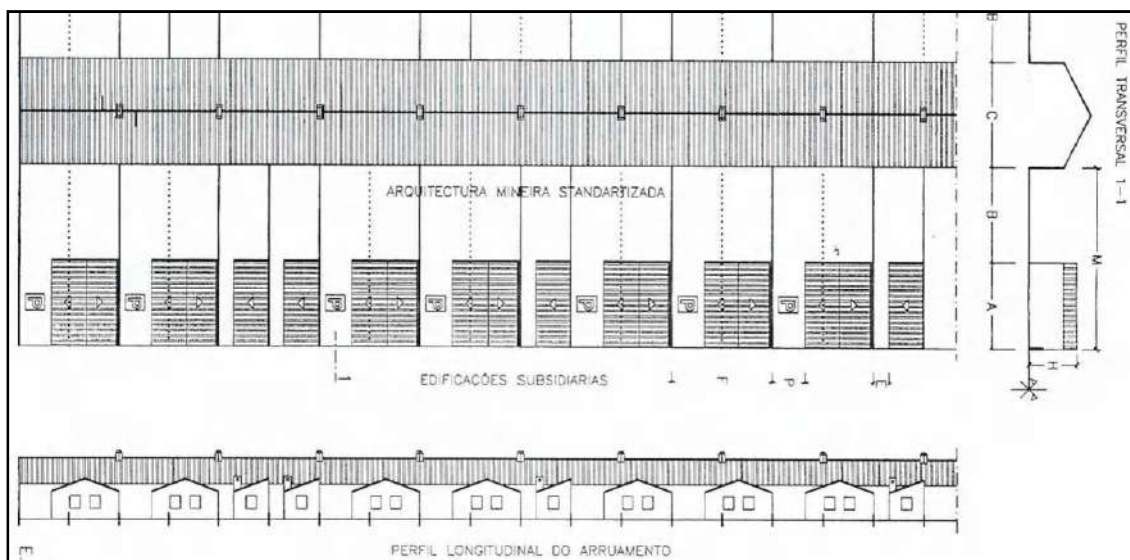


Fig. 5.20 – Loteamento integrando as habitações mineiras em banda e o novo edificado subsidiário proposto. A delimitação dos lotes suprime a rua pré-existente. (Proposta de Plano de Pormenor, Arq. CM)

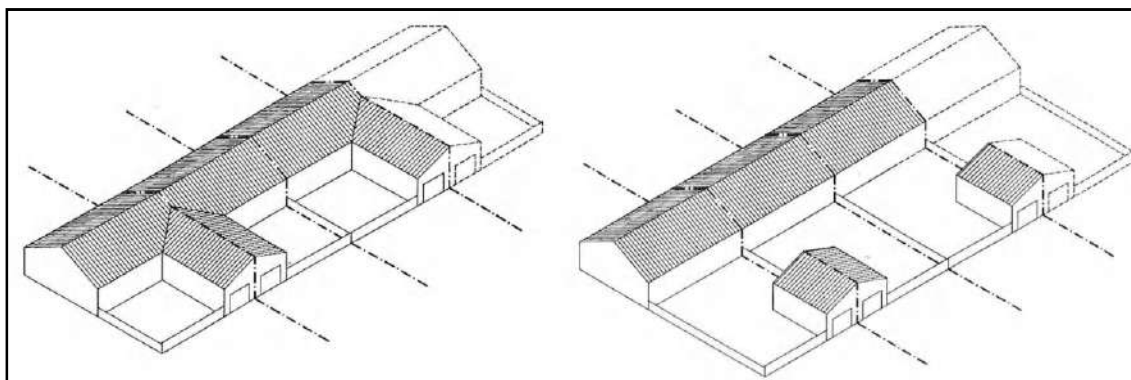


Fig. 5.21 – Proposta para novo edificado em banda, com edificações subsidiárias acopladas ou isoladas. A delimitação dos lotes e os seus muros ilustram a tendência para agregar os logradouros à banda. (Proposta de Plano de Pormenor, Arq. CM)



Fig. 5.22 – Cartaz da exposição realizada na Mina de S. Domingos pelo GTL. (CMM)



Fig. 5.23 – Localização e planta da área de lazer fluvial da Tapada Grande da MSD, (Praia fluvial). (CMM)



Fig. 5.24 – Aspecto actual da área de lazer fluvial da Tapada Grande da MSD, (Praia fluvial).



Fig. 5.25 – Palácio da Mina na actualidade e projecto da La Sabina para a sua reabilitação e utilização como hotel de 5 estrelas. (LS)

5.4 Casos de referência

No contexto geográfico da Faixa Piritosa Ibérica, diversos povoados mineiros cuja dependência económica assentava exclusivamente na mineração, confrontam-se nas últimas décadas com os problemas decorrentes dos impactos ambientais, sociais e económicos provocados pela desactivação dos seus complexos industriais, devido ao esgotamento dos filões ou à inviabilidade económica das explorações.

Actualmente o olhar sobre essas realidades polariza-se entre a via ecológica¹⁴ que defende essencialmente a reconfiguração dos territórios através da remoção das escombrelas para tapamento das cortas resultantes das actividades de mineração a céu aberto e da introdução de novos cobertos vegetais acompanhadas de medidas de minimização da contaminação do meio ambiente, e a via do património, representativo

¹⁴ Nos últimos 25 anos, a recuperação ambiental de explorações mineiras nos EUA, tem privilegiado sobretudo a limpeza e protecção dos solos e aquíferos contaminados e a reciclagem dos desperdícios mineiros, para conseguir o desenvolvimento de novas comunidades de vegetação que reponham a paisagem "natural". *Workshop Recuperação Ambiental de Explorações Mineiras*. Lisboa, FLAD, 1999.

da actividade mineira ao longo dos séculos, em particular no período da industrialização, que considera os impactos que moldaram o habitat e a cultura dos sítios mineiros, exprimem uma identidade específica dessas gentes e lugares, constituindo um novo recurso a explorar turisticamente em benefício da dinamização sócio-económica e da qualidade de vida local.¹⁵

É entendendo a existência de uma cultura mineira, manifestada na forma própria de lidar com a vida e determinada pela crueldade do passado e pela incerteza do futuro, que os centros mineiros mais representativos dessas comunidades da Faixa Piritosa Ibérica, se esforçam por consolidar a sua atractividade turística através da criação de parques temáticos com museus, percursos culturais e de natureza, reactivação de linhas de caminho-de-ferro mineiro e outros programas como a descida ao interior das minas.

Rio Tinto, na província espanhola de Huelva, sendo o maior centro mineiro da região, foi também aquele que primeiro soube transportar a riqueza cultural para o plano prático. Através de uma Fundação constituída para o desenvolvimento turístico e cultural do seu legado mineiro, foi criado um parque temático com os ingredientes já referidos, dos quais se evidenciam o grande museu mineiro que nos revela os 5000 anos de história da exploração das minas de Rio Tinto.

Nas minas alentejanas de Aljustrel e da Somincor em Castro Verde, ambas em laboração, há já alguns anos que as empresas mineiras e as Câmaras Municipais trabalham em parceria para o estudo da arqueologia da mineração e para a valorização desse património. Nestas minas, será possível num contexto de circuito turístico e cultural de sítios mineiros, observar uma mina em laboração na actualidade e quais as medidas de minimização de impactos que são adoptadas, antes do seu encerramento.

Mais recente e de menor dimensão que as minas de Rio Tinto e de São Domingos, a Mina do Lousal no concelho de Grândola, tem em fase de implementação um projecto de aproveitamento turístico da suas áreas industrial e habitacional, também através de uma Fundação constituída para o efeito, encontrando-se já em funcionamento um museu e um centro de acolhimento e interpretação e em curso diversas acções complementares, nomeadamente de requalificação urbana e revitalização sócio económica.

Como peça chave neste conjunto de locais com interesse turístico e cultural na área do património geomineiro e arqueologia industrial, a Mina de S. Domingos constitui um dos

¹⁵ As comunidades locais têm manifestado o desejo de preservar a sua história e valorizar a sua cultura através da reabilitação das infra-estruturas e do edificado mineiro abandonado. O turismo é uma das vias para a revitalização global dessas comunidades. Na Europa existem cerca de 500 experiências de musealização de minas e sítios geomineiros. TINOCO, Alfredo e SANTOS, Luísa - *Circuitos Turísticos e Desenvolvimento Local*. 99

mais exemplificativo e originais na forma como moldou a região e de como dela tirou proveito, de forma ávida, exaustiva e violenta.

Agregando no seu território património de diversas áreas disciplinares, tais como a geologia, arqueologia, arquitectura e ambiente, entre outras, S. Domingos revela um enorme potencial de recursos por explorar numa vertente paralela aos casos citados, mas com uma diversidade maior, mercê das suas importantes características de núcleo urbano e industrial com amplas áreas verdes naturais e tapadas na envolvente, e o seu trilho de caminho de ferro de ligação ao porto fluvial do Pomarão, actualmente desactivado.

Pronta a emergir como espaço turístico multi-funcional a Mina de S. Domingos e o Pomarão, dependem contudo de um projecto global estruturante que possibilite enquadrar uma extensa área de ruínas e estruturas abandonadas em articulação com a requalificação dos seus núcleos urbanos e com os recursos naturais de que dispõe. Projecto que ainda não existe sob forma material.¹⁶

5.4.1 Minas de Rio Tinto, um projecto turístico mineiro.

Em pleno coração da província espanhola de Huelva, junto ao rio que lhe deu o nome, Rio Tinto foi, desde o séc. XIX, o mais importante concelho mineiro da Faixa Piritosa Ibérica. As suas minas, exploradas desde a pré-história receberam um extraordinário incremento com a febre mineira que em meados do séc. XIX se estendeu a toda a mineração do Sudoeste Ibérico.¹⁷

Vendidas pela coroa espanhola à empresa inglesa *Rio Tinto Company Ltd*, em 1873, estas minas de cobre transformam-se em poucos anos nas primeiras do mercado mundial, um domínio que manteve até aos conturbados anos 30 do século seguinte.¹⁸

Com a tecnologia e o capital dos ingleses, introduziram-se os trabalhos de extracção a céu aberto, a par das tradicionais explorações subterrâneas, e implantou-se todo o conjunto de infra-estruturas industriais e ferroviárias necessárias para o tratamento e transporte das grandes quantidades de minério, até ao porto de Huelva.

¹⁶ Apesar de várias vezes citado, em publicações e comunicações sobre o tema, o projecto museológico e de aproveitamento turístico do património geomineiro de S. Domingos não foi ainda concretizado. Aguarda-se que as entidades directamente responsáveis e interessadas assumam a sua urgente realização.

¹⁷ A mineração do Sudoeste Ibérico recebeu um grande impulso em meados do séc. XIX, com o forte crescimento da indústria química, a principal consumidora de enxofre e de ácido sulfúrico cuja produção passa a obter-se a partir das pirites. *História da Faixa Piritosa Ibérica*. Revista *Bocamina*, n.º 5.

¹⁸ A década de 30 foi particularmente conflituosa em Espanha, culminando com o golpe de estado de 18 de Julho de 1936, cujo fracasso provocou a Guerra Civil Espanhola. *Ibidem*

Simultaneamente nasceu o novo povoado de Rio Tinto para albergar a mão-de-obra que acorria vinda de toda a Espanha e também a comunidade inglesa. A ampliação dos trabalhos com a escavação da *Corta Atalaya* obrigou à demolição da antiga aldeia em 1886 (*Rio Tinto antiguo*). (Fig. 3.26)

O sistema patronal “de estado” então implementado pela empresa inglesa e característico da época da 2.ª industrialização, preside à construção da nova aldeia. Os extensos e escalonados bairros operários contrastavam com o imponente e reservado bairro inglês. Vários equipamentos sociais, recreativos e desportivos foram progressivamente implantados, de forma dispersa entre as duas áreas socialmente distintas.

O Bairro inglês da *Bella Vista*, de finais do séc. XIX, é composto pelo palácio da direcção, casa de hóspedes, residências do pessoal britânico, clube, campos de ténis, pousada e igreja anglicana. Um conjunto que reproduziu os esquemas estéticos e culturais da época vitoriana e que tem actualmente a classificação de Interesse Público.

Os bairros operários junto às minas, distantes do bairro inglês, traduziam a estratificação social existente na época. Hoje, após a saída dos ingleses, ilustram o processo de apropriação e individualização das habitações sobreviventes à progressão dos trabalhos de desmonte, por parte dos seus residentes.

Em 1954 a mina deixou de pertencer à empresa inglesa, passando para mãos espanhola. Desde então várias foram as empresas que a exploraram, até que acabou por ser adquirida pela Rio Tinto SAL, uma sociedade anónima laboral constituída pelos trabalhadores empenhados em manter o seu posto de trabalho e em luta contra a enorme crise do sector, que afectou a região.¹⁹

Actualmente mantêm uma comunidade de cerca de 5.500 habitantes orgulhosa de ser o maior Centro mineiro da província de Huelva, pois a Mina é ainda o motor económico da povoação de Rio Tinto, mercê da sua produção de ouro e prata obtida a partir de novos processos de aproveitamento dos rejeitados de minério.

Em 1987, em plena crise produtiva da mina, nasce então a Fundação Rio Tinto, cujos nobres objectivos eram recuperar o património de 5.000 anos de mineração, da mais antiga e importante mina do mundo, e promover, através do turismo cultural, os postos de trabalho necessários à revitalização sócio económica da comunidade.

¹⁹ Com a aquisição do estabelecimento mineiro de Rio Tinto os trabalhadores conseguiram manter 500 postos de trabalho directos e 1500 indirectos. Dados da Fundação Rio Tinto.

A Rio Tinto SA, que tinha entretanto ficado com o património imobiliário, vendeu as casas operárias a um preço simbólico e as casas vitorianas a um preço próximo do de mercado. Todo o dinheiro recebido é aplicado no projecto da Fundação, que desenvolve uma política de auto financiamento, tornando-se num exemplo bem sucedido de desenvolvimento local.²⁰

Procurando a captação do investimento público e cultural, assumiu de modo muito prático, no seu projecto de desenvolvimento, a venda de dois produtos turísticos: - O impacto ambiental composto pelas diversas Cortas a céu aberto, galerias e poços de exploração subterrânea, enormes cerros de escombrelas e vastos lagos artificiais, que querem manter como potencial turístico (o património mineiro e o seu meio ambiente) e a "história da Humanidade", com os 5.000 anos de história e os importantes testemunhos da presença dos povos cartagineses e dos romanos.

O grande projecto turístico de desenvolvimento denominado "Parque Mineiro" ou "Aventura Minaparque", então lançado pela Fundação Rio Tinto, incluiu a criação do Museu Mineiro, onde se exibem actualmente os importantes achados arqueológicos da antiguidade e da era industrial da região. Único nas suas características em Espanha onde é também considerado um dos principais museus temáticos,²¹ recebeu em 1995, o prémio Andaluzia de Turismo e em 1998, o prémio Henry Ford.

As componentes mais atractivas do Parque Mineiro de Rio Tinto são o "Ferro Carril", com o seu percurso turístico pela área de arqueologia industrial da exploração mineira e os conteúdos museológico do Museu Mineiro cujas colecções abordam desde os primeiros assentamentos do período Calcolítico até às peças mais emblemáticas do caminho-de-ferro das Minas de Rio Tinto. A componente documental e de investigação histórica é também contemplada com a criação de um arquivo histórico com milhares de documentos e mapas desde o ano de 1857.

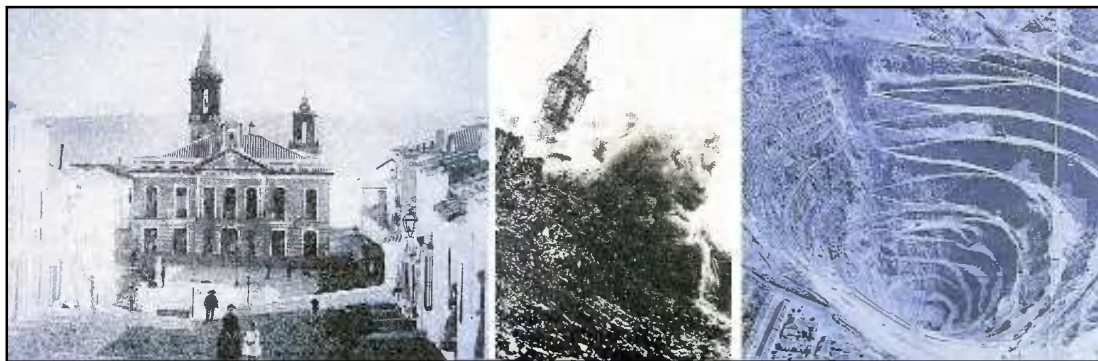


Fig. 5.26 – Demolição da antiga povoação de Rio Tinto e a Corta *Atalaya* que lhe sucedeu. (*La Comarca de Rio Tinto, un território de mina*, Fundação Rio Tinto)

²⁰ De acordo com informação fornecida pela Fundação Rio Tinto.

²¹ Em 1992 o Museu Mineiro de Rio Tinto recebeu 7.000 visitantes e em 1998, 36.000 visitantes. Dados da Fundação Rio Tinto.



Fig. 5.27 – O bairro inglês em 1897, o bairro operário, que já não existe e os trabalhos na Corta do Filão Norte de Rio Tinto, em finais do séc. XIX.
(*La Comarca de Rio Tinto, un território de mina, Fundação Rio Tinto*)



Fig. 5.28 – Impacto ambiental: um produto turístico do Parque Mineiro de Rio Tinto.
(*La Comarca de Rio Tinto, un território de mina, Fundação Rio Tinto*)



Fig. 5.29 – Arquitectura mineira de Rio Tinto: casas vitorianas do bairro inglês da *Bella Vista* (património classificado), a sua igreja anglicana e um dos antigos bairros operários.
(*La Comarca de Rio Tinto, un território de mina, Fundação Rio Tinto*)



Fig. 5.30 – Museu Mineiro de Rio Tinto e vistas do seu interior com a sala da época romana e o *Vagón del Maharajah*, construído para uma viagem da rainha de Inglaterra à Índia.
(*La Comarca de Rio Tinto, un território de mina, Fundação Rio Tinto*)



Fig. 5.31 – Aventura Minaparque de Rio Tinto: O comboio turístico cujo percurso acompanha o rio Tinto e as suas paisagens únicas, a *Corta Atalaya* perfeita e espetacular e *Vitriolos* suspensos no interior da mina. (*La Comarca de Rio Tinto, un território de mina*, Fundação Rio Tinto)

5.4.2 Mina do Lousal, um projecto integrado de desenvolvimento

Situada no concelho de Grândola e integrada na Faixa Piritosa Ibérica a mina de pirites do Lousal (descoberta em 1882) começou a ser explorada em 1900, tendo cessado a sua actividade extractiva em 1988. Pertenceu a várias empresas a última das quais foi a Sapec SA, que é a actual proprietária do terreno e das edificações.²²

O seu apogeu ocorre entre 1940 e 1960, período em que a par da extracção de pirites também se produz o enxofre destinado à produção de ácido sulfúrico para a fabricação dos adubos da mesma empresa. Este foi o período em que o complexo mais cresceu, construindo-se vários bairros, equipamentos sociais, recreativos e desportivos.

O seu núcleo industrial e logístico ocupa uma posição central no território do complexo (200Ha), com os seus grandes edifícios ainda em razoável estado de conservação. A área da mina encontra-se-lhe imediatamente adjacente, com os poços e galerias da lavra subterrânea e a “corta” de extracção a céu aberto. Circundante ao complexo industrial desenvolve-se, o bairro operário, com as tradicionais habitações em banda, e o bairro do pessoal, técnico e administrativo, com as moradias dispersas em área mais afastada e arborizada, mais próxima da barragem existente. O palácio da direcção, diferenciado pela sua grandeza e pela privacidade do seu espaço exterior murado, situa-se em posição dominante face ao núcleo central do complexo. Os equipamentos sociais, recreativos e religiosos, embora dispersos, também ocupam uma maior centralidade.

O Lousal é hoje um complexo mineiro-industrial desactivado composto por uma área mineira abandonada, diversas edificações industriais de apoio à exploração e um aglomerado urbano, característico dos estabelecimentos mineiros industriais da sua época, onde ainda subsiste uma comunidade de cerca de 700 habitantes. Os problemas existentes são idênticos aos das suas outras congéneres. Uma população

²² Para o conhecimento da história e património da Mina do Lousal ver *Museu Mineiro do Lousal*, APAI, 1998.

composta por idosos e desempregados, sem projecto de vida e com muitas carências de ordem económica e social. Um parque edificado degradado e desajustado às exigências de conforto actuais que vem sendo sujeito a intervenções de apropriação e descaracterização. Um estatuto de propriedade privada exclusivamente na posse da empresa proprietária e um conjunto de impactos ambientais, com escombreyras e contaminação aquífera, decorrentes da interrupção da exploração mineira.

O projecto de desenvolvimento e redinamização do Lousal (RELOUSAL) que se encontra actualmente em fase adiantada de implementação, surge cerca de dez anos após o encerramento da mina em resultado da convergência de esforços entre a Câmara Municipal de Grândola e a empresa proprietária Sapec SA.

Naturalmente favorecido por uma mentalidade moderna e aberta à resolução dos problemas intrínsecos ao abandono da mina, por uma maior proximidade dos grandes centros de decisão, económicos e políticos, e devido à menor dimensão da área do complexo e do seu estado de degradação, o processo de reabilitação protagonizado pelas entidades referidas, começa com a criação da Fundação Frédéric Velge cujo fim é precisamente promover o projecto RELOUSAL.²³

Um projecto integrado que prevê a recuperação ambiental a par do aproveitamento turístico do complexo, com objectivos muito concretos quanto à revitalização sócio-económica da comunidade e à valorização da cultural local e regional onde esta se insere, privilegiando a promoção do emprego e a valorização profissional dos habitantes através da seu envolvimento nas actividades turísticas e na produção de produtos artesanais.

A componente museológica assume, no projecto, uma importância polarizadora, pois a temática da mineração e do património industrial é o elemento estratégico que estabelece a ligação a outros projectos existentes e a criar no contexto geográfico da FPI. Como tal a criação do Museu Mineiro do Lousal, já em funcionamento, aspira a integrar um circuito de turismo mineiro na parte portuguesa cujo público reside sobretudo nas comunidades escolares e científicas dos ramos da Geologia, História e Arqueologia.

Complementarmente, numa lógica de diversificação da oferta turística, o projecto integra também as componentes do turismo rural e de natureza, através da utilização das antigas moradias reabilitadas, de uma unidade hoteleira e de um parque de campismo a construir, e do aproveitamento dos recursos naturais

²³ Baseado no projecto de Desenvolvimento Integrado de Redinamização do Lousal, no Plano de Urbanização do Lousal, da autoria da OA e também no programa museológico do Museu Mineiro, desenvolvido pela APAI.

existentes com destaque para a tapada da ribeira de Espinhaço de Cão, construída para apoio à antiga actividade mineira.

O turismo, apoiado no património e na natureza, constitui assim o principal instrumento da Fundação F. Velge para relançar o desenvolvimento do Lousal.

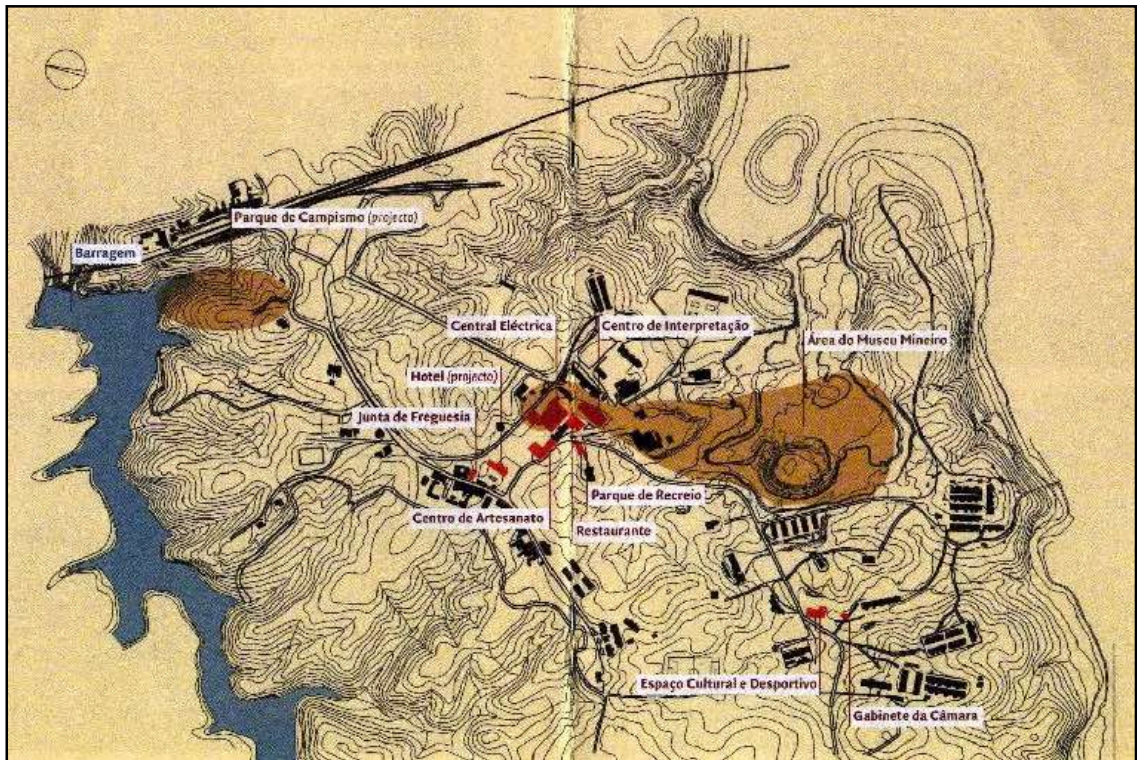


Fig. 5.32 – Planta do projecto reconversão e aproveitamento turístico da Mina do Lousal. (Brochura Lousal FFV)



Fig. 5.33 – Impacto ambiental: contaminação aquífera e escombrelras. (Brochura Lousal FFV)



Fig. 5.34 - Bairro operário e Igreja e Centro de artesanato. (FFV)



Fig. 5.35 - Museu Mineiro do Lousal. (FFV)

Capítulo VI

Património, Oportunidades e Perspectivas de Desenvolvimento

6.1 Introdução

Da experiência do passado recente, relativamente à implementação do processo de reconversão e requalificação da Mina de S. Domingos e Pomarão, infere-se de modo directo (ver Apêndice 3) que o seu ritmo de realização tem sido lento e de amplitude reduzida.

Dos objectivos e conteúdos programados, nos principais instrumentos de ordenamento e gestão poucos foram os alcançados e os desígnios estratégicos delineados, no tocante à preservação e reabilitação do património industrial e ao desenvolvimento económico com base no turismo cultural, não se encontram conseguidos nem tão pouco são consensuais.

Dar continuidade ao mesmo modelo de intervenção que nos trouxe até aqui, num território que acumula fragilidades e que tem dificuldades em assimilar e maximizar investimentos, permanecendo agarrado a uma carga negativa remanescente do lado negro do seu passado recente, afigura-se inadequado e nocivo para o seu desenvolvimento.

Mesmo quando estabelecida relação com os casos de referencia contextualizados no capítulo anterior, verifica-se que a aquisição de mais-valias para o processo de reconversão e requalificação deste território não tem sido consistente e que a intermitência entre intervenções de qualidade e intervenções desqualificadas, principalmente sobre o edificado no âmbito dos particulares e sobre o espaço público no âmbito municipal, vem pondo em risco a consolidação do processo de requalificação, o reforço da atractividade local e a retorno dos investimentos já realizado.

Urge portanto olhar para novos horizontes e reforçar os valores chave deste território, recentrar as áreas focais de um projecto de requalificação e desenvolvimento que deverá ser mais abrangente e multifuncional, trabalhar novos conceitos e agregar complementaridades, limitar dificuldades e maximizar forças para potenciar as oportunidades de desenvolvimento.

Deverá evoluir-se para uma abordagem mais holística e multidisciplinar que privilegie a multifuncionalidade e a complementaridade dos recursos do território, onde a diversificação de utilização do meio prevaleça sobre a intensidade, integrando a filosofia

do desenvolvimento sustentável e compatibilizando a sensibilidade dos valores *Core* e a sua preservação com as intervenções estruturais necessárias ao estabelecimento das actividades económicas, turísticas e culturais.

Neste capítulo pretende-se relacionar o património mineiro com os valores históricos, naturais e ambientais existentes, entre os quais: a Paisagem, o Rio Guadiana, as Albufeiras e as Áreas Protegidas e nesse contexto evidenciar as estruturas existentes e as suas possibilidades de aproveitamento, designadamente: o caminho-de-ferro desactivado e eventuais ecopistas; a área mineira abandonada e a musealização do seu património geomineiro e o porto do Pomarão e a sua refuncionalização para fins de recreio náutico e equipamentos culturais. E abordar ainda quais as perspectivas de desenvolvimento turístico face aos mercados e públicos emergentes, às acessibilidades e proximidades a Espanha e à região turística do Algarve e às entidades e agentes interessados, prescrevendo um modelo de desenvolvimento e gestão e alguma propostas de intervenção estratégicas.

6.1.1 Valores estratégicos

O reconhecimento do património industrial e mineiro (IGESPAR, DGEMN, APAI) como uma parte importante da nossa herança colectiva - o espaço cultural da mina - e por conseguinte o assumir de que se trata de um bem cultural precioso que será recurso estratégico, por excelência, no desenvolvimento futuro das áreas mineiras abandonadas, é um ponto incontornável para qualquer projecto de requalificação e desenvolvimento a considerar no âmbito desta temática.

Este é um tipo de património, na sua vertente industrial, que embora recente por ser do sec. XIX e da era da industrialização, necessitada e clama por cuidados urgentes no âmbito da inventariação e preservação e da gestão e valorização. Tal urgência deve-se à ameaça permanente de destruição e de perda deste património, seja pela sua fragilidade e efemeridade seja em resultado do abandono e da incúria, do vandalismo e da falta de sensibilização para a preservação e valorização do património industrial mineiro.

O território do antigo estabelecimento mineiro da Mina de S. Domingos, outrora espaço de labor intenso, propulsor do desenvolvimento da região e do país, é hoje um espaço de degradação ambiental e de depressão social e económica. É sobre este registo que se perspectiva o futuro deste lugar, através da musealização do território da mina e do aproveitamento turístico do seu património.

Ao focalizar os valores chave deste território temos como grande chapéu - O património Cultural, como herança colectiva e como recurso estratégico. Este elemento, no sentido amplo, abrange três vértices: O Património Material ou Construído; O Património Imaterial e O Património Ambiental.

6.1.2 O valor Património Cultural

A importância do Património Cultural como elemento agregador e identitário deste território deve ser sempre considerado como uma mais-valia para as actividades económicas a desenvolver e um elemento vital a defender quando em questão valores de interesse privado. A este propósito impõe-se discutir de que valores estamos realmente a falar e perceber como se arrumam no quadro legal e institucional nacional.

A Mina de São Domingos tem valor para ser considerada Património Cultural? No seu processo de requalificação e desenvolvimento, deverá considerar-se determinante esse valor cultural? A região e o concelho poderão ser beneficiados com a classificação desse valor cultural? Questões como estas, têm emergido ao longo do desenvolvimento deste trabalho e, seguramente terão sido abordadas por outros que anteriormente participaram no processo de reconversão. A resposta que se considera adequada, tendo em conta todos os condicionalismos sociais, políticos e económicos, é no sentido afirmativo!

O valor cultural das povoações da Mina de São Domingos e Pomarão e no seu conjunto a área do antigo estabelecimento mineiro que lhes deu origem é de facto muito relevante. É incontornável considerá-lo como o factor motor de todo um processo de revitalização, mais do que qualquer outro de ordem individual ou sectorial.

Sendo o Património um legado de todos para todos, a sua desvalorização tem custos não mensuráveis no presente. A diferentes níveis, essa depreciação reflecte-se, entre outros, na inviabilização de um desenvolvimento sustentado e abrangente, na alienação da identidade local e no desenvolvimento de crises económicas e sociais.

6.1.3 Delimitação e natureza do Bem Cultural

A área a classificar como Imóvel de Interesse Público, designando-se por “Conjunto da Mina de S. Domingos e Pomarão”, corresponde em termos gerais à área do antigo estabelecimento mineiro de São Domingos, que a empresa inglesa Mason & Barry

Ltd construiu e explorou entre meados do sec. XIX e meados do sec. XX, em torno do grande jazigo de pirite cuprífera existente no concelho de Mértola.

Esta área, modelada pela intensa actividade mineira e industrial, inclui: a zona de extracção a céu aberto ou corta da mina; a zona industrial adjacente à mina, integrando as ruínas do cais de minério, da central de energia e força motriz e das oficinas mecânicas; a zona metalúrgica da Achada do Gamo; a plataforma do caminho-de-ferro e do porto do Pomarão, integrando as ruínas das suas infra-estruturas e estruturas de apoio e os dois núcleos urbanos da Mina e do Pomarão, que constituíram a base de suporte humano e logístico necessária à laboração e à organização do estabelecimento mineiro e do seu caminho-de-ferro e porto fluvial.

Para uma definição da natureza do Bem Cultural, estamos perante um antigo complexo mineiro do séc. XIX que se desenvolveu na Serra de São Domingos e estendeu o seu impacto até ao Pomarão, porto fluvial de embarque do minério.

No que se refere aos núcleos urbanos da Mina e do Pomarão, que se consideram para este propósito como núcleos históricos, efectivamente o seu agrupamento de edificações, com destaque para o da Mina de São Domingos, possui uma coesão, espacialidade e integração que conjugadas com o seu interesse histórico, arquitectónico e social, se configuram como um "Conjunto" na espécie de Núcleo Industrial Tipificado. Esta natureza de "Conjunto" aplica-se também ao todo da área do antigo estabelecimento mineiro que assim integra a vertente urbana e a vertente industrial do mesmo espaço cultural.

O perfil deste conjunto, avaliado segundo a sua representatividade e influência, traduz-se nos seus núcleos urbanos e estruturas industriais do séc. XIX, inseridos num contexto marcadamente rural, exemplificativos da actividade industrial mineira na região e das técnicas construtivas locais e industriais da época, devidamente organizados, morfologicamente em função de causas sócio-económicas e urbanisticamente em função dos estatutos sócio-profissionais.

Possui por isso, importante significado histórico em relação ao período da industrialização na região e no País e constitui a memória da fixação humana e da actividade mineira e sua influência nesse espaço. Destaca-se pela concepção arquitectónica e urbanística dos seus edifícios, construídos com materiais e técnicas eruditas e populares, pela imponência das suas ruínas industriais e pela grandeza da corta da mina. Foi cenário de uma das mais importantes e marcantes lavras mineiras do seu tempo, e o que resta dessa actividade constitui ainda um conjunto exemplar excepcional.

6.1.4 O património a preservar e valorizar

Perante uma área de intervenção directa bastante alargada, existirão seguramente diversas abordagens a desenvolver para a potencialização da herança material e imaterial deste antigo complexo mineiro.

Contudo, como primeira etapa de um processo extensivo a todo o “Conjunto da Mina de S. Domingos e Pomarão”, desde o núcleo urbano da Mina à área do núcleo industrial e ao núcleo urbano do Pomarão, integrando a plataforma ferroviária de ligação, considera-se que se deve partir da delimitação e assimilação de um núcleo histórico na Mina de São Domingos, que constituirá o espaço referencial desse processo e, simultaneamente, permitirá que o projecto de reorganização e requalificação urbana incida sobre a área mais crítica e de maior dimensão e importância para a população.

Numa segunda etapa deverá considera-se a aplicação do mesmo conceito ao núcleo histórico do Pomarão. Os dois pólos, Mina e Pomarão, concentrarão em cada um deles os meios e as condições para acolher visitantes e albergar os serviços e equipamentos de apoio e demais actividades de suporte ao desenvolvimento.

A preservação e valorização do seu edificado e do seu espaço urbano reveste-se de particular importância pois serão o espelho e o farol da atractividade que incidirá sobre os públicos e os consumidores do produto turístico cultural que se almeja oferecer.

A requalificação urbana precede a requalificação ambiental da área mineira abandonada. Não no que se refere à remediação das áreas contaminadas ou com risco para a saúde pública, cujas intervenções de minimização de impactos devem prosseguir e concluir-se o mais rapidamente possível, mas sim no respeitante à intervenção no espaço da mina, nas estruturas e nos trilhos existentes, que deve ser tratada com a ponderação e o holismo que se impõe, em atenção ao valor cultural em questão e à sensibilidade e especificidade da sua natureza. Nenhuma parte deve por em questão a outra, uma vez que na fruição do espaço se pretende coabitar o interesse turístico com o interesse científico e com o interesse recreativo, sem descaracterizar a paisagem nem comprometer a atmosfera própria do território da mina.

Mas, preservar para quê? Questionam pelo menos os que não olham na óptica das oportunidades que constituem as mais-valias e as vantagens comparativas que advêm de uma especificidade territorial, mas antes na óptica do entrave à liberdade

da iniciativa individual e privada e das dificuldades burocráticas que tal responsabilidade pode acarretar.

Importa pois esclarecer que a cultura de responsabilidade pelo bem colectivo é hoje uma importante característica das sociedades desenvolvidas e que o exercício da cidadania também engloba esse dever de preservar o legado cultural e garantir a sua entrega aos vindouros, não obstante a obrigação legal e constitucional que nos é imposta.

A preservação do património garante o conhecimento do passado e permite a análise e a vivência necessária à recolha de ensinamentos para a construção do presente e do futuro, que a todos interessa. Contribui para o enraizamento das populações e para o seu enriquecimento cultural. Consolida um espaço de referências de um tempo que proporciona a inter-relação dos diferentes tempos históricos e valoriza a identidade local, face ao contexto onde se insere, seja nacional ou internacional.

6.2 Potencial e tendências de desenvolvimento

O potencial de desenvolvimento das localidades da Mina de São Domingos e do Pomarão, entendido como a possibilidade de melhoria das condições de vida da população e de instalação de novas estruturas e actividades de apoio ao turismo e à cultura, é bastante significativo e perspectiva diversos benefícios ao nível das oportunidades de investimento público e privado, de negócio, de valorização dos bens privados e de criação de emprego jovem.

Mercê do seu enquadramento natural e da sua relação geográfica e económica com Mértola, centro turístico-cultural já consolidado, Estes núcleos urbanos mineiros beneficiam de um conjunto de recursos, ainda por desenvolver em articulação com o seu valor cultural.

À herança Romana e Islâmica de Mértola e à sua envolvente natural, já valorizada pelo Parque Natural do Vale do Guadiana, impõe-se juntar a herança Industrial destas duas povoações para que, face aos valores existentes, a oferta turística e cultural seja mais abrangente e integrada no desenvolvimento da região.

Mas a valorização do potencial turístico cultural, passa prioritariamente pelo nosso relacionamento com o património existente, que terá de deixar de ser uma relação de exclusivo uso para passar a ser uma relação de continuada valorização e dignificação, através de uma reabilitação do edificado e da sua envolvente, compatível com a preservação dos valores tradicionais característicos.

A outro nível, a valorização passa pelo desenvolvimento e pela promoção, através do melhoramento das infra-estruturas e equipamentos, da requalificação dos espaços públicos e da divulgação e animação dos diferentes recursos.

As comunidades locais têm manifestado o desejo de preservar a história e a memória através da recuperação das estruturas mineiras em ruínas e não tanto através da salvaguarda e valorização do património edificado residencial, que sendo propriedade privada mantém funções utilitárias.

6.2.1 A vertente do turismo cultural

Este vector de desenvolvimento, directamente ligado ao recurso aglutinador que é o Património Cultural, deverá constituir um dos alvos do processo de requalificação e desenvolvimento e o *Core Business* de uma estratégia de desenvolvimento económico para a região.

Trabalhar neste campo implica criar diversos pontos de musealização no território da área mineira abandonada e nos seus núcleos históricos urbanos e investir na produção de oferta cultural e de informação e divulgação dirigida ao visitante. O desenvolvimento de produtos de turismo cultural em espaço rural, com a criação de itinerários e percursos devidamente enquadrados na memória histórica e nos elementos do património industrial existentes, deverá ser uma prioridade.

A oferta cultural deve ser programada segundo uma agenda própria de eventos na mina, pois o espaço cultural da mina engloba o ambiente, a atmosfera e a emoção própria destes territórios de passado intenso. Isso é uma mais-valia e uma vantagem comparativa que não pode ser diluída sobre outros contextos complementares ou paralelos.

O alojamento de qualidade e explorando o valor da paisagem e a temática da mina, do caminho-de-ferro e do seu porto fluvial, deve ser outra das apostas em termos de reforço de conceito e de produto, o qual deve ser complementado e articulado com a gastronomia tradicional e *gourmet* e com a venda de produtos locais e de *gifts*.

A articulação com a oferta envolvente no espaço do concelho e limítrofes, interessa numa lógica de pacote turístico e de diversificação de programas, para tornar o produto mais forte e mais atractivo e para o visitante permanecer mais dias. No entanto a ideia forte do produto turístico ligado ao território do minério deve sempre prevalecer.

6.2.2 A vertente ambiental e científica

Sendo um nicho de interesse ligado ao meio académico e ao meio profissional, nas áreas do ensino das ciências, da geologia e minas e da recuperação ambiental, este vector de desenvolvimento, deverá constituir um alvo para o processo de qualificação e difusão do interesse educativo e científico deste território.

Esta área de actividade requer um conjunto de iniciativas, a integrar a agenda de eventos do território, tais como congressos, seminários, workshops, saídas de campo, saídas de prospecção e reconhecimento, actividade formativa e educativa, produção de publicações e implementação de um centro de conhecimento sobre a geologia e minas e sobre a recuperação ambiental de áreas mineiras abandonadas.

Podendo integrar em parte a vertente do turismo cultural, o interesse científico e ambiental das minas gera sobretudo grupos de visitantes com finalidades educativas e formativas. Estes grupos, que habitualmente limitam a sua visita a uma parte do dia, podem, em função da duração do evento, ter também necessidade de alojamento para uma ou duas noites, desejando para esse efeito um alojamento mais casual ou de tipo juvenil.

6.2.3 A vertente aventura e natureza

Por ser um vector de desenvolvimento ligado às actividades de ar-livre, de contacto com a natureza e com a paisagem, é talvez aquele que mais atractividade exerce sobre o público jovem e sobre aqueles que procuram o lazer aliado à actividade física.

O desenvolvimento deste campo não implica grandes meios, pois o recurso principal que é espaço físico da natureza e da paisagem não precisa ser significativamente adequado. Nesse espaço, existem no contexto da Mina e do Pomarão, estruturas, trilhos e tapadas que são excelentes suportes para a prática de actividades de ar-livre, tais como: pedestriano, orientação; ciclo turismo; BTT; percurso equestre; canoagem e desporto aventura (paintball, slide, rappel, pontes de cordas, escalada, tiro com arco e outros jogos).

A presença do rio Guadiana, com estruturas de acostagem para pequenas embarcações no cais do Pomarão, oferece também a possibilidade da navegação de recreio à vela ou passeios de barco para grupos.

Mais focado na natureza, a observação de plantas e habitats, a fruição da paisagem, e a descoberta do espaço rural numa perspectiva de *slow life*, são alternativas para uma abordagem mais ecológica e para uma terapêutica de sossego e bem-estar de espírito entre os belos céus e horizontes da região.

Capítulo VII

Discussão e Conclusão

7.1 Considerações finais

Muitos anos depois do abandono da exploração mineira e do complexo da Mina de S. Domingos e do Pomarão, subsiste ainda uma população idosa e desempregada com graves carências de natureza socioeconómica, mantendo-se por satisfazer algumas das infra-estruturas básicas e equipamentos necessário a uma qualidade de vida condigna que é exigível para uma população de um país europeu.

Permanecendo condicionadas à tutela da empresa proprietária La Sabina S.A., que mantém a posse dos terrenos destas localidades e da área mineira abandonada, estas povoações ainda não alcançaram o desenvolvimento estrutural médio da região e muito menos do país.

A prevalência da anarquia e do interesse individual sobre o colectivo, aliado ao alheamento da administração central relativamente às matérias do património e da propriedade do território, corrompe progressivamente os valores patrimoniais estratégicos, colocando em risco uma reconversão sustentada.

Herdando essa incómoda realidade, a Câmara Municipal de Mértola, no quadro das suas limitações de município do interior alentejano, encontra-se perante um enorme desafio e responsabilidade e tem nas suas mãos o protagonismo de uma nova etapa da longa história da Mina de S. Domingos – a sua reconversão. Um desafio à imagem da grandeza do antigo complexo mineiro, cujo sucesso dependerá obrigatoriamente da conjugação de esforços do Estado português e da empresa proprietária, os primeiros responsáveis pela situação herdada e pelos insistentes entraves à sua evolução.

Inicialmente com um Plano de Urbanização para ambas as localidades e depois com um acordo para a reorganização do estatuto da propriedade, entre as três entidades CMM/EP/LS, são dados os primeiros passos para a saída da letargia em direcção ao ambicionado futuro desenvolvimento económico, sustentado no turismo cultural e em torno do património geomineiro e natural.

A magnitude de tal projecto transcende em muito a capacidade do Município. A persistência e a entrega de todos os que estão envolvidos na sua concretização são

determinantes, contudo sem a intervenção do Estado ao nível legislativo e financeiro não será possível resolver o grave passivo social e ambiental existente.

No presente trabalho, perpassa-se pelos temas da história, do património, do passivo social e ambiental, da reconversão e dos constrangimentos actuais ao desenvolvimento do Conjunto Mina de S. Domingos e Pomarão, propondo-se em síntese algumas medidas para a resolução dos problemas existentes.

Muitos dos aspectos negativos desta realidade, prendem-se em geral com a falta de sensibilização para a grave problemática existente nos aglomerados urbanos da Mina de S. Domingos e do Pomarão e na área mineira desactivada. Por conseguinte entende-se ser necessário desenvolver, primeiramente uma política de sensibilização e alerta, em particular para os seguintes aspectos:

- a) Alertar o Estado Português para o importante legado cultural que constitui o Conjunto das Minas de S. Domingos e Pomarão e para a sistemática degradação a que tem sido sujeito;
- b) Evidenciar a existência de um grave passivo ambiental, social e urbanístico, resultante da desactivação do complexo mineiro e do abandono das suas estruturas, por via da falência da empresa concessionária à muitos anos atrás;
- c) Sensibilizar o Estado Português para as graves carências estruturais e constrangimentos que impedem o normal desenvolvimento destas localidades e das condições de vida das suas populações;
- d) Informar da necessidade específica do Estado português criar um programa global de apoio à reconversão das áreas mineiras desactivadas que inclua a reabilitação urbana das aldeias mineiras como medida complementar ao programa de recuperação ambiental já criado;
- e) Sensibilizar o Estado português para a necessidade de apoiar as autarquias que herdaram o problema das minas abandonadas, conferido ao tema uma dimensão estratégica nacional que enquadre o desenvolvimento turístico do legado cultural que património geomineiro constitui.

7.2 Conclusões

É um facto incontestável que o Conjunto Minas de S. Domingos e Pomarão, constitui um bem cultural representativo da memória histórica de uma comunidade mineira e que

traduz com clareza o contexto social, económico e cultural da sua vivência. O ciclo de vida dessa comunidade justapõe-se ao ciclo económico da mina que lhe deu origem e como tal termina, no conjunto das suas múltiplas vertentes, com o encerramento da mina. Mas um lugar só morre quando deixa de ter vida, e em S. Domingos a presença humana resistiu às adversidades, ao esquecimento e à solidão.

Duas gerações depois do encerramento e após muitas esperanças perdidas, encontram-se hoje, nestas duas localidades, atributos privilegiados para a sua revitalização. Os seus diversos recursos necessitam de ser valorizados, pois a degradação a que foram sujeitos foi de grande impacto. Nestes naturalmente se incluem os diversos valores que compõem o conjunto, incluindo a sua população.

Olhando para os constrangimentos que entorpecem este território e identificando as suas consequências, teremos uma síntese dos aspectos que mais contribuem para o subdesenvolvimento da Mina de S. Domingos e do Pomarão. Desses, são de relevar os seguintes factores:

- f) A manutenção do regime da propriedade do solo urbano e da área mineira abandonada constitui um grave obstáculo à iniciativa pública e privada e é um factor de desvalorização dos recursos existentes;
- g) O atraso verificado na implementação das propostas do Plano Geral de Urbanização em vigor e do Acordo para a Reorganização do Estatuto Propriedade, condicionam o desenvolvimento e geram uma política retracção recíproca;
- h) A falta de condições de habitabilidade da maioria dos fogos, a ausência de infra-estruturas urbanas e a desqualificação dos espaços livres são um factor depressivo e degradante da qualidade de vida da população e com impacto negativo para o visitante;
- i) A proliferação de construções dissonantes e desordenadas, nos espaços de "logradouro" na frente dos quartos de mineiro, tem vindo gradualmente a aumentar, revelando-se insustentável do ponto de vista urbanístico e da salvaguarda do património;
- j) O distanciamento da população face às propostas de preservação do património e às disposições regulamentares em vigor, agrava as dificuldades e os custos na intervenção de reabilitação urbana;

- k) A ausência de um quadro legal específico para acesso aos programas de financiamento à reabilitação urbana, tendo em conta o regime da propriedade e o estatuto de ocupação dos fogos existente em S. Domingos, e por outro lado a inexistência de um programa global de apoio à reconversão das áreas mineiras desactivadas que incluía a reabilitação das aldeias mineiras e a valorização do seu património, deixam na exclusiva responsabilidade das Câmaras o ónus das intervenções;
- l) A falta de participação por parte do Estado na implementação dos instrumentos de ordenamento e reorganização em vigor, através de apoio processual ou financeiro, e a ausência de intervenções de remediação na área mineira abandonada, tem contribuído para um grande atraso na revitalização e no desenvolvimento programados.

Do lado oposto, alguns indicadores positivos e de valorização do território também devem ser sublinhados. Em clara desvantagem face aos negativos, os factores positivos são extremamente importantes de evidenciar, tendo em conta o seu papel valorativo na participação da comunidade. São considerados apenas os que empiricamente traduzem um acréscimo das actividades, designadamente:

- a) O aumento do interesse geral pela Mina de S. Domingos e Pomarão, ao nível da população, entidades e comunicação social;
- b) O acréscimo na afluência da população e visitantes aos espaços de recreio e lazer e área museológica;
- c) O crescimento das actividades económicas, recreativas e culturais;
- d) A maior permanência de população e visitantes;
- e) O ligeiro aumento da intervenção da Administração Central e Local;
- f) O ligeiro aumento da intervenção da empresa proprietária, La Sabina.

Uma intervenção vasta e em múltiplas frentes carece de ser desencadeada, em sincronia com o ritmo da sociedade actual. Uma condição que tende a subestimar-se mas que o passado recente revela como fundamental. A aposta deverá passar pela conjugação de esforços e pela sucessão de etapas. Uma fórmula universal bem sucedida que assente numa planificação estratégica poderá dar os resultados desejados.

Considera-se que uma intervenção profunda e abrangente sobre o território da Mina de S. Domingos e Pomarão é uma imposição que recai sobre todos nós. Sobre a administração central e local, sobre os proprietários, sobre a sociedade civil, sobre os agentes interessados e demais parceiros estratégicos.

Para uma estratégia e uma dinâmica de desenvolvimento, face ao impacto social, económico e cultural e à natureza e extensão dos problemas específicos da Mina de S. Domingos e Pomarão, a proposta que se pretende implementar baseia-se na articulação de três categorias de acções a programar que, conjugada e progressivamente irão dinamizar a requalificação urbana e ambiental e o desenvolvimento económico e cultural das duas localidades e do concelho onde se inserem.

As acções referidas serão, quanto ao seu enquadramento, de carácter global; de carácter projectual e de carácter executivo, correspondendo a três dimensões do Planeamento: Programar; Projectar e Implementar.

No primeiro grupo serão previstas as iniciativas no âmbito da classificação, certificação e gestão do bem cultural em questão, da candidatura a programas de requalificação, da afectação de meios físicos e humanos, da constituição de parcerias com entidades e associações, da programação cultural e da criação de uma fundação para se ocupar da promoção, animação e divulgação dos recursos culturais existentes.

No segundo grupo serão consideradas as iniciativas para a elaboração de instrumentos de planeamento e de projectos de edificação, urbanização e reabilitação urbana e no terceiro grupo de acções, serão acolhidas as iniciativas de administração e execução das obras municipais programadas e da sua subsequente manutenção.

Com este modelo de acção, a Câmara Municipal de Mértola, devidamente apoiada pelo Estado, poderá finalmente desencadear a dinâmica necessária ao desenvolvimento da Mina de S. Domingos e do Pomarão.

Bibliografia

Referencias Bibliográficas

A MINA DE S. DOMINGOS E O RIO GUADIANA, Thypographia da Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1893.

ACORDO DE REORGANIZAÇÃO DO ESTATUTO DA PROPRIEDADE, da Mina de S. Domingos, 1996.

AGOSTINI, Ilaria e VANNETIELLO, Daniele – *La casa rurale nel território di Mértola*, In: *Arqueologia Medieval n.º 6*, Edição: Campo Arqueológico de Mértola, 1999.

ÁLBUM ALENTEJANO, Distrito de Beja, Tomo I, Grémio Alentejano, Imprensa Beleza, Lisboa, 1932.

ALVES, Helena, *Minas de S. Domingos – Génese, Formação Social e Identidade Mineira*, CAM, 1997.

ARQUEOLOGÍA EN EL ENTORNO DEL BAJO GUADIANA, *Actas del encuentro internacional de arqueología del Suroeste*. Ed. Grupo de Investigación Arqueológica del Patrimonio del Suroeste. Huelva, 1994

BARROS, Maria de Fátima Rombouts de – *A cheia diluvial do rio Guadiana de 1876 e os trabalhos arqueológicos de Estácio da Veiga em Mértola*, In: *A Necrópole e a Ermida da Achada de S. Sebastião*, Museu de Mértola, Edição: CAM e EPBJC, 1999.

BENÉVOLO, Leonardo, *As origens da urbanística moderna*, Ed. Presença, 1994.

BIOGRAFIA DE UMA MINA – um filme de Filipe Verde.

BOCAMINA, Revista de Minerales e Yacimientos de España, n.º 5 – Abril 2000, Rio Tinto. Cuna de la Minería. História y Minería de la Faja Pirítica Ibérica.

BOIÇA, Joaquim Ferreira e BARROS, M.^a de Fátima Rombouts - *As memórias paroquiais de 1758 do concelho de Mértola*, Campo Arqueológico de Mértola.

BRANDÃO, José M., *Actas do Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro*, Edição: Museu do Instituto Geológico e Mineiro, Lisboa 2001.

BROCHURAS TURÍSTICAS, Região de Turismo planície Dourada, 1998

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, IPPAR, 1996

CUSTÓDIO, Jorge – *Sistemas de Lavra na Mina de S. Domingos (1854-1966)*, In: *Mineração no Baixo Alentejo*, Câmara Municipal de Castro Verde, 1996.

CUSTÓDIO, Jorge – *Aspectos de Epigrafia Contemporânea. Incrições do Cemitério Inglês e da Mina de S. Domingos (1860-1910)*, In: *Mineração no Baixo Alentejo*, Câmara Municipal de Castro Verde, 1996.

CUSTÓDIO, Jorge – *James Mason e a Construção da Imagem da Mina de S. Domingos*, In: *Mineração no Baixo Alentejo*, Câmara Municipal de Castro Verde, 1996.

CUSTÓDIO, Jorge – *Documentos para a história da mina de S. Domingos – o relatório do geólogo Carlos Ribeiro*, In: *Arqueologia Medieval n.º 6*, Edição: Campo Arqueológico de Mértola, 1999.

GABINETES TÉCNICOS LOCAIS, Um Guião de Apoio, CCRN, 1992

GIÃO, António, Dissertação 1923.

GONÇALVES, António Costa, *O recreio e lazer na reabilitação urbana – Almada Velha*, Edição: Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica (GEPE) e Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo (IFT), Lisboa, Janeiro, 2002.

GOTILLA, Fernando Chueca - *Breve história do urbanismo*. Col. Dimensão Ed. Presença, Portugal, 1982.

GRANDE REPORTAGEM, n.º 60 Abril 1997, de Rafael Rodrigues e António Cunha

GUIA DE PORTUGAL, Estremadura, Alentejo, Algarve, Fundação Calouste Gulbenkian, reprodução da 1ª edição da Biblioteca Nacional de Lisboa em 1927.

MARTIAÑEZ, Iván Carrasco – *História de la Faja Pirítica Ibérica*, In: *Bocamina*, Revista de Minerales y Yacimientos de España n.º 5, Madrid, 2000.

MÉRTOLA VILA MUSEU, Campo Arqueológico de Mértola, 3ª Ed. 1996.

O FUTURO DE MÉRTOLA – Semanário Republicano Democrático, n.º 85, 1914. Biblioteca de Mértola.

O PROCESSO HISTÓRICO – MINA DE SÃO DOMINGOS E POMARÃO, “Um profundo esquecimento”, CMM.

PATRIMÓNIO GEOLÓGICO-MINEIRO E HISTÓRICO DA MINA DE S. DOMINGOS, Faixa Piritosa Ibérica, Congresso Internacional Sobre Património Mineiro – Beja 2001.

PAU-PRETO, Fernando, *O Património Cultural no Planeamento e no Desenvolvimento do Território*, Edição: Lugar do Plano, Aveiro, Fevereiro, 2008.

PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO da Mina de S. Domingos e Pomarão, Arq. Carlos Marques – Gabinete de Urbanismo, 1991.

PORTUGAL ROMANO, *A Exploração dos Recursos Naturais*, Exposição do Museu Nacional de Arqueologia.

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PARA INSTALAÇÃO DA ESTALAGEM SÃO DOMINGOS, Arte e Tectónica, Lda, 2000.

PROJECTO DA PRAIA FLUVIAL DA TAPADA GRANDE DA MINA DE SÃO DOMINGOS, Arq. Nuno Lecoq – DRAAMA, 1999.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES, do GTH da Mina de S. Domingos, 1994-1998.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES, do GTL da Mina de S. Domingos, 1998-1999.

SANTOS, João Pereira e ROCHA, Carlos Miguel – *Casa Tradicional Alentejana*, Beja, Escola Profissional de Desenvolvimento de Serpa, 2000.

SEMANÁRIO “O BEJENSE” 1860 – 1863, Biblioteca de Beja.

TORRES, Cláudio e SILVA, Luís Alves da – *Mértola Vila Museu*, Edição: Campo Arqueológico de Mértola, 1996.

Outras Fontes Consultadas

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

ESPÓLIO FOTOGRÁFICO, de António Cunha.

ESPÓLIO FOTOGRÁFICO, da La Sabina SA.

ESPÓLIO FOTOGRÁFICO, do GTL - CMM.

LEVANTAMENTO CADASTRAL, IPCC, 1995.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente

Património Industrial e Valorização do Território
A Mina de São Domingos

Volume II

Por
Rui Emanuel Galvão Carvalho

Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da
Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de mestre em
Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental

Orientador: Professor Doutor Arq. João de Azevedo Reis Machado

Lisboa
2009

ÍNDICE (Vol. II)

Anexo 1	A Mina de S. Domingos na Imprensa Periódica Local e Regional	1
Anexo 2	Cartografia do Estabelecimento Mineiro	11
Anexo 3	Elementos da Arquitectura Mineira	14
Apêndice 1	Cronologia de factos históricos da Mina de S. Domingos e do seu tempo	18
Apêndice 2	Cartografia de Caracterização Temática da Mina de S. Domingos e Pomarão	26
Apêndice 3	Plantas de Proposta de Salvaguarda e Valorização da Mina de S. Domingos e Pomarão	49
Apêndice 4	Mapa da Proposta de Classificação	54
Apêndice 5	Ficha do Imóvel a Classificar	56
Apêndice 6	Fichas de Inquérito	60
Apêndice 7	Propostas de Musealização	65

Anexo 1

A Mina de S. Domingos na Imprensa Periódica Local e Regional

“Um passeio, de Mértola ao Pomarão e à Mina de S. Domingos, em Julho de 1860.”

“Embarquei, a 10 de Julho, sobre as águas do Guadiana – eram 5 horas da tarde. O sopro das brisas, que brincavam fagueiras sobre a superfície das águas, enfraquecia consideravelmente, a intensidade dos raios do sol, que, n’esse dia, dardejou forte e abrasador, e, ao cântico alegre dos tripulantes, e ao melodioso murmúrio da corrente, seguíamos viagem feliz e rápida, favorecidos pela vela, e pela vasante da maré. Quando o sol ia a esconder sua fonte magestosa nos confins do horisonte, e seus últimos raios, já frouxos e trementes, apenas allumiavam o cimo dos mais altos montes, chegámos ao sitio do *Pomarão*. Havia um anno que tínhamos visto aquelle local; era então um deserto; hoje não parece o mesmo sitio! A animação e a vida haviam substituído a solidão e a morte, e o lugar que, por longos séculos, fora abandonado ao capricho da natureza, acha-se hoje transformado, com rápido incremento, num delicioso jardim de encantos.

Os primeiros objectos que por alguns momentos me prenderam a vista foram quatro fragatas e quatro brigues estrangeiros, alem de um grande numero de barcos de pequena lotação, que se achavam á carga, surtos no rio. Todo este náutico apparatus, e suas respectivas tripulações; uma povoação nascente e satisfeita da sua sorte; o susurro d’um povo laborioso; as alegres canções dos trabalhadores – eis o que me ocupou a atenção durante o crepusculo d’aquella tarde de saudosas recordações.

Chegou a noite; as brisas haviam deixado de bafejar a terra com seus sopros consoladores. Sobre a athmosfera, límpida e serena, não se via uma nuvem; as estrellas scintilavam no firmamento com majestoso brilho – disséreis que; na ausência do astro das noites, aquelles globos, resplandescentes de luz, haviam sido collocados no firmamento, para obstar à completa escuridão.

Pernoitei a bordo, e depois de ter tomado uma leve refeição seriam nove horas, entregue o pensamento ás agradáveis impressões recebidas durante a tarde, conciliei o sono eram onze horas.

Acordei ao despontar da aurora. Começava a descerrar-se o véu triste, e sombrio em que a noite tinha envolvido o horisonte, e a voltar a alegria poética, e festival que trás consigo a aproximação do rei dos astros: Dirigi as minhas orações ao Creador do Universo, e, em seguida, desembarquei, e comecei a observar, minuciosamente, tudo quanto aquelles lugares me offereciam de mais notável. Vi a povoação, que, como disse, havia pouco tempo tinha começado e de que vou dar um breve discripção: o caes do embarcadouro e de taboado, assente sobre estacaria; logo ao sahir encontram-se duas fontes; uma acha-se fechada a cadeado, da outra vi brotar água cristalina. Em seguida offerece-se á vista um abarracamento, que é habitado por diferentes classes: artistas, operários, e especuladores de todas as espécies de vendagens. Ao lado direito elevam-se sobre a terra collossaes pilhas de taboado, e de barrotes de pinho, que surprehendem e admiram, pelas suas enormes dimensões, o viajante, que ignora o seu destino. Para a

direita, e em lugar mais elevado, sobresaem dois quarteirões de casas, e armazéns, habitados por grande número de indivíduos, e abundantemente providos de viveres. Na parte superior d' estes prédios acham-se collocados, em grande abundância, materiaes e utensilios para grandes obras, vendo-se, na parte inferior, dois fornos de coser pão. Á esquerda, e no centro do abarracamento vêem-se algumas casas já construídas e outras que começam a edificar-se. Para o lado do oeste, e na distancia de uns 50 metros nota-se em logar elevado, e assomando para o rio, o começo da construção dum prédio abarracado de grandes dimensões, e valioso trabalho, mas dum risco pouco vulgar: naturalmente é gosto inglez. Diz-se ser destinado à pouzada do fundador D. Diogo de Mason.

O Grande movimento de carros, e cavalgadas, que sem interrupção chegam e partem, dão a este sitio uma tal animação, que parece o arraial d' uma feira; não faltam ali artistas de quasi todas as classes, e os elementos necessários, para formar o núcleo d' uma povoação nascente, e com todos os indícios d' um augmento e prosperidade; no meio do estacionamento geral, e com especialidade do marasmo, que affecta todas as povoações do campo d' Ourique sente-se uma impressão d' intimo prazer ao contemplar este quadro d' animação e vida, alimentado pela riqueza filha das entranhas d' um terreno o mais árido e pobre na apparencia, e que de mesquinho e deserto se vai tornando em um verdadeiro oásis: visitei o caminho de ferro americano à pouco começado no sitio do cordover para o lado do O. este e pouco mais ou menos a um Kylometro de distancia do Pomarão, empregam-se naquelle trabalho bastantes operários, e artistas; o terreno bastante accidentado, e escabroso que tem de ser atravessado por aquella via, attesta sufficientemente as forças que possui a empresa, e os grandes recursos que lhe fornece aquelle abundantíssimo minerio, que se diz não contem ouro nem prata! elevadíssimos montes tem de ser cortados ou minados, para dar passagem subterrânea, e aonde tem de empregar-se sommas immensas que demonstram a riqueza extraordinária que ali jaz debaixo daquelle torrão; voltei ao Pomarão eram 7 horas da manhã fretei ali uma cavalgada que facilmente se arranja por módico preço entre as muitas que vão de retorno, e segui para S. Domingos; dois ramaes de estrada partem do Pomarão e vão juntar-se a distancia d' um Kílo metro á que segue para S. Domingos e servem para evitar a confusão, e atropelamento, á entrada e sahida dos transportes; a estrada precorre uma distancia de 13 a 14 Kílo metros, é espaçosa e bem construída, tendo de espaço a espaço sofrível agora que fornecem 6 poços mandados abrir pela empresa, os transportes destinados ao carreto do minério de S. Domingos para o Pomarão, são tão continuados que formam um cordão apenas interrompido n' um ou outro intervallo; passei as horas do calor no monte dos Bens aonde achei a hospitalidade própria das boas gentes destes sítios, parti ás duas horas para Santa Anna de Cambas, e pouco depois parti para S. Domingos, que dista quando muito 2 Kílo metros, e aonde cheguei erão 5 horas da tarde."

Semanário "O Bejense", n.ºs 20,34 - 28 Novembro 1860, pág. 2,3 e 1,2- por J. M. de Mendonça.



"Parte Official"

"Ministério dos Negócios do Reino"

"Sua Magestade El-Rei, para satisfazer a um dos fins por que empreendeu a sua viagem ao Alentejo, partiu hoje de Serpa ás oito horas da manhã em direcção á mina de cobre de S. Domingos, no concelho de Mértola, acompanhado pelo Sereníssimo Senhor Infante D. João, pelos ministros do reino e obras públicas, pelo seu camarista, por dois ajudantes de campo, e pelo inspector das minas do quarto districto.

A estrada que conduz a S. Domingos atravessa uma herdade pertencente ao sr. Marquez de Ficalho. S. ex.^a, na passagem de El-Rei, praticou o mesmo que outros abastados lavradores da província já tinham feito, apresentando á beira da estrada, como n'uma exposição agrícola, todo o gado das diversas espécies que povoam aquella herdade, uma das principaes do Alentejo.

Em Santa Iria, a cinco Kilometros de Serpa, estava o parcho da respectiva freguezia esperando Sua Magestade e Alteza, para lhes dirigir saudações em nome dos seus parochianos.

Nos limites do concelho de Mértola apresentou-se o competente administrador com o director do circulo das alfandegas de Mértola e mais empregados seus subordinados, o director do correio e vários funcionarios públicos, e os cidadãos mais notáveis d'essa localidade.

Antes de chegarem os Augustos viajantes á corte do Pinto vieram receber as ordens de Sua Magestade e Alteza o governador civil do districto de Faro o general Pádua, commandante da 8.^a divisão militar, e seu estado maior.

Ás três horas da tarde, depois de uma longa jornada, chegou sua magestade á demarcação da mina de S. Domingos, onde era esperado pelo representante da empresa, que dirigiu a El-Rei uma allocução agradecendo a visita que Sua Magestade se dignava ali fazer, para observar como a industria mineira estava implantada na serra de S. Domingos. El-Rei com o maior agrado respondeu que sentia grande satisfação, por ter sido no seu reino feita a concessão para a lavra daquella mina.

Todos os empregados e operários, em numero de duas mil pessoas, formavam alas até ao sitio onde se achava a câmara municipal de Mértola, aguardando occasião de testemunhar aos augustos viajantes o prazer dos povos dos seu município pela presença de Sua Magestade e Alteza n'aquelles lugares.

Às três horas e meia da tarde entrava El-Rei e o Sereníssimo Senhor Infante na casa da administração da empresa, a qual foi posta á disposição de Sua Magestade e Alteza, tendo sido victoriados entusiasticamente durante o transito pelo campo da mina.

Sua Magestade empregou o resto do dia a examinar as construcções exteriores da mina, que foram levantadas pela actual empresa na serra de S. Domingos, merecendo ao mesmo augusto senhor especial attenção as habitações dos mineiros.

El-Rei dignou-se convidar para o jantar, alem das pessoas da sua comitiva, o inspector dos trabalhos de exploração, o representante da empresa, o governador civil de Faro, o presidente da câmara municipal de Mértola, o general Pádua e seu estado maior.

Grande numero de funcionários civis e judiciais tanto d´aquelle concelho como dos de Alcoutim e Villa Real de Santo António, tiveram a honra de ser admitidos á presença de Sua Magestade e Alteza.

Durante toda a noite o campo da mina apresentava o aspecto de uma verdadeira festa que se manifestava por illuminações, arcos triumphaes, descantes e danças, tudo acompanhado por incessantes vivas aos augustos viajantes, a El-Rei o Senhor D. Fernando, e á carta constitucional.

Dia 30

Depois da visita feita aos trabalhos do exterior da mina de S. Domingos, no dia em que ali chegara. Hoje ás seis horas da manhã desceu El-Rei e seu augusto irmão aos trabalhos subterrâneos, que estão a uma profundidade de 40 metros.

N´este exame se demoraram por espaço de duas horas, tendo tido occasião de observar a maior parte das obras subterrâneas, executadas pela empresa, e algumas das que se acham feitas desde remotas eras.

Sua Magestade mostrou-se muito satisfeito pelo modo como encontrou estabelecida e dirigida a lavra da mina.

Depois do almoço, ás nove horas da manhã, partiu El-Rei e seu augusto irmão em direcção a Serpa passando pela estrada feita à custa da empresa ate à aldêa de Santa Anna de Cambas, para observar o notável movimento de carros e cavalgadas que conduziam o mineral para o porto do Pomarão.

Seguiu depois o caminho de Morianes, afim de tomar a estrada que vem de Mértola para Serpa.

Ao cabo de uma jornada que durou nove horas, chegaram Sua Majestade e Alteza a Serpa, sendo recebidos pelo povo com o mesmo entusiasmo que na véspera se patenteara.

Às seis horas e meia da tarde teve lugar o jantar, para que foram convidadas as mesmas pessoas que no dia da chegada de El-Rei a Serpa tinham alcançado esta honra.”

Semanário “O Bejense”, n.º 35 - 5 de Dezembro 1860, pág. 1 – “Parte Official do Ministério dos Negócios do Reino” (Diário de Lisboa n.º 257)



“A mina de S. Domingos”

“A mina de cobre de S. Domingos, no concelho de Mértola, d’este districto, é colossal e abundantíssima. A companhia não gasta n’ella menos de quarenta contos mensaes. – Quatrocentos operários, nada menos trabalham diariamente debaixo da terra, que provavelmente os virá a esmagar qualquer dia, o que Deus não permitta. Mil e quinhentas a duas mil cavalgadas e duzentos carros andam constantemente transportando o mineral em bruto para o Pomarão (embarcadouro), na distancia de vinte Kilometros, pouco mais ou menos da mina. O caminho de ferro americano está jamais de meio feito, nesta distancia; acabado elle, cessam os lucros dos proprietários de cavalgadas e carros. Para cima de trasentos navios teem sahido mar em fora carregados de producto da mina de S. Domingos!!”

Semanário “O Bejense”, n.º 39 - 2 de Janeiro 1861, pág. 3 – Noticiário



“Inauguração do caminho de ferro americano da mina de S. Domingos ao Pomarão – 24.06.1862”

“Mertola 25 de Junho

Leitor amigo.

Não fui ao passeio familiar da inauguração do caminho de ferro da mina de S. Domingos ao Pomarão no dia 24 do corrente, como tinha annuciado, porque causas mais obrigatórias me suspenderam o passo – ergo, nenhuma responsabilidade me fica para convosco, como por cautella manifestei no numero 79. – mas se ficais inconsoláveis por isso, eu vos relato resumidamente o que me consta, sem que todavia me faça responsável por omissões ou excessos de quem me deu a noticia; o que não supponho.

Às 7 da manhã achavam-se na estação junto á mina 20 wagons, cobertos e guarnecidos externamente de verduras e flores, promptos a receber os concorrentes que deviam seguir transito ao Pomarão. Collocados assim por sua ordem derão nelles entrada a saber: na frente, a distancia d’uns 40 metros o 1.º wagon: e nelle um engenheiro inglez que abria o transito e dirigia o prestilo. Em seguida no 1.º dos 19 que formavam o comboyo ia arvorado o estandarte portuguez; e todos elles apinhados de sr.as e cavalheiros com os seus mais ricos e decentes trages.

O bello sexo teve wagons separados e apenas a cada um presidia um dos mais respeitáveis transeuntes.

O wagon da resguarda conduzia os illustres Mason, esposa e menino, levando arvorada a bandeira ingleza.

N'um dos wagons do centro tocava a philarmonica da empresa; começando assim o passeio ao som do lahyrinlo enthusiastico do instrumental, de sucessivas girândolas de foguetes, do ruído de 20 carrões, e do sussurro d'um povo que de toda a parte corria a agglomerar-se ao longo da via férrea.

Em todas as estações se levantavam mastros e arcos primorosamente armados e guarnecidos de ramagens verdes, com seus pavimentos juncados. Próximo de Sant'Anna de Cambas na estação do Moinhos, achava-se levantado um pavilhão que respirava grandeza, e que por elle se conhecia o gosto com que era dado aquelle festim sem exemplo n'estes sítios. Neste lugar parou o comboio, desceu o sr. Mason, e com o chapeo na mão, acompanhado de 3 ou 4 engenheiros da mina agradeceo, com reverencia, aos seus convidados a honra de o acompanharem no dia do seu anniversário natalício, e da conclusão do caminho de ferro americano, que tudo se commemorava e festejava n'aquelle dia.

Ao som da banda instrumental, e de sucessiva girândolas seguio o sequito á estação dos Salgueiros, e d'alli á do Tunnel, onde á porta tudo revalisava em esmerado aparato.

Chegaram ao Pomarão das 8 para as 9, derigiram-se á casa nobre da empresa, aonde d'antemão haviam preparado uma grande e apparatusa barraca toldada; seu pavimento juncado, e por todos os ângulos guarnecida de mastros e arcos vestidos de verdura, á sombra da qual, e debaixo do seu tecto, se achava bem colocada uma decente mobília destinada a receber a comitiva. Neste mesmo lugar, das 12 horas em diante foi servido um magno jantar de 80 a 100 talheres com todo o luxo e etiqueta ingleza superabundante não só as primorasas iguarias, senão os mais generosos e variados vinhos, etc etc.

Terminou o jantar ás 3 horas para as 4, tudo tornou aos seus wagons, regressando á mina. Algumas pessoas a pearam-se nas estações e pediram permissão para se retirarem a sua caza, o que conseguiram a bom aprazimento. O nosso informador foi um d'estes, por isso não descrevo o resto do passeio, que naturalmente não seria inferior.

O concelho de Mértola tem minas d'esta importância, empresa e direcções d'esta natureza – e tão desvaforecido em viação!

Semanário "O Bejense", n.º ? - 1862, pág. 3 – Noticia de J.M.de Mendonça



"Correspondências"

"Mertola 21 de Dezembro.

Acaba, pela terceira vez, de tirar-se a planta, medir-se, e abalisar-se a projectada estrada a macdame nas imediações desta villa em direcção a Beja. Por tres logares

conceberam idéas de confluência, e pelos mesmos três fizeram a medição e mais diligencias do estilo.

Prestamos os devido credito, e não hesitamos da boa fé e pureza de intenções dos empregados commissionados neste serviço, e com justiça diremos, que pela actividade e zelo que vimos desenvolver em todos os trabalhos só lhe cabem elogios sem favor, - (...)

(...)

A estrada de que nos occupamos é de tal urgência e momentosa como talvez poucas em Portugal, pelas rasões seguintes:

Todos sabemos o contacto e lides commerciaes que há entre a província do Algarve e ao porto de Mértola pela navegação do Guadiana, eque equal communicação e movimento há entre esta villa e a cidade de Beja. Ninguém ignora que a estrada que liga estes dois povos está intransitável, maxime uns 10 Kilometros entgre Mértola e Matafilhos, por onde defficilmente já rodam carros, que outr´ora tanto abundavam de todos os ângulos do districto de Beja.

Mas não é esta ainda a mais poderosa rasão da sua urgência; há mais forçosos motivos. É notório e bem sabido que o concelho de Mértola possui immensos jazigos de mineral em exploração, e ninguém ignora que o de S. Domingos dava até á poucos dias trabalho a quatro ou cinco mil braços, e desde que concluiu o seu caminho de ferro americano não admitte hoje senão os exploradores internos, em numero mui deminuto comparativamente, e empregados de viação e escripturação.

Todas as outras minas, dizem seus directores que os annos mineiros se contam só de 8 mezes; e fundados nesta lei que elles fazem, em chegando a 31 de Outubro despedem esse immenso pessoal ali empregado. Hoje mais frouxidão se observa na lavra de taes estabelecimentos, em consequência d´essa assoladora guerra dos Estados-Unidos, onde, segundo se diz, é o centro das grandes negociações mineraes.

Quatro a cinco mil pessoas que até agora se empregavam na exploração dos differentes estabelecimentos desta ordem, andam por ahi sem trabalho e sem comer; muitos dos quaes de monte em monte pedindo esmola – isto n´um anno em que o lavrador lhe não póde matar a fome – as mães por outra parte com os filhinhos ao peito e a seu lado fazendo mil lamentações que compungem. Grande parte destes infelizes tractam de illudir, e arteiramente pedir emprestado e fiado, que nunca poderão pagar, mas que porfaz ou por nefas; por palavras de honra e por todos os meios tratam de conseguir a posse; - e ai (!) de todos quando esgotados os recursos, como é crível, pelo máo anno que ahi está, pela carestia de alimentos, e pela falta de trabalho, os desgraçados não possam encontrar meios mais ou menos lícitos de viver.

Mal por elles, e mal pelos mais, porque e fome afungenta a virtude.

Estas localidades abundam em gente que se dedica só ao trabalho braçal; não só oriundos destes sítios, senão forasteiros , que há 3 annos trabalhavam na mina de S. Domingos, e que hoje despedidos, por aqui se conservam esperando trabalhos da

estrada promettida, como quem espera por uma herança, - seu único pão e de seus filhos.

- (...)

(incompleto).

Semanário "O Bejense", n.º ? – 1863, Correspondencias



"Correspondências"

(...) – relato do passeio em vistoria do juiz Bentes, de partilhas com Mason e gente de Sant´Anna, de maldicencia sobre a ausência de empregados e philarmonica na chegada de Mason pela ribeira do Chança vindo de Inglaterra de onde trouxe uma locomotiva, os matérias para o novo templo e um linha de telegrafo para comunicação com Mértola, -

Mértola 13 de Junho de 1863

(resumo).

Semanário "O Bejense", n.º ? – 1863, Correspondencias



"Noticiário"

Noticias de S. Domingos – Dizem-nos de S. Domingos que constando ao sr. Jayme Mason director da mina que os habitantes de Santa Anna de Cambas, e Corte do Pinto soffriam grandes privações em virtude da carestia de géneros limenticios, lhes mandara dar 500\$00 rs. Do seu bolsinho. Diz mais o nosso informador que s. ex.^a trouxe d´Inglaterra um machina para o caminho de ferro da mina ao Pomarão, e os objectos necessários para um thelegrapho eléctrico que há de comunicar da mina com a estação de Mértola, e grande quantidade de madeiras, cantarias, e columnas de ferro para a construção de um templo."

Semanário "O Bejense", n.º ? - 1863, Noticiario



"Noticiário"

"Inauguração – Dizem-nos de S. Domingos que no dia 12 do corrente pelas 10 horas da manhã, reunidos os empregados, philarmonica e todo o pessoal da mina de S. Domingos

no alto denominado dos – *Lavajos* (sitio para a construção do novo templo) se procedeu á inauguração do mesmo; que tudo foi praticado na melhor ordem e com toda a solemnidade. Reunido todo o pessoal lavraram-se dois termos os quaes foram assignados por 5 empregados de 1.^a classe e pelo architecto da obra, um dos quaes se archivou no escriptorio da mina e outro foi pelo sr. Mascarenhas, sub-director da mina, e presidente desta reunião, collocado n´uma urna de pedra a qual fi assentada no arco da capella mor ao lado direito, na altura d´um metro, sendo envolvido no mesmo documento 5 moedas de prata portuguezas de 200 rs. do reinado do sr. D. Luiz I.”

Semanário “O Bejense”, n.º ? - 1863, Noticiário



“Noticiário”

“Nova escola – Esta-se acabando de construir uma caza para a aula de meninas em S. Domingos onde já se acha a senhora encarregada do ensino e educação.”

Semanário “O Bejense”, n.º ? - 1863, Noticiario



“Noticiário”

“Noticias de S. Domingos. – Dizem-nos de Mértola que um empregado no caminho de ferro da mina” (...) sofreu um acidente que lhe provocou a amputação do braço por intervenção do Dr. João Maria Valente, operador da mina.

(Resumo)

Semanário “O Bejense”, n.º ? - 1863, Noticiario

Anexo 2

Cartografia do Estabelecimento Mineiro

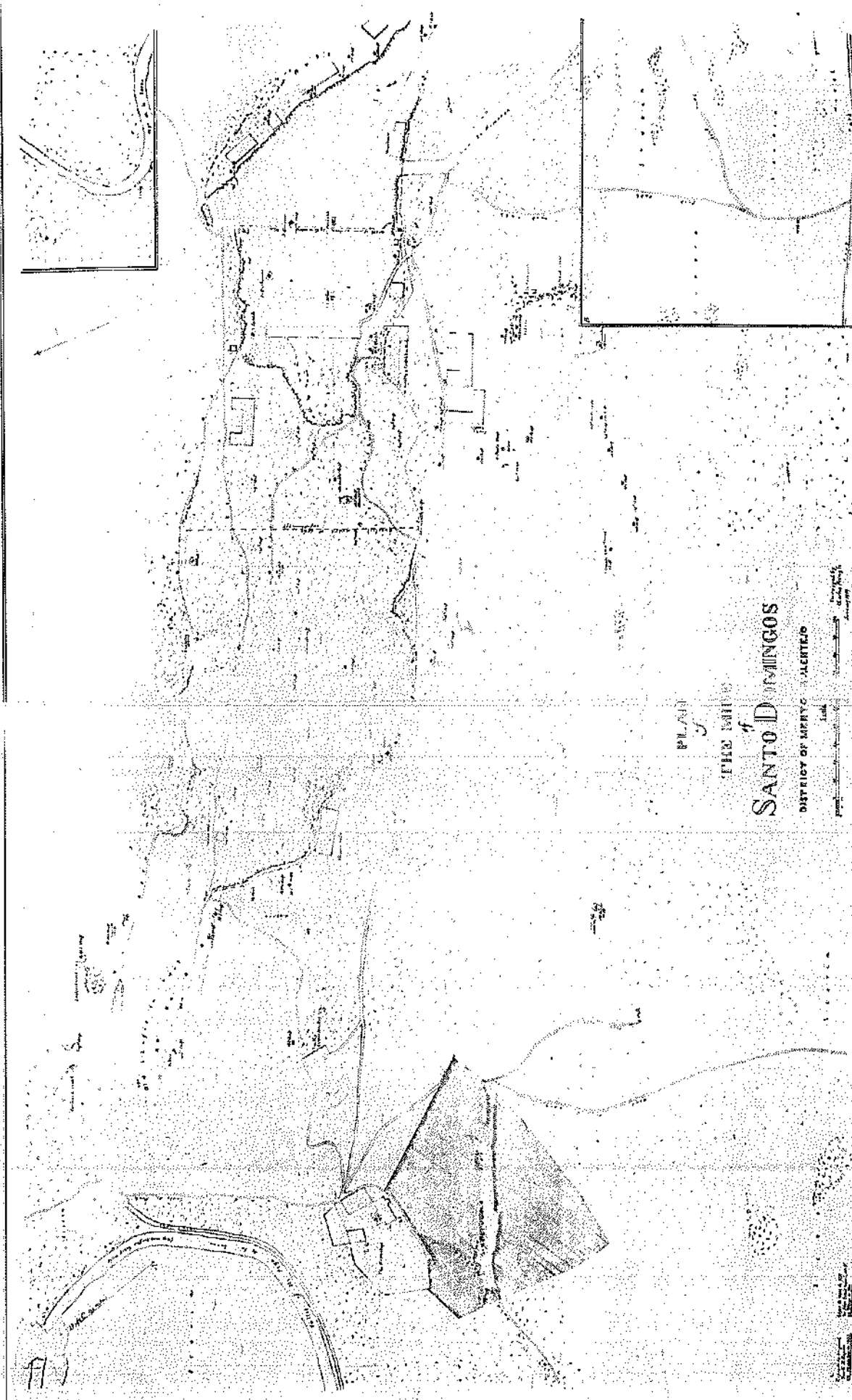


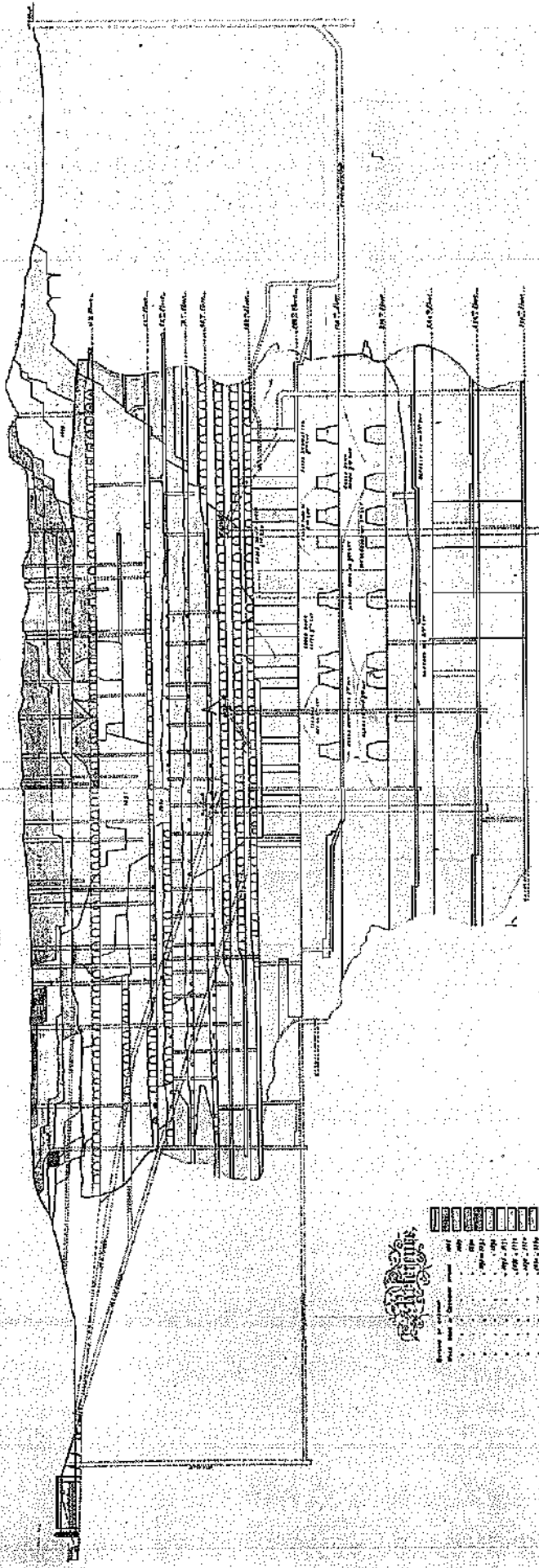
PLATE 3
THE MOUNTAINS
of
SANTO DOMINGO
DISTRICT OF SAN JUAN, PUERTO RICO
Scale
1 inch = 1 mile
1:62,500
U.S. GEOLOGICAL SURVEY
WASHINGTON, D.C.

Sketch by G. D. Dickinson

LONGITUDINAL SECTION OF OREBODY

SHOWING WORK DONE AND METHODS USED FROM 1882 TO 1885

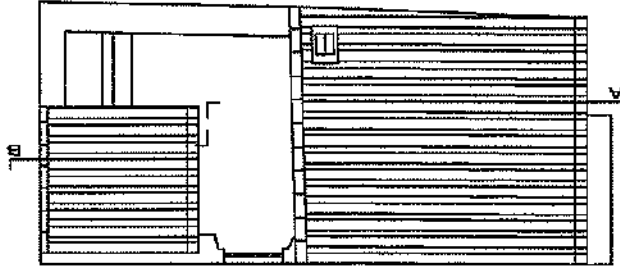
Scale, Feet



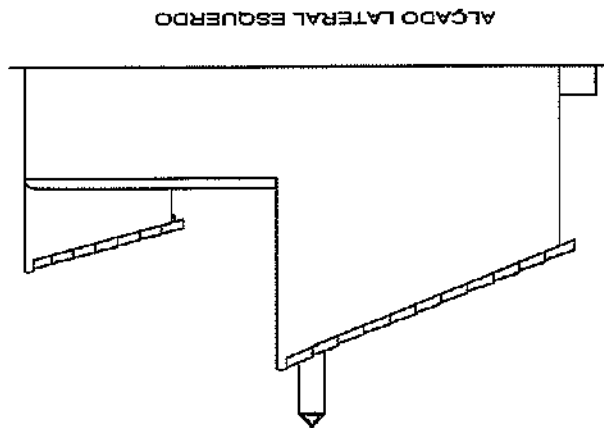
Printed by McGraw
 111 N. 3rd St. New York
 Published by McGraw
 111 N. 3rd St. New York
 Copyright, 1885
 No. 1000
 Price, 10 Cts.
 Sold by McGraw
 111 N. 3rd St. New York

Anexo 3

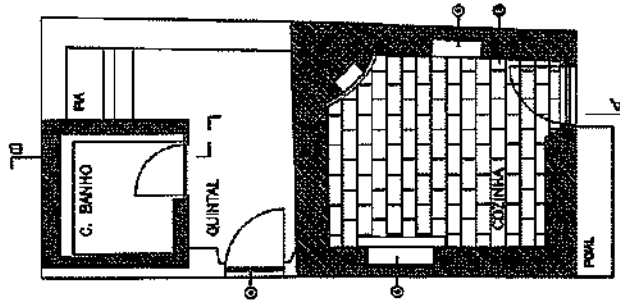
Elementos da Arquitectura Mineira



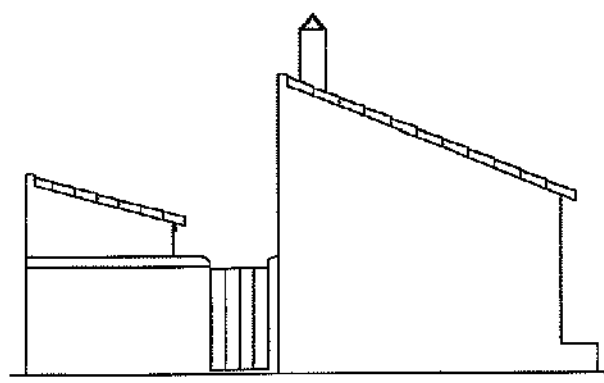
COBERTURA



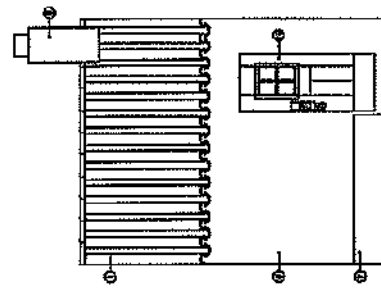
ALÇADO LATERAL ESQUERDO



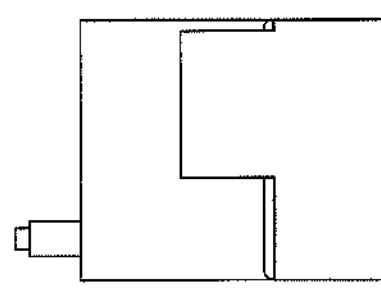
PLANTA



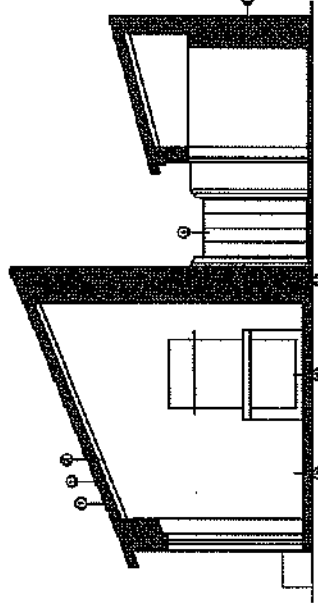
ALÇADO LATERAL ESQUERDO



ALÇADO FRONTAL



ALÇADO POSTERIOR



CORTE A-B

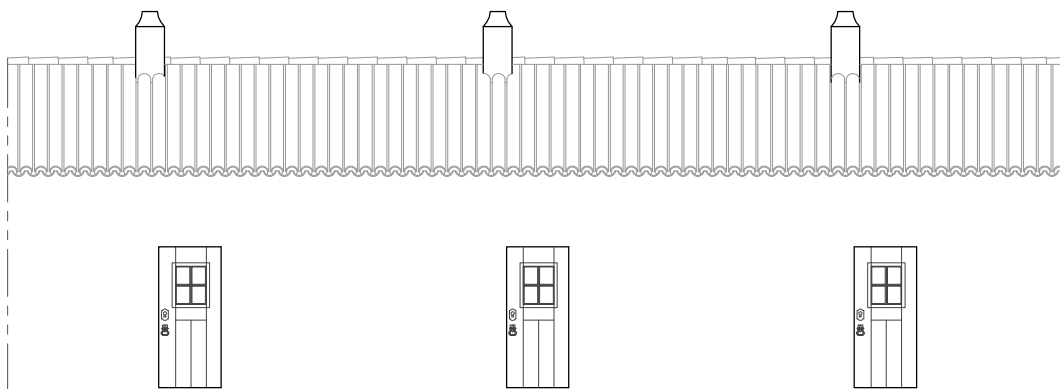
LEGENDA

- ① - TELHA DE CIMENTO
- ② - CIMENTO
- ③ - ENTRETELA
- ④ - VILA DE FERRO
- ⑤ - FERRUGEM LARGO DE BARRAS
- ⑥ - FERRUGEM LARGO DE BARRAS QUITE
- ⑦ - FOLHA
- ⑧ - CIMENTO
- ⑨ - ARMADURA DE FERRO
- ⑩ - FOLHA DE FERRO
- ⑪ - ALUMINUM DE VIDRO E MADEIRA
- ⑫ - ALUMINUM DE FOLHA
- ⑬ - PAVIMENTO DE TAVOLA DE FERRO

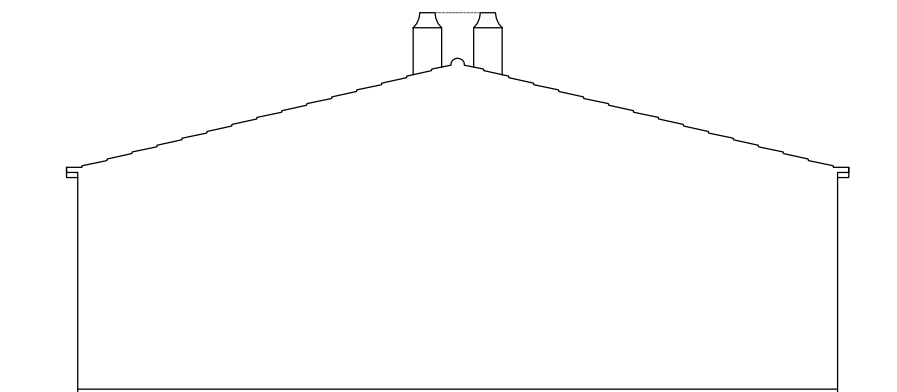
GABINETE TÉCNICO LOCAL
 NINA DE ASSIS BRAGA
 CARRA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA



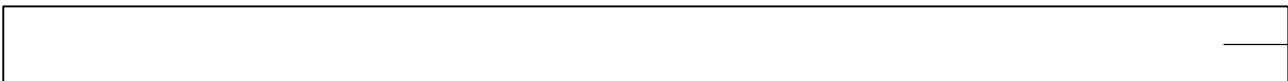
TÍTULO: ANEXO MINEIRO TIPO I (R. St.º Antônio) DATA: 06.02.08
 ESCALA: 1:50
 PRODUTOR: NINA DE ASSIS BRAGA
 Nº DO-00: Elementos da Arquitetura Mineira LEVANTAMENTO (L) 00
 COORDENADOR: ANTONIO CARVALHO
 COMPROVADO: SANDRO RODRIGUES
 VENTILADO: ANTONIO CARVALHO
 OBSERVAÇÃO: L02



ALÇADO PRINCIPAL



ALÇADO LATERAL



TÍTULO Tipologia da Habitação Mineira em Banda		DES. NÚMERO L 03	
FASE Caracterização			
ENTIDADE CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA	EQ. TÉCNICA ARQ.º/URBANISMO Arq. Rui Carvalho e Maria Salete, Est. Arq.	DATA JULHO / 2003	
COORD. Arq. Rui Carvalho	ESPECIALIDADES	ESCALA 1 / 100	

Apêndice 1

Cronologia de factos históricos da Mina de S. Domingos e do seu tempo

Cronologia de factos históricos da Mina de S. Domingos e do seu tempo

No seguinte quadro, registam-se os acontecimentos mais significativos, relativos à Mina de S. Domingos, assim como aqueles que ocorreram em Portugal e no Estrangeiro que ajudam a contextualizar a história deste importante estabelecimento mineiro do período da II Revolução Industrial.

Quadro síntese de factos históricos.

Local	Nacional	Internacional
<p>Período pré-romano Admite-se como provável a exploração de metais preciosos no chapéu de ferro do jazigo de S. Domingos, desde o Calcolítico e posteriormente desenvolvidas pelas antigas civilizações mediterrânicas, nomeadamente os Cartagineses e os Fenícios.</p> <p>Período Romano A mina foi explorada pelos romanos, durante 4 séculos, entre o ano 12 ao ano 397 d.C., de acordo com a datação das moedas e medalhas encontradas durante os trabalhos de mineração do séc. XIX.</p> <p>Período Medieval A ausência de referências a trabalhos de mineração durante este período é atribuída ao desconhecimento das técnicas de lavra e metalurgia necessárias para o aproveitamento dos minérios com baixos teores não explorados pelos romanos.</p>	<p>1808-1811 Os Franceses invadem Portugal.</p> <p>1820 Revolução liberal do Porto.</p> <p>1822 D. João VI, rei constitucional.</p> <p>1826 D. João IV, promulga a Carta Constitucional.</p> <p>1832 Guerra liberal em Angra do Heroísmo. Guerra entre absolutistas e liberais portugueses.</p> <p>1834 Triunfo dos Liberais. Reinado de D. Maria II.</p>	<p>1767 R. Reynolds constrói o primeiro carril em ferro fundido para o transporte de carvão.</p> <p>1789 Revolução Francesa. Declaração dos direitos do Homem.</p> <p>1799-1804 Napoleão no poder.</p> <p>1801 Entrou ao serviço a Surrey Iron Railway – a primeira empresa ferroviária para o transporte de mercadorias.</p> <p>1812 Invasão da Rússia por Napoleão.</p> <p>1815 Batalha de Waterloo. Queda de Napoleão.</p> <p>1819 Episódio de Peterloo, Manchester - marca o início dos conflitos sociais do séc. XIX.</p> <p>1825 Invenção da locomotiva de Stephenson.</p> <p>1837-1901 Época Vitoriana</p> <p>1848 II República Francesa. Revoluções liberais na Itália e na Áustria. Manifesto de Marx e Engels.</p> <p>1852 Napoleão III, imperador dos Franceses. Época vitoriana em</p>

<p>1854 Nicolau Biava, redescobriu a mina e regista-a em seu nome, a 16 de Junho, em sessão extraordinária da C. M. de Mértola.</p> <p>1855 Nicolau Biava, iniciou os trabalhos de desentulhamento e sondagem do jazigo.</p> <p>1855 A 7 de Novembro, em Sevilha, foi formada a sociedade La Sabina, Mining Company.</p> <p>1856 A 5 de Março, em Huelva, Nicolau Biava cedeu os direitos de exploração a favor de Ernest Deligny, sócio da La Sabina.</p> <p>1856-57 Início dos trabalhos de mineração conduzidos pela empresa La Sabina.</p> <p>1857 A 12 de Agosto, o geólogo Carlos Ribeiro, descreveu o jazigo de S. Domingos em relatório para o Conselho de Obras Públicas e Minas, propondo em planta a demarcação da área a concessionar.</p> <p>1857 O Governo português reconheceu os direitos de descobridor a Nicolau Biava, através do DG n.º 236 de 7 de Outubro.</p> <p>1858 O Governo português atribuiu a concessão provisória em nome individual dos sócios da La Sabina, através do DG n.º 20 de 22 de Maio.</p> <p>1858 A 19 de Setembro, foi elaborado o primeiro plano de lavra para a Mina de S. Domingos, da autoria do Eng. James Mason, director técnico da La Sabina.</p> <p>1858 A 9 de Outubro em Paris, foi celebrado o contrato de arrendamento da concessão e cedência do direito de exploração, entre a La Sabina e o Eng. James Mason, director técnico da mesma empresa.</p> <p>1858 Início da administração inglesa da Mina de S. Domingos, com James Mason na direcção da companhia Mason & Barry, Ltd., seguidamente constituída.</p> <p>1859 O Governo português atribuiu a concessão definitiva em nome da</p>	<p>1856 Inauguração do primeiro caminho-de-ferro português, de Lisboa ao Carregado.</p>	<p>Inglaterra: Palmerston, Disraeli e Gladstone.</p> <p>1859 Unificação da Itália. Prospecção de petróleo nos EUA.</p>
---	--	---

<p>sociedade La Sabina, através do DG n.º 26 de 12 de Janeiro. Foi dada a concessão perpetua por El Rey D. Pedro V, em decreto de 18 de Janeiro.</p> <p>1859 Em Janeiro, foi elaborada a primeira planta do estabelecimento mineiro, assinalando a localização dos trabalhos antigos e dos trabalhos modernos em curso, da autoria de Charles Pringle.</p> <p>1859 Foi aberto o túnel n.º 1 para descida dos mineiros para os trabalhos no interior da mina.</p> <p>1859-60 Projecto e construção do porto e povoação do Pomarão e da via-férrea (tramway) de ligação à Mina, para transporte do minério.</p> <p>1860 Visita de El Rey D. Pedro V. O primeiro monarca a visitar a Mina, fez a viagem a cavalo.</p> <p>1860 Construção do cemitério inglês.</p> <p>1861 Foi aberto o túnel n.º 2 para saída do minério e entrada de entulhos para o interior da mina.</p> <p>1862 A 24 de Junho foi inaugurado o caminho-de-ferro da Mina ao Pomarão.</p> <p>1862-63 Com a conclusão do caminho-de-ferro e o fim do trabalho para os milhares de trabalhadores envolvidos, dá-se a primeira grande crise laboral em S. Domingos.</p> <p>1863 A 13 de Junho, chegou à Mina de S. Domingos a primeira locomotiva vinda de Inglaterra.</p> <p>1863 Inauguração da primeira igreja católica da Mina de S. Domingos.</p> <p>1863-65 Construção do primeiro estabelecimento metalúrgico, na Achada do Gamo, destinado ao aproveitamento do cobre por via seca e por via húmida.</p> <p>1864 Em Junho, foi aberto o túnel n.º 3 com uma escada para descida dos mineiros para os trabalhos de maior profundidade no interior da mina.</p>		<p>1860 "A Origem das Espécies", de C. Darwin (Inglaterra).</p>
---	--	--

<p>1865 Primeiro conflito operário organizado, exigindo o pagamento antecipado dos salários para fazer face à falta de trabalho gerada por uma crise do mercado do cobre. Revolta de 400 homens que culminou no roubo dos salários e a prisão dos líderes do motim.</p> <p>1866 James Mason foi eleito 1.º Barão do Pomarão, por decreto de 11 de Janeiro.</p> <p>1866-67 Construção de novo estabelecimento metalúrgico a vapor para trituração de pirites, na Moitinha - Achada do Gamo.</p> <p>1866-67 Segundo plano de lavra, visando a exploração a céu aberto, através do sistema de "corta", e a lixiviação do jazigo para aproveitamento do cobre por cementação, da autoria do Eng. James Mason, director da Mason & Barry Ltd.</p> <p>1867 Chegaram a Mina 3 locomotivas e 50 vagões de ferro, provenientes da Escócia.</p> <p>1867 Fundação de uma capela de rito católico para os trabalhadores da empresa.</p> <p>1867-68 Início do desmonte da serra e demolição do primeiro povoado mineiro.</p> <p>1868 James Mason recebeu o título de visconde de Mason de S. Domingos, a 7 de Dezembro.</p> <p>1871-73 Projecto de construção de 7 açudes para apoio ao segundo plano de lavra e para abastecimento da povoação. Concluídos em 1880.</p> <p>1873 Projecto de arborização da Serra com posterior plantação de eucaliptos para a recuperação ambiental das áreas envolventes ao complexo mineiro.</p> <p>1873 A 13 de Novembro, James Mason é eleito sócio efectivo da associação de arquitectos civis e arqueólogos portugueses.</p> <p>1873-75 Adaptação dos processos</p>	<p>1865 Exposição Internacional do Porto. James Mason elabora o catálogo da exposição e apresenta álbum com registo fotográfico com a construção do estabelecimento mineiro de S. Domingos</p>	<p>1870-1871 Guerra franco-prussiana. Proclamação do Império Alemão.</p> <p>1871 Construção do caminho-de-ferro mineiro de Tharsis ao Rio Odiel, na distância de 47Km.</p> <p>1873 Exposição Universal de Viena de Áustria.</p>
---	---	--

<p>metalúrgico, para aproveitamento do cobre exclusivamente por via húmida e cementação natural, no estabelecimento da Achada do Gamo.</p> <p>1875 Grande sublevação em protesto contra os malefícios e os efeitos nocivos da indústria metalúrgica sobre a saúde e o meio agrícola e animal.</p> <p>1876 A Cheia fluvial de 6 e 7 de Dezembro arrasou o palácio de Mason, existente no Pomarão, provocando também a destruição das instalações portuárias e outros edifícios.</p> <p>1878 Foi firmado um acordo estratégico entre a Mason & Barry e as companhias das minas de Tharsis e Rio Tinto para a fixação dos preços do minério nos mercados internacionais.</p> <p>1880 Construção do segundo mercado de géneros de Mina de S. Domingos.</p> <p>1880 Década em que a Mina de S. Domingos atinge o seu auge produtivo, liderando o mercado europeu de cobre.</p> <p>1897 Em 1897, o rei D. Carlos e a rainha D. Amélia, após subirem o rio Guadiana até ao Pomarão, no iate real <i>D. Amélia</i>, viajaram de comboio para a Mina.</p> <p>1897 James Mason recebeu do Rei D. Carlos o título de conde Pomarão, a 25 de Novembro.</p> <p>1898 James Mason recebeu do Rei D. Carlos o a comenda da ordem de Cristo, com as armas da dignidade, a 11 de Novembro.</p> <p>1907 Greve geral dos operários.</p>	<p>1884 Capelo e Ivens atravessam África de Angola à contra costa.</p> <p>1890 Ultimato Britânico a Portugal.</p> <p>1895 Campanhas de África.</p>	<p>1875 Construção do caminho-de-ferro mineiro de Rio Tinto a Huelva, na distância de 83Km.</p> <p>1875 Reconhecido o direito à greve em Inglaterra.</p> <p>1876 Exposição Internacional de Filadélfia. James Mason apresenta lingotes de ouro e prata obtidos a partir de 500 ton. de <i>gossan</i> de S. Domingos.</p> <p>1877 Invenção do fonógrafo.</p> <p>1879 Invenção da lâmpada de incandescência, por Thomas Edisom. Descoberta do motor de explosão.</p> <p>1880 Londres, Milão e NY, instalam iluminação pública, através de centrais eléctricas.</p> <p>1883 Aparecimento do automóvel.</p> <p>1885 Conferência de Berlim. Pasteur isola o vírus da raiva.</p> <p>1894/1910 Reconhecimento do direito à reforma, criação dos seguros de doença, acidentes e invalidez em França.</p> <p>1898 Invenção do cinema. Pedro e Maria Curie descobrem a rádio.</p> <p>1899 Branly e Marconi descobrem a T.S.F..</p> <p>1903 Os Irmãos Wright voam pela primeira vez, num aparelho mais pesado que o ar.</p> <p>1909 Peary atinge o Pólo Norte. Blériot atravessa o Canal da Mancha, de</p>
--	---	--

<p>1914 Construção da estrada de Mértola para a Mina de S. Domingos.</p> <p>1929 Visita de Ferreira de Castro, redactor do jornal "O Século", à Mina de S. Domingos para reportar as condições de vida e de trabalho dos mineiros.</p> <p>1930-31 O sindicato mineiro com sede nacional na Mina de S. Domingos, edita 22 números da sua revista "A Voz do Mineiro".</p> <p>1932 Greve e paralisação total da Mina com os operários a reivindicarem melhores salários, redução de horário, assistência social e garantias de trabalho. Intervenção repressiva do exército com cerca de 400 militares.</p> <p>1935-36 – Construção da fábrica de enxofre da Achada do Gamo II para fornecimento da C.U.F., em regime de exclusividade.</p> <p>1943 – Crises significativas de falta de minério, que tem como consequência o aprofundamento das zonas de extracção.</p> <p>1962 – Encerramento da fábrica de enxofre da Achada do Gamo. (início da decadência e fecho da Mina de São Domingos)</p> <p>1965 – É determinado o encerramento da mina. A empresa alega o esgotamento dos filões e a falta de rentabilidade da exploração dos demais.</p> <p>1965 Interrompida a actividade de extracção na Mina de São Domingos. A Mason & Barry, Ltd. decidiu o encerramento da Mina por alegado esgotamento jazigo.</p>	<p>1910 Proclamação da República em Portugal. Reconhecido o direito à greve em Portugal.</p> <p>1915 "Orfeu", revista dirigida por Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro.</p> <p>1922 Primeira travessia aérea do Atlântico Sul, por Gago Coutinho e Sacadura Cabral.</p>	<p>avião. Manifesto Futurista.</p> <p>1911 Amundsen atinge o Pólo Sul.</p> <p>1913 Teoria da Relatividade, de Einstein.</p> <p>1914 Início da I Grande Guerra.</p> <p>1917 Revolução comunista na Rússia.</p> <p>1918 Fim da I Grande Guerra.</p> <p>1919 Tratado de Versailles.</p> <p>1922 Mussolini sobe ao poder em Itália.</p> <p>1933 Hitler, chanceler da Alemanha.</p> <p>1936 Guerra civil de Espanha.</p> <p>1939-1945 II Guerra Mundial.</p>
---	---	---

<p>1967 A mina é alagada, após o rompimento das represas, para impedir o acesso à zona de extracção – galerias.</p> <p>1968 – A 22 de Abril é decretada a falência da “Mason & Barry, Lda.”, e nesse mesmo ano é feito o último despedimento encerrando o último ciclo de mineração com cento e dez anos.</p> <p>1968 A 22 de Abril é declarada a falência da Mason & Barry, Ltd.</p> <p>1972 A empresa “La Sabina”, recupera a titularidade da exploração e adquire todos os bens deixados no terreno pela empresa falida. Procede ao total desmantelamento das estruturas metálicas do complexo mineiro, incluindo os 17 Km da linha-férrea de ligação ao Pomarão.</p> <p>1984 A La Sabina, perdeu a concessão da exploração mineira mas manteve-se como proprietária do terreno e edificações do complexo mineiro.</p> <p>1988 A C. M. de Mértola e o Campo Arqueológico de Mértola apresentam proposta de classificação, como Imóvel de Interesse Público, de todo o complexo mineiro.</p>	<p>1974 Revolução de 25 de Abril. Fim da ditadura.</p>	
--	---	--

Apêndice 2

Cartografia de Caracterização Temática da Mina de S. Domingos e Pomarão



Planta Síntese do PGU

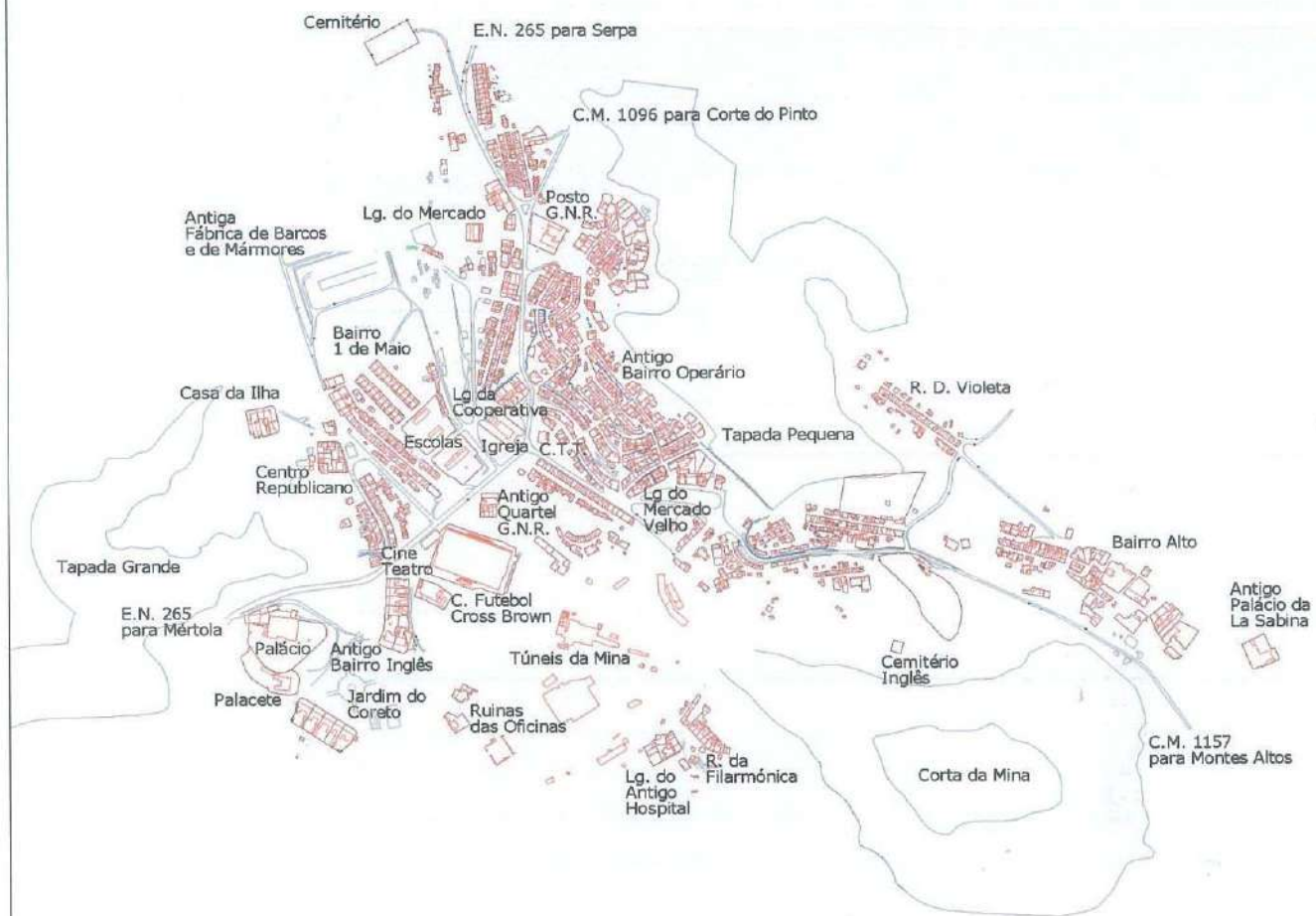
Base Cartográfica: Planta Síntese do Plano Geral de Urbanização da Mina de S. Domingos. Esc. 1:4000

Arquivo: C. M. de Mértola

EG.01

Jun. 2002
Escala

Fotografia e Tratamento Gráfico e Digital por Arq. Rui Carvalho



Legenda

	<p>— Limite de Prédio</p> <p>— Limite de Área Coberta</p>	
---	---	---

Planta do Levantamento Cadastral com Toponímia

Base Cartográfica: Lev. Cadastral do IPCC - 1996 e Plano Geral de Urbanização - 1994
 Arquivo: C. M. de Mértola

EG.02

Jun. 2002
 Escala ~ 1:10000

Fotografia e Tratamento Gráfico e Digital por Arq. Rui Corvalho



Legenda

□ Logradouros

■ Edificado

▨ Edificado Industrial em Ruínas

— PERÍMETRO URBANO - PGU

- - - PERÍMETRO DO NÚCLEO HISTÓRICO URBANO - PROPOSTA



Planta da Malha Urbana com Edificado

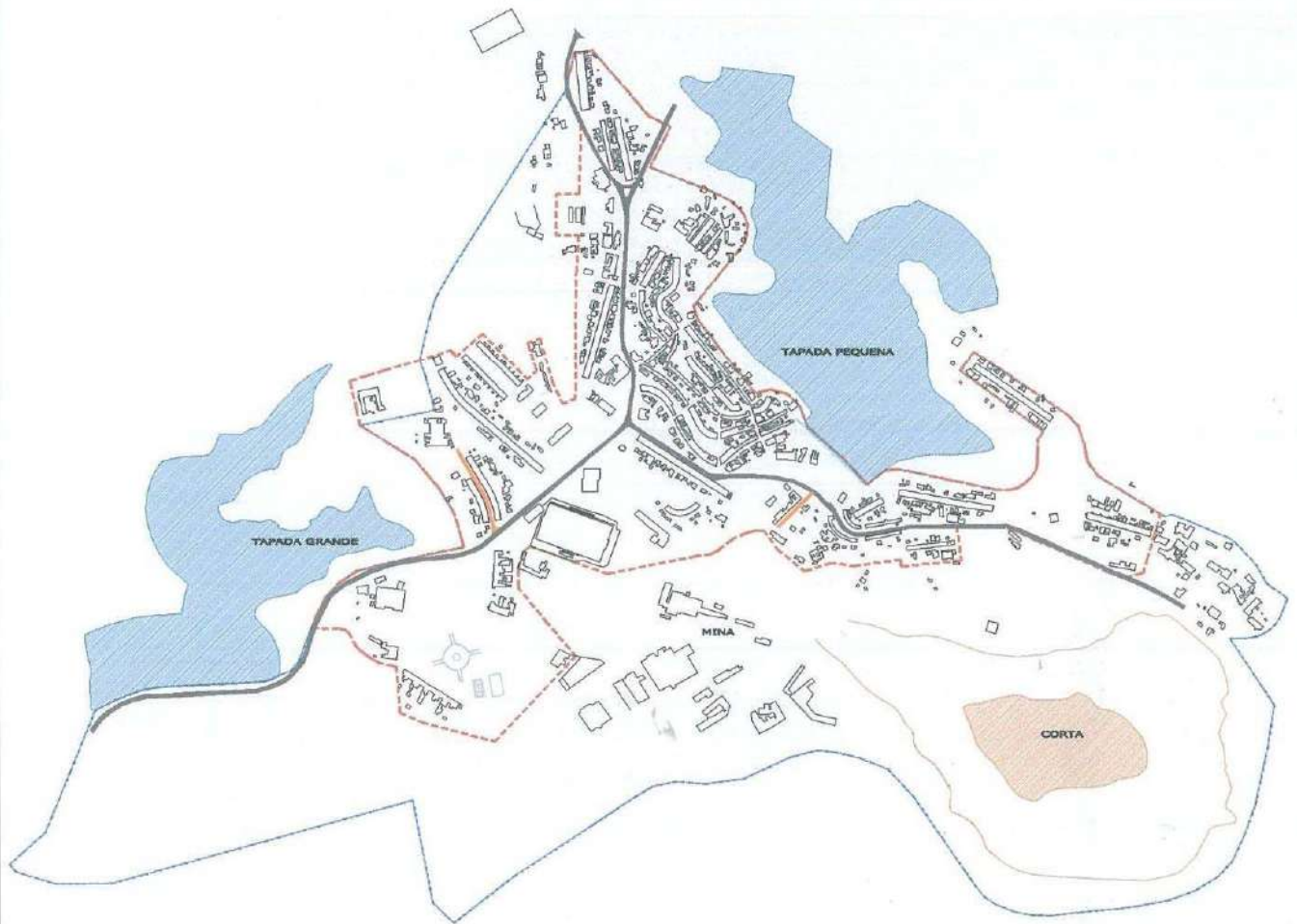
Base Cartográfica: Lev. Cadastral do IPCC - 1996 e Plano Geral de Urbanização - 1994

Arquivo: C. M. de Mértola

Fotografia e Tratamento Gráfico e Digital por Arq. Rui Carvalho

EG.03

Jun. 2002
Escala ~ 1:10000



Legenda

 E.N. 265 e Estrada Municipal	 PERÍMETRO URBANO - PGU
 Via Colectora - (Calçada)	 PERÍMETRO DO NÚCLEO HISTÓRICO URBANO - PROPOSTA

Estrutura Viária Existente

Base Cartográfica: Lev. Cadastral do IPCC - 1996 e Plano Geral de Urbanização - 1994
 Arquivo: C. M. de Mértolo

Fotografia e Tratamento Gráfico e Digital por Arq. Rui Carvalho

EG.04

Jun. 2002
 Escala ~ 1:10000



Legenda

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> Arquitectura de Tradição Clássica - Vitoriana
Edifício Mineiro da 2.ª metade do Séc. XIX Arquitectura de Tradição Clássica - Vitoriana (Standardizada)
Edifício Mineiro da 2.ª metade do Séc. XIX Arquitectura de Tradição Clássica - Estatal e Religiosa
1.ª metade do Séc. XX Arquitectura de Tradição Popular - Hab. em Banda (Standardizada)
Edifício Mineiro da 2.ª metade do Séc. XIX à 1.ª metade do Séc. XX Arquitectura de Tradição Popular - Anexos
Edifício Mineiro da 2.ª metade do Séc. XIX à 1.ª metade do Séc. XX Fornos Colectivos
Edifício Mineiro da 2.ª metade do Séc. XIX à 1.ª metade do Séc. XX | <ul style="list-style-type: none"> Arquitectura de Tradição Popular
Séc. XX Construção Dissonante de Génese Ilegal
2.ª metade do Séc. XX Arquitectura Industrial
Edifício Mineiro da 2.ª metade do Séc. XIX à 1.ª metade do Séc. XX Arquitectura Industrial - Ruínas
Edifício Mineiro da 2.ª metade do Séc. XIX à 1.ª metade do Séc. XX PERÍMETRO URBANO - PGU PERÍMETRO DO NÚCLEO HISTÓRICO URBANO - PROPOSTA |
|--|---|

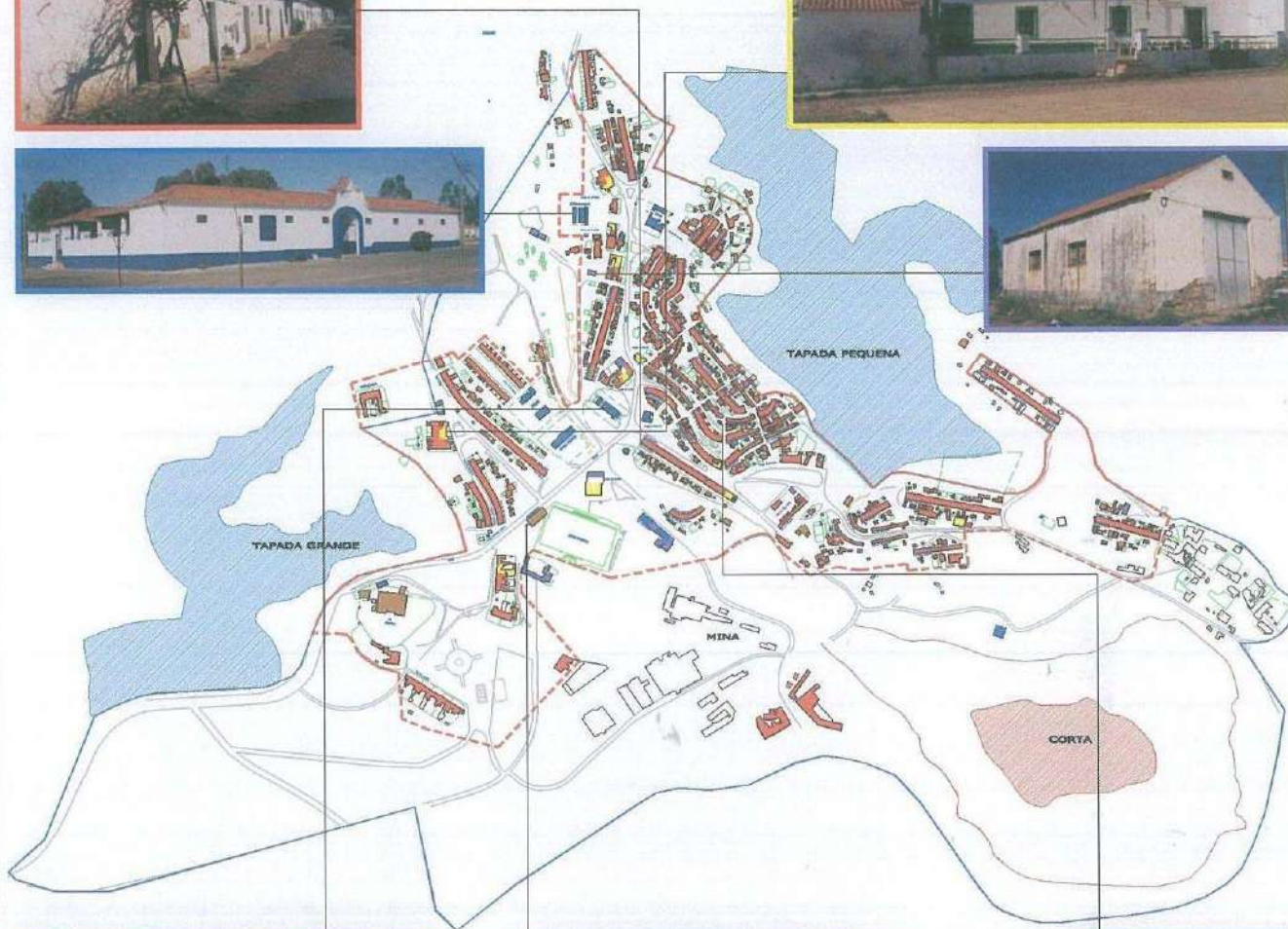
Planta de Tipologias do Edificado

Base Cartográfica: Lev. Cadastral do IPCC - 1996 e Plano Geral de Urbanização - 1994
Arquivo: C. M. de Mértola

Fotografia e Tratamento Gráfico e Digital por Arq. Rui Corvalho

EG.05

Jun. 2002
Escala ~ 1:10000



Legenda

Habitação

Comércio

Equipamentos e Serviços Públicos

Armazéns ou Garagens

Fornos Comunitários

Desocupado

PERÍMETRO URBANO - PGU

PERÍMETRO DO NÚCLEO HISTÓRICO URBANO - PROPOSTA

Planta de Usos do Edificado

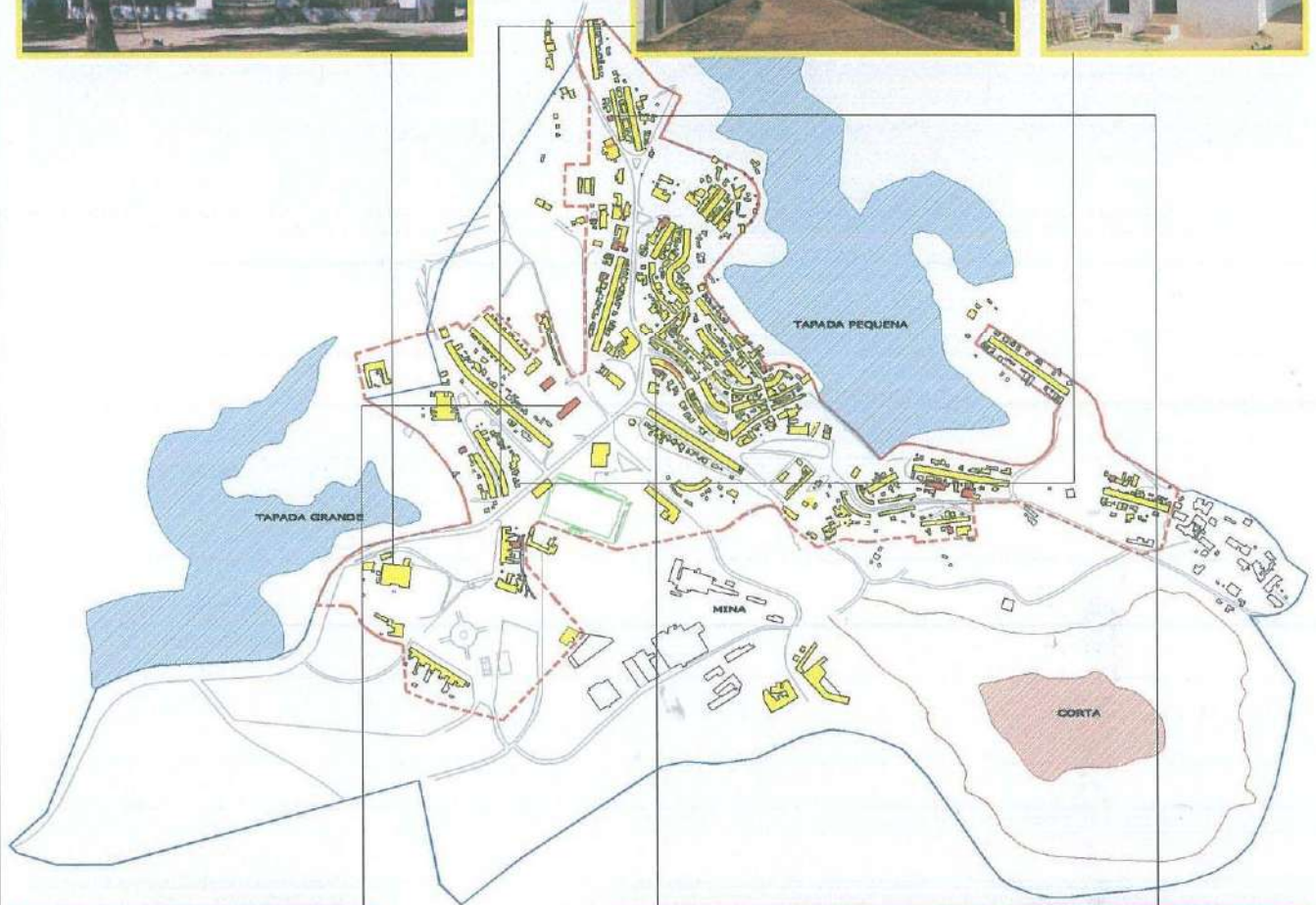
Base Cartográfica: Lev. Cadastral do IPCC - 1996 e Plano Geral de Urbanização - 1994

Arquivo: C. M. de Mértola

Fotografia e Tratamento Gráfico e Digital por Arq. Rui Carvalho

EG.06

Jun. 2002
Escala ~ 1:10000



Legenda

Edificado com 1 Piso

Edificado com 2 Pisos

— PERÍMETRO URBANO - PGU

- - - PERÍMETRO DO NÚCLEO HISTÓRICO URBANO - PROPOSTA

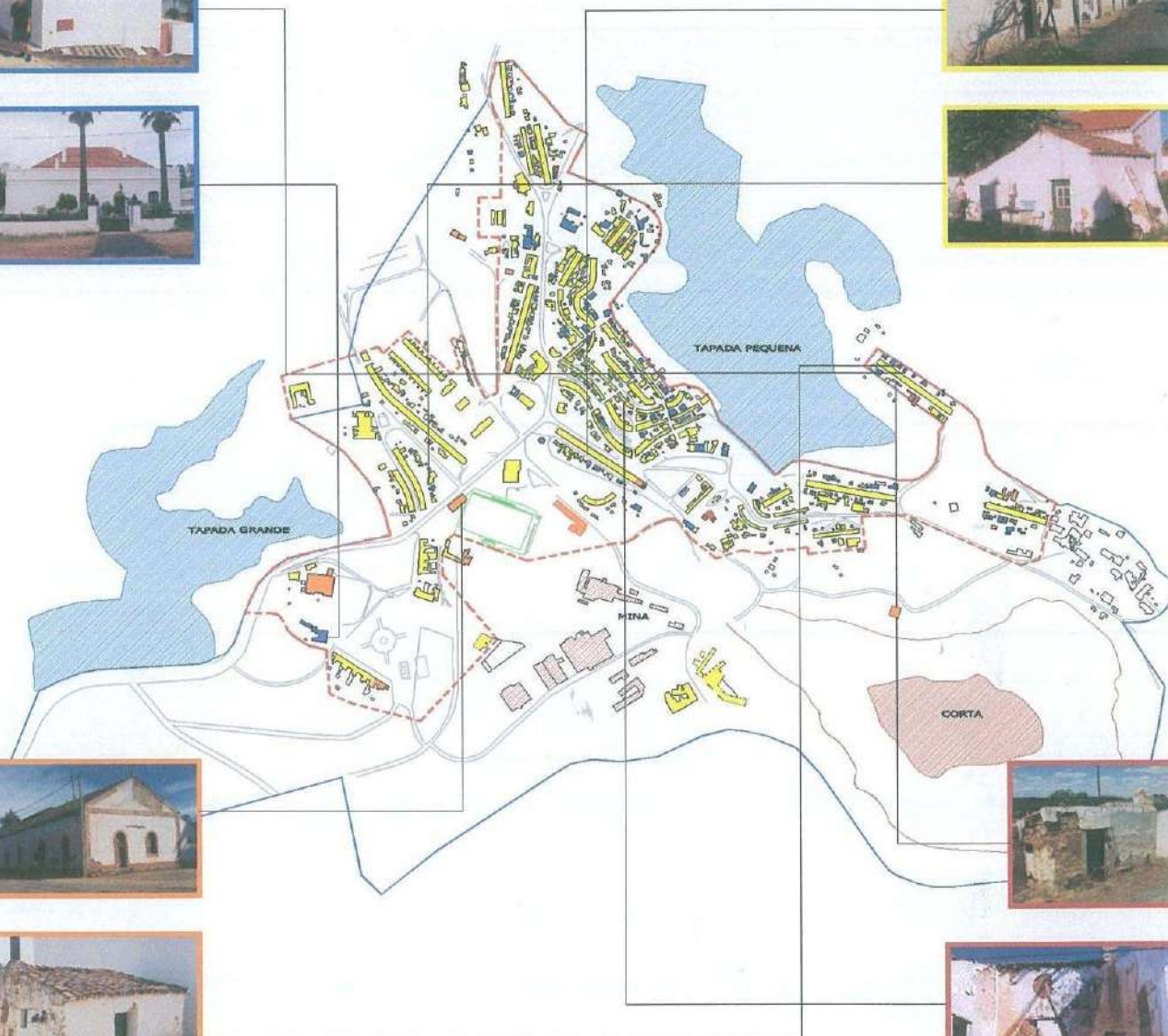
Planta do Número de Pisos do Edificado

Base Cartográfica: Lev. Cadastral do IPCC - 1996 e Plano Geral de Urbanização - 1994
Arquivo: C. M. de Mértola

Fotografia e Tratamento Gráfico e Digital por Arq. Rui Carvalho

EG.07

Jun. 2002
Escala ~ 1:10000



Legenda

- Bom
- Razoável
- Mau
- Ruína

- PERÍMETRO URBANO - PGU
- PERÍMETRO DO NÚCLEO HISTÓRICO URBANO - PROPOSTA

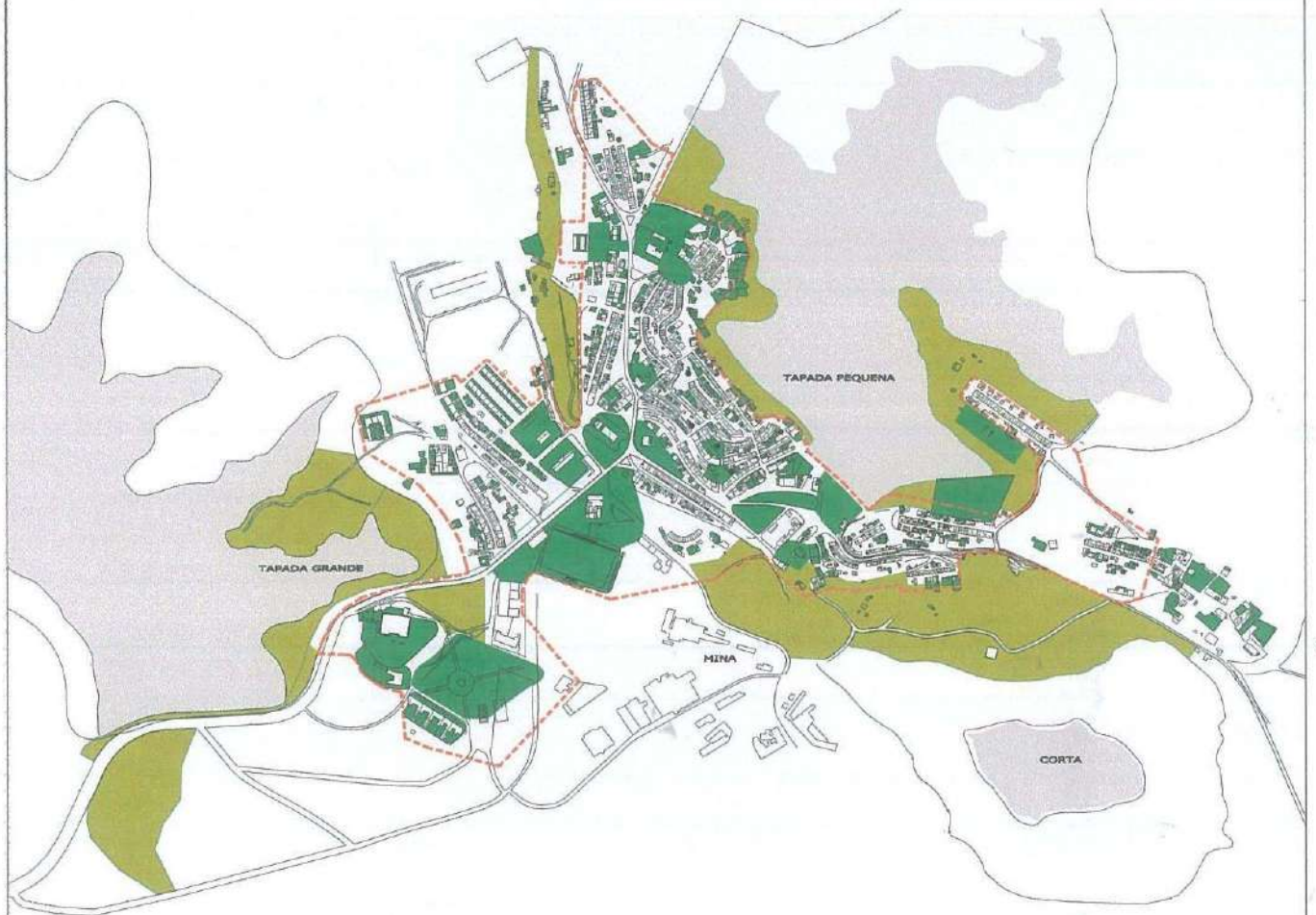
Planta do Estado de Conservação do Edificado

Base Cartográfica: Lev. Cadastral do IPCC - 1996 e Plano Geral de Urbanização - 1994
 Arquivo: C. M. de Mértola

Fotografia e Tratamento Gráfico e Digital por Arq. Rui Carvalho

EG.08

Jun. 2002
 Escala ~ 1:10000



Legenda

Categorias

- Estrutura Verde Primária
- Estrutura Verde Secundária

- PERÍMETRO URBANO - PGU
- PERÍMETRO DO NÚCLEO HISTÓRICO URBANO - PROPOSTA

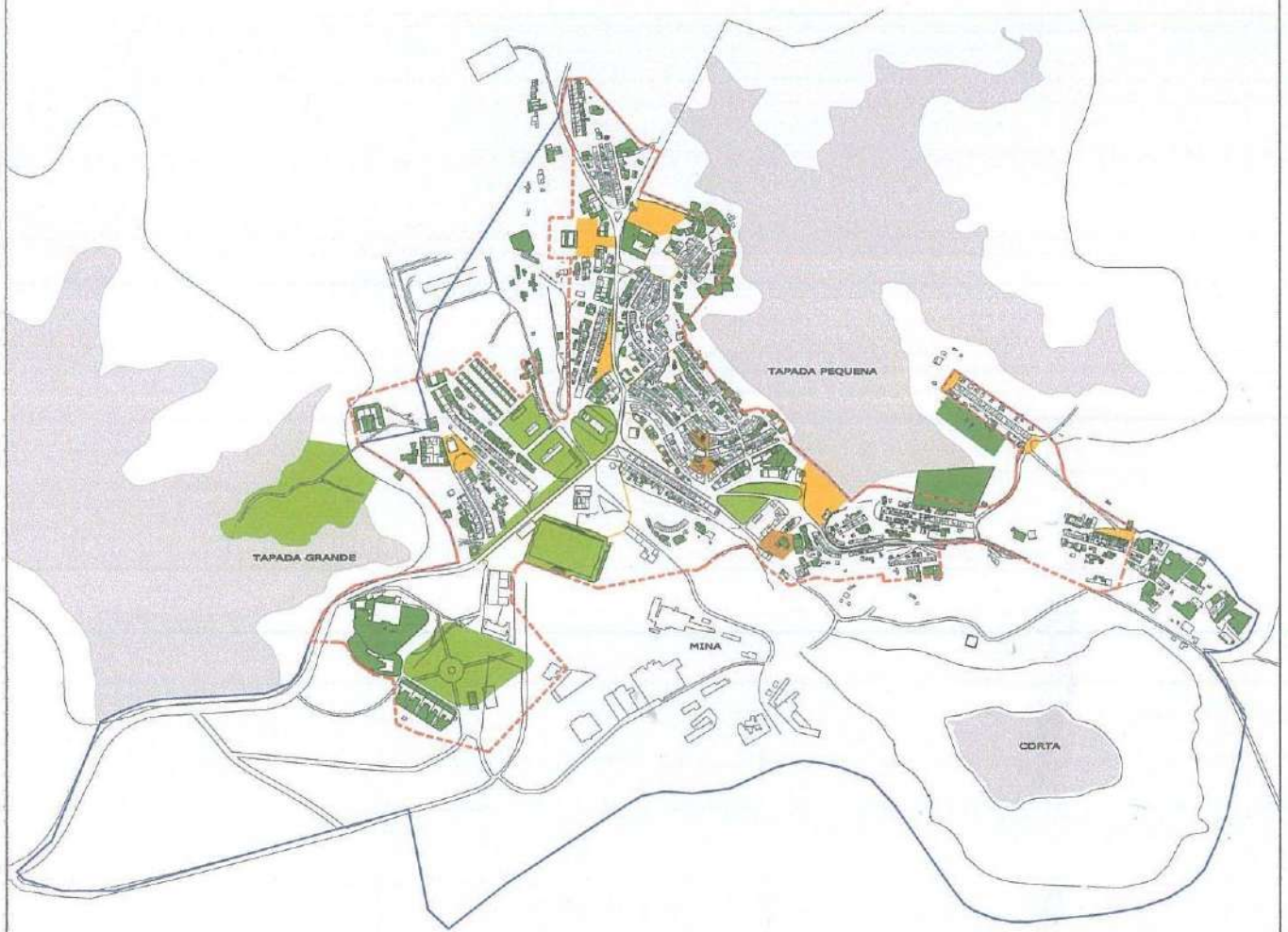
Estrutura Verde - Categorias dos Espaços

Base Cartográfica: Lev. Cadastral do IPCC - 1996 e Plano Geral de Urbanização - 1994
 Arquivo: C. M. de Mértola

Fotografia e Tratamento Gráfico e Digital por Arq. Rui Carvalho

EG.09

Jun. 2002
 Escala ~ 1:10000



Legenda

Tipologias

- Verde Urbano de Uso Privado
- Verde Urbano de Uso Público
- Pátio Público
- Largo

- PERÍMETRO URBANO - PGU
- PERÍMETRO DO NÚCLEO HISTÓRICO URBANO - PROPOSTA

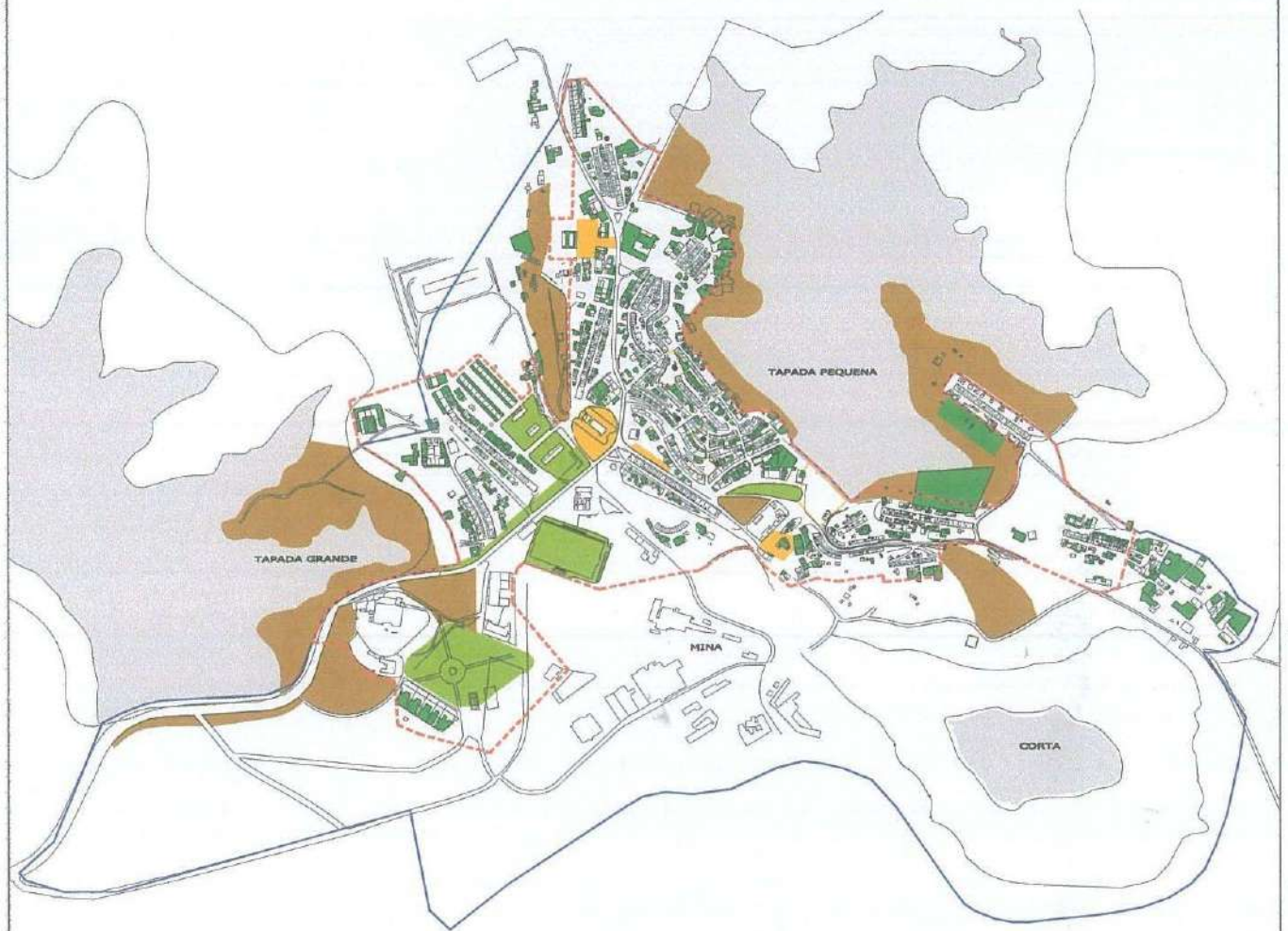
Estrutura Verde - Tipologias dos Espaços

Base Cartográfica: Lev. Cadastral do IPCC - 1996 e Plano Geral de Urbanização - 1994
 Arquivo: C. M. de Mértola

Fotografia e Tratamento Gráfico e Digital por Arq. Rui Carvalho

EG.10

Jun. 2002
 Escala ~ 1:10000



Legenda

Composição / Funções

Área Verde de Produção

Área Verde de Recreio e Lazer

Área Verde de Enquadramento Urbano

Área Verde de Protecção

PERÍMETRO URBANO - PGU

PERÍMETRO DO NÚCLEO HISTÓRICO URBANO - PROPOSTA

Estrutura Verde - Funções dos Espaços

Base Cartográfica: Lev. Cadastral do IPCC - 1996 e Plano Geral de Urbanização - 1994

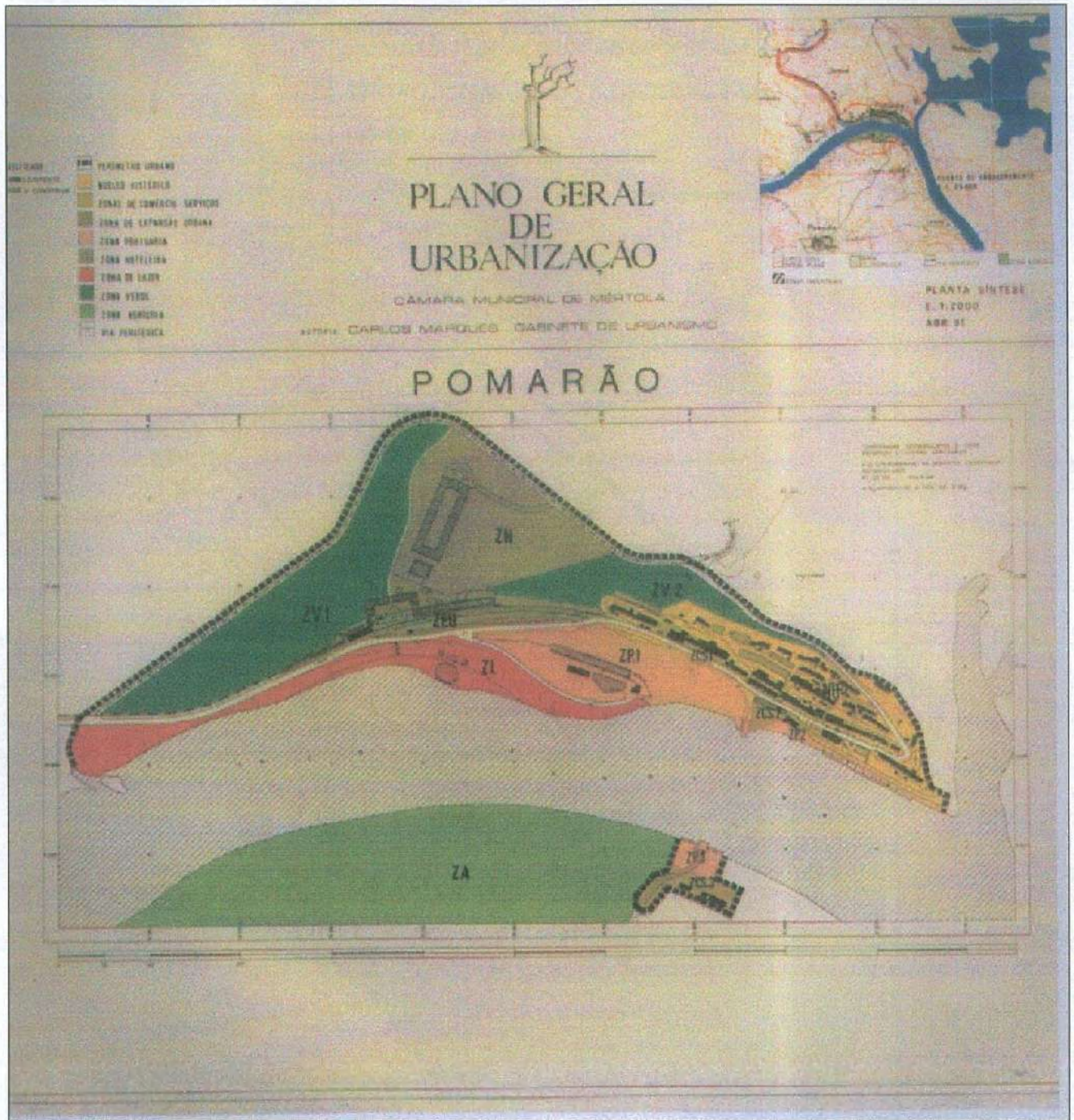
Arquivo: C. M. de Mértola

Fotografia e Tratamento Gráfico e Digital por Arq. Rui Carvalho

EG.11

Jun. 2002

Escala ~ 1:10000



Planta Síntese do PGU

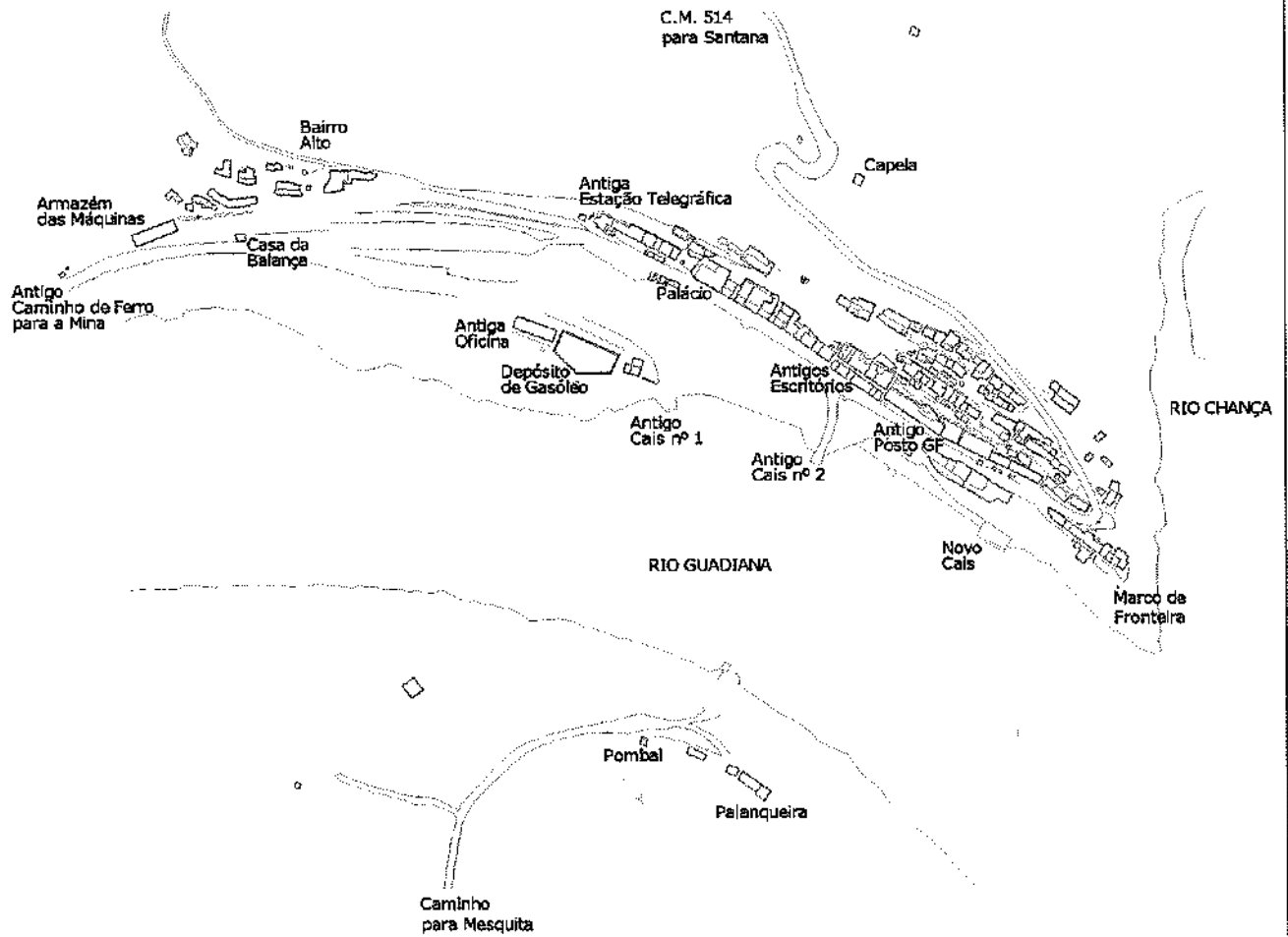
Base Cartográfica: Planta Síntese do Plano Geral de Urbanização do Pomarão, Esc. 1:2000

Arquivo: C. M. de Mértola



EG.13

Jun. 2002
Escala

Fotografia e Tratamento Gráfico e Digital por Arq. Rui Carvalho



Legenda

-  Limite de Prédio
-  Limite de Área Coberta



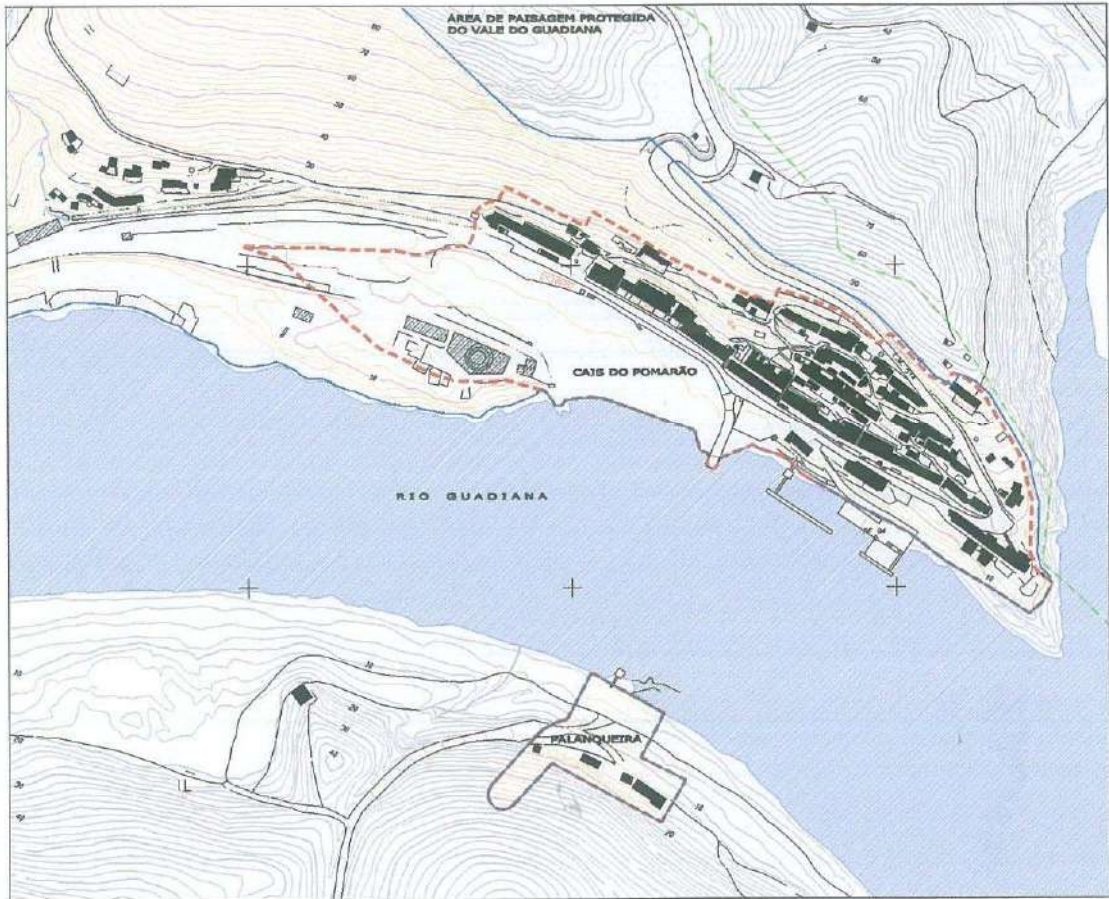
Planta do Levantamento Cadastral com Toponímia

Base Cartográfica: Lev. Cadastral do IPCC - 1996 e Plano Geral de Urbanização - 1994
 Arquivo: C. M. de Mértola

EG.14

Jun, 2002
 Escala ~ 1:5000

Fotografia e Tratamento Gráfico e Digital por Arq. Rui Carvalho



Legenda

 Logradouros	 PERÍMETRO DA ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA - PNVG	
 Edificado	 PERÍMETRO URBANO - PGU	
 Edificado Industrial em Ruínas	 PERÍMETRO DO NÚCLEO HISTÓRICO URBANO - PROPOSTA	

Planta da Malha Urbana com Edificado

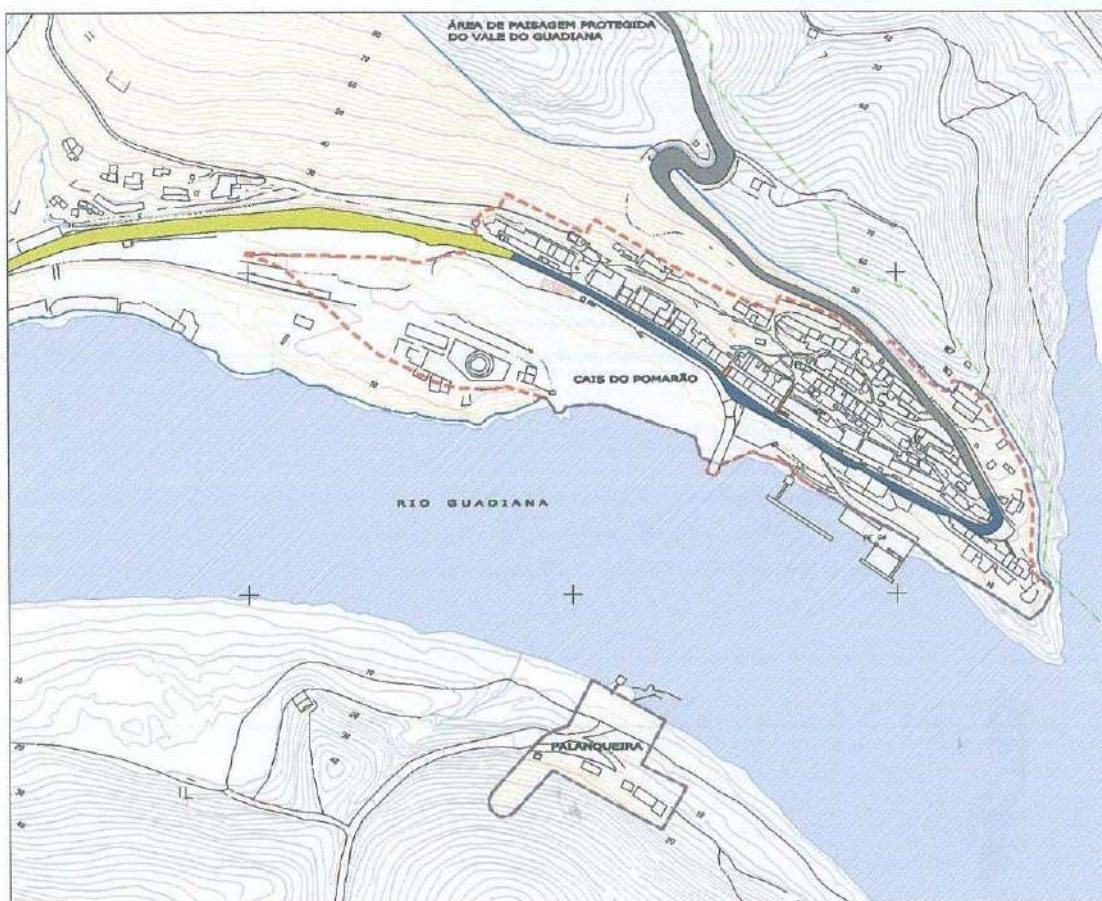
Base Cartográfica: Lev. Cadastral do IPCC - 1996 e Plano Geral de Urbanização - 1994

Arquivo: C. M. de Mértola

Fotografia e Tratamento Gráfico e Digital por Arq. Rui Carvalho

EG.15

Jun. 2002
Escala ~ 1:5000



Legenda

	Caminho Municipal n.º 514		PERÍMETRO DO NÚCLEO HISTÓRICO URBANO - PROPOSTA	
	Via Principal		PERÍMETRO URBANO - PGU	
	Via Colectora - (Escadaria em Calçada)			
	Plataforma do Antigo Caminho-de-Ferro			

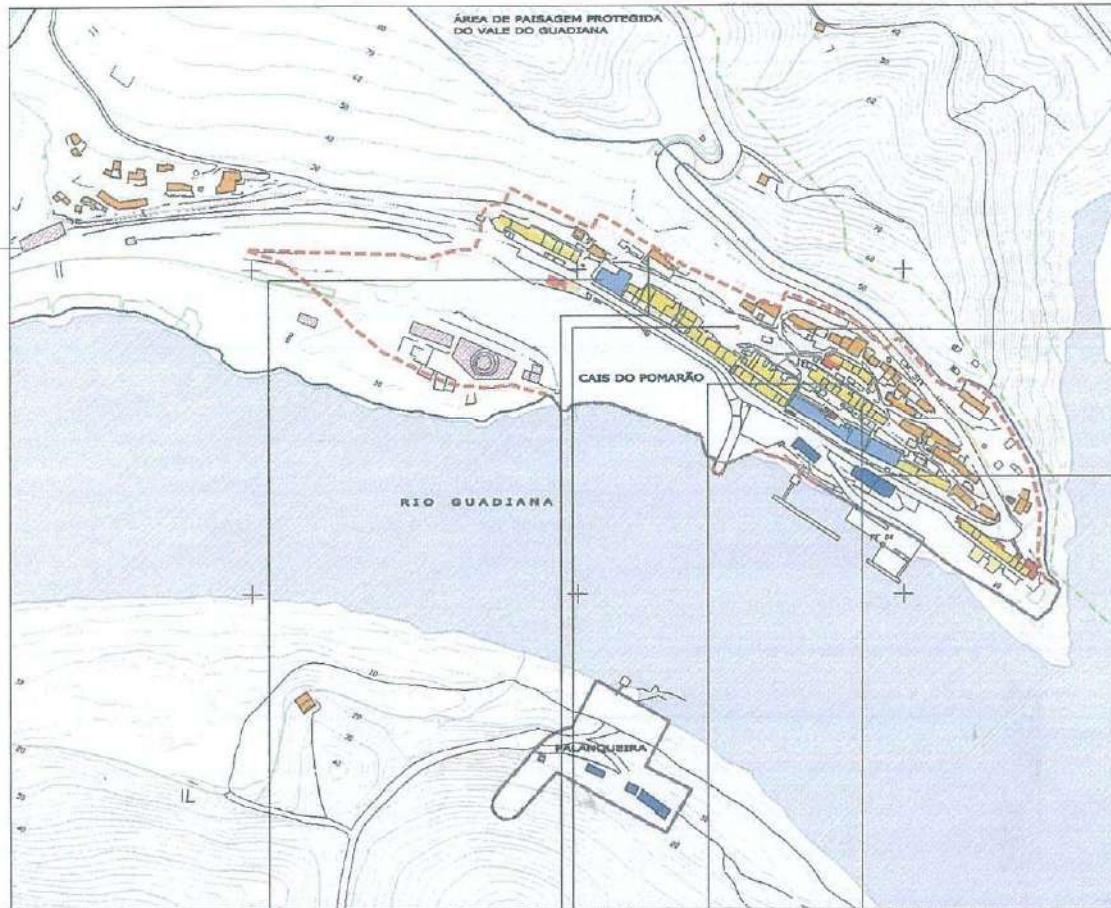
Estrutura Viária Existente

Base Cartográfica: Lev. Cadastral do IPCC - 1996 e Plano Geral de Urbanização - 1994
 Arquivo: C. M. de Mértola

Fotografia e Tratamento Gráfico e Digital por Arq. Rui Carvalho

EG.16

Jun. 2002
 Escala ~ 1:5000



Legenda

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> Arquitectura de Tradição Clássica
Edificado Mineiro da 2.ª metade do Séc. XIX Arquitectura de Tradição Clássica
Edificado Particular da 2.ª metade do Séc. XIX à 1ª metade do Séc. XX Arquitectura de Tradição Popular
Edificado Mineiro da 2.ª metade do Séc. XIX à 1ª metade do Séc. XX Arquitectura de Tradição Popular - Hab. em Banda (Standardizada)
Edificado Mineiro da 2.ª metade do Séc. XIX à 1ª metade do Séc. XX Arquitectura de Tradição Popular - Anexos
Edificado Mineiro da 2.ª metade do Séc. XIX à 1ª metade do Séc. XX Fornos Colectivos
Edificado Mineiro da 2.ª metade do Séc. XIX à 1ª metade do Séc. XX | <ul style="list-style-type: none"> Construção Dissonante de Génese Ilegal
2ª metade do Séc. XX Arquitectura Industrial - Ruínas
Edificado Mineiro da 2.ª metade do Séc. XIX à 1ª metade do Séc. XX |
|--|--|
-
- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> PERÍMETRO DA ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA - PNVG PERÍMETRO URBANO - PGU PERÍMETRO DO NÚCLEO HISTÓRICO URBANO - PROPOSTA | |
|--|--|

Planta de Tipologias do Edificado

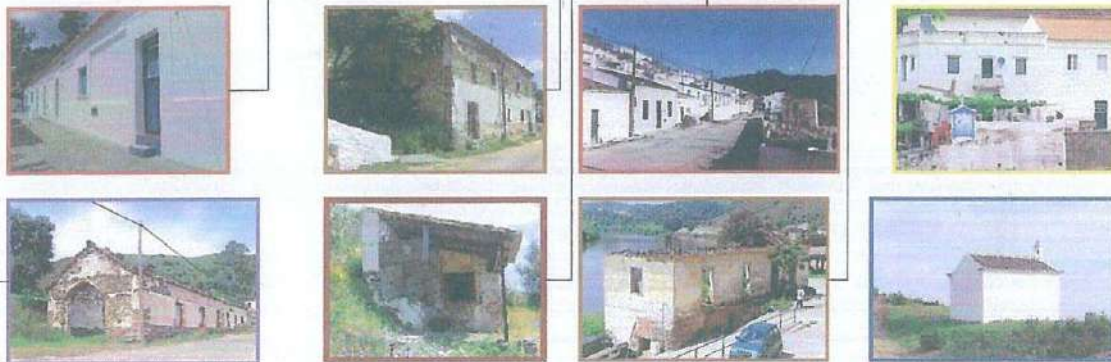
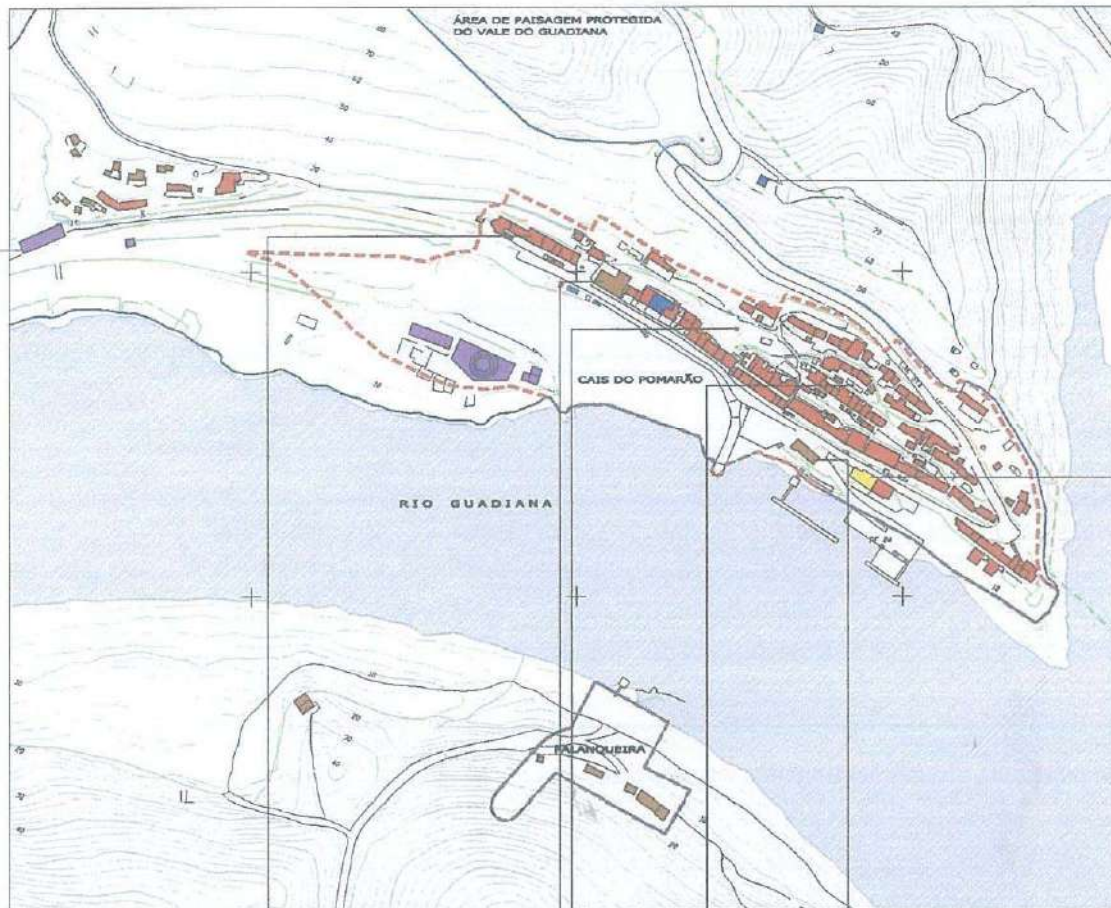
Base Cartográfica: Lev. Cadastral do IPCC - 1996 e Plano Geral de Urbanização - 1994

Arquivo: C. M. de Mértola

Fotografia e Tratamento Gráfico e Digital por Arq. Rui Carvalho

EG.17

Jun. 2002
Escala ~ 1:5000

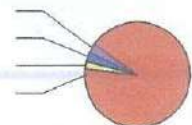


Legenda

- Habitação
- Comércio
- Equipamentos e Serviços
- Armazéns
- Fornos Comunitários
- Desocupado

LEVANTAMENTO FUNCIONAL (143 prédios inquiridos)

- Industria Desactivada (4) = 2.80 %
- Equipamentos e Serviços (4) = 2.80 %
- Comércio (1) = 0.70 %
- Habitação (134) = 93.70 %



- PERÍMETRO DA ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA - PNVG
- PERÍMETRO URBANO - PGU
- PERÍMETRO DO NÚCLEO HISTÓRICO URBANO - PROPOSTA



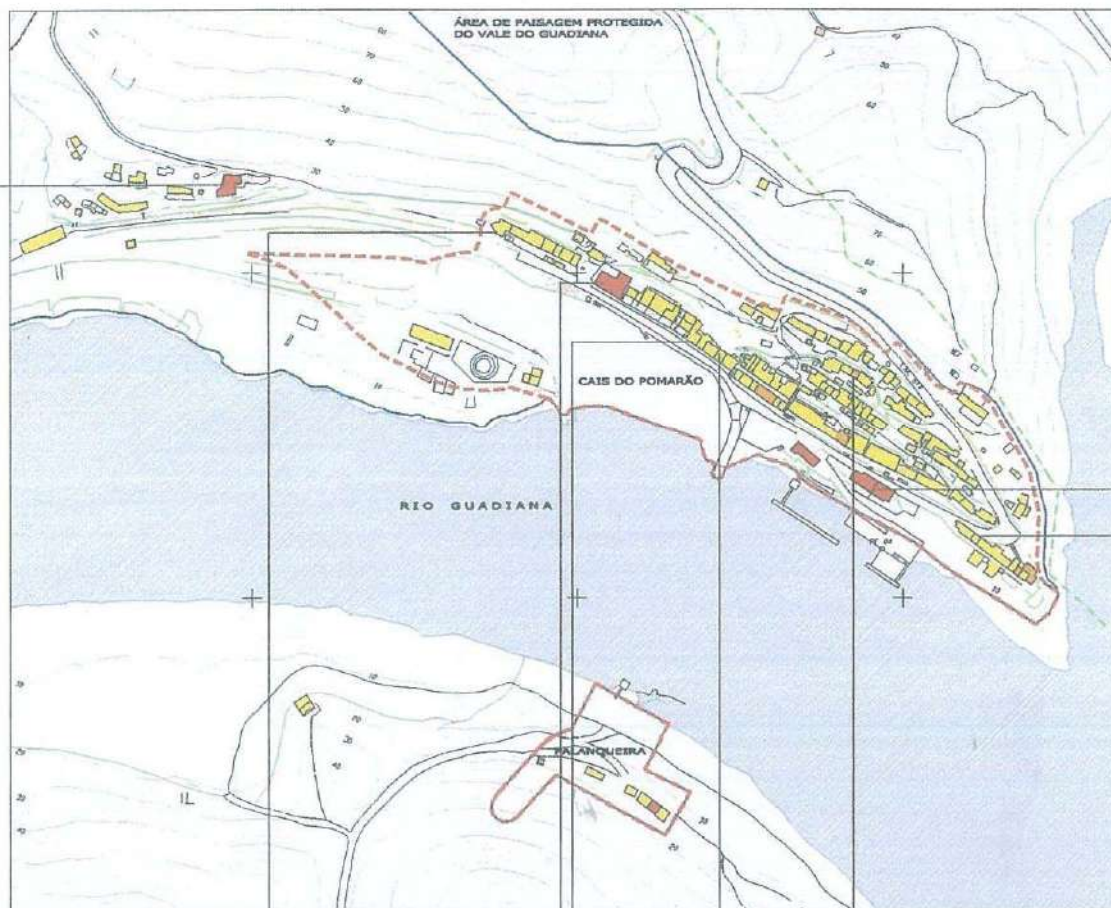
Planta de Usos do Edificado

Base Cartográfica: Lev. Cadastral do IPCC - 1996 e Plano Geral de Urbanização - 1994
Arquivo: C. M. de Mértola

Fotografia e Tratamento Gráfico e Digital por Arq. Rui Carvalho

EG.18

Jun. 2002
Escala ~ 1:5000

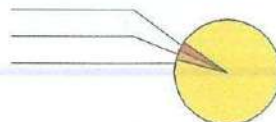


Legenda

- 2 Pisos
- 1 Piso Alteado
- 1 Piso

LEVANTAMENTO ALTIMÉTRICO (143 prédios inquiridos)

2 Pisos (6) = 4.20 %
 1 Piso Alteado (4) = 2.80 %
 1 Piso (133) = 93.00 %



- PERÍMETRO DA ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA - PNVG
- PERÍMETRO URBANO - PGU
- PERÍMETRO DO NÚCLEO HISTÓRICO URBANO - PROPOSTA



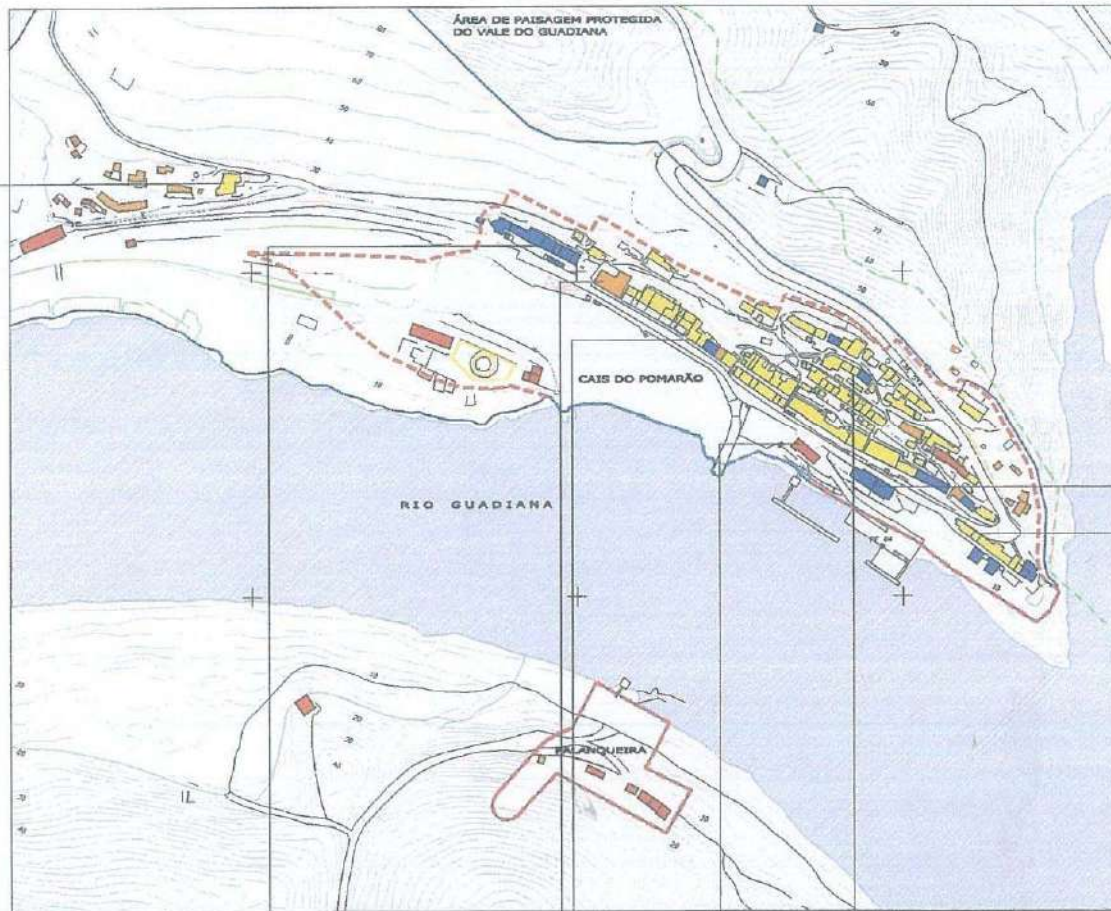
Planta do Número de Pisos do Edificado

Base Cartográfica: Lev. Cadastral do IPCC - 1996 e Plano Geral de Urbanização - 1994
 Arquivo: C. M. de Mértola

Fotografia e Tratamento Gráfico e Digital por Arq. Rui Carvalho

EG.19

Jun, 2002
 Escala ~ 1:5000

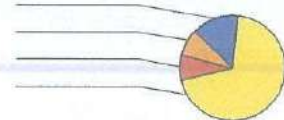


Legenda

- Bom
- Razoável
- Mau
- Ruína

LEV.TO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO (143 prédios inquiridos)

Bom (23) = 16.08 %
 Mau (13) = 9.09 %
 Ruína (14) = 9.79 %
 Razoável (93) = 65.03 %



- PERÍMETRO DA ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA - PNVG
- PERÍMETRO URBANO - PGU
- PERÍMETRO DO NÚCLEO HISTÓRICO URBANO - PROPOSTA



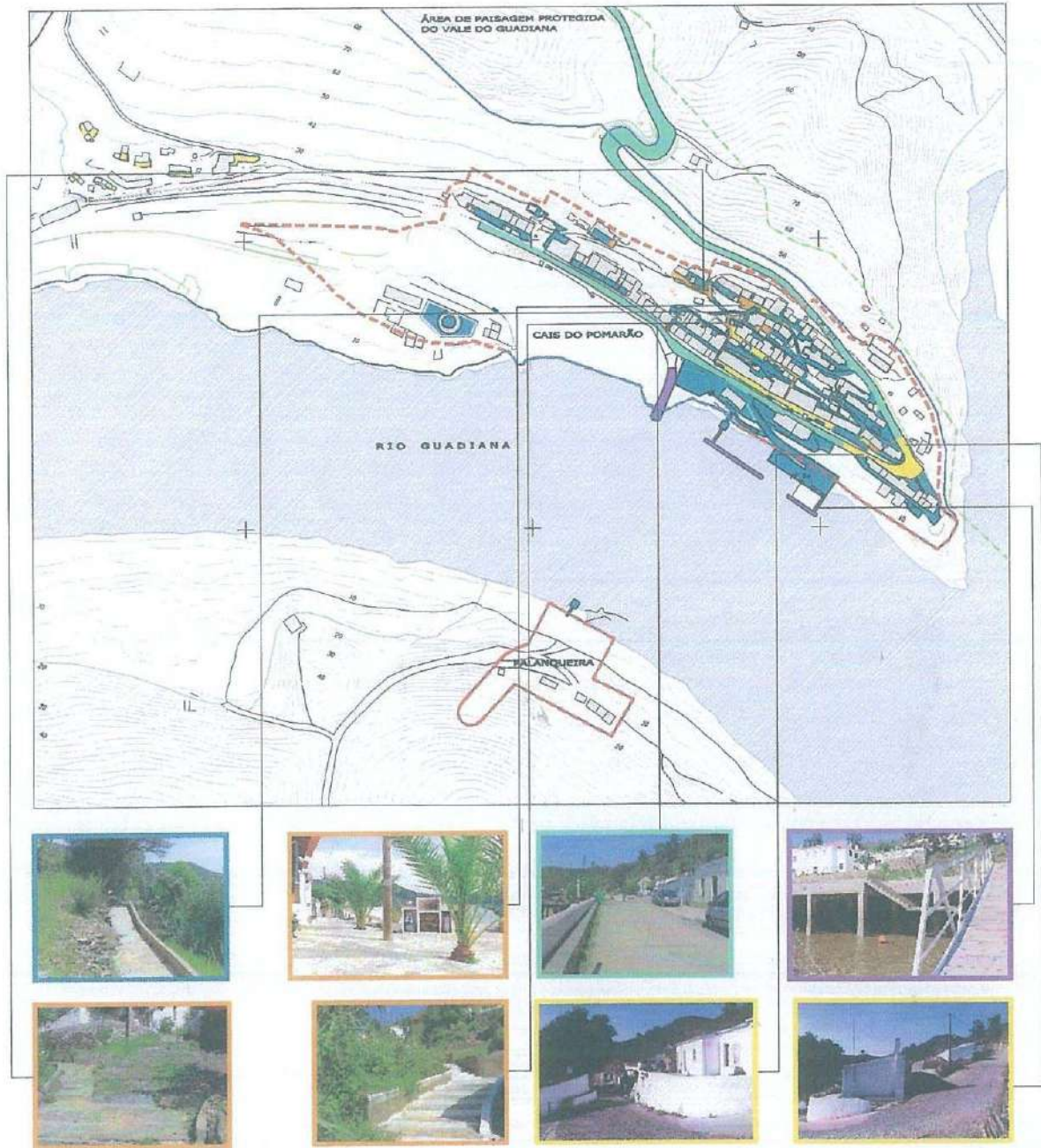
Planta do Estado de Conservação do Edificado

Base Cartográfica: Lev. Cadastral do IPCC - 1996 e Plano Geral de Urbanização - 1994
 Arquivo: C. M. de Mértola

Fotografia e Tratamento Gráfico e Digital por Arq. Rui Carvalho

EG.20

Jun. 2002
 Escala ~ 1:5000

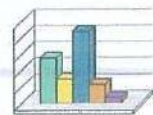


Legenda

- Betuminoso
- Calçada Irregular
- Cimento
- Xisto com Argamassa
- Madeira

LEVANTAMENTO DO TIPO DE PAVIMENTOS

Betuminoso = 28.99 %
 Calçada Irregular = 14.49 %
 Cimento = 43.48 %
 Xisto com Argamassa = 11.94 %
 Madeira (93) = 2.90 %



- PERÍMETRO DA ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA - PNVG
- PERÍMETRO URBANO - PGU
- PERÍMETRO DO NÚCLEO HISTÓRICO URBANO - PROPOSTA



Planta de Tipologias dos Pavimentos

Base Cartográfica: Lev. Cadastral do IPCC - 1996 e Plano Geral de Urbanização - 1994
 Arquivo: C. M. de Mértolo

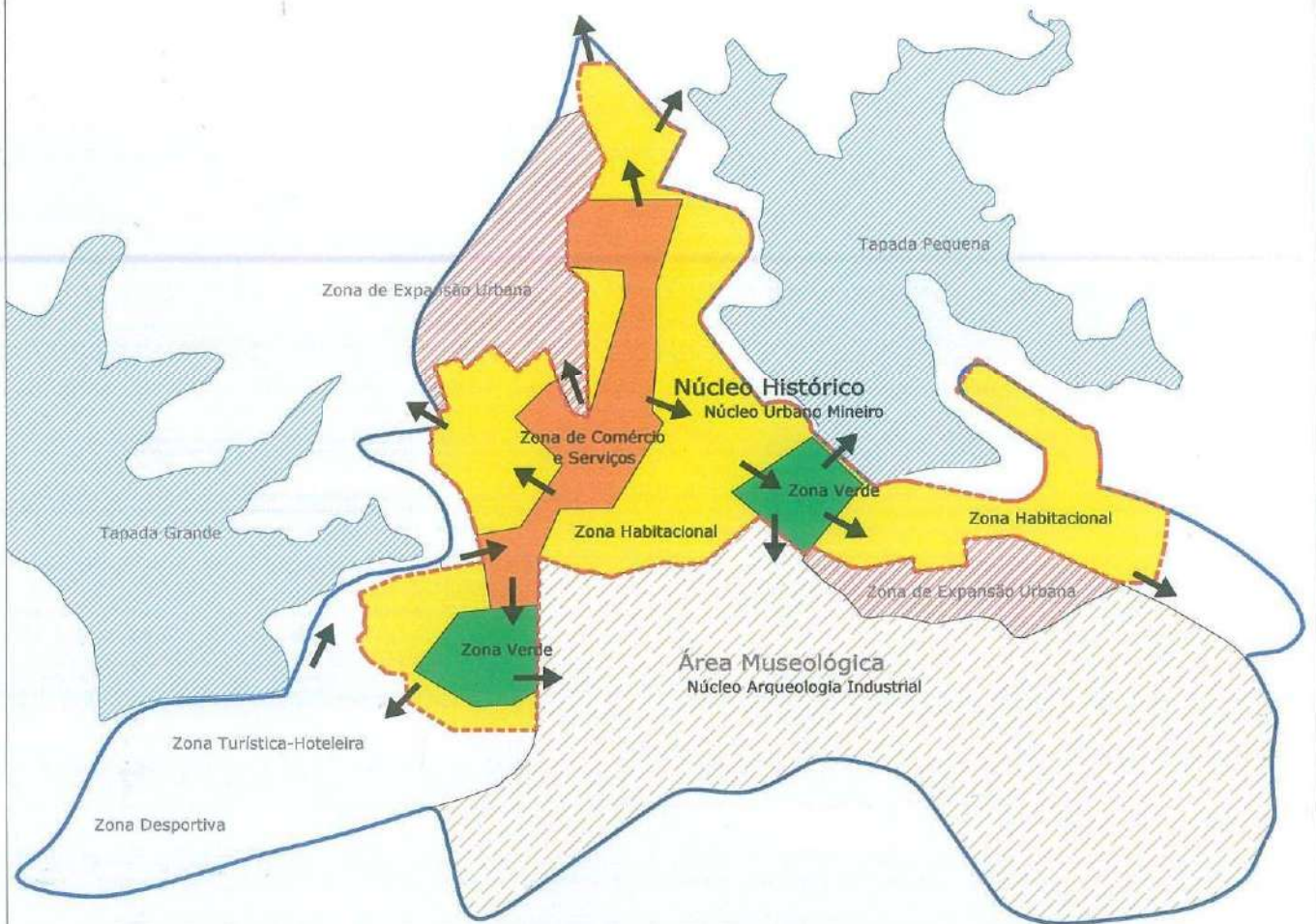
Fotografia e Tratamento Gráfico e Digital por Arq. Rui Carvalho

EG.21

Jun. 2002
 Escala ~ 1:5000

Apêndice 3

Plantas da Proposta de Salvaguarda e Valorização da Mina de S. Domingos e Pomarão



Legenda

<p>Ligação / Articulação com as zonas envolventes</p>	<p>PERÍMETRO URBANO - PGU</p>
	<p>ÁREA DE INTERVENÇÃO DA PROPOSTA - NÚCLEO HISTÓRICO</p>

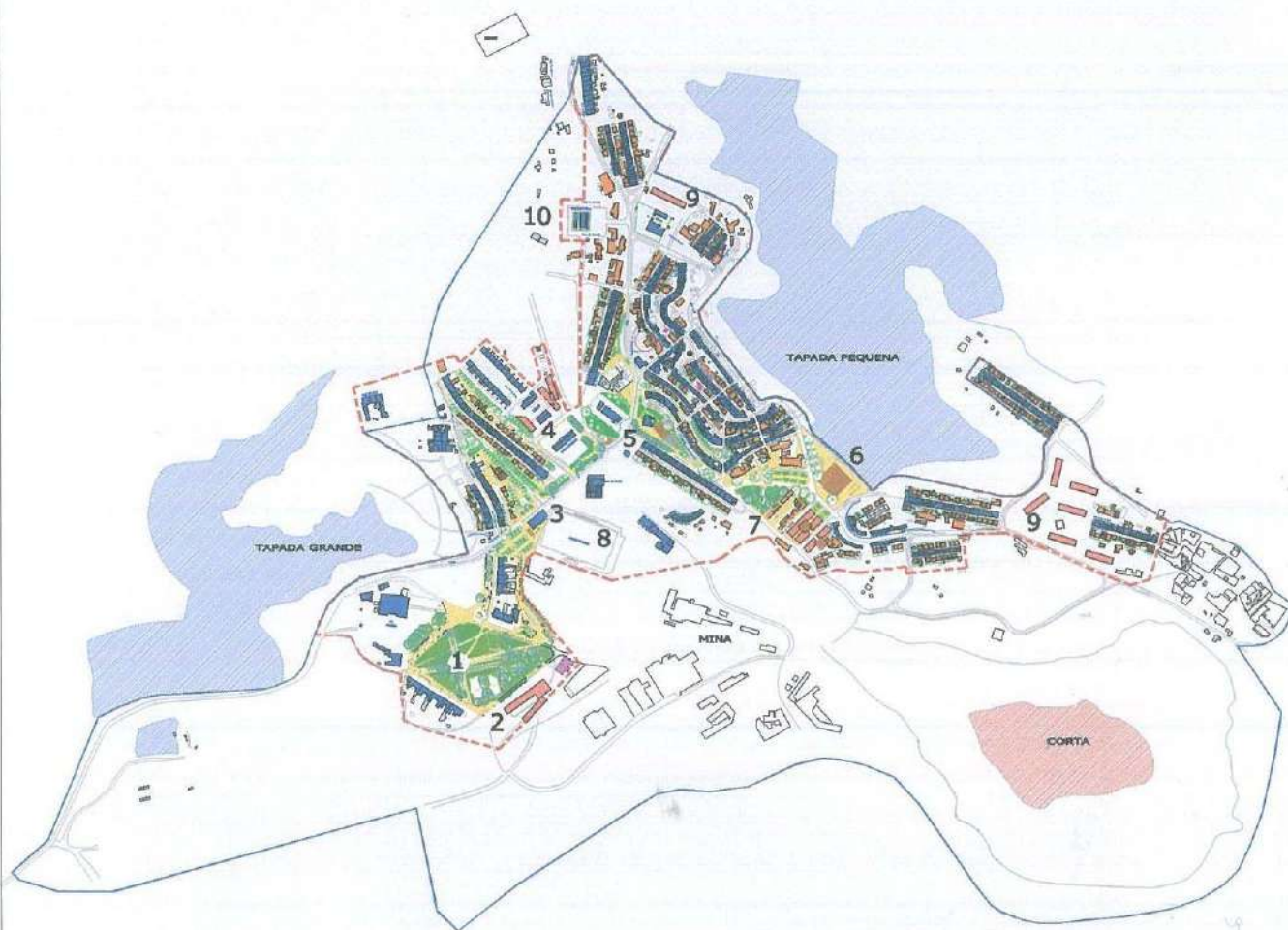
Planta da Proposta de Zonamento para o Núcleo Histórico

Base Cartográfica: Lev. Cadastral do IPCC - 1996 e Plano Geral de Urbanização - 1994
 Arquivo: C. M. de Mértolo

Fotografia e Tratamento Gráfico e Digital por Arq. Rui Corvelha

EG.P1

Jun. 2002
 Escala ~ 1:10000



Legenda

Síntese dos equipamentos e espaços previstos

- | | |
|---------------------|--------------------------|
| 1 - Jardim Público | 6 - Largo de Festas |
| 2 - Museu Mineiro | 7 - Comércio e Habitação |
| 3 - Centro Cultural | 8 - Complexo Desportivo |
| 4 - Centro Cívico | 9 - Zona Residencial |
| 5 - Praça Central | 10 - Mercado Municipal |

Intervenção no Edificado

- Edificado Mineiro a manter
- Edificado Popular a Reabilitar e a Legalizar
- Edificado de Reconversão Proposto
- Edificado a Construir

- PERÍMETRO URBANO - PGU
- ÁREA DE INTERVENÇÃO DA PROPOSTA - NÚCLEO HISTÓRICO



Planta Síntese da Proposta de Salvaguarda e Valorização do N. Histórico

Base Cartográfica: Lev. Cadastral do IPCC - 1996 e Plano Geral de Urbanização - 1994

Arquivo: C. M. de Mértolo

Fotografia e Tratamento Gráfico e Digital por Arq. Rui Carvalho

EG.P2

Jun. 2002
Escala ~ 1:10000

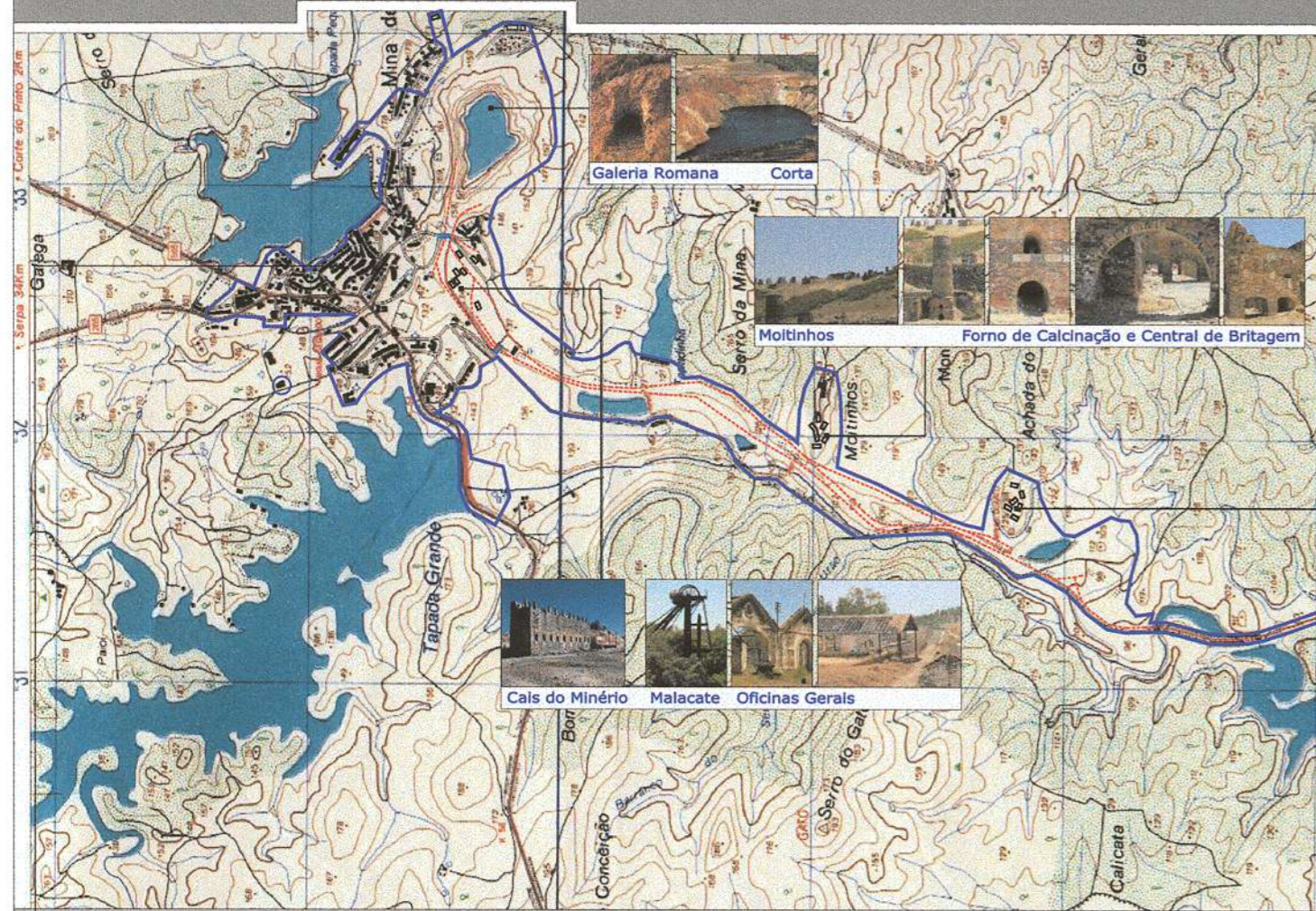
Apêndice 4

Mapa da Proposta de Classificação do Conjunto das Minas de S. Domingos e Pomarão

CONJUNTO DAS MINAS DE S. DOMINGOS E POMARÃO

IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO em vias de classificação

■ NÚCLEO URBANO DO POMARÃO - património arquitectónico e urbanístico



■ NÚCLEO URBANO DA MINA DE S. DOMINGOS - património arquitectónico e urbanístico

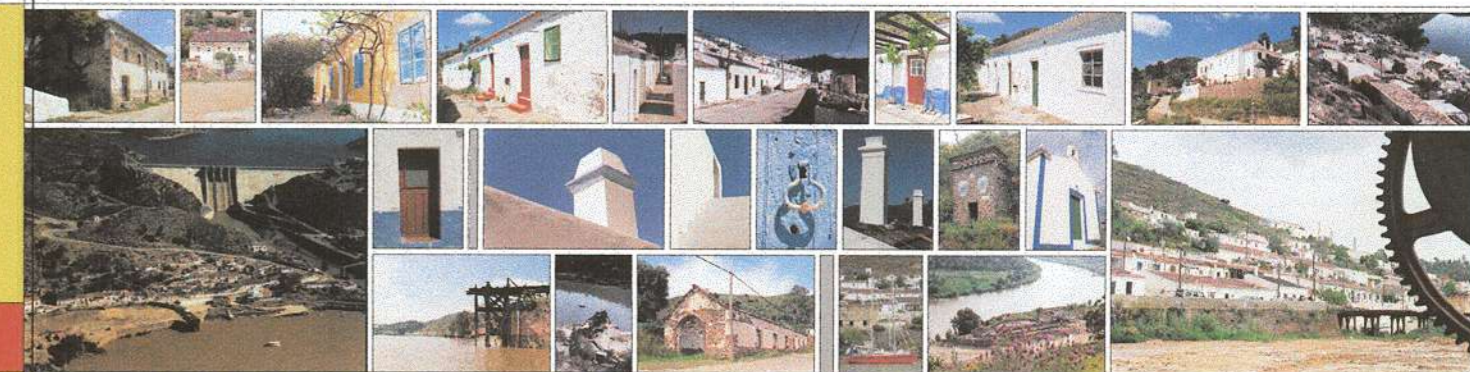
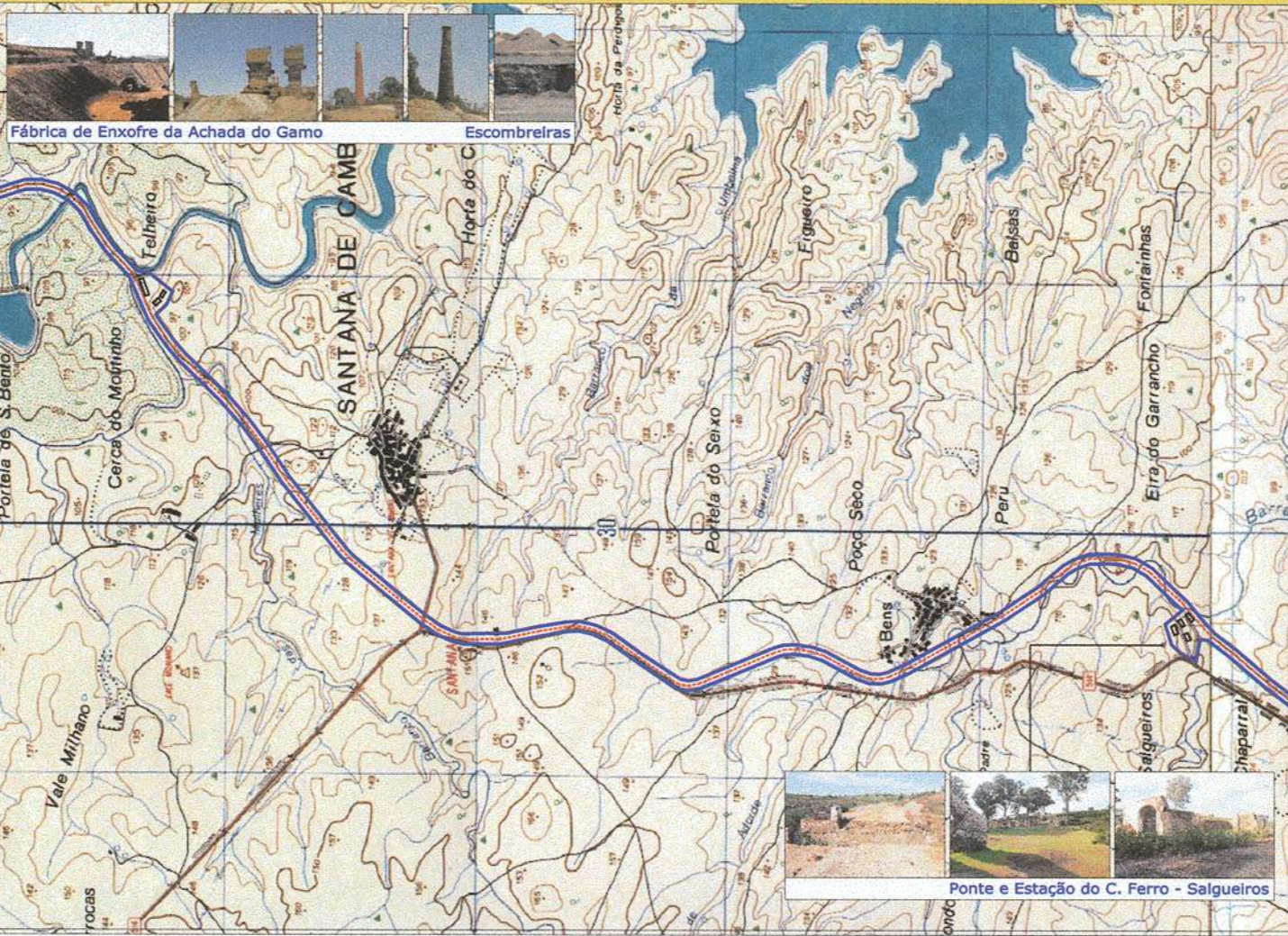


Aldéia mineira do séc XIX, fundada com o início da exploração industrial da mina de pirite de S. Domingos cerca de 1857-59. Importante conjunto de arquitectura popular em taipa e arquitectura vitoriana, implantadas segundo um modelo urbanístico que traduz a organização hierárquica sócio profissional e o sistema patronal capitalista da II Rev. Industrial.

PARQUE MUSEOLÓGICO DE ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL

ÁREA MINEIRA E INDUSTRIAL ABANDONADA - património geomineiro e industrial

Antiga Mina explorada pelos Romanos (de 12 a 397 d.C.) e redescoberta para a mineração industrial em 1854. Conjunto de ruínas do grande estabelecimento mineiro e industrial constituído pela mina; oficinas; fábrica de enxofre; infraestruturas hidráulicas; escombreiras; caminho de ferro; estações ferroviárias e cais fluvial, que laborou de 1857 a 1965-66.



Aldela e Porto fluvial do séc XIX, fundados com o início da construção do caminho de ferro da mina de S. Domingos, cerca de 1859. Conjunto de arquitectura popular e industrial em taipa e pedra, implantado em encosta, e estrategicamente situado na confluência dos rios Chança e Guadiana como terminal ferroviário e cais fluvial de embarque do minério.



DELIMITAÇÃO DO CONJUNTO DAS MINAS DE S. DOMINGOS E POMARÃO. Proposta de Classificação - Imóvel de Interesse Público
Traçado da Linha de Caminho de Ferro "Mina / Pomarão". Inaugurada em 1860 e encerrada em 1965

Apêndice 5

Ficha do Imóvel a Classificar

TÍTULO FICHA DE IMÓVEL		IMÓVEL CONJUNTO DA MINA DE S. DOMINGOS			DENOMINAÇÃO DO MONUMENTO Conjunto da Mina de S. Domingos e Pomarão			N.º DE REGISTO 1									
		PROPRIETÁRIO La Sabina SA; CM de Mértola e Outros			GRAU DE CLASSIFICAÇÃO IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO												
PROJECTO RECUPERAÇÃO DE EDIFÍCIO PROVA DE APTIDÃO PROFISSIONAL - EPBJC		LOCALIZAÇÃO RUA DR. BAPTISTA DA GRAÇA, 7750 MÉRTOLA			DISTRITO Beja			DATA AGO. 2009									
		MUNICÍPIO Mértola			REGIÃO - PAÍS Baixo Alentejo - Portugal			MATRIZ CADASTRAL ART.º									
ENTIDADE EXECUTORA IGESPAR . ÉVORA				AUTORIA Rui Carvalho Mestrando em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental. FCT-UNL													
SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA																	
ÉPOCA		SÉCULO	XIX	M	I - início	M - meados	F - final	UTILIZAÇÃO ACTUAL NÚCLEOS URBANOS E ÁREA MINEIRA ABAND. ^a	ÁREA COBERTA - m2	ÁREA DESCOBERTA - m2							
DESCRIÇÃO																	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO	A	SATISFATÓRIO	DATA	-	ESTRUTURA PORTANTE	A	ELEMENTOS SECUNDÁRIOS	A	COBERTURA	A	INTERIOR	A	INSTALAÇÕES E SERVIÇOS	A	SALUBRIDADE	A	GRAU DE PROTECÇÃO 1
	B	MEDÍOCRE		-		B		B		B		B		B		B	
	C	RUIM		AGO 2009		C		C		C		C		C		C	
PROTECÇÃO EXISTENTE						PROTECÇÃO PROPOSTA											
DESCRIÇÃO																	
OBSERVAÇÕES:																	

Apêndice 6

Fichas de Inquérito

**FICHA DE INQUÉRITO À POPULAÇÃO**

Os dados recolhidos, pelo Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Mértola, destinam-se a ser tratados estatisticamente. É garantida a confidencialidade dos dados recolhidos bem como do seu acesso.

Ficha n.º

Data:

1. Identificação da construçãoRua / Av. N.º C. Postal N.º de prédio (cadastral)

ASSINALAR O PRÉDIO NA PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

2. Identificação do proprietário / ocupanteNome Idade Sexo M F Profissão Habilitações Literárias **3. Rendimento médio do agregado familiar**Até 340,00 € Até 680,00 € Até 1020,00 € Acima de 1200,00 €

4. Composição do agregado familiar

Grau de parentesco	Sexo		Estado civil	Idade	Profissão	Situação face ao trabalho	Habilitações
	M	F					

5. Utilização do fogo

Qualidade:

Proprietário Inquilino Ocupante

Regime de ocupação:

Permanente Temporária

Uso:

Habitação Comércio Serviços Outro

Quantas pessoas ocupam

a habitação?

Arrenda Quartos? Sim Não

Arrenda o fogo completo? Sim Não

6. Caracterização do fogo

Área de construção coberta Área de logradouro privado N.º pisos

Número de compartimentos no fogo

Cozinha		Inst. Sanitária	
Sala		Hall / Corredor	
Quartos		Arrumos	

Tem anexo exterior? Sim Não

Qual o seu uso? _____

Tem forno de pão? Sim Não

7. Tipologia construtiva

Inserção urbana:

Isolado Banda

Tipo de estrutura:

Taipa Pedra Mista Outra

8. Condições de habitabilidade / Equipamentos

	Sim	Não		Sim	Não
Água canalizada da rede pública			TV - nacional		
Água potável em depósito			TV - cabo		
Electricidade			Chaminé de chão / Lareira		
Telefone			Gás – botija		
Fossa séptica			Duche		
Saneamento básico			Sanita		

9. Características dos elementos exteriores

	Quant.	Material	Cor	Estado de Conservação
Chaminé				
Cobertura / n.º de águas				
Platibanda				
Algerozes				
Cunhais				
Superfície da fachada				
Portas				
Janelas				
Portadas				
Barras				
Soco				

10. Tipo de obras realizadas no fogo
Cobertura - revestimento

Conservação (Manutenção da mesma telha)	
Renovação (Substituição por telha nova do mesmo modelo)	
Alteração (Substituição por telha de modelo diferente)	

Cobertura - estrutura

Conservação (Manutenção da estrutura em pau e caniço/madeira)	
Renovação (Substituição por estrutura do tipo original)	
Alteração (Substituição por laje de vigotas de betão e tijoleira)	

Chaminé

Conservação (Manutenção do mesmo modelo)	
Demolição (Remoção da chaminé)	
Alteração (Substituição por novo modelo)	

Paredes

Conservação (Manutenção de reboco e pintura)	
Reconstrução (No mesmo material e técnica)	
Alteração (Substituição por alvenaria de tijolo)	

Vãos - aberturas

Conservação (Reparação do vão original)	
Alteração (Abertura ou tapamento de novos vãos)	

Barras

Conservação (Manutenção do reboco e pintura)	
Alteração (Substituição do material / cor original)	

Portas

Conservação (Reparação do modelo original)	
Renovação (Substituição por material idêntico)	
Alteração (Substituição p/ outro modelo/material)	

Janelas

Conservação (Reparação do modelo original)	
Renovação (Substituição por material idêntico)	
Alteração (Substituição p/ outro modelo/material)	

Portadas

Conservação (Reparação do modelo original)	
Renovação (Substituição por material idêntico)	
Alteração (Substituição p/ outro modelo/material)	

Janelas

Conservação (Reparação do modelo original)	
Renovação (Substituição por material idêntico)	
Alteração (Substituição p/ outro modelo/material)	

Introdução de novos elementos

(Telheiros, marquises, varandins, mansardas, etc.) _____

Sim Não

11. Na eventualidade da Câmara Municipal de Mértola financiar obras de conservação - renovação, estaria disposto a manter / repor a traça original.

--	--

12. Nos seus tempos livres costuma praticar alguma das seguintes actividades?

	Durante a semana	Ao fim de semana
Cinema		
Teatro		
Ver televisão		
Ler		
Ir ao café		

Jogar ás cartas, dominó, etc.		
Caçar / pescar		
Bricolage – Trabalhos manuais		
Passeios a pé ou de bicicleta		
Desporto		
Festas populares		
Outros		

13. Qual a cidade a que recorre para serviços de saúde, bancários, administrativos e compras?

Serviços de saúde, _____

Mértola Beja Outra

Outros serviços _____

Mértola Beja Outra

14. Onde costuma passar as suas férias?

15. Na sua opinião, que problemas urbanos existem hoje no Pomarão?

Falta de saneamento básico		Falta de estacionamento	
Falta de rede pública de água		Falta de Iluminação e sinalização	
Falta de pavimentos nos arruamentos		Falta de espaços ajardinados	
Falta de manutenção / limpeza de ruas		Falta de sanitários públicos	
Falta de contentores e papeleiras		Outros _____	

16. Na sua opinião, o que é que deveria ser feito no Pomarão?

Marina de acolhimento e manutenção de pequenas embarcações e veleiros		Arranjo da Praça, do cais e das instalações portuárias em ruínas	
Espaço de informação e apoio náutico		Espaço museológico ferro - fluvial	
Praia fluvial e parque de merendas		Comércio (bares, artesanato, etc.)	
Actividades recreativas no rio		Serviços (multibanco, telf., correio)	
Actividades de ciclo-turismo		Outros _____	

Obrigado pela sua disponibilidade, esperamos vir a contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida.

(Ass.)

Apêndice 7

Propostas de Musealização

Mina de S. Domingos



Com a revolução industrial em marcha e a expansão da industrialização inglesa, em meados de oitocentos, é desencadeada a prospecção das minas do Sudoeste Ibérico, com o patrocínio das companhias mineiras emergentes. Rapidamente essa onda de entusiasmo mineiro chega à serra de S. Domingos, com a descoberta do seu jazigo de pirite cúprica, em 1854.

Obtida a concessão do couto mineiro a favor da La Sabina Mining Company, coube a James Mason (1824-1903), engenheiro director e arrendatário dos direitos de exploração, a concepção e a construção do estabelecimento mineiro de S. Domingos. Com a exploração da mina na posse da administração inglesa, desde 1858, foi implantado um verdadeiro centro industrial sobre a serra onde até então só existia uma ermida.

Simultaneamente, e em contraste com mundo rural envolvente, cresceu a primeira aldeia mineira para albergar centenas de trabalhadores, vindos dos dois lados da fronteira, com cerca de 300 fogos e diversos equipamentos para apoio às comunidades operária e dirigente. A habitação operária implantava-se em banda contínua, em sucessivos compartimentos de apenas 16m², com uma só porta e chaminé. Eram de construção em taipa e serviam de quarto e cozinha, com telhados de uma só vertente e paredes caiadas de branco. Desenvolviam-se encosta acima, por entre os trabalhos de superfície, alternadamente com os poços de acesso e ventilação da mina.

Uma década depois, um segundo modelo de desenvolvimento industrial do complexo exigia importantes transformações estruturais sobre a realidade até então construída. A extracção intensiva do minério, segundo o método de corta, leva à demolição do povoado inicial e à expansão do complexo mineiro. Um novo assentamento urbano nasceu à medida que as grandes escavações sobre a serra iam engolindo as edificações e infra-estruturas existentes.

Na nova configuração do povoado, que actualmente subsiste, a empresa inglesa Mason & Barry procura garantir a permanência e a dependência de uma grande comunidade operária, adjacente à estrutura industrial produtiva. A disposição urbana reproduz a organização hierárquica do trabalho na mina, marcando a separação das classes sócio profissionais. Os bairros operários seguem a arquitectura uniformizada dos que entretanto se demoliam enquanto que o bairro directivo inglês segue o gosto vitoriano, com as suas casas apalaçadas implantadas em torno de um jardim verdejante com courts de ténis e coreto, distanciadas dos trabalhos e das oficinas.

Nos bairros operários, entre as ruas de terra escalonadas no relevo, viviam por vezes numerosas famílias confinadas a um só compartimento de habitação. O pão, seu principal alimento, fabricava-se nos fornos colectivos junto às habitações e o fornecimento de água era efectuado a partir de depósitos implantados por rua, onde também se localizavam as latrinas comuns. A electricidade e os sanitários domésticos eram benefícios apenas reservados ao palácio do director e às habitações dos quadros técnicos ingleses.

O crescimento industrial repercutiu-se no desenvolvimento da povoação e com a transição do século a empresa patrocina a filantropia, construindo um conjunto de equipamentos para a cultura e recreio da população. Com mais de 3.000 habitantes permanentes a comunidade disponha de hospital, igreja, mercado, escola, teatro, campo de futebol, banda filarmónica e várias sociedades recreativas, chegando a ser a maior do concelho de Mértola.



Vista aérea da povoação actual



Habitação operária em banda



Palácio do director da Mina



Jardim do Coreto

Mina de S. Domingos



A existência de minério nesta zona é conhecida desde a Antiguidade, tendo os seus afloramentos ricos em metais preciosos e cobre sido explorados na época romana. Desse período subsistem uma pequena galeria, ainda visível na corta da mina, e uma roda de madeira para elevação de águas subterrâneas, que se encontra no Museu Nacional de Técnicas de Paris.

Em 1854, as potencialidades mineralíferas desta zona foram redescobertas pelo italiano Nicolau Biava, capataz nas minas espanholas de Tharsis. Confirmada a notável dimensão e riqueza do jazigo existente, este cede em 1856 o direito de exploração a favor do francês Ernest Deligny, que formara em 1855 a sociedade La Sabina Mining Company. Obtida a concessão a favor da La Sabina, esta cede em 1858 os direitos de exploração ao engenheiro de minas britânico James Mason, que constitui a sociedade Mason & Barry Limited, responsável pela exploração da mina.

As excelentes condições de produção e escoamento fazem da Mina de São Domingos, logo em 1864, a primeira mina da Europa, com grande parte da sua produção dirigida ao mercado inglês. Depois de extraído, o minério era transportado por caminho-de-ferro para o porto fluvial do Pomarão, onde embarcava nos navios principalmente provenientes de Inglaterra.

Inicialmente, a exploração do subsolo decorre em profundidade e em extensão, expandindo os poços e galerias do período romano. Posteriormente, em 1868, foi implementado o sistema de lavra a céu aberto, para aumentar a produção e reduzir os custos de exploração.

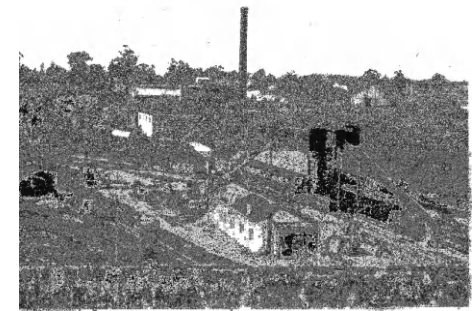
Com o desmonte da serra foi demolido o primeiro povoado e construído o actual. A Oeste e a Norte do jazigo, cresceu então a próspera "vila" de S. Domingos. A par de todas as infra-estruturas necessárias ao funcionamento do grande estabelecimento mineiro, instalam-se fundições, serralharias, carpintarias, oficinas diversas e a primeira central eléctrica do Alentejo.

No início do séc. XX, acentua-se o incremento da metalurgia em resposta às sucessivas crises do mercado do cobre e à crescente procura de enxofre por parte da indústria química. O aproveitamento desta substância conduz à instalação de uma fábrica em S. Domingos, destinada exclusivamente à produção de enxofre. Esta unidade construída em 1935, na Achada do Gamo, incorporava a mais actualizada tecnologia da época.

Crises significativas de falta de minério, por altura da II Grande Guerra, têm como consequência o aprofundamento das zonas de extracção até ao nível 390m. Mas em 1962 o fim da laboração da fábrica de enxofre é o prenúncio do esgotamento do jazigo e do encerramento da Mina de São Domingos, que ocorre em 1966. Durante os 107 anos de exploração (1859-1966), foram extraídas cerca de 20 milhões de toneladas de pirite cúprica.



Oficinas Gerais



Cais de descarga do minério



Malacate

Pomarão



Considerado fundamental para a viabilização do estabelecimento mineiro de S. Domingos e para a exportação do minério através do Guadiana, o porto fluvial do Pomarão começou a ser construído em 1859, em simultâneo com a via-férrea, uma das primeiras do país, destinada ao transporte das pirites da mina até aos embarcadouros deste porto.

No sítio onde até então nada existia nasceu uma pequena povoação. O movimento dos comboios e dos navios estrangeiros passa assim a dominar o dia-a-dia deste local, com cerca de 500 navios por ano a aportarem no Pomarão, logo após a sua construção.

A localização estratégica, na confluência da ribeira do Chança com o rio Guadiana, confere-lhe a importância de entreposto logístico e comercial, donde se processa a expedição do minério e se recebe o abastecimento de materiais, equipamentos e géneros provenientes de Inglaterra, destinados ao desenvolvimento do grande complexo mineiro industrial.

O rápido incremento das actividades portuárias levou a empresa Mason & Barry a construir alojamentos para os seus trabalhadores e um palacete para a direcção dos trabalhos e residência da administração inglesa. Repetindo a mesma tipologia utilizada em S. Domingos, a habitação operária implantou-se em bandas escalonadas na íngreme encosta, paralelamente à margem do rio e em número aproximado a uma centena de fogos, enquanto que o palacete foi construído próximo do cais.

Em 1876, o Pomarão foi fatidicamente atingido por uma cheia diluvial que quase provocou a sua total destruição. O dilúvio inundou as casas dos operários, arrasando o ancoradouro, a zona do cais, o caminho-de-ferro e a casa da administração. Na reconstrução do porto, o palacete actualmente existente foi então implantado em local mais elevado.

Após um século de intensa actividade, quebra-se a ligação funcional à mina, devido ao encerramento do estabelecimento mineiro. A pequena comunidade sofre com o conseqüente despovoamento e os que permanecem passam a subsistir essencialmente da actividade piscatória.

Mais recentemente, o potencial turístico que constituem a envolvente natural, o património construído e o cais fluvial do Pomarão, é considerado um factor fundamental para sua revitalização e para o desenvolvimento da região.



Movimento de barcos frente ao Pomarão



Cais e embarcadouro do minério



Navios fundeados frente ao cais



1 - Oficinas Gerais da Mina, 1924.
(foto cedida por La Sabina SA)



2 - Cais de descarga do minério proveniente da Mina, 1924.
(foto cedida por La Sabina SA)



3 - Bairro operário e central eléctrica.
(foto cedida por La Sabina SA)



4 - Comboio de vagonetas para transporte do minério para a trituradora e embarque fluvial.
(foto cedida por La Sabina SA)



5 - Vista geral sobre o complexo industrial e a aldeia.
(foto cedida por La Sabina SA)



6 - Primeiro palácio da administração.
(foto cedida por La Sabina SA)

1 - Oficinas Gerais da Mina, 1924.
(foto cedida por La Sabina SA)

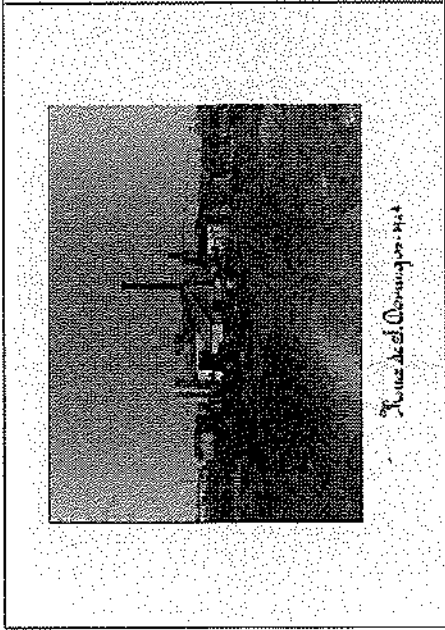
4 - Comboio de vagonetas para transporte do minério para a trituradora e embarque fluvial.
(foto cedida por La Sabina SA)

2 - Cais de descarga do minério proveniente da Mina, 1924.
(foto cedida por La Sabina SA)

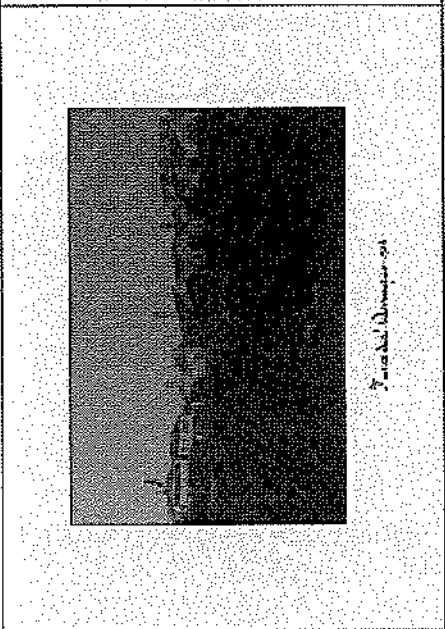
5 - Vista geral sobre o complexo industrial e a aldeia.
(foto cedida por La Sabina SA)

3 - Bairro operário e central eléctrica.
(foto cedida por La Sabina SA)

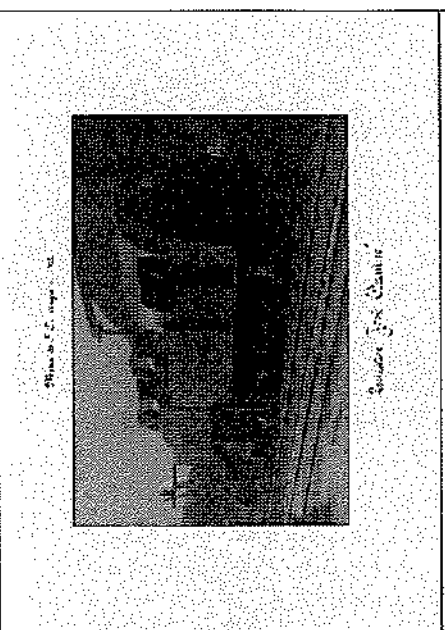
6 - Primeiro palácio da administração.
(foto cedida por La Sabina SA)



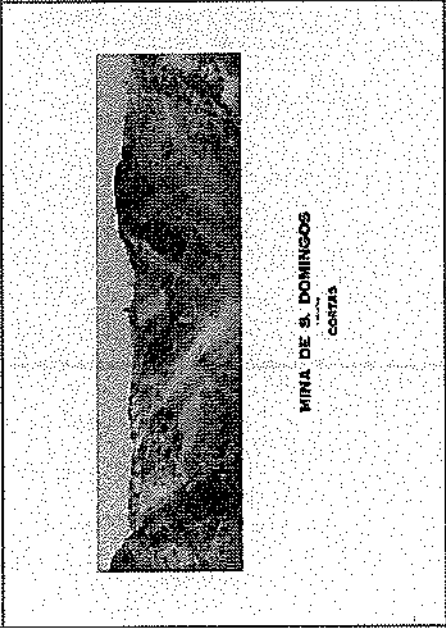
Mina de S. Domingos



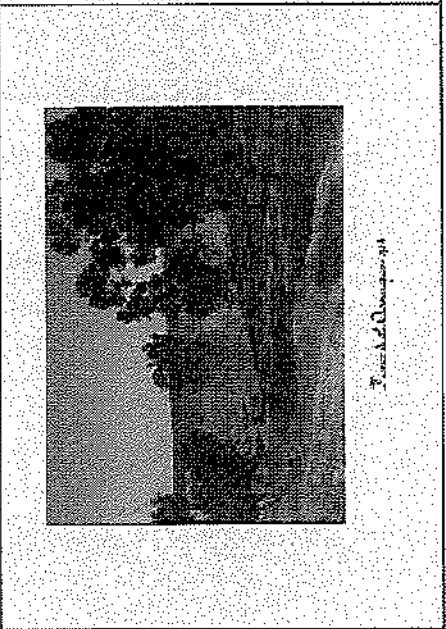
Officinas Gerais da Mina



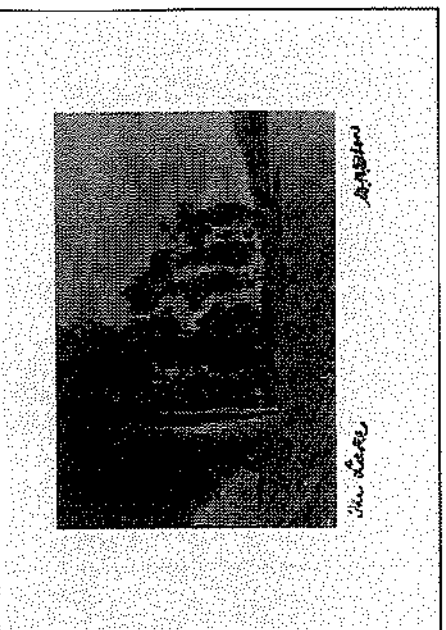
Locomotiva José Damino



MINA DE S. DOMINGOS
CORTES



Officinas Gerais da Mina



Albufeira

1 - Central Eléctrica da Mina, 1924.
(foto cedida por La Sabina SA)

2 - Oficinas Gerais da Mina, 1924.
(foto cedida por La Sabina SA)

3 - Locomotiva "José Damino", 1932.
(foto cedida por La Sabina SA)

4 - Corta - Mina a céu aberto.
(foto cedida por La Sabina SA)

5 - Albufeira da Tapada Grande.
(foto cedida por La Sabina SA)

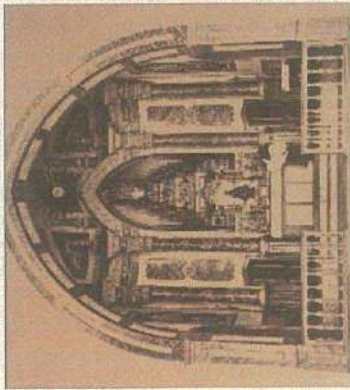
6 - Albufeira da Tapada Grande.
(foto cedida por La Sabina SA)

Catálogo Fotográfico - Proposta de Musealização

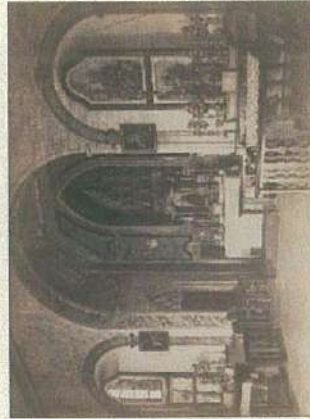
Fonte: La Sabina, S.A.
Arquivo: Câmara Municipal de Mértola

Tratamento Digital por Ae

CF.02
Fev. 2001



Mina de S. Domingos



Mina de S. Domingos



Mina de S. Domingos



MINA DE S. DOMINGOS
POMARÃO



Pomarão



Mértola

1 - Altar da Igreja da Mina de S. Domingos.
(foto cedida por La sabina SA)

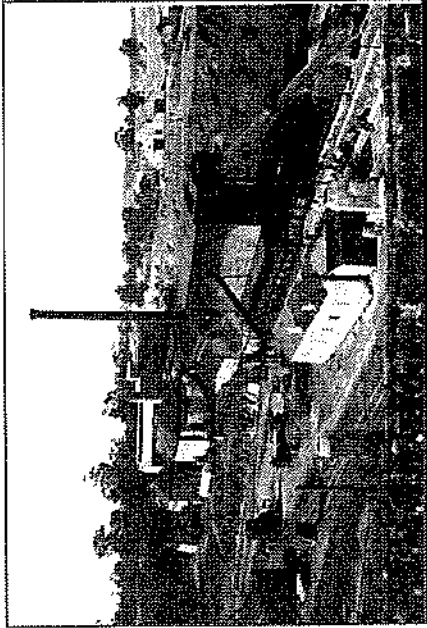
4 - Pomarão, porto de embarque do minério.
(foto cedida por La sabina SA)

2 - Altar-mor da Igreja da Mina de S. Domingos, 1924.
(foto cedida por La sabina SA)

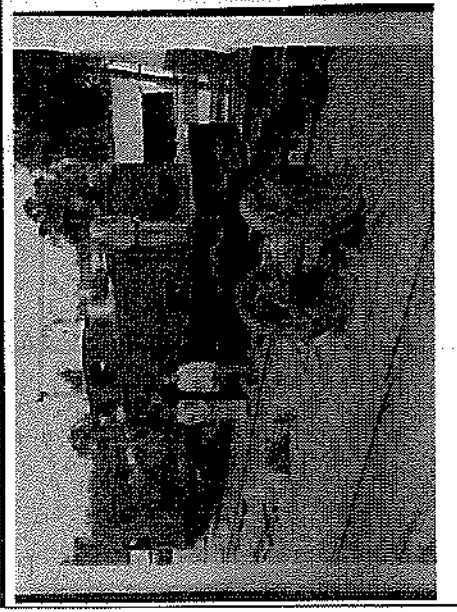
5 - Vista geral do Pomarão.
(foto cedida por La sabina SA)

3 - Primeiro palácio da administração "Mason & Barry, Lda".
(foto cedida por La sabina SA)

6 - Vila de Mértola.
(foto cedida por La sabina SA)



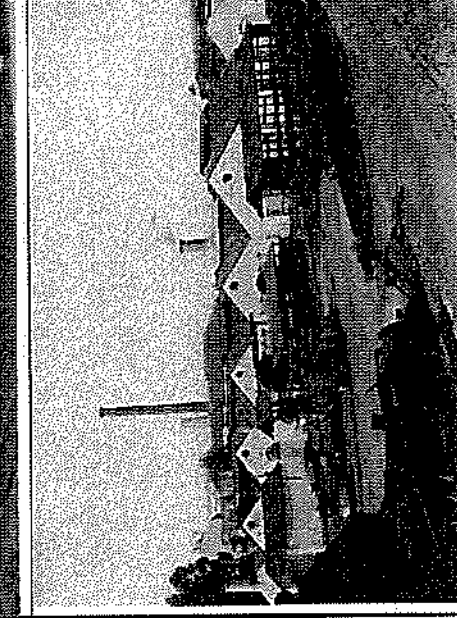
1 - Cais de descarga da minério e central eléctrica, ao fundo.
(foto cedida por A. Cunha).



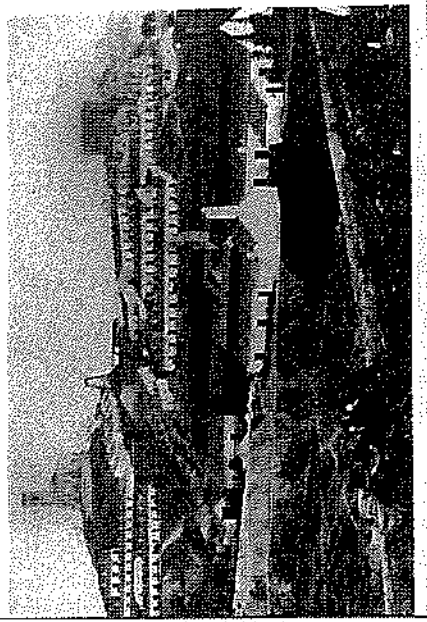
4 - Locomotivas e seus condutores, 1930.
(foto cedida por A. Cunha).



2 - Central de Enxofre.
(foto cedida por A. Cunha).



5 - Vista das Oficinas Gerais.
(foto cedida por A. Cunha).



3 - Primeiro bairro mineiro, Igreja à esq.ª e Palácio à dir.ª, 1875.
(foto cedida por A. Cunha).



6 - Director Eduard Ritchel e grupo de quadros e escriturários da M&B, 1925.
(foto cedida por A. Cunha).